

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**APORTES DA EPISTEMOLOGIA DO ARMÁRIO À CRIMINOLOGIA *QUEER*:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

Montes Claros – MG

2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MOISÉS OLIVEIRA COSTA

**APORTES DA EPISTEMOLOGIA DO ARMÁRIO À CRIMINOLOGIA *QUEER*:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA NA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Linha de Pesquisa: Relações Socioeconômicas e Estado.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Fróes Couto

C837a Costa, Moisés Oliveira.
Aportes da epistemologia do armário à criminologia Queer [manuscrito]: uma análise discursiva na Polícia Militar de Minas Gerais / Moisés Oliveira Costa – Montes Claros (MG), 2025.
188 f. : il.

Bibliografia: f. 173-181.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Fróes Couto.

1. Armário. 2. Queer. 3. Criminologia. 4. Polícia Militar - Minas Gerais. 5. LGBTQIA+. I. Couto, Felipe Fróes. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: uma análise discursiva na Polícia Militar de Minas Gerais.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que lutam ou lutaram um pouco mais por causa das bestas em seus armários (e fora dele também).

AGRADECIMENTOS

Se eu conseguisse agradecer propriamente, daria um livro...

Me reconheci no processo de pesquisa, e para que isso pudesse acontecer foram necessários mãos, olhares, abraços, e incentivos de muitas pessoas. E são a elas a quem quero agradecer nesse espaço.

Tomo emprestadas as palavras de Henfil para agradecer à minha mãe, Islene, que “por ter gostado muito de mim, me deu confiança pra viver, me deu segurança pra me exhibir. Não tive medo de ser ridículo, não tenho medo de morrer. Porque fui amado.” Obrigado por ser a primeira a me ensinar o amor pela educação, pela leitura e por sempre instigar minha curiosidade.

Minha tia Islei e aos meus tios Arnaldo e Alex, agradeço por todo o incentivo e auxílio. Vocês nunca deixaram que eu esquecesse dos caminhos certos a seguir: os meus.

Agradeço aos meu avós Lúcia e Fernando, e aos meus irmãos Thiago e Samuel, que reconheciam que eu estava fazendo o que gostava, ainda que não entendessem bem: isso é amor.

Agradeço ao meu amor, Rômulo, que foi a maior companhia de escrita, e minha melhor distração. Obrigado por sempre colocar meus parafusos no lugar para que eu continuasse (ainda que você os tirasse as vezes). Sua compreensão e inteligência me motivam.

Agradeço aos meus amigos Edgar, Luiz, Lara, Duda, Araci, Ingrid, Savana e Natália por serem as melhores companhias que eu poderia ter para rir, espairecer, ter um colo e falar muita besteira em tempos que eu precisava falar apenas de intelectualidades.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Felipe Fróes, por absolutamente todos os momentos durante o mestrado. Te conhecer me fez entender por que os gregos queriam seguir grandes filósofos diuturnamente e aprender somente com eles. Obrigado por confiar em mim como um pesquisador e partilhar seu vasto conhecimento comigo. Sob sua orientação me reconheci na pesquisa, na crítica e na parceria de um amigo.

Meus amigos que eu fiz durante o mestrado, e que tornaram mais leves e menos solitárias as aulas: Ana Letícia, Eduarda, Elles, Janaína e Newton. Vocês me permitiram participar de suas pesquisas e suas vidas, e por isso sou extremamente grato. Torcerei sempre para o sucesso de vocês!

Agradeço ao Ramon Librelon, aluno e amigo da Iniciação Científica, que participou dessa pesquisa desde o início com compromisso e inteligência! E agradeço ao professor Me.

Marcelo Brito, que me permitiu acompanhar suas aulas na Graduação em Direito, pela amizade e inspiração.

Sou extremamente grato ao Programa Abdias Nascimento, e as professoras Climene Camargo, Cristina Sampaio e Vera Mendonça, e aos demais professores da UTAD. Frutos do mestrado-sanduíche na minha vida, agradeço aos amigos Alexandre, Eliana, Itanna e Jéssica, que aqueceram meu coração no tempo frio de Portugal, e se tornaram companheiros e professores em uma experiência que nunca esquecerei.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e aos seus colaboradores pelo espaço para aprendizado e pelas oportunidades de crescimento acadêmico. Agradeço aos companheiros e amigos da APG Mestre Zanza, George, Isabella, Isaac, e Sabrina, vocês são brilhantes e o sucesso de vocês é uma certeza!

Agradeço à CAPES, pois sem o financiamento e auxílio não seria possível fazer pesquisa no Brasil de maneira digna. Que melhoremos em nossas lutas pela pós-graduação!

Agradeço a todas as pessoas LGBTQIA+ que conheci e que compartilharam suas experiências de vida e luta, e em especial, agradeço a confiança dos policiais entrevistados em mim e à memória de Gisberta Salce, que motivou meus estudos em Portugal.

Finalizo esse período com muita gratidão a mim e ao que fui, sou e posso me tornar. A pesquisa me despedaçou e me remontou, me deixou sozinho e me deu amigos, e apesar de qualquer dificuldade, eu faria tudo de novo. E faria com a certeza de que não poderia ser melhor do que já foi.

Sou feliz por não me identificar com as tristes narrativas de orientação da pós-graduação; pela oportunidade de representar outros alunos; pelas múltiplas habilidades adquiridas; pelos lugares conhecidos; pelas pesquisas em que pude participar; e pelas pautas que eu pude defender.

‘Só tem bicha na cidade?’

A cena aconteceu segunda passada, no Bob's do Largo do Machado. Um senhor se recusou a ser atendido por um funcionário transsexual. No que o gerente, gay, pôs as mãos na cintura e disse: "Homofobia é crime!". A polícia foi chamada e, para a surpresa do senhor, o PM também era homossexual. "Só tem bicha nessa cidade?", soltou. O homem acabou sendo levado à 10ª DP, em Botafogo, onde foi autuado por desacato à autoridade e crime de homofobia.

RESUMO

Esta pesquisa trata sobre a interseção entre Epistemologia do armário e Criminologia *queer*, com centralidade metodológica em uma Análise do Discurso de policiais militares LGBTQIA+ do estado de Minas Gerais sobre as vivências do armário e a tratativa do crime. A incipiência da vertente *queer* da Criminologia no Brasil somada à tentativa de união da obra *Epistemology of the Closet* (1990) de Eve Kosofsky Sedgwick, representam uma tentativa de abordagem de vivências periféricas sobre como o armário da sexualidade influencia a lida com crimes. O propósito principal foi de elaborar contribuições para o campo criminológico voltado para as sexualidades dissidentes, com perquirição teórica e perspectiva empírica. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, em que a pesquisa bibliográfica foi realizada, principalmente, na obra de Sedgwick, e nos revisionistas sobre o tema, enquanto a coleta de dados se deu pela realização de entrevistas semiestruturadas com policiais militares de Minas Gerais que se identificavam como pessoas LGBTQIA+. Os agentes foram selecionados por amostragem de bola de neve e por disponibilidade de participação. Os dados foram analisados qualitativamente utilizando as categorias teóricas extraídas do livro *Epistemology of the Closet*, os estudos da Análise do discurso de vertente francesa, e com o suporte do *software Atlas Ti-8* para organização e seleção de enunciados. A análise dos dados indica a existência de diversas modalidades de armários dentro das corporações militares, que, direta ou indiretamente, influenciam na forma com que policiais lidam com ocorrências criminosas, especialmente aquelas em que pessoas *queer* estejam envolvidas, sejam elas vítimas ou praticantes dos delitos. Dentro das corporações, cria-se um ciclo de repressão e silenciamento, mobilizado por uma disciplinação dos sujeitos, assumidos ou não, que são movidos constantemente por sentimento de pânico e paranoia. Com isso, tem-se um sistema de duplas amarras, com argumentos ambíguos e negativos à vivência da sexualidade. Fora das corporações, foi possível observar uma violência espelhada, em que, devido à antecipação de punição, os agentes se distanciam de outros sujeitos *queer* para que não sofram com represálias institucionais ou piadas discriminatórias. A influência na tratativa do crime incide, principalmente, nas lacunas em registros de ocorrências, atos preconceituosos em abordagens, medo de interação entre os grupos, e induzimento à preterição da homotransfobia em delitos. A dissertação contribui à Criminologia *Queer* por centralizar experiências policiais dissidentes, por compreender o impacto dos armários em abordagens envolvendo indivíduos LGBTQIA+, e por identificar aspectos criminológicos advindos das instituições e da forma com que a subjetividade sexual e de gênero é interpretada.

Palavras-chave: Armário; *Queer*; Criminologia; Polícia Militar; LGBTQIA+.

ABSTRACT

This research addresses the intersection between Epistemology of the Closet and Queer Criminology, with a methodological focus on Discourse Analysis of LGBTQIA+ military police officers from the state of Minas Gerais regarding closet experiences and the treatment of crime. The nascent nature of the queer branch of Criminology in Brazil, combined with the attempt to integrate Eve Kosofsky Sedgwick's seminal work "Epistemology of the Closet" (1990), reflects an effort to approach peripheral experiences concerning how the sexuality closet influences the handling of crimes. The main objective was to contribute to the criminological field focused on dissident sexualities, through theoretical inquiry and empirical perspective. Methodologically, this is an exploratory qualitative study in which a bibliographic review was conducted, primarily based on Sedgwick's work and subsequent revisions on the topic. Data collection involved semi-structured interviews with military police officers from Minas Gerais identifying as LGBTQIA+. The participants were selected through a snowball sampling method and based on their availability to participate. The data were analyzed qualitatively using theoretical categories derived from "Epistemology of the Closet", French discourse analysis studies, and the support of the Atlas Ti-8 software for organizing and selecting statements. The data analysis indicates the existence of multiple forms of closets within military institutions, which directly or indirectly influence how police officers handle criminal incidents, particularly those involving queer individuals, whether as victims or perpetrators. Within these institutions, a cycle of repression and silence emerges, driven by disciplinary mechanisms imposed on both openly queer and closeted individuals, often resulting in feelings of panic and paranoia. This creates a double binding system marked by ambiguous and negative arguments regarding the experience of sexuality. Outside the institutions, mirrored violence was observed, with agents distancing themselves from other queer individuals to avoid institutional repercussions or discriminatory jokes. The impact on crime handling manifests mainly in gaps in incident reports, prejudiced actions during interventions, fear of interaction between groups, and tendencies to neglect homotransphobia in offenses. The dissertation contributes to Queer Criminology by centering on the dissident experiences of police officers, understanding the impact of closets on police approaches involving LGBTQIA+ individuals, and identifying criminological aspects stemming from institutions and the ways in which sexual and gender subjectivity is interpreted.

Keywords: Closet; *Queer*; Criminology; Military Police; LGBTQIA+.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Tabela 1 - Identificação dos entrevistados.....44

Figura 1 - Transmissão Social do discurso sobre armários67

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Dívidas e Heranças	17
1.2 Considerações terminológicas	23
2. VIA(DA)GEM PELO MÉTODO	31
2.1. Primeiro Espelho: A Análise do Discurso.....	32
2.2. Segundo Espelho: O Método do armário	39
2.3. Terceiro Espelho: Operacionalização da Coleta e da Análise dos dados.....	43
3. A EPISTEMOLOGIA DO ARMÁRIO	50
3.1. Os armários e seus esqueletos	50
3.2. Sistemas de duplas amarras	56
3.3. Pânico e Paranoia.....	68
4. CRIMINOLOGIA <i>QUEER</i>: EFEITOS INTERPESSOAIS DO CONTROLE	80
4.1. Crime e sexualidade perante o Estado e a necessidade de uma Criminologia <i>Queer</i> ...	80
4.2. Masculinidade institucionalizada e policiamento	88
4.2.1. Principais evidências da interação entre policiamento e sexualidade	95
5. MIRRORING VIEW: PERCEPÇÕES POLICIAIS DOS ARMÁRIOS	100
5.1. O espetáculo do armário	100
5.1.1. Autorrevelação e autonominação.....	101
5.1.2. Sistema de duplas amarras.....	104
5.1.3. Antissentimentalidade/Sentimentalidade	112
5.1.4. Disciplina violenta e exemplar e <i>Mirror-violence</i>	126
5.1.5. Pânico masculino/Paranoia.....	136
5.1.6. Armário e Relações do armário	144
5.2. Tangências: linhas de ação e de fuga.....	151
5.3. Efeitos na Criminologia.....	158
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173
ANEXOS	182

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, proponho-me a elaborar contribuições para a Criminologia a partir das categorias teóricas da *Epistemologia do Armário* (1990), de Eve Sedgwick. Tais categorias serão observadas nos discursos de policiais que, ao lidarem com as próprias sexualidades, são confrontados com o público *queer* no cotidiano da profissão. A questão central da pesquisa é: *De que maneira, segundo a percepção de policiais de sexualidade dissidente, os armários presentes na Polícia Militar podem influenciar na tratativa do crime?* Para responder a essa pergunta, realizo uma análise hermenêutica da subjetividade contida nos discursos desses policiais.

Nesta dissertação, pretendo demonstrar como os “armários institucionais” da Polícia Militar de Minas Gerais moldam as práticas e os discursos sobre o crime. Eles funcionam como dispositivos normativos que regulam não apenas a conduta dos sujeitos *queer* dentro da corporação, mas também sua percepção e abordagem do delito. Tais armários impõem silenciamentos, disciplinam performances e produzem subjetividades dentro de uma lógica binária e heteronormativa. Consequentemente, afetam a forma como policiais com sexualidades dissidentes vivenciam sua rotina profissional e lidam com cidadãos igualmente dissidentes no contexto da atuação policial. Fica evidente, assim, que o controle da sexualidade e a manutenção de uma masculinidade institucionalizada não apenas influenciam a estrutura interna da corporação, mas também atravessam e definem a construção do que é considerado crime, quem deve ser punido e como o poder de polícia é exercido.

A principal tese defendida é que esses armários não são meros espaços simbólicos de ocultamento, mas sim dispositivos ativos de produção de verdade, controle e exclusão na estrutura penal. A contribuição original deste trabalho reside na articulação da *Epistemologia do Armário* com os estudos da Criminologia *Queer*, oferecendo uma análise discursiva inédita sobre como esses mecanismos operam na segurança pública brasileira. Com isso, proponho uma criminologia sensível às múltiplas identidades e às violências - simbólicas e institucionais - perpetuadas pelo silêncio, pela normalização da heteronormatividade e pela construção discursiva da masculinidade hegemônica no ambiente policial.

Por envolver dinâmicas do público e do privado, a Análise do Discurso revelou-se um método viável de investigação. A escolha de policiais militares como sujeitos da pesquisa, por sua vez, decorreu de dois fatores principais: as características intrínsecas ao militarismo e o papel central que esses agentes desempenham na repressão de crimes - uma circunstância fundamental para a Criminologia. Embora a Criminologia tradicionalmente foque em vítimas

e delinquentes, a perspectiva dos agentes de controle social é igualmente crucial. Portanto, os policiais militares foram escolhidos como foco metodológico deste estudo, e não como seu objeto teórico central.

De maneira ampla, este estudo pretende somar-se ao crescente acervo da chamada Criminologia *Queer* ou "Criminologia Transviada", como tem sido designada no Brasil. Para isso, resgato uma obra fundamental da literatura *queer* e a analiso em uma realidade contemporânea que envolve o crime: a situação de profissionais *queer* responsáveis por lidar com outros indivíduos *queer* em um contexto de delito e silenciamento institucional.

Para compreender as categorias teóricas que fundamentam a análise, é essencial conhecer a autora que as propôs: Eve Kosofsky Sedgwick. A teórica e poetisa ajudou a construir o que hoje se denomina Teorias *Queer*. Alinhada a uma vertente de pensamento foucaultiana, ela acreditava que “conhecimento e sexo se tornam conceitualmente inseparáveis um do outro” (Sedgwick, 2007, p. 73). Entre suas diversas produções, destaca-se *Epistemologia do Armário* (*Epistemology of the Closet*, 1990), considerada uma obra seminal tanto em seu acervo quanto nos estudos *queer*. É o brilhantismo desta obra que se busca aproveitar nesta pesquisa para compreender as relações do armário e seus complexos desdobramentos no discurso criminológico militar.

O livro é composto por uma série de ensaios nos quais Sedgwick unifica análises minuciosas da cultura de sua época e prospecções sobre como os binarismos - não apenas de gênero, mas de diversas naturezas - moldaram o período considerado como Modernidade. Uma questão central que perpassa a obra é o quanto nosso saber sobre o mundo foi e ainda é influenciado pela dinâmica entre homossexualidade e heterossexualidade. Essa resposta se desdobra ao longo do texto com a apresentação de categorias teóricas que, embora aparentemente não relacionadas à sexualidade, estão intrinsecamente ligadas aos pontos de vista ocidentais sobre o tema (Sedgwick, 1990; Garcia, 2018).

As categorias da *Epistemologia do Armário* apresentam-se, assim, como lentes instigantes para analisar o discurso contemporâneo acerca das relações do século XXI. Sua relevância se amplia ao considerarmos que não se restringem à temática sexual e que as dualidades excludentes estão longe de se esgotar.

Observe, por exemplo, que os estudos sobre os armários têm repercutido na produção cultural e midiática, especialmente em produções de *streaming* e televisão, que agora são interpretadas sob a ótica da teoria do *closet*. Tais representações manifestam uma forma de atualização dos estudos iniciados na epistemologia do armário e destacam os impactos do capitalismo no processo de “*coming out*”. Exemplos disso incluem o uso pedagógico de obras

de comédia para representar pessoas *queer* e promover o rompimento com a hetero e a homonormatividade (Henry; Bryan; Neary, 2023).

Assim, o potencial argumentativo das Teorias *Queer* e, mais especificamente, da teoria do armário, é ressaltado como um instrumento de interpretação e modificação da realidade, seja nas ruas, na televisão, nas instituições ou na Academia. Contudo, assim como os benefícios, os entraves também se multiplicam. Isso se torna evidente quando se coloca em perspectiva o Direito, o Desenvolvimento Social e as Políticas Públicas, campos nos quais há um intenso e controverso debate sobre a adequação dessas teorias ao formalismo jurídico e às relações políticas. Por outro lado, reconhece-se o papel crucial que a crítica não heterossexual e não cisgênero pode trazer para superar a visão essencialista e assimilacionista dessas discussões (Ramos, 2021; Garcia, 2021).

Como exemplo da evolução nas representações de armários, Russo (1973) já evidenciava o papel do cinema em retratar o sujeito *queer* de forma caricata, estigmatizada ou decadente - uma tendência que, embora remeta aos anos 1990, ainda persiste em produções cujo final trágico para personagens LGBTQ+ configura uma "representatividade ruim". Em um movimento nominado "*bury your gays*" (enterre seus gays), diversas séries apresentam vidas trágicas e mortes súbitas como o caminho narrativo definitivo, a exemplo de *Game of Thrones*, *The 100* e *Killing Eve* (Henry; Bryan, Neary, 2023). Em contrapartida, existem histórias de *coming out* que destacam uma faceta mais saudável e esperançosa da vivência *queer*, e é aí que o estudo dos armários se sobressai. É o caso da adaptação do livro "*Heartstopper*", da série "*Love, Victor*" e, em uma ótica nacional surpreendentemente positiva, dos filmes "Hoje Eu Quero Voltar Sozinho" e "Alice Júnior". Isso não significa que tramas trágicas inexistam nessas histórias, o que não seria verossímil; significa, antes, que as representações atuais apresentam uma multiplicidade de armários, e não apenas os infelizes.

A adequação das Teorias *Queer* aos diversos campos de estudo e produções artísticas demonstra uma notável resiliência quando confrontada por argumentos conservadores, radicais ou contrários a pautas pós-modernas. Exemplos disso encontram-se na sua articulação com o Direito e a Criminologia, mesmo diante de críticas de autores como o jurista brasileiro conservador Pavinatto (2022) ou Elbert (2010), que questiona a atomização de pautas. Apesar desses desafios, trabalhos fundamentados nessas teorias promovem a reestruturação de problemas socioinstitucionais a partir de novas óticas, fornecendo perspectivas e alternativas para a interpretação e a busca de soluções.

De certa forma, a esfera midiática serve como um reflexo das interações entre a sociedade e a academia, adentrando sutilmente os espaços institucionais: seja nos sofás das

casas, seja nos locais de trabalho. Destaco este último como um campo de observação central nesta pesquisa e ressalto a argumentação teórica *queer* como ferramenta útil na identificação dos efeitos opressivos dos armários nas instituições (públicas e privadas), no ingresso ao mercado de trabalho e nas práticas discriminatórias do ambiente laboral (Irigaray, 2008; Souza; Carrieri, 2010). Além disso, ela promove mudanças organizacionais nos métodos de investigação científica, pois, como aponta Souza (2017, p. 319), não se trata apenas de conhecer minorias, mas também de desvelar as "identidades hegemônicas naturalizadas como padrão e normais".

Diante disso, cabe contextualizar a necessidade deste estudo, uma empreitada original por unir os estudos dos armários com a Criminologia e por focar na realidade de Minas Gerais, Brasil. Ressalto este ponto porque os estudos que tratam de agentes da segurança pública, crime e sexualidade, embora diversos, centram-se em realidades estrangeiras. Alguns dos pioneiros são “Gay Cops” de Leinen (1993) e “Coming out of the Blue” de Marc Burke (1993). Ambos se debruçaram sobre narrativas de policiais gays e lésbicas, o primeiro em Nova York (EUA) e o segundo no Reino Unido. É importante destacar o valor dessas pesquisas para seus respectivos países, visto que, após suas publicações, algumas jurisdições nos EUA proibiram a discriminação laboral por orientação sexual, e no Reino Unido, as agências policiais se tornaram notavelmente mais receptivas à comunidade gay (*gay-friendly*) (Panter, 2018).

Ademais, considerando a presença de transexuais na atividade policial, ainda que mínima, existem pesquisas sobre as motivações para o ingresso dessas pessoas em instituições americanas e inglesas. Tais estudos abordam também os aspectos organizacionais, a percepção de agentes cisgêneros, as dificuldades ocupacionais e as questões administrativas enfrentadas tanto por policiais trans quanto por civis trans em conflito com a lei (Panter, 2017; 2018).

No Brasil, também se expandem as pesquisas que interseccionam delito, sexualidade, identidade de gênero e segurança pública. Como reforço, cito os estudos de Serra (2017a, 2017b) sobre o discurso judicial na criminalização de travestis, a partir da análise de 100 acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo, que o levou a perceber a reprodução de travestis como figuras desviantes e criminosas. Na mesma linha, Martins (2022) parte de uma crítica criminológica *queer* para elaborar contribuições sobre o abolicionismo penal transviado como alternativa ao sistema penal. Em outro recorte histórico, Lima e Hogemann (2023) observam a “caça aos LGBTQIA+” durante a ditadura cívico-militar, apontando que, na ausência de criminalização formal, a perseguição era induzida de forma autoritária e discursiva.

Em Minas Gerais, grande parte das pesquisas sobre o tema está concentrada em universidades federais. Exemplos notáveis são os trabalhos de Faria (2023) e Martins (2010) na

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e os de Almeida, Souza e Nascimento (2018) e Brito (2021), respectivamente na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Trata-se de trabalhos diversos que abordam os "armários" em diferentes contextos - como arquitetura, saúde e psicologia social -, todos em diálogo com outras grandes áreas, mas nenhum com um enfoque direto na Criminologia ou na Segurança Pública.

No Norte de Minas Gerais, contudo, destacam-se pesquisas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) que investigam a presença de mulheres em instituições militares. Entre elas estão a análise da divisão sexual do trabalho no Corpo de Bombeiros (Araújo, 2011), o estudo sobre a percepção de mulheres em posições de comando na Polícia Militar (Araújo, 2022) e a análise das subjetividades de policiais mulheres a partir do espaço institucional militar (Oliveira, 2020). Tais trabalhos, embora essenciais para a compreensão do desenvolvimento humano na região, concentram-se na perspectiva de mulheres cisgênero e não têm a sexualidade como foco. Ainda assim, eles permitem a identificação prévia de certos armários institucionais e da importância da performance de gênero e conduta nesses espaços.

A escolha pela obra de Sedgwick representa o resgate de um conhecimento útil do passado, menos comum em referenciais contemporâneos dominados por nomes como Butler ou Foucault. Como defensora da multiplicidade, Sedgwick não se filia a uma corrente teórica específica, embora tenha inspirado profundamente as teorias *queer*, a *affect theory* e a teoria da performatividade (Edwards, 2009; Fawaz, 2019). Seu interesse residia em compreender as realidades heterogêneas e as múltiplas formas que elas adquirem. Em vez de focar nas dicotomias, ela se dedicou à alteridade em si: uma visão profunda sobre as diferenças entre os sujeitos e, crucialmente, sobre o que esses sujeitos *fazem* com tais diferenças (Fawaz, 2019). É essa perspectiva que se mostra particularmente aplicável aos tempos atuais, nos quais as identidades e diferenças são frequentemente transformadas em espetáculo.

Este questionamento específico de ‘*o que é feito com as diferenças*’ intersecciona o discurso institucional de controle dos corpos e comportamentos promovidos pela Criminologia – definida de maneira simplista como: “O estudo científico da natureza, extensão, causa, e controle do comportamento criminal” (Siegel, 2011, p. 4, Tradução livre).

Assim como a Criminologia, a área teórica do armário também se expande por múltiplos âmbitos, acolhendo as especializações de seus estudiosos para mapear seus impactos na sociedade. Enquanto a primeira abarca pesquisadores do Direito, Sociologia, Psicologia e Economia, entre outros (Siegel, 2011), a segunda se ramifica pelas instituições sociais,

buscando compreender seus efeitos em escolas, no trabalho, na polícia, em hospitais, na mídia e na família - campos que, evidentemente, não esgotam suas possibilidades (Williams, 2012).

As ciências criminais fundaram-se sob um parâmetro de racionalidade inerente à Modernidade, que prometia, por meio da tecnologia e do progresso, o bem-estar coletivo. Nessa toada, as agências de controle social emergiram como instrumentos para gerir os desvios e punir os delitos, atos considerados próprios dos "bárbaros" e vistos como falhas na promessa civilizatória instituída pela colonização violenta dos povos (Carvalho, 2013).

A Criminologia não objetiva apenas punir o transgressor, mas sim contextualizar o delito dentro de um complexo modelo social que envolve o delinquente, a vítima, o controle social, a lei penal e a sociedade (Fontes; Hoffmann, 2018). A lei penal, no entanto, distingue-se da repressão, que atua para silenciar de forma direcionada tudo aquilo que incomoda o Estado. Sobre o reprimido, não se deve falar, ouvir ou sequer afirmar sua existência. Esse movimento redutivo resulta em: exclusão dos circuitos de lucro, hipocrisia governamental, patologização, aprisionamento e a designação de um espaço permanente de clandestinidade para práticas consideradas impuras. A resposta do poder, como descreve Foucault (2005, p. 10), é tripartida: "interdição, inexistência e mutismo".

Nesse sentido, a Criminologia *queer* trilha um caminho que se entrelaça ao das criminologias feministas e dos estudos raciais. Tais campos foram essenciais para a compreensão de fenômenos criminais que historicamente prejudicaram a segurança desses grupos e, como é o foco deste estudo, da comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, *queer*, intersexuais, assexuais, entre outras expressões), cuja manifestação da orientação sexual e da identidade de gênero permanece insegura há séculos.

A Criminologia e os estudos *queer* possuem uma estranha ligação, e podem ser considerados companheiros de cama perigosos, sendo esta cama a própria ciência (Dwyer; Ball; Crofts, 2016). Algo que se interliga com o que questiona Groombridge (1999): *a criminologia não foi sempre queer em certo ponto?*

O suposto perigo descrito pelos autores remete principalmente à ótica pela qual pessoas LGBTQIA+ foram vistas pelas sociedades e pelas ciências. Os pesquisadores tendiam a estudar a diversidade sexual e de gênero como desvios antinaturais que necessitavam de correção, cura ou controle, tratando esses indivíduos como se pertencessem a uma espécie diferente e sexualmente defeituosa (Groombridge, 1999).

A sexualidade não foi analisada apenas por sexólogos, mas também por psicólogos, psiquiatras, educadores e sociólogos, todos imbuídos de um ideal de higienização do sexo e de

uma regulação que tornasse as performances de desejo e identidade "aceitáveis", ainda que por meios perversos (Miskolci, 2009). No século XIX, enquanto sexólogos buscavam identificar o "homem invertido" como distinto do "macho normal", criminólogos classificavam o "macho criminoso" de forma análoga. No que diz respeito às mulheres, ambos os grupos de estudiosos tinham dificuldade em diferenciar as "normais" das lésbicas e das criminosas. A solução encontrada foi definir, categoricamente, que mulheres criminosas e lésbicas eram masculinas, partindo da noção de que apenas homens possuíam marcadores de ação e desejo (Groombridge, 1999). Fica evidente que a Criminologia foi erguida sobre bases discriminatórias, o que se nota especialmente nas interpretações atribuídas àqueles que praticam crimes (Carvalho, 2012).

Nesta discussão, alguns sujeitos permanecem em silêncio ou apenas reproduzem o que lhes foi ensinado: os agentes da segurança pública. Dada a importância do seu papel na proteção da sociedade e na manutenção do Estado, os policiais militares, que lidam com o crime cotidianamente, podem oferecer uma visão ímpar sobre o que é controlado e o que é permitido no que tange à sexualidade. Em outras palavras, sobre o que fica dentro ou fora do armário institucional, posto que a própria construção do "bom soldado" pressupõe treinamento, valorização de características específicas e um nítido distanciamento entre civis e militares (Foucault, 2014; Huntington, 2016).

Neste estudo, foram realizadas algumas divisões para facilitar a compreensão da teoria e métodos que se empreende, o contexto em que se aplica e os dados que se coletou. Estrategicamente, divide-se esta pesquisa em quatro capítulos, além da introdução e considerações finais.

Ainda neste momento introdutório, são tecidas "Considerações terminológicas" quanto a alguns vocábulos e conceitos que são utilizados no decorrer do texto, tendo em vista a gênese dos estudos do armário estarem em pesquisas estrangeiras, além de demais nomes e siglas que serão empregadas e as motivações para tanto. Um outro momento no início deste trabalho está na apresentação das "Dívidas e heranças" de Eve Sedgwick, em que apresento as justificativas para a escolha desta obra, e explicito algumas críticas e lacunas carentes de reconhecimento.

O Capítulo 2, nomeado "Via(da)gem pelo método", trata sobre processo metodológico deste estudo. Tendo em vista se tratar de um trabalho de Análise do Discurso de linhagem francesa e da compreensão deste no controle e estruturação de instituições sociais em consonância com a Teoria do armário, é importante que os procedimentos e fundamentos utilizados sejam bem delimitados antes de se proceder à análise de fato. Divido esta seção do texto em três partes: "Primeiro Espelho: A Análise do Discurso"; "Segundo Espelho: O Método do armário"; "Terceiro Espelho: A Coleta e Análise de Dados".

O Capítulo 3, intitulado “A Epistemologia do armário” subdivide-se em três subtópicos, sendo eles: “*Os armários e seus esqueletos*”; “*Sistemas de duplas amarras*”; e “*Pânico e Paranoia*”. Trata sobre a obra de Sedgwick em perspectiva com a origem histórica e evolução do discurso em torno da sexualidade, e como ela se relaciona com as instituições de tratativa do crime na contemporaneidade, além de destacar os reflexos subjetivos das relações do armário nos sujeitos.

No Capítulo 4, “Criminologia *Queer*: Efeitos interpessoais do controle”, trabalho com o que envolver essa vertente, correlacionando-a com o papel estatal, com a masculinidade e o policiamento. Como subtópicos nesta sessão: “*Crime e sexualidade perante o Estado e a necessidade de uma Criminologia Queer*”, “*Masculinidade institucionalizada e policiamento*” e “Principais evidências da interação entre policiamento e sexualidade”.

Por último, os resultados da coleta e análise de dados estão apresentados no Capítulo 5, nomeado de “*Mirroring View*: Percepções policiais do armário”. Subdividido em “O espetáculo do armário” com apresentação das análises por categorias teóricas; “Tangências: linhas de ação e de fuga”, com uma materialização prática das estratégias desenvolvidas para mitigar danos do armário; e “Efeitos na Criminologia” com considerações sobre como esses armários afetam o tratamento do crime e as vivências de pessoas LGBTQIA+ envolvidas em delitos. E em seguida, em uma área específica, estão expostas as considerações finais sobre o processo de pesquisa e os resultados encontrados.

1.1. Dívidas e Heranças

A transposição de uma obra teórica para contextos e tempos distintos de sua origem é um exercício que sempre acarreta riscos e potencialidades. Nenhum referencial teórico está isento de críticas, e isso se aplica tanto a Sedgwick quanto a Foucault, Butler, Paul Preciado e aos demais autores mobilizados nesta pesquisa. Naturalmente, as análises aqui propostas também estão sujeitas a escrutínio. Por isso, e para evitar equívocos interpretativos grosseiros, é fundamental reconhecer as 'dívidas' intelectuais que se contrai ao aceitar a 'herança' da obra de Eve Sedgwick.

A analogia que intitula esta seção foi-me apresentada pelo professor doutor Rafael Baioni do Nascimento, durante a disciplina de “Gênero e Diversidade” do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Inspirado nos ensinamentos de Theodor Adorno, o professor utiliza os termos “dívidas” e “herança” em sentido conotativo, e a disciplina, como um todo, contribuiu significativamente para a construção desta pesquisa. Os termos não se

referem ao seu sentido jurídico ou econômico, mas sim a um balanço intelectual: a *herança* é todo o arcabouço teórico deixado por Eve Sedgwick que pode ser utilizado de maneira positiva hoje; as *dívidas* são as lacunas e as críticas feitas à sua obra, que podem ser revistas ou supridas pelas transformações temporais e sociais. Assim, aquele que se apropria de um legado teórico deve reconhecer suas ausências e, com isso, buscar supri-las, mitigá-las ou, no mínimo, não repetir os erros do autor original. Propor uma correção completa das lacunas da teoria do armário seria uma tarefa pretensiosa, mas a ciência é feita a várias mãos. Esta dissertação é, portanto, uma tentativa de extrair contribuições dessa herança e, com a minha perspectiva, saldar algumas dessas dívidas.

Para tanto, adoto neste texto um formato de *queer first person*. O termo, que surgiu espontaneamente nos estudos da sexualidade, refere-se à escrita na primeira pessoa do singular que assume e visibiliza a vivência dissidente do autor (Edwards, 2009). Escrever em *queer first person* significa, portanto, reconhecer que o autor deste estudo é uma pessoa *queer*. Contudo, o objetivo não é esmiuçar aspectos da minha identidade como forma de contribuição, mas sim adicionar uma nova voz dissidente a um tema que conheço tanto pela investigação acadêmica quanto pela vivência. Essa escolha metodológica também se mostra crucial para a análise do discurso, uma vez que minha própria experiência inevitavelmente informa a interpretação dos dados colhidos.

Não apresento aqui um histórico da minha relação com o armário, pois não se trata de um estudo autobiográfico. Contudo, a análise de Sedgwick possui seus limites, e é justamente nesse espaço que minha perspectiva como pesquisador atua para analisar os dados e produzir interpretações que cumpram os objetivos propostos. Ser uma pessoa de sexualidade dissidente, inquestionavelmente, faz com que a escrita, as entrevistas e as elaborações sobre o tema partam de um lugar distinto - assim como também pode ocorrer com a perspectiva do meu leitor.

É importante destacar que não sou policial nem agente da segurança pública, o que me posiciona de fora dessas instituições e me permite abordar temas sensíveis com maior distanciamento. Nesse sentido, não pretendo falar *pelos* corporações ou *pelos* agentes que entrevistei, mas apenas oferecer minha capacidade analítica de pesquisador sobre o material que me foi concedido.

Assim, a crítica e a vulnerabilidade podem se tornar potentes instrumentos de produção científica. Com esta escrita, percebi que os espaços acadêmicos que frequentei e os contatos familiares, amorosos, fraternos e de trabalho que tive estão repletos de armários e de violência, alguns mais explícitos que outros. Contudo, também encontrei diversas alternativas de enfrentamento e subjugação desses dispositivos de controle: amigos que prontamente se

assumiram, outros que nunca sentiram tal necessidade, planejamentos táticos de saída do armário, reafirmações constantes, autocontrole da performance, dificuldades no trabalho, relações perigosas, esconderijos psicológicos e físicos...

A exposição das dívidas e heranças que proponho nesta seção é uma estratégia de escrita que visa não apenas evitar a repetição de erros teóricos, mas também incluir experiências que não foram, ou não puderam ser contempladas pelos autores aqui utilizados.

As críticas direcionadas a Eve Sedgwick e à sua obra, *Epistemology of the Closet*, derivam principalmente do período de seu lançamento, mas não apenas dele. A década de 1990, que se seguiu à publicação, foi um divisor de águas na luta por uma expressão segura de sexualidade e identidade de gênero, especialmente diante da "crise da AIDS" e da intensificação dos debates sobre direitos civis (Garcia, 2018). Academicamente, o momento foi crucial para a ascensão da escritora, que se tornou altamente requisitada nas universidades. Entretanto, os ataques nem sempre se dirigiam ao seu trabalho, mas frequentemente ao que ela representava como ativista. Interpretava-se a mudança na academia como a causa das transformações na vida sexual ocidental.

Inicialmente, a obra de Sedgwick gerou estranhamento nos círculos acadêmicos da época, mas opiniões mais embasadas surgiram posteriormente. Apesar da inegável influência do livro para as Teorias *Queer*, é notável que seus argumentos não alcançaram o *mainstream* acadêmico com a mesma força de Judith Butler, por exemplo (Silva, 2019). Isso, contudo, não minimiza o impacto da teoria do armário. Pelo contrário, noto a atualidade de seus tópicos ao observar que um dos argumentos de maior apelo no corpo social (ou, pelo menos, em círculos gays liberais) é o de que "se nasceu desse jeito, então está tudo bem", justamente a visão minorizante que a teórica problematiza (Sedgwick, 1990; Garcia, 2018).

Uma das críticas feitas aos argumentos do livro dizia respeito ao uso excessivo da heterossexualidade como referencial para descrever a sexualidade no século XX. Goldberg (2021), o autor da crítica, retratou-se posteriormente, reconhecendo que sua leitura inicial foi uma má interpretação de um argumento que, por ser poderoso, era de difícil compreensão. Ele passou a entender que a constante vinculação do termo "homossexual" ao "heterossexual" não significava que o primeiro não fosse autossuficiente no léxico da época, mas era, na verdade, uma forma de demonstrar quão interligadas ambas as identidades estavam.

Além disso, a obra da crítica estadunidense é por vezes considerada superficial no que concerne às vivências lésbicas. Ao se distanciar de certas vertentes do feminismo nos estudos da sexualidade, Sedgwick reafirma a necessidade de novas abordagens, distintas de uma ótica puramente feminista (Sedgwick, 1990). E, embora concentre seus esforços na análise da

sexualidade e da socialidade masculina, ela reitera a importância de se considerar o espectro sexual em sua totalidade, seja ele masculino, feminino ou nenhum dos dois (Garcia, 2018).

Essa interpretação decorre, principalmente, do foco da autora na homosocialidade (a relação social entre homens) e na homossexualidade (o desejo entre homens), especialmente em seu livro *Between Men* (1985). Embora ambas as obras se concentrem no masculino, elas não deixam de contemplar o lugar reservado à mulher na sociedade como consequência dessas relações. Na introdução de *Epistemology*, ao tratar da terminologia, a própria autora reconhece as questões de identificação com os termos (como mulheres que amam mulheres e se definem como lésbicas, mas não como *gays*). Ela esclarece que, ao se referir à "homossexualidade", não faz distinção de gênero, mas se refere ao fenômeno do desejo entre pessoas do mesmo sexo. Sedgwick explica que parte da confusão se deve à falsa etimologia que liga o prefixo ao termo latino *homo* (homem), quando, na verdade, ele deriva do grego *homos*, que significa "igual".

O Axioma 2 de *Epistemology of the Closet* auxilia na compreensão dessa distinção, ao propor o seguinte: “*O estudo da sexualidade não é coextensivo com o estudo do gênero; correspondentemente, a investigação anti-homofóbica não é coextensiva com a investigação feminista. Mas não podemos saber de antemão como serão diferentes*” (Sedgwick, 1990, p. 27, tradução nossa). Em suma, a lógica é que nem todas as discussões sobre sexualidade serão análogas às pautas feministas, especialmente as de vertente radical. A autora prossegue, elucidando que, embora existam questionamentos semelhantes em ambas as frentes, as respostas não serão igualmente úteis para as duas. Pode-se pensar, assim, na sexualidade lésbica: ela possui problemas específicos que não são idênticos aos de homens gays, bissexuais ou pessoas transexuais, e iniciar as investigações a partir de outros referenciais pode ser um caminho profícuo.

Em sequência, o Axioma 3 reconhece a dificuldade de se conceituar identidades gays e lésbicas, seja em conjunto ou separadamente. Embora pareça contraditório, a nomeação desses grupos é o que lhes confere condição de existência. Ao mesmo tempo, esse processo de classificação deve ser cauteloso para não homogeneizar os indivíduos e suas respectivas pautas (Silva, 2019; Sedgwick, 1990). Em outras palavras, cada letra e símbolo da sigla LGBTQIA+ representa uma identidade singular com necessidades específicas, mas uma separação absoluta entre essas construções pode ser contraproducente nos âmbitos político e teórico.

Outro ponto essencial de crítica que deve ser ressaltado é a relação das Teorias Queer, especialmente a obra de Sedgwick, com a raça. Embora essa vertente de estudos se proponha como um "guarda-chuva" para todas as dissidências - com expoentes como Gloria Anzaldúa, Letícia Nascimento e Tatiana Nascimento, uma análise dos teóricos mais proeminentes do

movimento, como Sedgwick, Butler e Paul Preciado, revela que a raça é frequentemente apenas citada, e não profundamente contemplada (Weimer, 2021). As críticas a Sedgwick nesse quesito não são infundadas. Suas análises culturais mencionam a questão racial, mas a discussão central não parece ser verdadeiramente influenciada por ela. Ross (2005), por exemplo, destaca que a fixação no conceito de armário como ponto de partida para os estudos da sexualidade pode excluir perspectivas raciais sobre a própria dinâmica do "dentro/fora". O autor critica essa centralidade excessiva, que ele intitula "claustrofilia". Contudo, Ross não apenas critica, mas também ressalta o imenso potencial que a intersecção dessas áreas pode trazer para o desenvolvimento social.

Essa lacuna motiva comparações entre as elaborações de Sedgwick e as de Teresa De Lauretis, outra expoente das Teorias *Queer*. Ambas são vistas como autoras que, apesar de mencionarem raça, promovem um recorte de pesquisa que não a contempla em profundidade. Longe de invalidar suas contribuições, essa ausência levanta questionamentos importantes sobre a própria possibilidade de analisar o mecanismo do armário sem considerar aspectos de classe e raça (Ross, 2005; Weiner, 2021). A teoria ainda não delimitou completamente os contornos da branquitude, mas a relação que este conceito estabelece com a homonormatividade, o liberalismo e as políticas de assimilação *queer* é um tópico essencial para se pensar em epistemologias mais inclusivas.

Infelizmente, ao considerar o *corpus* metodológico deste trabalho, as entrevistas praticamente não perpassam pelos temas raciais, o que impossibilitou a análise de tópicos neste sentido. Portanto, apesar de se considerar as críticas direcionadas à autora e o contexto (mineiro) dos entrevistados, vislumbro que ainda há uma ausência neste ponto.

Apesar dessas lacunas teóricas, é inegável a importância das Teorias *Queer* como instrumentos de subversão e compreensão da realidade dissidente. Afinal, a complexidade das identidades ultrapassa um único eixo: pessoas trans e intersexuais podem ser heterossexuais; bissexuais podem se relacionar com pessoas do sexo oposto ou não estar em relacionamento algum; assexuais podem ou não se envolver em relações românticas. Todas essas pessoas, em suas singularidades, também podem ser atravessadas por violências fundadas em raça e classe. Academicamente, ao refletir sobre as diversas identidades que buscam reconhecimento hoje, percebo as diferentes formas como os "dispositivos de sexualidade" (Foucault, 2005) se adaptam às instituições sociais, manifestando-se de maneira única em cada instância, a depender de múltiplos marcadores físicos e performativos. Academicamente, ao se pensar nas diversas identidades e orientações sexuais nomeadas atualmente, e em busca de reconhecimento, percebo as diferentes formas de adaptação dos dispositivos sexuais às

instituições sociais (Foucault, 2005), e a manifestação única em cada instância e com variáveis de marcadores físicos e performativos.

A "esfera do corpo" definida pela raça torna-se ao longo do tempo (momentos, dias, semanas, décadas, séculos?) o modelo para outras "novas identidades de corpos" definidas por algo diferente da raça: gênero, sexualidade, classe, criminalidade etc. A abstração do "corpo" em mais uma abstração de sua "esfera" – atualmente uma maneira habitual e necessária de falar sobre esses problemas na academia – tem o efeito de encobrir como o corpo de uma única pessoa poderia, desde o início (isto é, no momento originário dentro do século XIX ou em qualquer tempo), ser visto como portador de marcadores visíveis e invisíveis de mais de um discurso identitário já interfundido e incorporado naquela única pessoa (Ross, 2005, p. 135, Tradução livre).

Um dos posicionamentos de Sedgwick (1990) sobre raça reside em sua tentativa de definir sexo, gênero e sexualidade de forma encadeada: a raça deveria ser entendida através da classe; a classe, por sua vez, analisada sob a ótica do gênero; e o gênero, por fim, interpretado pelas especificidades da sexualidade. Essa formulação hierárquica, contudo, não está isenta de objeções e motivou críticas sobre a forma como teóricos proeminentes do movimento *Queer*, como Sedgwick, Butler e Preciado, frequentemente apenas citam a raça, sem contemplá-la em profundidade (Weimer, 2021).

Em contraste direto com a visão de Sedgwick, autoras como Gloria Anzaldúa (2005) propõem a indissociabilidade desses elementos. Anzaldúa expande a noção de *queer* para além da sexualidade, interpretando-o como um "lugar fronteiro" onde as diferenças se mesclam para constituir sujeitos de múltiplas constituições. Para ela, o *queer* é, por essência, racializado - uma visão certamente influenciada por sua origem como mulher chicana.

No Brasil, um exemplo potente dessa intersecção é o "cuiérlombismo" de Tatiana Nascimento (2018). Trata-se de uma descolonização conceitual que evolui do "queerlombismo" e do "quilombismo" de Abdias do Nascimento (2020), funcionando como uma estratégia de desconstrução da heterocisnormatividade a partir de narrativas e epistemologias negras.

A relevância dessa discussão se acentua quando observamos os dados sobre criminalidade no Brasil. Pessoas negras e pessoas trans seguem sendo as mais vitimadas, inclusive dentro da classe profissional de policiais (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). A vulnerabilidade é ainda maior para aquelas que não possuem reconhecimento social pleno, especialmente se forem negras e periféricas (Medeiros; De Castro; Siqueira, 2022). Somada a esses dados, a afirmação de que “o *queer* nasce racializado” (Weiner, 2021, p. 208) evidencia o cruzamento crucial desses temas. Ignorar tais marcadores na análise, portanto, representa um profundo prejuízo epistemológico.

Esse prejuízo ocorre porque o paradigma do "se assumir", quando interpretado como um fenômeno exclusivamente branco, desencadeia uma noção binária e comparativa. Ele associa o estar "fora do armário" ao progresso e o estar "dentro" ao atraso, fazendo com que o desenvolvimento do indivíduo passe a ser mensurado por sua liberdade psicosssexual perante o corpo social ou mesmo perante a própria minoria da qual faz parte. Essa narrativa, contudo, deriva de experiências majoritariamente europeias e não comporta outras realidades e vivências (Ross, 2005). É o caso do Brasil e, especificamente, de Minas Gerais, um contexto marcado pela profunda influência colonial, cristã e patriarcal, onde tais diferenças precisam ser consideradas na análise (Cardoso Júnior et al., 2022).

Apesar das críticas aqui apresentadas aos estudos do armário de Eve Sedgwick, sua obra permanece extremamente relevante para a investigação e a observação. Como bem destacam os estudiosos do tema, o armário é uma ferramenta invisível e ampla que, nem por isso, se torna menos opressiva ou imperceptível.

Feitas as devidas ressalvas quanto à obra em discussão, passo a explicar os termos que utilizarei e as justificativas para suas escolhas. Como este é um estudo sobre o discurso e seu poder de construir a realidade, positiva e negativamente, cabe elucidar porque opto por escrever de uma forma em detrimento de outra.

1.2 Considerações terminológicas

A presente pesquisa dialoga com o interesse principal da linguística com perspectiva queer: compreender as formas com que expressões e afirmações comuns sobre sexualidade se tornam aceitáveis e consideradas sob noções orgânicas, corretas e óbvias (Leap, 2015). Sob este interesse, os estudiosos buscam compreender organizações institucionalizadas de autoridade normativa e poder dominante, como lecionado por Foucault (2005).

A problemática desta investigação está concentrada exatamente neste ponto: Quais efeitos os discursos institucionais dos armários na Polícia Militar causam na tratativa do crime? Portanto, contextualizar a fala é primordial para a compreensão deste espaço e dos reflexos sociais. Afinal “(...) a linguagem faz “mais real” minha subjetividade não somente para meu interlocutor mas também para mim mesmo” (Berger; Luckmann, 2004, p. 58).

Este prelúdio tem a intenção de apresentar a necessidade de um tópico específico para explicação dos termos utilizados e os motivos pelos quais foram escolhidos para expor as ideias presentes. A ruptura que se faz com cada tentativa de subversão da realidade pode se iniciar com o uso da linguagem como um ponto positivo e benéfico para a emancipação de limitações,

entretanto o criticismo que recai sobre a possibilidade de inexistência de limites entra em conflito com a ideia de uma ciência objetiva e técnica (Williams, 2012; Elbert, 2010).

A “novidade” teórica representada pela vertente criminológica concentrada na sexualidade requer a compreensão primária do termo “queer”. Trata-se de um vernáculo da língua inglesa que tem sido utilizado pelas ciências sociais em teorias contemporâneas com uma nova significação, tendo em vista que no originário se trata de algo estranho, esquisito ou até original. Anteriormente, o termo era atribuído de forma pejorativa a pessoas cuja performatividade social não se adequava ao padrão heterossexual, em sentido agressivo, assim como no português tem-se: “veado”, “bicha”, “boiola” e “sapatão”. Entretanto, ao aderir estes termos para descrever uma nova forma de se enxergar a criminologia, a perspectiva que se pretende é política e teórica, de ressignificação de palavras cuja interpretação era negativa, e que, agora, servirão como lembrete científico da discriminação que precedeu os estudos (Carvalho, 2012; Louro, 2008).

Não é um termo de fácil descrição, que possa ser resumido em algumas palavras, mas, possui uma base abstrata que requer sensibilidade e talvez um pouco de poesia (e vivência) para ao menos tentar. Pode representar um lugar em que o privado se torna público, mas também os meios de transformar preocupações públicas em privadas, ou vice-versa (Sellberg, 2019).

Queer é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transsexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. Queer é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina (Louro, 2008, p. 7-8).

Existe um duplo caminho significativo do termo, sendo que, em um primeiro momento, comporta esta nova maneira de se pensar, um modo de viver e ser que foge da centralidade e normalidade colocada por normas sociais regulatórias, especialmente aquelas de cunho heterocisnormativo, adere à transgressão das ambiguidades, ainda que não seja tolerado ou assimilado pelo sistema (Louro, 2016). Enquanto por outro lado, o termo pode ser uma alternativa à nomeação do grupo constituído por sujeitos cuja identidade de gênero e orientação sexual seja considerada “diversa” ou dissidente – sendo esta possibilidade mais problemática e de difícil manejo quanto à discussão de identidade (Souza, 2017).

Eder Van Pelt (2022) critica o esvaziamento e higienização que o termo recebeu, principalmente em contato com o Direito, uma área mais formal, que, por natureza, não abarcaria todo o caráter subversivo que o termo propõe. O autor entende que:

assumir-se como *queer* é como se colocar na posição do ‘não-ser’, é não se identificar dentro do modo como as políticas de reconhecimento estão se desenvolvendo, é uma revolta contra o alargamento do *status quo*, que vem se expandindo sem conseguir abarcar todos os marginalizados do sistema” (Van Pelt, 2022, p. 62).

No decorrer desta pesquisa, e frente as dificuldades institucionais de encontro de pessoas transsexuais, travestis, intersexuais, e assexuais no íterim da Polícia Militar, além da dificuldade que existe em se nomear o desejo, utilizo tanto o termo *queer* quanto a sigla LGBTQIA+ como representação das identidades que aqui exploro. A ‘sopa de letrinhas’, como é pejorativamente intitulada, se expande e busca englobar orientações sexuais e identidades de gênero que não se encaixam na normatividade heterossexual e cisgênero.

No decorrer desta pesquisa, e frente as dificuldades institucionais de encontro de pessoas transsexuais, travestis, intersexuais, e assexuais no íterim da Polícia Militar, além da dificuldade que existe em se nomear o desejo, utilizo tanto o termo *queer* quanto a sigla LGBTQIA+ como representação das identidades que aqui exploro. A ‘sopa de letrinhas’, como é pejorativamente intitulada, se expande e busca englobar orientações sexuais e identidades de gênero que não se encaixam na normatividade heterossexual e cisgênero.

Considero e admiro a expansão das Teorias Queer como instrumento de estudo do normal e do anormal, conforme lecionado por Sedgwick (1990), por isto, compreendo que a banalização do termo *queer* pode ser prejudicial para a contínua ampliação desta área, assim como destacado por Van Pelt (2022). Nesta investigação, inclusive, concentro-me em pessoas de sexualidade dissidente na segurança pública, porém, entendo que existem identidades hegemônicas nas organizações que compõem este setor público que também precisam ser identificadas e problematizadas, visto que:

Todas as formas de identidades necessitam ser entendidas como dispositivos de poder que organizam a sociedade por meio do estabelecimento de sistemas hegemônicos de lógica binária sobre o que é normal e o que é anormal, construindo categorias discursivas, identidades e hierarquias entre sujeitos (Souza, 2017, p. 319).

Faço a escolha de utilização de ambos os termos como forma de evitar o comprometimento deste estudo com as identidades que ainda não são ou não se sentem incluídas, por isso, ressalto desde já que não pretendo homogeneizar uma identidade em uma única palavra, mas manter um posicionamento crítico perante a universalização das categorias identitárias (Nascimento, 2019; Souza, 2017). Pelo contexto de remoção da opacidade que possui este trabalho, limitar algumas análises ao uso rígido de vivências que estão apenas ao

meu alcance pode ocultar outras que ainda não sejam contempladas pelos estudos e políticas de reconhecimento.

Como um verbo, o termo incorpora um chamado subversivo que encanta, mas que subverte a própria lógica do termo. Assim como Van Pelt (2022), que se sentiu “*queerizado*” quando começou a ler sobre as teorias, eu me interessei profundamente por um tema que conversava comigo – mas até que ponto eu sou o *queer* que falam? Até onde eu uso o *queer*, e até onde ele me usa? Em que momento eu me torno um produto visto nesta palavra?

Quem hoje tem medo da "teoria queer"? Fora do ambiente universitário, eu transitava pela Netflix e pelo Spotify e me deparava com o novo queer, o grande guarda-chuva de cor arco-íris ressignificado pelo neoliberalismo e pelo capitalismo das plataformas digitais que agora continha em si todas as letras do alfabeto LGBTQIA+. Queerizamos as bichas e as travestis. Queerizamos a música sertaneja e as músicas de amor. As séries queer são acessadas em qualquer lugar do mundo. O amor é queer e agora todos podemos ser felizes. As grandes empresas também viraram queer. O capitalismo é queer. Quanto custa ser queer? (Van Pelt, 2022, p. 22-23)

São questionamentos que podem mapear uma perspectiva colonizada do termo e das utilidades que ele possui. Ademais, além de concentrar em teoria apenas, o queer tem peso político. Uma das possibilidades de significado seria esta já explorada de uma “(...) malha aberta de possibilidades, lacunas, sobreposições, dissonâncias e ressonâncias, lapsos e excessos de sentido quando os elementos constituintes do gênero de alguém, ou da sexualidade de alguém, não são feitos (ou não podem ser feitos) para significar monoliticamente.” (Sedgwick, 2011, p. 200-201). Uma alternativa, e que se atem ao que penso, é a visualização do queer como além da sexualidade e do gênero, mas com raça, etnia e colonialidade como constituintes da identidade (Sedgwick, 2011).

Ademais, Sedgwick (2011) acrescenta que pode se referir as novas formas, significados em que discursos e organizações poderão ser mais livres nas suas relações, com a possibilidade constante de cruzar limites desnecessários, ao contrário de reforçá-los. Apesar de ser uma forma utópica de pensamento acadêmico, o *queer* é anti-separatista e anti-assimilacionista, ao contrário da acepção higienizada do gay e da lésbica (brancos e cisgêneros) pelo neoliberalismo.

Definidas as múltiplas faces do *queer*, parto para outra consideração terminológica no cerne destas discussões teóricas e das feministas: a interpretação de sexo, gênero e sexualidade. Uma tarefa empreendida por Butler (2010), Sedgwick (1990), Preciado (2022) e muitos outros, e que se tornou um ato polêmico e volátil, vide o posicionamento de Miskolci (2021) quanto à própria noção de cisgeneridade em contraposição a transexualidade, o que lhe transformou em persona non grata em alguns espaços de debate; ou a problematização do termo “orientação

sexual” por Butler (2010) e bell hooks, suscitados por Faria (2023, p. 111): “afinal, podemos não ter total agência em nossa sexualidade, mas ninguém também nasce sexualmente orientado a nada”. Ademais, “falar sobre sexualidade se tornou um monstro à espreita que poderia minar todas as supostas boas relações firmadas entre a sociedade e a estrutura familiar” (Silva, 2019, p. 26), portanto, cada termo, definição e posicionamento podem culminar em estratégia política favorável ou contrária ao que se defende (Nascimento, 2019).

São conceitos em constante estado de disputa pelo saber-poder (Foucault, 2005), com diversas áreas de estudo buscando incessantemente uma definição que comporte perfeitamente a compreensão que possuem, e por consequência, as instituições sociais os reproduzem (Louro, 2000; Gomes Filho; Santos; Silva, 2017). Afinal “as estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente, não há posição fora desse campo, somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação” (Butler, 2018, p.16).

Esta divisão sexual dos corpos permite uma noção assimétrica daquilo que é físico, e, por consequência, de tudo aquilo que lhe é decorrente – uma ideia reducionista que desencadeia o isolamento de órgãos sexuais reprodutivos como ferramenta de imposição doméstica às mulheres, sujeição da força de trabalho e atribuição de papéis socio reprodutivos em um sistema que beneficia ao órgão sexual masculino como fonte do impulso sexual, e a superfície erótica feminina como mera receptora (Preciado, 2014; Butler, 2018). Este poder discursivo polimorfo sobre as definições sexuais seriam o que Foucault (2005) chama de “verdade do sexo”.

Seguindo a lógica de que seres humanos tendem a se identificar como pertencentes de um dos dois gêneros, e de que os genitais de uma pessoa estão exclusivamente ligados ao desejo sexual que possui, temos um sistema em que bebês 'machos' se tornarão homens que desejam mulheres e bebês 'fêmeas' crescerão em mulheres que desejam homens, este sistema é a heteronormatividade (Lee, 2011).

Neste sistema, o uso dos genitais, a identificação de cromossomos e características atribuídas apenas a homens e mulheres, tudo deve estar em perfeito acordo para reprodução com parceiros do sexo oposto (Lee, 2011). Alguns efeitos destes sistemas afetam os bebês intersexuais, por exemplo, que enfrentam cirurgias e tratamentos hormonais para manter o alinhamento com o sistema heteronormativo. Outra consequência está nos procedimentos de redesignação sexual, muitas vezes interpretados como pecaminosos ou até "necessários" para que se mantenha a correlação genital-sexo-gênero-parceiro sexual. Assim, além de nominarem as incoerências biológicas, os saberes médicos estão em prontidão para corrigi-las (Gomes Filho; Santos; Silva, 2017).

Os órgãos sexuais, pelo menos da forma com que são reconhecidos atualmente, são vinculados intrinsecamente ao sexo, e isto decorre também da maquinaria heterossexual, que, como tecnologia, inscreve os corpos a um contexto de significação, naturalização e imobilização destes conceitos. Paul Preciado (2014) indica que a própria arquitetura do cotidiano, das pessoas, das instituições é resultado de “delimitações espaço-temporais” que criam um contexto sexual que auxilia na perpetuação da ordem binária entre homo/hetero, privado/público, social/íntima, dentre outros.

O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera por divisão e fragmentação do corpo; recorta órgãos e gera zonas de alta intensidade sensitiva e motriz (visual, tátil, olfativa...) que depois identifica como centros naturais e anatômicos da diferença sexual (Preciado, 2014, p. 25).

Gayle Rubin (1975) intitula a criação e a autojustificação de papéis de gênero de uma determinada sociedade de “sistema de sexo-gênero”. Não é necessário que os comportamentos 'façam sentido' para os demais, apenas para os praticantes. Portanto, quando pensamos em Brasil, existe um sistema específico que se difere dos demais, ainda que ocidentais, como a valorização da performance sexual como definidora de sexualidade no país: aquele que penetra (ativo) é lido socialmente como masculino, enquanto aquele que é penetrado (passivo) remete ao feminino (Nanda, 2000). Observado este exemplo, existe uma concentração menor nos órgãos sexuais como definidores de gênero, é o que Lee (2011) visualiza no ato de algumas travestis não possuírem intenção alguma de passar por cirurgias de redesignação sexual.

Estes casos encontram fundamento em Butler (2018), que reflete sobre este caráter pré-discursivo colocado ao sexo, ou seja, de que é uma categoria definida apenas pelo biológico, de caráter imutável e indiscutível. A autora traz a seguinte interpretação: “o sexo é tão culturalmente construído quanto o gênero” (p. 25), assim, o que consideramos ser sexo é um reflexo dos discursos que normalizam alguns corpos e identidades. Nesse sentido, sexo e gênero encontram-se em uma linha tênue de distinção.

Butler (2018) ainda tece uma distinção importante entre gênero e sexo. O primeiro é entendido como uma construção social de normas, enquanto o segundo é uma categoria determinante biológica. Porém, sexo também pode ser interpretado como o primeiro, sendo um emaranhado discursivo que reproduz simbolismos e controles de maneira diferente para diferentes tipos de pessoa. É um argumento semelhante ao que Sedgwick (1990) propõe em relação à sexualidade – promovendo ambas um discurso científico que contraria teorias essencialistas e biológico-determinantes (Garcia, 2018).

Assim, podemos considerar as identidades de gênero como formas de retomada de si, mesmo que contrariem o sexo biológico atribuído (Gomes Filho; Santos; Silva, 2017) e alternativas ao rompimento da lógica de corpos sexuados em estruturas binárias (Butler, 2018).

Pela interpretação de Butler (2002) do trabalho de Sedgwick, há uma reiteração do argumento de que as relações dissonantes entre gênero e sexualidade devem possuir um papel primordial para aqueles que se debruçam sobre o tema. Não há ligação estrutural ou nexos causal que possa definir e posicionar estes conceitos de maneira fixa e totalmente relacional. Ou seja, existem diferenças entre gênero e sexualidade - um deles não precisa, necessariamente, definir ao outro - e estas diferenças são o dado residual que importa para compreender como os discursos se influenciam quando se trata destes tópicos.

Uma problematização central em Epistemology é referente a como tratar sobre orientação sexual se tornou, repentinamente, semelhante a definir uma pessoa exclusivamente como homossexual ou heterossexual. Esta matriz de interpretação é limitada e deixa de contemplar uma quantidade significativa de dimensões sobre expressões de sexualidade das pessoas, sendo algumas delas descritas por Sedgwick (1990, p. 25-26, tradução livre):

- Mesmo atos genitais idênticos significam coisas muito diferentes para pessoas diferentes.
- Para algumas pessoas, o nimbo do "sexual" parece dificilmente se estender além dos limites dos atos genitais discretos; para outros, envolve-os frouxamente ou flutua virtualmente livre deles.
- A sexualidade compõe uma grande parte da identidade autopercebida de algumas pessoas, uma pequena parcela de outras.
- Algumas pessoas passam muito tempo pensando em sexo, outras pouco.
- Algumas pessoas gostam de fazer muito sexo, outras pouco ou nenhum.
- Muitas pessoas têm seu envolvimento mental ou emocional mais rico com atos sexuais que não fazem, ou mesmo não querem fazer.
- Para algumas pessoas, é importante que o sexo seja inserido em contextos cheios de significado, narrativa e conexão com outros aspectos de sua vida; para outras pessoas, é importante que não sejam; há outros a quem não ocorre que possam ser.
- Para algumas pessoas, a preferência por um determinado objeto, ato, papel, zona ou cenário sexual é tão antiga e durável que só pode ser experimentada como inata; para outros, parece chegar tarde ou parecer aleatório ou discricionário.
- Para algumas pessoas, a possibilidade de sexo ruim é desagradável o suficiente para que suas vidas sejam fortemente marcadas por evitá-lo; para outros, não é.
- Para algumas pessoas, a sexualidade fornece um espaço necessário de descoberta intensificada e hiperestimulação cognitiva. Para outros, a sexualidade fornece um espaço necessário de rotina, habituação e hiato cognitivo.
- Algumas pessoas gostam de cenas sexuais espontâneas, outras gostam de cenas altamente roteirizadas, outras gostam de cenas espontâneas que, no entanto, são totalmente previsíveis.
- A orientação sexual de algumas pessoas é intensamente marcada por prazeres e histórias autoeróticas - às vezes mais do que por qualquer aspecto da escolha do objeto aloerótico. Para outros, a possibilidade autoerótica parece secundária ou frágil, se é que existe.
- Algumas pessoas, homo, hetero e bissexuais, experimentam sua sexualidade como profundamente enraizada em uma matriz de significados e diferenciais de gênero. Outros de cada sexualidade não.

A lista (que não se esgota) apresentada por Sedgwick (1990) reafirma o que Berger e Luckmann (2004) elaboram sobre a constituição do homem e da sexualidade que possui. A sexualidade humana diferencia-se por ser altamente flexível, seja em relação ao tempo, ao objeto de desejo, ou as formas de se expressar. “As provas etnológicas mostram que em questões sexuais o homem é capaz de tudo” (Berger; Luckmann, 2004, p. 72), afinal pode se estimular através da imaginação, e não se limita internamente por normas que possam conduzir uma comunidade a qual não faça parte. Assim:

Se o termo “normalidade” tem de referir-se ou ao que é antropológicamente fundamental ou ao que é culturalmente universal então nem esse termo nem o antônimo dele pode ser aplicado com sentido às formas variáveis da sexualidade humana. Ao mesmo tempo, é claro, a sexualidade humana é dirigida, às vezes de maneira rigidamente estruturada em cada cultura particular. Toda cultura tem uma configuração sexual distintiva, com seus próprios padrões especializados de conduta sexual e seus pressupostos “antropológicos” na área sexual. A relatividade empírica dessas configurações, sua imensa variedade e exuberante inventividade indicam que são produtos das formações sócio-culturais próprias do homem e não de uma natureza humana biologicamente fixa (Berger; Luckmann, 2004, p. 73).

Estas múltiplas dimensões da expressão sexual na vida de uma pessoa devem servir como parâmetro para se pensar em outras formas, não como um rol exclusivo. Porém, é importante notar que considerar expressar “sexualidade” apenas como “gênero do objeto de desejo” afeta substancialmente a expansão deste movimento (Sedgwick, 2011) ou ainda, observar um espaço isolado como regra de aplicação geral (Rubin, 1975; Lee, 2011; Berger; Luckmann, 2004).

Creio que palavras podem ser meramente palavras quando desprendidas de contexto, mas conforme pretendo evidenciar, elas também constroem a realidade, incluindo subjetividades. Sejam bons ou ruins, termos carregam significados cuja importância social e, principalmente, acadêmica, deve ser analisada. Em continuação à metáfora, o armário se enche de palavras, não como adesivos coloridos e decorativos que podemos prender à porta, mas, como pregos que perfuram seu morador e moldam o comportamento – talvez uma “Dama de Ferro” seja mais visível do que quero demonstrar do que pensar um guarda-roupa comum.

Antes de adentrar na perspectiva teórica e começar a tecer contribuições para o campo da Criminologia *queer*, explico a seguir o método que empreendi para alcançar os resultados que apresento no decorrer desta dissertação, com o intuito de que seja possível visualizar o caminho que percorri e que facilite a compreensão.

2. VIA(DA)GEM PELO MÉTODO

A ideia de 'viagem' presente no título foi inspirada na analogia de Guacira Lopes Louro (2008, p. 13) sobre "deslocamento, desenraizamento e trânsito". Ao discutir o 'sujeito pós-moderno', a autora usa a imagem da trajetória para destacar sensivelmente a importância do *caminho* percorrido, não apenas do destino. Percebo uma semelhança direta com o trabalho científico e, especialmente, com a construção metodológica. Nesse processo, desvios, retomadas e encruzilhadas são frequentes, encontrando equilíbrio apenas no próprio movimento de avanço.

A viagem transforma o corpo, o “caráter”, a identidade, o modo de ser e de estar... Suas transformações vão além das alterações na superfície da pele, do envelhecimento, da aquisição de novas formas de ver o mundo, as pessoas e as coisas. As mudanças da viagem podem afetar corpos e identidades em dimensões aparentemente definidas e decididas desde o nascimento (ou até mesmo antes dele) (Louro, 2008, p. 15).

A viadagem, no entanto, trago de casa e do manuseio divertido de palavras que vi em um artigo de Gomes Filho, Santos e Silva (2017) sobre via(da)gens em conceitos de sexualidade, sexo e gênero.

O contexto de produção de *Epistemology of the Closet* coincide com a ascensão dos estudos culturais e com a crescente influência de teóricos como Foucault e Derrida. Contudo, um desafio marcante desse período, conforme Garcia (2018), residia justamente em definir *qual tipo* de literatura seria mais útil para os empreendimentos críticos em curso.

É nesta estabilidade de estudos estruturalistas em que Sedgwick encontrou uma oportunidade de explorar novas formas de criticar e elaborar a teoria do armário, e influenciar muitas outras. A teórica procedeu a analisar obras de grande impacto na literatura inglesa, buscando provas para o argumento de que todos os aspectos da modernidade ocidental deveriam ponderar sobre a influência do binômio homo/hétero e outros. No entanto, a singularidade está no fato de que os livros não tratavam explicitamente de personagens *queer* ou possuíam autores de sexualidade dissidente “assumida”. Extraía-se, então, o *queer* do armário da literatura.

Existem diversas obras clássicas na literatura brasileira que poderiam servir a este propósito, talvez até mesmo livros mineiros, mas considero que este tipo de trabalho seria

contraproducente perante a diferença cultural das realidades do Norte global e da escrita dos séculos XIX e XX, e não serviria ao propósito que me empreendo.

Em uma palestra na Universidade de Ochanomizu no Japão, posteriormente publicada na obra "Weather in Proust" (2011), Eve Sedgwick relatou acreditar que dois princípios guiavam sua vida e pensamento. O primeiro deles seria uma negação ao dualismo, e o segundo deles, seria a impaciência com separatismo de qualquer tipo. Inspiro-me nestes princípios e me impulsiono a apresentar o método que utilizarei neste trabalho, sob a crença de que homogeneizar grupos, intelectual e politicamente, é um ato retrógrado, e de que:

(...) A única coisa previsível sobre as paisagens do pensamento crítico é como elas mudam - constantemente e quase caleidoscopicamente. A cada nova reviravolta do caleidoscópio, uma orientação teórica particular revelará novas relevâncias úteis e, infelizmente, novas maneiras de estar fora do ponto. (Sedgwick, 2011, p. 191).

Neste caleidoscópio que proponho como caminho metodológico, dividirei esta sessão em três partes - três espelhos em que eu espero refletir os procedimentos que embasarão o que exponho. Os subtópicos tratarão sobre: a Análise do Discurso de vertente Francesa; as categorias teóricas da obra *Epistemology of the Closet* (1990) e a construção do roteiro de entrevistas; e por fim, como foi realizada a coleta e análise de dados perante a análise criminológica.

2.1. Primeiro Espelho: A Análise do Discurso

Para discutir as críticas que se pode fazer à ciência, Herbert (1966) subdivide este ato em duas esferas: interna e externa. A crítica interna remete ao exercício daqueles que, conhecendo profundamente uma área, a criticam sem ultrapassar seus limites impostos, pois não há a necessidade ou a intenção de compreender espaços exteriores ao campo para resolver os problemas que se propõe. Por outro lado, há a crítica externa, compreendida como a observação da ciência em sua relação com "o resto". Nela, pressupõe-se um observador neutro (um papel frequentemente atribuído à filosofia) que, dotado de múltiplos saberes e de uma consciência crítica em sua própria formação, poderia analisar o interno a partir do externo.

Essa filosofia avaliadora, no entanto, já foi criticada por agir estrategicamente para moldar ou transformar certos tipos de ciência. Sem entrar no mérito dessas atitudes, parte-se para a ideia de que, no que tange às ciências sociais, esse agir estratégico persiste, pois a neutralidade é inalcançável. Ao contrário, o pesquisador se depara com os interesses de seu

próprio campo de estudos (Herbert, 1966). Foi nesse contexto que as ciências humanas e sociais se viram na necessidade de reformular conceitos antes tidos como fixos, como os de sujeito, ideologia, linguagem e história, para que se pudesse analisar a própria formalização da língua e seus efeitos.

Como exemplo, Panter (2018), estudioso de policiais transexuais, destaca a necessidade que teve de alternar entre as posições de *insider*, *outsider* e *in-between*. Essa mobilidade permitiu que ele obtivesse os dados da maneira menos desrespeitosa e mais produtiva possível, sem comprometer o rigor científico e, ao mesmo tempo, sem se assumir como neutro perante os fatos.

No panorama apresentado por Herbert (1966), é possível notar a disputa pela hegemonia dos discursos, como explicado no âmbito criminológico por Zaffaroni (2012) e Lyra Filho (1972). Considerando meu posicionamento nas Ciências Sociais e a ausência de neutralidade que perpassa este estudo, apresento agora como minha metodologia de Análise do Discurso foi realizada. Para tanto, é importante primeiro contextualizar do que se trata a Análise do Discurso, para então focar na vertente francesa e nos motivos de sua utilização.

Ademais, um procedimento metodológico bem fundamentado é crucial, dadas as dificuldades históricas de aceitação deste método no ambiente acadêmico, marcado por uma construção hegemonicamente positivista (Couto; Carrieri, 2022). As mesmas questões são apontadas por Machado (2023) ao descrever a busca por espaço para essa vertente de estudo no Brasil nos anos 1990. É sob essa mesma noção de resistência que reitero o caráter de "metodologia vulnerável" deste trabalho, nos termos de Saraiva (2023). Nesse sentido, a apresentação da vivência *queer* para fins de pesquisa não implica perda científica, mas sim uma contribuição aos movimentos que buscam superar as limitações positivistas nas universidades.

Como pressuposto inicial da Análise do Discurso, tem-se que o ser humano constrói a si mesmo e o ambiente ao seu redor. À medida que compreende o espaço em que se inscreve e quem é perante os demais, surge uma necessidade que transcende o biológico, demonstrando como a ordem social do mundo precede aquilo que o constitui "naturalmente" (Berger; Luckmann, 2004). É para suprir essa necessidade de ordem que os signos linguísticos se apresentam como o principal instrumento de criação e reprodução daquilo que é internalizado pelo sujeito.

Na estrutura da realidade, há diversas formas de administrar os indivíduos. O espaço que se propõe como gestor também define o possível e o impossível, com o fim de controlar e se aproximar ao máximo do "real" que a língua permite (Pêcheux, 2006). Como exemplo dado pelo próprio Pêcheux, seria impossível, linguisticamente, que uma pessoa fosse "solteira e

casada" ao mesmo tempo. Em termos de gênero, no passado, seria igualmente impossível que uma pessoa fosse "homem e mulher" ao mesmo tempo. São ideias de fácil visualização e, portanto, assimiladas com tranquilidade. Mas elas são, de fato, reais?

Estas proposições, construídas socialmente no âmbito das instituições, e motivadas por especialistas detentores do saber classificam, comparam e separam o que é e o que não pode ser. Constituem, assim, espaços discursivos, em que todos sabem o que está sendo dito, posto que há estruturas por detrás da fala que não precisam ser ditas (Pêcheux, 2006).

Pêcheux (2006), no entanto, argumenta que a responsabilidade por essas classificações não é única e exclusiva dos especialistas que as impõem. Segundo o autor, existe uma necessidade humana e universal de assegurar o controle do "real", limitando-o com fronteiras que evitem falhas à felicidade ou à própria constituição biológica. É neste anseio por ordem que se abre o espaço para a "entrada do discurso".

A Análise do Discurso (AD) representa uma ampla área que busca desvelar o sentido por trás daquilo que é dito explicitamente; em outras palavras, ela pressupõe que a fala esconde algo além do que se percebe inicialmente. A AD não se pretende o único caminho correto para a interpretação, mas busca contribuir com a hermenêutica contemporânea ao partir do princípio de que existe um sentido oculto a ser revelado em qualquer campo de análise. Seu objetivo é instrumentalizar o pesquisador com técnicas que cumpram esse propósito (Maingueneau, 1997) e, como complementam Batinga e Saraiva (2022), não apenas dispor de ferramentas, mas também ampliar a fundamentação teórica e metodológica das análises.

Maingueneau (1997) diferencia o que seria a "Análise do Discurso" da ideia de que um discurso é qualquer junção de palavras com sentido. Ele aponta que a Linguística, como campo de estudo, tende a ser fechada em relação às disciplinas de atenção social, como as Ciências Sociais, a História e a Psicologia, enquanto estas, por sua vez, mantêm um diálogo mais intenso entre si. O que se tem é uma diferenciação no sentido do termo "língua" para cada um desses âmbitos. Na Linguística, a língua representa um conjunto de formalizações com características específicas; já na "periferia disciplinar", o termo remete à linguagem contextualizada ao campo, ao sujeito, ao corpo social e à história em que se enquadra. É a esta última representação que a AD se atém. Evidentemente, essa dualidade cria uma hierarquização, na qual a Linguística defende a rigidez de seu núcleo, enquanto as demais disciplinas compreendem que a linguagem se constitui tanto por regras firmes quanto por atravessamentos subjetivos e sociais.

Maingueneau (1997) também critica como a própria expansão da escola francesa de Análise do Discurso dificultou a disseminação de seus limites. O caráter de adaptação disciplinar da área perturba a delimitação do que é e do que não é AD, pois, ao dialogar com

outros campos, o discurso se alimenta dos conceitos que lhe são externos. Assim, se analisado sob a ótica da psicologia, o discurso será perpassado pelos conceitos dessa área, modificando-se de acordo com os múltiplos ramos e vertentes com que estabelece relação.

Para definir a quais discursos a AD se concentra, Maingueneau (1997, p. 13-14) destaca que a análise se atentará àqueles produzidos em contextos específicos, como os que se dão: "no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação; nos quais se cristalizam conflitos históricos, sociais, etc.; que delimitam um espaço próprio no exterior de um interdiscurso limitado".

A Análise do Discurso (AD) se interessa pelas formações discursivas constituídas em contextos específicos. Sua observação não se dá de forma literal e direta sobre as palavras, mas envolve as posições sócio-históricas em que o *corpus* se constituiu. Ou seja, não são apenas as regras contextualizadas ou apenas os textos que interessam à AD, mas o conjunto indissociável deles. Na aparente infinidade de objetos que uma análise do discurso pode abarcar, a escola francesa adota um recorte metódico, preocupando-se apenas com aqueles discursos que perpassam uma comunidade em seu próprio contexto. É com base nisso que se evidencia a escolha da AD como uma metodologia adequada para o estudo dos armários institucionais na Polícia Militar de Minas Gerais, pois se trata de um campo de investigação definido, com uma coletividade modulada por uma organização institucional, uma historicidade e um discurso próprios.

Para a operacionalização de uma Análise do Discurso de vertente francesa, comumente se utilizam elementos da Linguística, mas sem se restringir a eles. A ideia é que haja uma construção teórica que fundamente adequadamente a interpretação que será realizada - neste caso, a *Epistemologia do Armário* de Eve Sedgwick (1990). No entanto, alguns elementos conceituais do próprio método se destacam na aplicação das técnicas, os quais apresentarei a seguir.

O primeiro conceito central a destacar é o próprio 'discurso'. Embora já tenha sido abordado, vale reiterar que sua definição rígida é uma dificuldade reconhecida pelos autores. Essa complexidade fica evidente quando observamos sua necessidade recorrente de apoio em outras teorias para ser operacionalizado. O recurso utilizado por Maingueneau (1977) remete às *formações discursivas*, nos termos de Foucault (2008), e às superfícies discursivas em Pêcheux (2006).

As formações discursivas nomeiam os enunciados que possuem semelhança quanto ao sistema de dispersão ou certa regularidade e ordenamento quanto ao tipo, conceito, e escolha temática da enunciação (Foucault, 2008). Já as superfícies discursivas nomeiam a própria

multiplicidade de enunciados produzidos de um contexto único, bem como o conjunto normativo que possibilitará a interpretação destes enunciados nesta condição singular.

Um ponto de Maingueneau (1997) que cabe neste trabalho é que, para alguns analistas do discurso - posição que aqui assumo -, o complexo institucional em que o enunciado é produzido é considerado o ponto central onde a superfície discursiva se manifesta. São esses conceitos que reforçam a relevância da Análise do Discurso (AD) para os estudos organizacionais (Batinga; Saraiva, 2022; Carrieri et al., 2006; Couto; Carrieri, 2022), especialmente em pesquisas que abordam a interseção entre organização e criminalidade (Borghi, 2021).

Quanto à prática do método em si, há alguns aspectos importantes que serão analisados em conjunto às categorias teóricas (apresentadas no próximo tópico). Em lista, são elementos da operacionalização da AD, e que foram observados nas falas dos entrevistados:

- A condição de produção do discurso, e as posições que o sujeito toma para elaborá-lo;
- As formações imaginárias, ideológicas e discursivas;
- A interdiscursividade e a intradiscursividade;
- Os esquecimentos ideológicos e enunciativos;
- A paráfrase, a polissemia e a ideologia.

Orlandi (2000) destaca que não existe uma língua sem deslizos, portanto sempre haverá espaço para a interpretação. Esta afirmação dialoga com o processo de produção de sentidos no seu cerne, posto que este deslize (seja por metáfora, paráfrase ou deslocamento) evidencia a presença de uma outra possibilidade na fala que não é dita. Cabe então compreender o porquê.

A condição de produção do sentido diz respeito ao contexto em que o discurso é produzido, portanto é uma prova da historicidade e da ideologia no texto. Ou seja, existem relações linguísticas de poder que atravessam os sujeitos e permitem notar que a história dá o sentido presente, mas também permite que ele se modifique em outro (Orlandi, 2000).

Além das formações discursivas explicadas anteriormente sob as teorizações de Foucault (2008), a materialização das condições de produção cria um mecanismo que permite ao sujeito se imaginar dentro da conjuntura em que fala – são as formações imaginárias. Assim:

É pois todo um jogo imaginário que permite a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante (Orlandi, 2000, p. 40).

Esta antecipação das imagens no contexto permite que o sujeito se indague quanto a quem ele representa, o que ele fala e o que é falado a ele, e do que se fala. Com isto é possível que os indivíduos troquem de posições pela própria imaginação, tomando o lugar de outro que não o representa, mas que ele supõe pensar de determinada maneira.

Por outro lado, na relação entre texto e discurso há dois lados que constituem a comunicação, e que, perante qualquer transformação ideológica ou tecnológica (dos signos) podem se transformar em termos de condição enunciativa e no centro da própria relação (Maingueneau, 2015).

Assim, um conjunto de falas, comportamentos e manifestações do indivíduo que são produzidos em uma conjuntura sócio-histórica constituem uma formação ideológica, e motivam a formação discursiva daquilo que pode ou não ser dito (Orlandi, 2000).

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, (...) (Pêcheux, 1997, p. 160).

Com isto, Pêcheux (1997) apresenta o interdiscurso e o intradiscurso como dimensões que aparecem na análise do texto. O autor considera que cada formação discursiva tem uma relação com outras formações, que, por sua vez, constituem um “todo complexo com dominante” que se conecta com as formações ideológicas. Assim, é próprio delas dissimularem o sentido aparente do discurso, pois, uma coisa dita já foi dita anteriormente em outro lugar - isto constitui o interdiscurso.

O “todo complexo com dominante” das formações discursivas é o interdiscurso (Pêcheux, 1997). Ele é evocado pela memória discursiva, que se refere ao conjunto de saber que permite dizer e retomar outro pensamento já posto, como define Orlandi (2000, p. 33-34):

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em minhas palavras”.

Esta definição de Orlandi (2000) também evidencia a existência de um intradiscurso. É a forma com que o sujeito decide transpor o próprio discurso, com a utilização de uma ordem e um sentido específicos. É a fala em si. Carrieri *et al.* (2006) evidenciam como todo discurso se apresenta simultaneamente sobre ambas as perspectivas, a intra e interdiscursiva. Na análise,

as falas dos entrevistados serão observadas em si, e como assimilam outros discursos para então exteriorizá-los, mas também numa conjuntura mais ampla, a da instituição policial.

Orlandi (2000), a partir da ideia seminal de Pêcheux (1997), também aponta o esquecimento como parte fundamental da constituição do sujeito e do interdiscurso. Pêcheux divide este conceito em dois tipos. O primeiro, chamado de esquecimento número um ou, convencionalmente, esquecimento ideológico, é de natureza inconsciente. Ele se manifesta quando o sujeito, imerso em uma formação discursiva, enuncia suas ideias com a ilusão de que sua fala é a origem do pensamento, esquecendo-se de que as ideologias o atravessam. O segundo tipo, conhecido como esquecimento número dois ou esquecimento enunciativo, é semiconsciente. Ele evidencia a escolha de se dizer algo de uma forma e não de outra, por meio da paráfrase, revelando que “o dizer sempre podia ser outro” (Orlandi, 2000, p. 35).

Por fim, os elementos da paráfrase e da polissemia representam forças no discurso que entre o igual e o diferente. Na definição de Orlandi (2000, p. 38):

(...) a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo, e a polissemia é a fonte da linguagem uma vez que ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeito – não fossem múltiplos, não pudessem ser outro, não haveria necessidade de dizer. A polissemia é justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico.

Léon e Pêcheux (2011) compreendem que a discursividade se situa na tensão entre o "mesmo" e o "diferente". Na análise, deve-se buscar compreender o jogo entre substituir um enunciado por outro (paráfrase) e as relações periféricas na fala que, simultaneamente, podem se ligar ao já dito ou evocar um novo sentido (polissemia). A paráfrase atua em um processo que mantém uma memória no discurso, ligando-se ao que foi dito antes, mas de outra maneira. A polissemia, por sua vez, não tem o mesmo caráter de retorno, representando antes uma criatividade no próprio discurso, com o objetivo de deslocar e romper com outros processos de significação (Orlandi, 2000). Em suma, a paráfrase é produtora de variações do mesmo discurso, enquanto a polissemia é criativa, gerando movimentos discursivos que alteram a posição do sujeito frente à história e à língua.

Esses são, portanto, alguns dos aspectos mais importantes da metodologia de Análise do Discurso de vertente francesa que serão mobilizados na análise das falas dos entrevistados. São elementos que dialogam com a discussão sobre o armário, principalmente no que concerne ao caráter de silenciamento e estratégia que o perpassa. Por se tratar de um trabalho qualitativo de orientação hermenêutica, a análise será realizada com foco na interdiscursividade e na

intradiscursividade, posto que o contexto institucional militar constrói um universo simbólico no qual, conforme enfatizam Carrieri et al. (2006), a AD permite observar os instrumentos de poder e manipulação presentes. Intercaladas a estes aspectos, serão apresentadas também as categorias teóricas da obra de Sedgwick, sendo que algumas delas, como se notará, equivalem aos próprios elementos da AD, apenas com outros nomes.

Quanto ao método criminológico, é preciso destacar que ele se assemelha e se diferencia da AD em certas proporções. A AD se concentra no discurso e no contexto em que ele é construído, envolvendo o sujeito, a história e a ideologia que o atravessa. Diferentemente, a Criminologia não costuma se basear unicamente em discursos, mas na observação do fenômeno como um todo, valorizando fatos sobre opiniões (Shecaira, 2020). Contudo, a abordagem criminológica se assemelha à AD em sua multiplicidade de técnicas e em seu objeto principal. Independentemente de se tratar de delito, delinquente, vítima ou controle social, o foco do estudo está no "mundo do real", naquilo que pode ser observado, e não apenas no que é considerado normativo (Shecaira, 2020). A AD, embora também se debruce sobre o axiológico (o mundo dos valores), observa o mundo real através das formas de materialização linguística utilizadas para compreendê-lo (Pêcheux, 2006).

O objetivo de apresentar o método criminológico, ainda que superficialmente, é ressaltar as particularidades que o envolvimento com o "crime" traz para a pesquisa. Shecaira (2020), por exemplo, destaca o desconforto dos envolvidos em dar entrevistas a pesquisadores, a recusa de autoridades policiais em fornecer informações sigilosas e a sensibilidade inerente ao tema. Em consonância, Panter (2018) aponta desafios que encontrou em sua pesquisa com policiais transexuais, como a demora em estabelecer uma relação de confiança com os entrevistados, a escassa quantidade de agentes dispostos a participar e a necessidade de "mudar de posição" durante as entrevistas, a depender das experiências que eram narradas - algo que também se manifestou na realização desta pesquisa, conforme explico no tópico 2.3, sobre a Operacionalização.

2.2. Segundo Espelho: O Método do armário

A leitura de *Epistemology of the Closet* mobilizou meu interesse em duas frentes: algumas de suas elaborações teóricas se destacaram pela profundidade de seus argumentos, enquanto outras me tocaram por sua ressonância com a realidade vivida. Essa admiração não é meramente pessoal; Butler (2002), como leitora de Sedgwick, manifestou um apreço semelhante por suas contribuições, assim como outros autores. O que motivou a utilização desta

obra em específico, contudo, foi o método singular de construção de suas críticas. Seja pela Literatura, pela Filosofia ou pelas Ciências Sociais, a análise discursiva de Eve Sedgwick trouxe à tona figuras *queer* ocultas em clássicos literários, ao mesmo tempo em que forjava uma nova epistemologia - vulnerável e produtiva.

Sedgwick nos leva além dessa lógica e abre o que quero afirmar como uma certa ética do pensamento, que adia a questão da incoerência lógica em nome de possibilidades históricas que emergem quando nenhum esquema único acaba por esgotar o campo epistemológico. Quem pode manter esses esquemas unidos sem querer tomar partido, decidir o que é verdade, fechar o irracionalizado e o "incoerente". Estamos, ao que parece, estruturados por desejos incompatíveis, mas eles se relacionam uns com os outros de maneiras que não podemos prever plenamente neste momento, que são, poderíamos dizer, uma função e um sinal de nosso tempo (Butler, 2002, p. 124, tradução livre).

Com vistas a mitigar as limitações deste estudo e evitar uma ausência de contextualização da obra, busquei compreender a gênese do pensamento de Sedgwick. Seu trabalho inter-relaciona tanto obras literárias de escritores como Herman Melville e Oscar Wilde quanto o pensamento de acadêmicos de grande relevância, como Michel Foucault e Judith Butler, cujas contribuições para as Teorias *Queer* são inegáveis. Apesar do profundo diálogo existente entre as produções de Sedgwick e Foucault - principalmente quanto à "História da Sexualidade" -, este último não é utilizado como referencial principal por não empregar o "armário" como categoria central de análise. Seus insights sobre repressão, silenciamento e produção de discursos sobre a sexualidade, no entanto, são parte essencial da construção da obra de Eve e, por conseguinte, desta dissertação. De forma semelhante, Judith Butler, outra autora fundamental para os estudos *queer*, não figura aqui como referencial principal, embora suas contribuições sobre o armário e as definições de sexo, gênero e sexualidade não possam ser (e não tenham sido) ignoradas.

A operacionalização da metodologia de Análise do Discurso de escola francesa é múltipla e deve se adaptar à área em que se ancora. Sendo assim, a partir da leitura de *Epistemology of the Closet*, foram extraídas categorias teóricas que auxiliam na fundamentação do estudo, complementadas com conceitos da Linguística, permitindo desvelar os sentidos ocultos nas falas dos entrevistados. Algo interessante a ser destacado é que, na própria obra em questão, deparei-me com um nítido enfoque nos aspectos linguísticos. A própria Eve Sedgwick, como teórica e crítica literária, observa com profundidade o que um determinado autor pretendia dizer e o que era ocultado em suas palavras. Como mencionado, optei por não esmiuçar as tramas dos livros analisados por Sedgwick, por não ser o objetivo deste trabalho.

Contudo, cabe salientar que a elaboração dos binarismos que tratei previamente decorre justamente dessa sua abordagem discursiva e bem contextualizada da epistemologia.

Busquei explicar no decorrer dos capítulos a seguir algumas das categorias que trago aqui, e relacioná-las com o contexto das vivências *queer*, do crime e do policiamento, mas, neste momento, esquematizo-as em lista com as respectivas explicações para interpretação junto ao método da escola francesa de Análise do Discurso:

- **Sistema de duplas amarras (*system of double binds*):** refere-se aos argumentos contraditórios das instituições de segurança e justiça que são utilizados para prejudicar, de alguma forma, pessoas LGBTQIA+, seja consoante as relações sociais, financeiras ou violações da integridade física ou psicológica.
- **Antissentimentalidade:** refere-se ao sentimento e comportamento de aversão à expressão de sentimentos. Tem origem na atribuição das sentimentalidades ao feminino e ao doméstico, e no oposto aos homens e às masculinidades, em geral.
- **Sentimentalidade:** identifica as ações que são atreladas ao feminino, ao *queer*, ao desejo, ao corpo, ao doméstico. Pode ser utilizada para analisar as ligações que são feitas entre crimes e identidade de gênero/sexualidade, que decorrem de performances sociais, passionalidade, ou comercialização dos prazeres. Ademais, esta é uma das principais categorias a serem extraídas da Epistemologia do armário, posto que possui subcategorias que permitem dividir as perspectivas das pessoas que se confrontam com o armário: a visão que se tem do armário alheio ou da ausência deste (*spectacle of the closet – espetáculo do armário*) e a visão que se tem estando no armário (*the viewpoint of the closet – a perspectiva do armário*).
- **Armário:** trata-se dos instrumentos e espaços de repressão e silenciamento de partes importantes da personalidade em determinados ambientes ou perante pessoas específicas. Pode assumir diversas formas e é altamente manipulável por outros, podendo tornar-se extorsivo. Neste estudo, o armário é a principal categoria de análise, tendo em vista o caráter danoso que possui na vida de pessoas LGBTQIA+ em comparação com pessoas heterossexuais e cisgênero.
- **Relações do armário:** são as relações que surgem entre aquilo que é conhecido e desconhecido, entre o explícito e o implícito, e o privado e o público. Observa-se aqui quais tipos de discursos e silêncios são performados perante as pessoas com as quais se

estabelece a barreira do armário, e um comparativo dos comportamentos alheios a estas relações.

- **Autorrevelação e autonominação:** refere-se ao poder do sujeito de escolher um momento para romper com o armário, as projeções que são feitas para o futuro sem a presença dele, e a autoridade retomada (ou não) de poder se definir de determinada maneira quanto à própria sexualidade ou identidade de gênero.
- **Paranoia:** seria o oposto direto do conhecimento, em que conhecer e ser conhecido podem ter o mesmo processo e angústia. São os atos decorrentes de se colocar em um armário, o que é alterado, o que é retirado e o que se imagina da percepção alheia. (*“under the eye of the paranoia the Only man more “questionable” than the one in prison is the one out of it”/“sob o olhar da paranoia, o único homem mais questionável que aquele na prisão é o que está fora dela”* – Sedgwick, 1990, p. 102, Tradução livre).
- **Mirror-violence:** é o conhecimento além da paranoia, e é um dos instrumentos do próprio armário. Trata-se especificamente da utilização de determinada performance ou discurso do outro como um poder de vantagem sobre aquele presente no armário, e a realocação de um reflexo que confronta a própria pessoa. *“It takes one to know one”* (*Requer um para conhecer outro*) é o princípio epistemológico desta categoria.
- **Disciplina violenta e exemplar:** atos para induzir determinado comportamento ou a sensação de existência de um dever a ser realizado, o que também pode ser representado pelas punições que podem ser consideradas “exemplares” por induzirem outros a não realizarem os mesmos atos que incorreram na sanção. Neste caso, as ações e performances relacionadas a sexualidade.
- **Pânico masculino (male panic):** representa a vulnerabilidade de ser interpretado da forma que não é, o que gera comportamentos e performances forjadas como forma de autoproteção. Aqui estaria o medo de associação de homens com outros homens, ainda que sob caráter não sexual ou romântico. Este pânico gera duas possibilidades: a manipulação através do medo e o potencial de violência trazido pela dúvida.
- **Preterição:** um dos instrumentos do armário que consistem em atribuir um vazio significativo a algo em detrimento de nomeá-lo como *queer*.
- **Paráfrase:** outro instrumento do armário, utiliza de outras palavras ou termos, até mesmo de cunho sarcástico ou humorístico, para não se nomear algo como *queer* ou reprimi-lo de forma que não se fale direta e propriamente sobre o assunto.

Destaco as duas últimas categorias “Preterição” e “Paráfrase” como elementos da Linguística que também estão presentes na escrita de Sedgwick (1990). A preterição, por se constituir como uma das maneiras de não se dizer se assemelha ao que citei no tópico anterior como “Esquecimento enunciativo”, que é a escolha semiconsciente de falar de um assunto para silenciar outro. Em *Epistemology*, refere-se mais à posição de superiores hierárquicos ou colegas que evitam nomear a sexualidade (ainda que evidente e assumida), seja inconsciente ou estrategicamente.

A Paráfrase também está presente no livro, e é tanto categoria teórica do armário quanto da Linguística (e utilizada pela AD). No primeiro caso, representa as formas diferentes de se falar sobre a dissidência ou o desvio, escolhas de termos diferentes para silenciar uma identidade no discurso, enquanto na segunda área, remete as próprias possibilidades de retomada e manutenção do sentido, ainda que dita de maneira diferente.

Estas categorias teóricas auxiliaram na construção de um roteiro de entrevistas (Anexo I), com perguntas relacionadas aos tópicos e vivências pertinentes. Desta forma, conforme argumentado por Batinga e Saraiva (2022) e Maingueneau (1997), a área epistemológica que circunda a Análise do Discurso não só serve de instrumento, mas também auxilia na concessão de novas teorias e fundamentos para construção de uma hermenêutica que se adeque ao contexto em que é aplicada.

2.3. Terceiro Espelho: Operacionalização da Coleta e da Análise dos dados

Como último tópico neste caminho metodológico, apresento a operacionalização em si da coleta e da análise de dados que embasou este estudo.

Devo destacar que esta foi uma das maiores dificuldades encontradas na realização dessa pesquisa. Recebi “avisos” desde o início sobre o quanto encontrá-los com disponibilidade seria difícil, e já me contentara com 5 deles, se fosse possível. No entanto, tive o prazer de conversar com 11 profissionais, 8 homens e 3 mulheres, que foram se indicando. É importante destacar que um dos entrevistados retirou o consentimento posteriormente, e dessa forma, a entrevista não foi utilizada no *corpus* analisado.

Como destaca Shecaira (2020, p. 78): “Toda pesquisa contempla algumas dificuldades inerentes ao seu objeto. O acesso ao material de investigação pode ser difícil em muitas disciplinas, mas é particularmente complexo quando se lida com questões que envolvem a criminalidade”. Não apenas pelo envolvimento deste tópico, mas o próprio ambiente institucional deve ser destacado como uma possível dificuldade. O caráter de isolamento de

organizações como a Polícia, como argumentado por Huntington (2016), somado à exposição de temas sensíveis e íntimos referentes à subjetividade podem dificultar o contato com estes sujeitos, mas conforme destacado no estudo de Melo (2022) sobre a inserção da identidade trans na Segurança Pública e nas Forças Armadas, há diversas formas de militância que não envolvem manifestações ou movimentos sociais, mas o mero posicionamento contrário as opressões. Isso me dá uma maior segurança frente à metodologia escolhida.

Como introdução aos achados, considero importante traçar um panorama geral de cada entrevista, acrescido de impressões iniciais colhidas durante as conversas e primeiras leituras (antes da codificação sistemática). Para isso, apresento os entrevistados na Tabela 1, com suas informações principais, seguida de breves descrições destacando aspectos relevantes de suas identidades e discursos.

Tabela 1 - Identificação dos entrevistados

Entrevistado	Tempo aproximado na corporação (em anos)	Identificação
PM1	8-10	Homem cisgênero homossexual não assumido no trabalho
PM2	18-20	Homem cisgênero gay assumido parcialmente no trabalho
PM3	20-25	Homem cisgênero, sem definição definitiva. Assumido no trabalho.
PM4	25-30	Homem cisgênero bissexual. Assumido parcialmente no trabalho.
PM5	20-25	Homem cisgênero homoafetivo. Assumido no trabalho.
PM6	25-30	Homem cisgênero gay/Homossexual.

		Assumido parcialmente no trabalho.
PM7	7-10	Mulher cisgênero lésbica, assumida no trabalho.
PM8	5-7	Homem cisgênero gay. Assumido no trabalho.
PM9	5-7	Mulher cisgênero lésbica. Assumida no trabalho.
PM10	20-25	Mulher cisgênero homossexual. Assumida no trabalho.

Fonte: Autoria própria.

O primeiro participante, nomeado aqui de PM1, foi entrevistado pessoalmente e, logo de início, pode-se observar a retração no começo da conversa, mas atravessada por uma descontração, de forma geral, a julgar pelas roupas escolhidas e a fala marcada por algumas brincadeiras. O indivíduo tem entre 8 e 10 anos de experiência profissional, se define como homossexual, mas relata ter passado por uma “fase bissexual” no passado, e não é assumido no espaço de trabalho. Os principais marcadores na formação discursiva do PM1 são a presença de um discurso institucional militar, com destaque para pontos como hierarquia, heteronormatividade e “molde de comportamentos” e, por outro lado, um discurso de resistência, em que há uma contestação da cultura policial em relação à sexualidade e descontentamento com outros pontos, principalmente naquilo em que já foi e é prejudicado.

O PM2 tem entre 18 e 20 anos de experiência como policial, e se declara como gay, e relata ser assumido para apenas algumas pessoas no espaço de trabalho, sendo que na maioria também são pessoas de sexualidade diversa. Na formação discursiva, também aparece o mesmo conflito do PM1 entre um discurso militar pautado na hierarquia e masculinidade e entre as expressões de abjeção. Importante destacar que, apesar de ter sido uma conversa aberta e tranquila, o participante optou por não abrir a câmera durante a entrevista.

O PM3, por sua vez, tem entre 20 e 25 anos de experiência profissional, e não se define com nenhum rótulo referente a sexualidade, porém, em alguns momentos refere-se a si mesmo como um “cara aberto” e que se sente “mais gay” em algumas situações e “mais hétero” em outras. Também presente os mesmos discursos dos entrevistados anteriores, porém com uma

certa manifestação em oposição ao conservadorismo em certos pontos, como no próprio ato de rotulação e na concepção de família – questões que lhe afetam pessoalmente.

O PM4 se define como bissexual, assumido parcialmente dentro do trabalho, com aproximada 25 a 30 anos de serviço e um discurso marcado pela hierarquia institucional e uma neutralidade em que se coloca para distanciar a vida pessoal da institucional. Há muitas contradições nas falas, em que, inicialmente, há uma imagem bastante positiva sobre sexualidade na polícia, mas que depois tem seu lado negativo ressaltado por outras falas.

O PM5 tem uma particularidade na sua entrevista, sendo que a realizou enquanto estava de plantão no espaço de trabalho e fomos interrompidos por um breve momento, entretanto, relatou estar sozinho. Ele declara ser “cisgênero homoafetivo”, com 20 a 25 anos de serviço, é assumido no trabalho, e numa primeira declaração, o momento de saída do armário fez com que absolutamente *tudo* mudasse na polícia, e que só assim obteve respeito.

O PM6 tem entre 25 e 30 anos de serviço, e se identifica como gay, “homossexual no caso”, como corrigiu imediatamente. Relata ter assumido para si mesmo a orientação sexual recentemente, e que dentro do trabalho, pouquíssimas pessoas sabem, apesar de ser casado. O discurso desse agente é crítico e marcado por um ativismo político e uma intelectualidade, e manifesta as categorias de maneira forte, especialmente quanto ao ambiente e as situações em geral.

A PM7, por sua vez, se identifica como lésbica e tem uma formação discursiva de resistência dentro da estrutura que considera opressiva, entretanto há identidades em conflitos como a profissional e a sexual, mas com um posicionamento crítico bem definido. Há uma indignação constante que dialoga com uma certa conformidade de saber que não haverá mudança. Tem entre 7 e 10 anos de serviço na polícia, e relata ter a orientação sexual “escancarada” no trabalho, sendo que o momento que pode ser considerado a saída do armário foi quando cortou o cabelo bem curto, e que, com isso, as pessoas definiram-na assim, além de somados outros fatos como não usar brinco ou maquiagem. Relata que não esconde sua orientação, e sempre optou por falar “namorada” ao invés de “pessoa”, por exemplo.

O PM8 se define como um homem gay cis, com 5 a 7 anos de serviço como policial, e diz ser assumido no trabalho e na vida pessoal, com um processo difícil neste último, mas praticamente inexistente naquele, visto a exposição que tem com redes sociais e as brincadeiras constantes referentes à sexualidade. A formação discursiva aqui também contém uma crítica a estrutura somada com a dualidade entre o pessoal e o profissional, em que o objetivo principal aparente é o de autopreservação, com tentativas de mitigar trejeitos. Assim como a PM7, não espera grandes mudanças.

A PM9 é uma mulher lésbica com 5 a 7 anos de trabalho na polícia, é assumida na corporação e na vida pessoal, onde relata nunca ter escondido e que o ato de contar era sempre casual. Trata com “naturalidade” a sexualidade e vê que os demais tratam dessa maneira também. A aparência afeminada faz com que alguns colegas não acreditem na sexualidade, e percebe um certo benefício em que todos saibam, além de ser muito respeitada. Reconhece a dificuldade existente para pessoas *queer* na polícia, em que dá maior destaque aos homens, porém confia que existem melhorias acontecendo. Em comparação com as demais, foi a entrevista com um *feedback* mais positivo sobre o espaço de trabalho.

A PM10 é uma mulher homossexual com 20 a 25 anos na polícia, e relata com bom-humor não conseguir disfarçar sua orientação devido a sua aparência. A formação discursiva aqui é composta pelo discurso militar e há uma separação rígida entre a vida pessoal e a profissional, há também a presença de um discurso crítico de resistência contra a cultura machista. Ela reproduz normas institucionais na fala com tranquilidade e, simultaneamente, reconhece a dificuldade de pessoas *queer* na polícia, também destacando ser pior para homens (assim como a PM9).

De modo geral, os entrevistados se percebem *presos* em uma dualidade entre identidade sexual e identidade policial. Embora essas identidades não devessem ser mutuamente excludentes, na prática elas impõem um peso significativo. Todos relataram a necessidade, em algum momento, de desenvolver habilidades ou estratégias específicas para conciliar aspectos pessoais (como lidar com colegas, questões de sexualidade) com as demandas profissionais (como enfrentar delitos, violência e manter a eficiência no serviço). A “mentalidade militar”, como destacada por Huntington (2016), torna-se aparente com as múltiplas reproduções de normas, preconceitos velados e relatos de casos acontecidos nas trajetórias de cada um. Enquanto, por outro lado, há uma vulnerabilidade presente nas falas, que, no início de cada entrevista parece não se manifestar, mas que evolui à medida que confiaram em mim como entrevistador, e desenvolve em conversas que tangenciam ao “desabafo” de questões que poucos tem interesse em ouvir.

Partindo da premissa de Zaffaroni (2012) de que a disputa no campo criminológico se concentra na comunicação e na luta pela hegemonia dos discursos, Borghi (2021) defende a utilização da AD nos estudos críticos da Criminologia. Essa abordagem mostrou-se particularmente produtiva para a presente pesquisa.

Embora os métodos de operacionalização da AD e as “categorias do armário” possuam origens distintas, optei por colocá-los em intersecção para analisar as falas dos entrevistados, conforme detalhado anteriormente. A originalidade deste trabalho reside, afinal, no diálogo

proposto entre a Epistemologia do Armário e a Criminologia *Queer*, buscando um enriquecimento mútuo entre as duas áreas.

Conforme ensinam Marconi e Lakatos (2017), o levantamento de dados em fontes diversas deve ser um pilar em toda pesquisa, viabilizando a coleta de informações prévias sobre o objeto de estudo. Neste trabalho, utilizo a pesquisa bibliográfica para acessar conteúdos publicamente disponíveis sobre o tema.

A obra *Epistemology of the Closet* (1990), de Eve Kosofsky Sedgwick, é a fonte bibliográfica central. Contudo, sua análise é aprofundada pela leitura de trabalhos revisionistas e de obras que inspiraram a própria Sedgwick, como “História da Sexualidade: A vontade de saber (Vol. I)”, de Michel Foucault (2005). A fascinação de Sedgwick por Foucault, segundo ela, devia-se à “tentativa séria de formulação de coisas que não querem ser formuladas” (Sedgwick; Barber; Clark, 2002). Adicionalmente, mobilizo autores que, embora não estejam diretamente vinculados ao livro de Sedgwick, promovem debates relevantes para o contexto temático, temporal e geográfico desta pesquisa.

O ponto de partida foi a leitura e a interpretação da obra de Sedgwick, de onde extraí as categorias teóricas que nortearam a análise dos dados. Posteriormente, essas mesmas categorias serviram de base para a elaboração do roteiro de entrevistas. Esse roteiro foi composto tanto por perguntas diretas sobre o problema de pesquisa quanto por “perguntas de respiro”. O objetivo destas últimas era tornar a discussão mais leve e criar um ambiente em que os participantes não se sentissem emocionalmente pressionados ao abordar temas relacionados à própria sexualidade.

Os dados foram levantados por observação direta intensiva, com utilização da técnica de entrevista semiestruturada, que me permitiu a elaboração de perguntas livres, além daquelas presentes no roteiro previamente elaborado. Com este caminho, as conversas face a face permitiram a “determinação de sentimentos” e a identificação de “motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas” (Marconi; Lakatos, 2017, p. 212) durante a entrevista.

As entrevistas semiestruturadas, realizadas com a utilização de um roteiro elaborado em paralelo às categorias teóricas (Anexo I), permitiram a identificação dos assuntos pretendidos e a sondagem de possíveis esclarecimentos, além de novas informações. Como ressalta Ribeiro (2008, p. 145), as questões são elaboradas com o intento de que o entrevistado verbalize os pensamentos e inferências sobre os tópicos tratados, assim “a sequência e as minúcias ficam por conta do discurso dos sujeitos e da dinâmica que acontece naturalmente”.

Para a realização de entrevistas, submeti o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIMONTES, com obtenção de parecer positivo para o procedimento (Anexo II).

Com o devido consentimento dos participantes, gravei as falas utilizando um aparelho telefônico, a fim de evitar falha de memória e distorção de fatos em caso de anotação posterior. Após, transcrevi as conversas para possibilitar a categorização no *software Atlas Ti.8*, em que classifiquei as informações de acordo com as categorias teóricas outrora mencionadas, selecionando os enunciados relevantes para analisá-los discursivamente.

A vertente da Análise do Discurso utilizada foi a francesa, conforme destacado no tópico 2.1. Por considerar a realidade como uma construção social (Berger, Luckmann, 2004), e o discurso como a própria materialidade da língua e das ideologias que atravessam os sujeitos (Pêcheux, 1997), este método guiou na contextualização do caráter histórico das falas dos agentes e das formações sociais no espaço institucional analisado - seria o que Foucault (2008) chama de “formação discursiva”. E “(...) toda formação discursiva remete a uma dada formação ideológica. O sujeito do discurso traz para o debate um grupo de representação individuais a respeito de si mesmo, do interlocutor e do assunto abordado” (Brasil, 2011).

Para alcançar o objetivo geral, os entrevistados foram policiais militares de Minas Gerais que se identifiquem com sexualidades dissidentes. Não foi estabelecido como requisito, contudo, que a orientação sexual dos participantes fosse conhecida dentro da corporação. A seleção dos participantes ocorreu por meio da técnica de amostragem em bola de neve (*snowball sampling*). Esse método, que se beneficia da expansão de redes de contato, parte de alguns indivíduos iniciais (as "sementes"), que correspondem ao perfil desejado. Estes, por sua vez, indicam novos participantes que também cumprem os critérios da pesquisa (Parker; Scott; Geddes, 2019; Panter, 2018).

De um modo geral, reitero a minha escrita em “*queer first person*” (Edwards, 2009) – um método orgânico das Teorias *Queer* em que o próprio autor que se identifique como sendo de sexualidade dissidente pode fornecer perspectivas próprias sobre o tema. Considero essa escrita e o método em si como uma oportunidade de tratativa do tema de forma teórica e pessoal, mas também como uma somatória ao movimento de adequação dos espaços acadêmicos às novas epistemologias e uma expansão da interpretação de ciência como meramente objetiva e neutra (Saraiva, 2023), assim, outros grupos podem reivindicar o dizer da ciência sobre corpos desviantes (Louro, 2008).

Em sábias palavras de Machado (2023, p. 301), têm-se aqui “metodologias imperfeitas e sujeitas a críticas, mas, abertas às investigações que farão o pensamento avançar”.

3. A EPISTEMOLOGIA DO ARMÁRIO

3.1. Os armários e seus esqueletos

O momento da "saída do armário" (*coming out*) ocorre na vida de muitas pessoas; para outras, não. Acontece de forma intencional ou acidental, com desfechos positivos ou negativos. Contudo, quais armários estão em discussão quando se observa o abandono desse espaço? Abandona-se, de fato, um armário? Trata-se apenas do armário da sexualidade? Por que o “abrir de cortinas” desse espetáculo é tão relevante para a sociedade? É mesmo relevante? O lado de fora é sempre melhor que o lado de dentro? Qual a importância do lugar que se ocupa no momento de se assumir?

Uma busca pelo termo “saída do armário” em portais como o YouTube revela, majoritariamente, compilações em vídeo sobre momentos polêmicos de celebridades ou listas de quem se assumiu publicamente. Em contrapartida, a mesma busca no Google já aponta para uma ressignificação do termo. Ali, a página de resultados oferece um viés mais conceitual à metáfora, apresentando informações sobre essa virada de chave da expressão em um tom consideravelmente menos sensacionalista.

Sedgwick (1990) definiu a sexualidade como a atividade humana mais significativa do Ocidente e, ao mesmo tempo, afirmou ser o armário a principal ferramenta de opressão contra homossexuais no século XX. Diante das transformações tecnológicas e sociais, torna-se pertinente reavaliar se essa metáfora ainda detém o mesmo poder do passado. É preciso, ainda, observá-la sob novas lentes, como a sul-global, a latino-americana, a brasileira e, no caso específico desta pesquisa, a mineira.

O "armário" é uma metáfora para o espaço simbólico onde um indivíduo oculta, parcial ou integralmente, aspectos de sua identidade sexual ou de gênero. Trata-se de uma representação potente desse fenômeno, pois, embora outras formulações linguísticas tenham sido cogitadas, nenhuma alcançou o mesmo impacto (Sedgwick, 1990).

O *closet*, também chamado de *wardrobe* ou *armoire* ou armário, guarda-roupa, ou até o abasileirado “*clôzet*” refere-se, de maneira literal, ao cômodo ou móvel utilizado para guardar e armazenar roupas, sapatos e bolsas. Mas nem sempre foi assim, no século XVII e XVIII, por exemplo, remetiam a pequenos cômodos particulares dos monarcas e viventes dos castelos, fechados com chave, e representava um sinal da riqueza crescente dos frequentadores. O desejo em torno do *closet* também se referia ao poder de exercício da individualidade, posto que nele era possível fazer tudo que se quisesse sozinho (Bobker, 2020; Faria, 2023).

Arquitetonicamente, os espaços não requeriam mais que quatro paredes e uma porta, e pelo *design* simples e adaptabilidade nas residências tornou-se mais fácil ainda para transformá-lo e mesclá-lo com outros aparatos e interpretações. Podiam ser, então, unidos com uma banheira (*bathing closets*, *water closets*), livros (*studies* ou *libraries*), representações religiosas (*prayer closets*), e então se transmutavam em algo mais. Algo que mudou definitivamente foram as possibilidades dentro destes espaços, partindo de uma individualidade vivida em segredo com a solidão nos extremos dos palácios à criação de vínculos e troca de conhecimento que a aproximação física trazia (Bobker, 2020).

A retórica do armário é a de que *ele* precisou sair de um espaço privilegiado antes que qualquer pessoa pudesse sair *dele*. No século XVIII esta visão se alterou com a retirada das características principais dos armários britânicos: proteção e favoritismo. Portanto, a prévia estrutura física e a analogia feita com o armário representam um símbolo de transição social, e remete à domesticidade e ao segredo, sendo:

Amplamente reconhecido como um lugar onde sentimentos recíprocos poderiam florescer em um cenário de rígidas distinções de status, o armário revelou não apenas o quão emocionantes, mas também quão desconfortáveis os novos processos e perspectivas de inclusão poderiam ser (Bobker, 2020, p. 11, Tradução livre).

Em outro período, como os anos 1990, a figura dos armários foi capitalizada e publicizada como espaços de organização e armazenamento dos pertences domésticos – talvez pelo excesso de compras motivadas após a Revolução Industrial (Bobker, 2020). Assim, os cômodos *closet* se transmutaram para móveis essenciais ao ambiente doméstico para desaparecer com a bagunça aparente, o que concede ao residente a faculdade de escolher o que se mostra e o que se oculta, ou seja, “uma solução prática para um problema doméstico básico” (Faria, 2023, p. 30).

Em consequência da existência de algo dentro, também se dá valor à expressão da “saída do armário”, o *coming out*, que esconde um significado discursivo maior do que realmente aparenta em encontros sociais ou anedotas, sendo uma das principais categorias de análise para este estudo. Esta saída é problemática a um nível discursivo (Butler, 1991), e para Sedgwick (1990) este ato recebe uma imposição necessária de *performance* para que aconteça.

Considerando a ideia de que o silêncio também é uma forma de discurso, a ignorância e o conhecimento são igualmente poderosos nas relações sociais. Portanto, saber ou não saber de algo sobre alguém pode ensinar no domínio da subjetividade desta pessoa. “*O conhecimento, afinal, não é poder em si, mas sim o campo magnético do poder. A ignorância e a opacidade*

conluíam ou competem com o conhecimento na mobilização dos fluxos de energia, desejo, bens, significados, pessoas.” (Sedgwick, 1990, p. 4. Tradução livre).

Na teoria, “sair do armário” seria algo como vir a público, sair de um espaço que esconde, totalmente privado. Mas essa analogia é falha. Podemos, afinal, estar no armário em relação a familiares, mas não em relação a amigos. Em relação aos colegas de trabalho, mas não em relação aos familiares. Podemos sair do armário apenas para nós mesmos. Podemos estar totalmente no armário, mas sair do armário em uma festa ou outra. Há quem precise sair do armário o tempo inteiro, e há quem tiramos de um armário que nem sequer existe (Faria, 2023, p. 37).

Quando se coloca em perspectiva a afirmação do armário como o instrumento mais poderoso de opressão contra gays e lésbicas no século XX (Sedgwick, 1990), também se observa, no início do século XXI, a possibilidade de subversão do próprio armário. Butler (1991) questiona amplamente qual é, de fato, o intuito e a necessidade desse artifício, além da possibilidade de mantê-lo:

O "sujeito" que está "fora" está livre de sua sujeição e, finalmente, no claro? Ou será que a sujeição que subjetiva o sujeito gay ou lésbico de alguma forma continua a oprimir, ou oprime de forma mais insidiosa, uma vez que se reivindica a "saída"? O que ou quem é que está "fora", manifestado e totalmente divulgado, quando e se eu me revelar lésbica? O que é que agora se sabe, alguma coisa? O que permanece permanentemente oculto pelo próprio ato linguístico que oferece a promessa de uma revelação transparente da sexualidade? A sexualidade pode mesmo continuar a ser sexualidade uma vez que se submete a um critério de transparência e revelação, ou talvez deixe de ser sexualidade precisamente quando se alcança a aparência de explicitação plena? A sexualidade de qualquer tipo é possível mesmo sem aquela opacidade designada pelo inconsciente, o que significa simplesmente que o "eu" consciente que revelaria sua sexualidade talvez seja o último a saber o significado do que diz? (Butler, 1991, pp. 308-309, tradução livre).

Não há respostas fixas para essas perguntas, apenas elucubrações provenientes da realidade contemporânea. A recusa em se autodenominar, por exemplo, converge com a perspectiva de Foucault (2005). Para o filósofo, o ato de um sujeito se rotular sob uma determinada categoria (como "homossexual" ou "transexual") pode ser funcional ao próprio discurso de poder, que visa controlar os corpos por meio da categorização, seja ela médica ou jurídica. Contudo, a nomeação, embora arriscada, nem sempre se limita a essa lógica. Como aponta Butler (1991), o discurso também representa a linha tênue entre submissão e resistência. Portanto, nomear-se pode ser uma estratégia de insurgência.

Apesar de ser um exemplo oriundo do Oriente, pessoas queer na Palestina têm rejeitado conscientemente os armários, como uma forma de rejeitar a linguagem que acompanha o peso do *coming out*. Ao contrário do que pensam os israelenses, não se trata de renegar a própria identidade, mas de utilizar essa ferramenta para borrar o visível ou o inteligível, de modo que

o Estado e suas organizações não consigam ver. O foco seria, então, estimular um ativismo que crie um limbo entre regulação estatal e liberdade, indo além do cumprimento de determinadas performances, sejam de pessoas queer ou não, com a possibilidade de ser algo com os corpos e desejos (Ritchie, 2010).

O questionamento de Butler (1991, p. 309, Tradução livre) “*A sexualidade de qualquer tipo é possível mesmo sem aquela opacidade designada pelo inconsciente, o que significa simplesmente que o "eu" consciente que revelaria sua sexualidade talvez seja o último a saber o significado do que diz?*” remete aos binômios dentro/fora, visível/invisível e ao constante poder imposto pelo dispositivo de sexualidade em voga (Sedgwick, 1990). Por isso é importante se ter em mente que:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (Foucault, 2005, p. 30).

O silêncio e o segredo funcionam como práticas subjetivas de inviolabilidade dos binarismos, como público e privado, sujeito e objeto, dentro e fora, hetero/homo, entre outros. Não significa dizer que o ato de "sair do armário" seja o colapso total dos binarismos, mas, sim, um atestado da presença desses binarismos, o que viabiliza a fala, o reconhecimento e, conseqüentemente, a compreensão (Sedgwick, 1990; Costa, 2023). Os armários são como amarras que vinculam a performance social das pessoas queer, mas não são, necessariamente, exclusivos desse grupo, e fazem parte da vida de todos. A diferença crucial é que não exercem o mesmo controle ou influência sobre pessoas cisgênero e heterossexuais, nem possuem a mesma potencialidade de dano.

Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição (...) O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social (...) (Sedgwick, 1993, p. 22).

Portanto, compreende-se que os armários são menos extorsivos à personalidade e identidade de pessoas que se adequam à cultura heteronormativa, além de serem passíveis de utilização por outras pessoas para controlar as ações, discursos e comportamentos de seus pares. Na vida da comunidade LGBTQIA+, as diversas formas de violência, seja simbólica,

interpessoal ou institucional (Carvalho, 2012), tornam a utilização dos armários uma ferramenta de extorsão, em decorrência do grande potencial de dano que possuem. Especialmente quando considerada essa possibilidade como parte do processo de controle exercido por agentes de segurança pública no cotidiano das atividades que desempenham (Costa, 2023).

Não se deve interpretar a figura do armário, ou a saída dele, como algo inteiramente libertador ou aprisionador. O próprio conceito precisa ser problematizado, como demonstra a contraposição palestina à lógica ocidental (Ritchie, 2010). Ainda assim, a mobilização da categoria "armário" é fundamental por dois motivos: primeiro, para identificar a presença dessa estrutura como um dispositivo de controle da sexualidade no século XXI (Foucault, 2005); segundo, para analisar os efeitos da longevidade dessa opressão sobre as vidas dissidentes.

A transmutação do armário ocorreu de inúmeras formas: do físico ao simbólico, do útil ao inútil, do opressor ao empoderador. Portanto, é essencial identificar onde esses armários se posicionam hoje e a quem eles mais prejudicam com sua lógica binária e paradoxal de "dentro/fora".

Ao mover a discussão para o âmbito organizacional, percebe-se o caráter ambíguo das "relações do armário". Sedgwick (1990) cunhou o termo para designar os encontros entre o sabido e o não sabido, o público e o privado, que podem assumir múltiplas formas, a depender do contato interpessoal. Nesse contexto, analisar o *coming out* no ambiente de trabalho ajuda a dimensionar o quão extorsivo o ato de expor a própria sexualidade pode ser.

No Norte de Minas Gerais, especificamente no município de Montes Claros, estudos conduzidos destacam o caráter cristão e conservador da região, em que "os entrevistados queixaram-se de aspectos repressores da vida no sertão mineiro, em que a religião, o patriarcado e as instituições de trabalho não aparecem como elementos separados" (Cardoso Júnior et al., 2022, p. 1927). Ademais, os benefícios e malefícios de sair do armário em um espaço de trabalho foram destacados veementemente, o que reforça a noção de que existem prejuízos que surgem antes mesmo da revelação, enfatizando as diversas formas e consequências associadas ao ambiente de trabalho.

Afinal, nunca a experiência de duas pessoas no armário será a mesma. Algumas pessoas nunca saem do armário. Algumas pessoas nunca estiveram em um armário em primeiro lugar. Os armários de algumas pessoas parecem ser feitos de vidro transparente, alguns de vitrais, outros de papel, tecido, pele e osso. Alguns armários de pessoas têm um ponto de entrada, saída, visibilidade, iluminação, outros mais, muitas vezes em escalas diferentes. Alguns têm aberturas do tamanho de buracos de fechadura, janelas, abas de gato, outros do tamanho de pupilas, cavidades nasais, bocas e outros orifícios. Alguns armários são mais permeáveis a músicas, imagens, palavras e aromas do que os de outras pessoas. Alguns armários podem ser mais bem

penetrados pelos olhos, outros pelas mãos, genitais, textos (Edwards, 2009, p. 66, tradução livre).

Portanto, a crença cega na ideia de que conhecimento e autoconhecimento seriam capazes de, por si sós, derrotar a homotransfobia representa um dos reflexos modernos que invisibilizam os impactos danosos que o silêncio, a ignorância e os segredos velados historicamente causaram à sociedade (Bobker, 2020; Sedgwick, 1990).

A metáfora do armário é, ao mesmo tempo, prejudicial e benéfica, mas um de seus maiores problemas reside em seu efeito social. Um exemplo disso é a crença utópica de que, se cada pessoa gay, lésbica, bissexual ou trans decidisse subitamente “viver sua verdade” e sair do armário, a intolerância seria derrotada. É inegável que cada epifania de autorreconhecimento e cada ato de revelação possuem poder político. O problema, contudo, é que o resultado desse pensamento transfere toda a responsabilidade para os indivíduos, como critica Bobker (2020, p. 197): “queer e pessoas trans poderiam facilmente derrotar a intolerância, se apenas uma quantidade suficiente de nós fosse corajosa e honesta o suficiente com nós mesmos e com os outros”.

Outro ponto relevante é o “discurso da naturalidade”, também discutido por Foucault (2005) e Sedgwick (1990), e popularizado por frases como “nasceu assim, fazer o quê?”. Esse discurso pode ser observado na prática na canção “*Born This Way*” (Nasci desse jeito, em tradução livre), da artista e ativista *queer* Lady Gaga. Embora a música tenha uma clara intenção de empoderamento, a ideia de “nascer de determinada maneira” pode ser teoricamente problemática. Ao reduzir a identidade a uma condição biológica, esse argumento pode acabar por excluir a complexidade dos desejos e das múltiplas formas de se viver a sexualidade. Embora facilite a assimilação de gays e lésbicas pelo sistema heteronormativo (Garcia, 2018), Sedgwick (1990), em resposta, provavelmente questionaria a própria necessidade de se buscar um parâmetro “natural” para validar um comportamento.

Pensar nos armários transcende a necessidade subjetiva e psicológica de reconhecimento individual. A ideologia que permite a dissidência sexual em outdoors, livros e mídias, mas a reprime na esfera íntima (“na cama”), é um dos pilares que sustentam certas lógicas do capitalismo vigente. A livre circulação de um erotismo dissidente em instituições tradicionalmente heterossexuais (como o esporte, a polícia e a política) preocupa e desestabiliza o frágil conceito de “liberal” que acompanha o Estado (Mieli, 2023).

Ao considerarmos a existência de um sistema que categoriza as pessoas com base em sexo, gênero e desejo, impondo expectativas e exigindo reafirmações constantes de símbolos sociais para sua perpetuação (Rubin, 1975; Butler, 2010; Preciado, 2022), o armário pode ser

interpretado de forma análoga: um aparato simultaneamente opressor e produtivo, movido pela performance contínua daquilo que se pretende (ou não) apresentar.

É fundamental ter em mente que o armário saiu da dimensão da gíria para se tornar uma perspectiva teórica de forma contundente. Revelar ou não aspectos da orientação sexual ou identidade de gênero não diminui a existência desses elementos na subjetividade do indivíduo; contudo, de múltiplas maneiras, pode proteger ou prejudicar sua vivência social. A questão central que busco discutir não é se o armário é inerentemente "bom" ou "ruim", pois ele pode ser ambos, mas sim como essa complexa realidade é manipulada para a produção de discursos e práticas que lesam um determinado grupo de pessoas.

3.2. Sistemas de duplas amarras

Conforme destacado anteriormente, o armário é uma ferramenta ambivalente, presente na vida de todas as pessoas. No entanto, seu caráter danoso se acentua em relação às pessoas queer, para as quais ele cria espaços de segredo e vulnerabilidade à extorsão. Com o intuito de aplicar os aportes da Epistemologia do armário à Criminologia queer, este tópico apresentará duas frentes de análise: primeiro, uma categoria teórica relacionada aos crimes e legislações, o “sistema de duplas amarras”; e segundo, alguns binarismos levantados por Eve Sedgwick como estruturantes do pensamento ocidental, além de hétero/homossexualidade. Em conversa com os policiais, essas categorias foram identificadas (vide Capítulo 5).

Os binarismos representam relações entre dois termos opostos, nas quais um é hierarquicamente superior ao outro. Por essa razão, eles merecem atenção especial, visto que é necessário pensar além de apenas duas posições fixas quando se trata da expressão da sexualidade.

Mas, antes de partir para os binarismos em si, apresento um conceito importante para proceder nesta análise: “*double binding system*”. Assim são chamados os sistemas judiciais e legislativos na versão original do livro de 1990, com tradução na resenha brasileira de 2007 como “sistema de duplos vínculos”. Acredito que uma tradução mais crítica e fidedigna seria chamá-lo de “sistema de duplas amarras”, tendo em vista o potencial de encruzilhada que esses espaços possuem.

Pode-se argumentar que os vínculos também representam amarras e que a alteração do termo é inútil, mas considero significativa a explicação apresentada na obra, em que esta intitulação se refere aos espaços de controle da lei que fornecem respostas dúbias ou controversas quando procurados por pessoas *queer*, com argumentos que costumam ser

ofensivos e até mesmo violentos quanto às identidades e comportamentos das pessoas (Sedgwick, 1990).

Um dos exemplos trazidos pela autora auxilia a exemplificar como esse sistema de amarras funciona: Acanfora, um professor de ciências dos Estados Unidos, foi transferido para uma posição em que não lecionava, assim que o fato de ser gay foi descoberto pela Diretoria de Ensino. Ao procurar a mídia para revelar a situação que passava, a escola lhe negou um contrato. O professor processou, e a primeira resposta judicial foi a de que o apelo à mídia trouxe muita atenção sobre a sexualidade. Em instância superior, consideraram a exposição protegida pelo direito à liberdade de expressão, mas não permitiram o retorno ao ensino sob o argumento de que ele ocultou na aplicação ao cargo que havia participado de uma organização estudantil homossexual durante o ensino médio – o que admitiram posteriormente que teria evitado que ele sequer fosse contratado (Sedgwick, 1990).

Como formular argumentos plausíveis após essas respostas judiciais? A quem recorrer? Certamente, ao pensar na Justiça brasileira e internacional, existem diversos mecanismos de recurso e alternativas a serem buscadas, mas neste caso é perceptível o nível de encurralamento a que se submetem essas pessoas. Pode-se refletir sobre o que Acanfora poderia ter feito estrategicamente em relação à própria orientação sexual, mas, ao sair do armário, ele seria contratado? Ao permanecer no armário (como o fez inicialmente), teria a garantia de que poderia lecionar? Infelizmente, ambas as respostas são negativas.

No Brasil, cito um caso que permite visualizar as amarras. Durante a “Marcha das Vadias” no Rio de Janeiro, Indianarae Siqueira, militante transexual, ao andar com os seios à vista, foi autuada por policiais por cometer o crime de “ato obsceno em público”. Em discussão com o policial, argumentou que seria um “homem” para a lei, pois assim seus documentos indicavam. Com discordância do agente, foi conduzida a uma delegacia, recusou assinar o boletim de ocorrência, e foi presa por desacato à autoridade, mas solta mediante pagamento de fiança. Um julgamento deveria ter sido realizado, mas nunca aconteceu devido à ausência do policial na audiência, ou seja, silêncio estatal (Luckmann; Nardi, 2017).

A própria Indianarae reconhece a criação de um dilema na justiça, em que a condenação acarretaria o reconhecimento legal do gênero feminino e não o que constava nos documentos. Por consequência, isso estabeleceria um precedente que poderia ser utilizado por outras pessoas trans. Ou, no caso do reconhecimento da identidade masculina, conforme os documentos, permitiria que ela andasse com os seios à mostra, assim como os homens. Além disso, isso afirmaria que homens e mulheres não possuem os mesmos direitos. Luckmann e Nardi (2017)

compreendem que o caso é um desafio às normas regulatórias, em que a resposta também pode ser nenhuma.

Outro caso de observação das amarras na Segurança Pública é a Revolta de Stonewall, de 28 de junho de 1969, um evento histórico e marcante que intersecciona desvio e interação policial. Considerada a motivadora das primeiras paradas LGBTQIA+ da história e um marco inicial da luta moderna por direitos dessa comunidade, a revolta está intrinsecamente relacionada com o controle de corpos queer e a ligação com as forças policiais. De forma simplista, o bar Stonewall Inn era um ponto de encontro considerado seguro para corpos desviantes, tendo em vista que os donos do estabelecimento também possuíam envolvimento com a máfia italiana e pagavam aos policiais para que evitassem o local durante as fiscalizações, que, certamente, incriminariam o bar pelas suas instalações pouco seguras e não-higiênicas. No entanto, na referida data, a polícia prendeu alguns dos funcionários e performers no local pela violação do Estatuto do Vestiário, legislação que pré-determinava a necessidade de as pessoas vestirem, no mínimo, três peças que refletissem o sexo que possuíam “naturalmente” (Dwyer; Ball; Crofts, 2016). O que posteriormente se tornou uma batalha campal com duração de seis dias, com reivindicações e protestos, hoje marca a origem para as paradas que acontecem em todo o mundo.

Na América Latina, temos o caso de Azul Rojas Marín na Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sentença de 2020. Tratou-se de uma prisão arbitrária, violenta e infundada ocorrida em desfavor de Azul, devido à expressão de gênero e orientação sexual, além de ter sido estuprada durante a detenção. A vítima foi abordada à noite, enquanto caminhava para casa, por policiais que a espancaram e proferiram termos de cunho homofóbico. A investigação não foi devidamente realizada nas primeiras instâncias recorridas, o que, eventualmente, levou o caso à corte internacional, que considerou os abusos como um caso de tortura, violação à integridade pessoal, à vida privada, e condenou o Estado do Peru pelo ocorrido (CIDH, 2020).

Nestes momentos e em outros diversos, a polícia representou o principal instrumento do controle legislativo para administração dos corpos e das práticas, com atuação violenta e corrupta, que suscitava discriminação e uma constante tensão entre agentes da segurança pública e pessoas LGBTQIA+.

Entretanto, o policiamento não pode ser considerado apenas como um instrumento de poder, mas também deve ser interpretado como um dos seus produtores, posto que cumpre um papel essencial na manutenção e reconstituição constante de uma sociedade heteronormativa (Dwyer; Colvin, 2022; Russel, 2020). As instituições estatais, como um todo, formam um

emaranhado de espaços que contribuem significativamente para a perpetuação da violência contra pessoas queer, e a ideia de policiamento como um conjunto de técnicas de vigilância, intervenção e coerção em prol da segurança reforça uma hegemonia masculina que não apenas exclui e invisibiliza pessoas LGBTQIA+, mas também produz noções de desvio, perigo e criminalidade (Russel, 2020).

Foucault (2005) compreende que o poder em si está entrelaçado ao discurso do conhecimento, às epistemologias. Ao contrário de proibir sexualidade ou sexo, o poder o produz, como por exemplo, os nomes, rótulos e identidades atribuídos pelos próprios sujeitos, que se interligam aos regimes de controle vigentes. Nesse sentido, Eve argumenta que as categorias homo/hetero guiam como outras serão definidas, e por conseguinte, o próprio poder disciplinar (Garcia, 2018; Sedgwick, 1990).

Apesar de a noção de sistema de duplas amarras remeter diretamente aos âmbitos jurídicos, dois dos capítulos de *Epistemology of the Closet* focam precisamente nos binarismos (*Some Binarisms I, II*) que decorrem e/ou influenciam a compreensão da sexualidade na sociedade moderna, e podem ser interpretados como fundamentos que vinculam e norteiam o discurso.

Os binarismos podem parecer apenas uma relação despretensiosa estabelecida entre dois termos, mas recebem maior atenção quando a ligação que propõem hierarquiza uma posição sobre a outra. Enquanto uma delas é a correta, a outra é errada. Estas são as principais expressões analisadas no livro: conhecimento/ignorância; natural/artificial; urbano/provincial; inocência/iniciação; homem/garoto; cognição/paranoia; secreto/revelação; disciplina/terrorismo; maioria/minoria; imparcialidade/parcialidade; público/privado; sinceridade/sentimentalidade; saúde/doença; totalidade/decadência; utopia/apocalipse; grego/cristão; sentimental/antissentimental; direto/vicário; arte/kitsch; igual/diferente; homo/hetero; abstração/figuração; invenção/reconhecimento; completude/decadência; voluntarismo/vício; cosmopolita/nacional; saúde/doença, entre outros (Sedgwick, 1990).

Considerando que meu objetivo é utilizar algumas dessas categorias para observar armários institucionais nos discursos de policiais e compreender os reflexos na tratativa do crime envolvendo LGBTQIA+, selecionei alguns desses binarismos que auxiliam nessa tarefa, e os abordarei a seguir, enquanto outros serão discutidos em tópicos mais pertinentes. O primeiro deles: normal/artificial.

Foucault (2005), ao traçar a história da sexualidade, observou como os discursos sobre sexo foram controlados e as múltiplas formas que esses discursos tomaram, sendo citada como uma delas a justiça penal. As relações de poder estabelecidas por essa área concentraram-se nos

crimes relacionados à libertinagem e aos antinaturais, mas que, posteriormente, no século XIX, foram considerados pouco relevantes - deixando, porém, claro onde estava o perigo e a necessidade de falar e controlar.

Como no Código Penal português de 1852, que considerava a “prática de vícios contra a natureza”, um termo chama atenção na definição de crimes relacionados à sexualidade no século XVIII: “antinatural”. Nesse contexto, atos contrários à natureza eram definidos pelos grandes sistemas opressores da época, como o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Diversos atos eram colocados sob a mesma classificação de desvio, ultrapassando os limites do lícito, como o caso da sodomia - cujo caráter duplo de crime e pecado grave igualava-se à bestialidade ou ao casamento sem consentimento paterno (Foucault, 2005).

As proibições relativas ao sexo eram, fundamentalmente, de natureza jurídica. A "natureza", em que às vezes se apoiavam, era ainda uma espécie de direito. Durante muito tempo os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção (Foucault, 2005, p. 38).

Assim como a interpretação de sexo, gênero, sexualidade e raça, os atos considerados sodomia variam de acordo com o lugar, a cultura e as intenções de quem os denomina (Lee, 2011). No entanto, é possível agrupá-los sob a definição de atos sexuais sem intenção de procriação. Isso inclui práticas entre homens, mulheres e animais, e considera os sodomitas como indivíduos de desejos insaciáveis, indiferentes à quantidade, gênero ou espécie que lhes satisfaça. Ou seja, inclui relações entre pessoas do mesmo sexo, sexo oral, uso de métodos contraceptivos, masturbação própria e alheia, além de sexo com outras espécies (Edwards, 2009).

O termo "sodomia" tem origem bíblica e é associado a um pecado e a um crime, visto que, além de atrair a ira de Deus, os sodomitas estavam sujeitos à reprovação tanto legal quanto moral. Sob a ótica legal, tratava-se de um desvio difícil de ser comprovado, especialmente considerando a diversidade de formas que a sodomia poderia assumir (Edwards, 2009). Dessa forma, crime e desejo se entrelaçam de maneira primária.

Embora a sodomia não tenha sido considerada uma identidade, ela continuou a ser praticada. A popularização do sexo oral no século XIX e da masturbação no século XVIII reduziu parte da conotação negativa associada a essas práticas, mas o sexo entre pessoas do mesmo sexo e com seres de outras espécies manteve a mesma interpretação (Edwards, 2009).

Dentre as várias designações para práticas sexuais, como reprodutivas, recreativas ou pecaminosas, aqueles que detinham poder frequentemente impunham suas práticas sobre

aqueles com menos ou nenhum poder (Edwards, 2009; Preciado, 2014). Na Antiguidade Clássica, homens penetravam mulheres, garotos adolescentes e escravos, independentemente do gênero, e tais atos não eram distinguidos de maneira alguma. Contudo, os homens não eram incentivados a ser penetrados (Edwards, 2009). Nesse contexto, o binômio hetero/homo ainda não estava estabelecido, mas as interpretações sobre as identidades sexuais variavam conforme gênero, classe, idade e etnia dos envolvidos. Ou seja, os homens precisavam construir vínculos que se diferenciavam nesses aspectos – o problema não estava na relação entre pessoas do mesmo sexo, mas na submissão de um homem perante outro (Lee, 2011).

O "natural", também entendido como normal, ambiental ou divino, foi colocado acima do "artificial", considerado antinatural, forjado ou falso, associando a heteronormatividade ao primeiro e tudo o mais ao segundo. Em uma análise filosófica e crítica da obra de Nietzsche e Herman Melville, Sedgwick (1990) observa essa relação e como ela origina o binômio completude/decadência. O primeiro refere-se a uma integridade plena do corpo e da alma, enquanto o segundo descreve o sofrimento e a angústia de quem carrega um segredo revelado – como ocorre com a sexualidade que, quando não exposta ao espaço público, é interpretada como algo que devora o indivíduo por dentro.

O "segredo aberto" representa uma lacuna que pode ser preenchida e interpretada de diferentes formas, dependendo da perspectiva alheia. Isso significa que, caso alguém não assuma verbal ou fisicamente determinada sexualidade ou identidade de gênero, essas poderão ser atribuídas a essa pessoa sem confirmação ou consentimento. Este fenômeno é o que popularmente chamamos de "gaydar" (Neves Júnior, 2022).

Para entender melhor esse conceito, dois termos são fundamentais: a *performatividade* e o *dispositivo* (de sexualidade). A *performatividade* refere-se às formas, ações e comportamentos repetidos que se inscrevem em um corpo e produzem a impressão de que alguém é "alguma coisa", como ocorre com a atribuição de gênero aos corpos, uma categoria discursivamente construída que precisa ser repetida para ser interpretada (Butler, 2018). Por sua vez, o conceito de *dispositivo* atende a uma demanda social, disciplinar e de dominação dos indivíduos; é multiforme e se organiza como uma rede de discursos, performances e tradições, como nas conversas cotidianas ou em normas legislativas (Neves Júnior, 2022; Foucault, 2005). Especificamente, existe o dispositivo da sexualidade, que, segundo Foucault (2005, p. 100), “(...) tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global”.

Dessa maneira, o *gaydar* pode ser entendido como uma das técnicas de poder do dispositivo de sexualidade, e

(...) torna-se um dispositivo performativo das sexualidades: nada constata, mas performa ao tentar descrever, por meio de algum índice, a homossexualidade do sujeito, e coloca a heterossexualidade compulsória em constante dúvida. É um instrumento que age em conformidade com as normas que regulam os sujeitos, seus corpos e desejos; é de ordem da matriz heterossexual, pois aponta alguém que deveria ter sido pressuposto como heterossexual, mas que possui algum indício de não ser; é um operador discursivo que objetiva, por meio de atos de função denotacional, como determinados trejeitos, apontar ou explicitar uma sexualidade referencial de forma supostamente inequívoca (Neves Júnior, 2022, p. 1040).

Portanto, a decadência, que se opõe à completude na obra de Sedgwick (1990), representa o medo gerado por esse dispositivo, ou melhor, pela possibilidade interpretativa que ele oferece. Contudo, é essencial destacar que, assim como o gênero, as sexualidades não são meramente naturais, mas constituem um processo histórico-discursivo construído no cerne das identidades, com o propósito de atender às demandas de um determinado período (Foucault, 2005). Além disso, o próprio desejo é construído de maneira semelhante, sendo que é “móvel e inconstante”, o que coloca o *gaydar* como uma tentativa garantidora de uma matriz constitutiva dos indivíduos, “ele não aponta a identidade, mas a diferença, o ‘oposto’, a Outridade, aquilo que escapa à matriz heteronormativa” (Neves Júnior, 2022, p. 1040).

Outras taxonomias do século XIX, como as do “viciado” e do “homossexual”, também combinam algumas problemáticas do pensamento da época, como o posicionamento antissodomia, que defendia a natureza e repudiava tudo o que fosse considerado contranatura, e o nascimento da oposição entre substâncias naturais, como alimentos, e substâncias artificiais, como as drogas (Sedgwick, 1990). Em resumo, desejos considerados desnecessários eram vistos como vícios, e, no século XX, passou-se a questionar a naturalidade de todo desejo.

Esses desejos passaram a ser questionados e respondidos com mutismo, interdição e negação. Assim, Foucault (2005) identificou o que chamou de “economia do prazer”: uma tendência na qual o sexo deveria se restringir ao matrimônio, com o intuito reprodutivo, enquanto aqueles que não se enquadrassem nesse modelo deveriam economizar suas energias sexuais e transformá-las em força motriz para relações lucrativas.

Sedgwick (1990, p. 76) relaciona os armários e os *coming outs* na ideia de que: “A revelação da identidade no espaço do amor íntimo derruba sem esforço toda uma sistemática pública do natural e do não natural, do puro e do impuro.” Por outro lado, Paul Preciado (2022) apresenta a “contrassexualidade” como uma negação do natural e uma adaptação às tecnologias do corpo e das substâncias. Essas duas perspectivas não são, necessariamente, contraditórias,

mas apresentam possibilidades para repensar um futuro de reconhecimento que não envolva os riscos da artificialidade, mas que os aceite como caminhos viáveis diante das limitações.

Fenômenos contemporâneos, como o uso de hormônios e medicamentos para adequação performativa de gênero, o uso de entorpecentes durante relações sexuais (*chemsex*) e os altos índices de sofrimento psicossocial entre pessoas LGBTQIA+, como descrito por Paul Preciado em *Testo Junkie* (2018), ressaltam o vínculo entre artificialidade e este grupo social.

A interseção dos conceitos de *farmacopornografia* (Preciado, 2018) e a relação entre o binômio natural/artificial (Sedgwick, 1990), sob a perspectiva das punições e da história da sexualidade discutidas por Foucault (2005, 2014), pode oferecer uma alternativa para entender as estigmatizações sociais enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+, seja pela medicina ou pelo direito, além de promover uma reflexão crítica sobre a formulação de políticas públicas.

A ideia de que substâncias, objetos e tecnologias artificiais são associadas às pessoas queer deriva de um pensamento de que tudo o que provém da natureza também provém de Deus e, por consequência, é correto. Sob a mesma lógica, aquilo que é criado artificialmente é colocado em uma posição antinatural, como se representasse uma contraposição ao que é divino (Sedgwick, 1990). Exemplos dessa relação podem ser encontrados em frases do cotidiano, como "se nasceu assim, está tudo bem" ou "é uma abominação da natureza".

Há também outra interpretação de decadência, agora associada ao binômio utopia/apocalipse. A morte do personagem queer em um dos livros analisados leva Sedgwick (1990) a perceber a formação trágica de uma identidade homossexual moderna - estendendo essa interpretação às pessoas transsexuais e *queers* como um todo, especialmente ao considerar a associação desses grupos.

A identidade emergente, na época, representava um nível de fatalidade individual, que se associou de maneira intrínseca ao queer, algo que Sedgwick (1990) viu como culminância de rotinas suicidas e batidas de carro, tanto no cinema quanto na realidade. Além disso, ela anteviu que o futuro seria ainda mais sombrio – uma utopia ou um apocalipse.

O livro *The Celluloid Closet* (O armário de celuloide), de Vito Russo (1987), inspirou Sedgwick a adotar essa perspectiva fatalista sobre a realidade decadente da época. A obra analisa as principais produções cinematográficas sobre a representação de pessoas fora da cisheteronormatividade até o lançamento do livro, concluindo que os filmes do *mainstream* não eram voltados para os gays, mas para a maioria. O problema nunca foi a visibilidade, mas a forma ofensiva com que essas pessoas eram retratadas, o que não contribuía para a mudança da interpretação social dessa minoria, e de outras, como mulheres, chineses e negros, citados por Russo (1987).

O cinema foi apenas um dos muitos influenciadores desse pensamento. A história bíblica sobre Sodoma e Gomorra, por exemplo, contribuiu significativamente para o discurso ocidental de que "o fim" seria marcado por genocídio e morte (Sedgwick, 1990). Esses castigos exemplares, mortais e tortuosos, tomaram formas como fogo, químicos, caças, campos de concentração, espancamentos e, por outro lado, perpetuaram a associação do queer à fatalidade (Sedgwick, 1990). Assim, o medo e a paranoia sobre o futuro se perpetuam: tanto para as pessoas que pertencem a essas minorias quanto para aqueles que as cercam, e para aqueles que temem ser interpretados de forma semelhante.

(...) uma das poucas áreas de acordo entre as ideologias capitalistas marxistas, nazistas e liberais modernas é que há uma afinidade peculiarmente próxima, embora nunca definida com precisão, entre o desejo do mesmo sexo e alguma condição histórica de moribundidade, chamada "decadência", à qual não indivíduos ou minorias, mas civilizações inteiras estão sujeitos. A sangria em uma escala mais massiva em ordens de magnitude do que qualquer presença de minoria gay na cultura é a "cura", se houver, para a doença mortal da decadência (Sedgwick, 1990, p. 128, tradução livre).

De uma maneira ampla e superficial, existem mudanças significativas neste pensamento, no entanto, não é tão expressiva quanto se desejaria.

Mozdzenski (2019) apresenta uma visão contemporânea e mais positiva de um fenômeno chamado de "*Outvertising*", que remete à tentativa da publicidade de reverter os estigmas e visões negativas que foram historicamente assimiladas à comunidade LGBTQIA+ por intermédio de propagandas desconstrucionistas e representativas. Esse movimento publicitário assume um discurso ativista a favor das minorias sociais, trazendo-as às telas em detrimento de conteúdos hegemônicos.

Dentre as propagandas analisadas por Mozdzenski (2019) uma delas se destaca aos meus olhos e neste estudo, principalmente pela vinculação do corpo transexual ao crime. Segue uma breve descrição:

Na peça, vê-se uma mulher negra de costas, urinando em pé no mictório de um banheiro masculino escuro. Ela usa um vestido preto "tomara que caia" justo e bem curto, a ponto de deixar à mostra os detalhes de renda no barrado de sua meia 7/8. Com uma de suas mãos, a moça se apoia na parede e, com a outra, supostamente segura seu pênis. No segmento linguístico verbal da propaganda, lê-se em destaque, com letras garrafais amarelas, o mote da campanha: "Pirataria é CRIME!". O enunciado consiste em uma oração exclamativa com um tom categórico, assertivo, admoestatório. Além disso, a frase mobiliza nossa memória discursiva (Courtine, 2009) acerca das campanhas contra o comércio de CDs e DVDs piratas, isto é, não originais, não genuínos (Mozdzenski, 2019, p. 199).

Observa-se o fenômeno denominado "transcriminalização", no qual se induz a crença de que a identidade transgênero é criminosa, seja por romper com um padrão físico e performativo hegemônico (tão firme quanto a lei), seja pela associação criminal da pessoa trans (Mozdzinski, 2019). Esse fenômeno também foi identificado por Serra (2017) em acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo, em que uma travesti é considerada uma “pessoa afeita ao crime”, com sua narrativa sendo desconsiderada em favor de dois policiais que sequer presenciaram os fatos analisados. Deve-se observar também que, tanto no exemplo publicitário quanto no judicial, os autores destacam os marcadores de classe e raça identificados nos estudos. No primeiro, vê-se a semiótica, enquanto no segundo, prevalecem o assassinato e a violência (Mozdzinski, 2019; Serra, 2017).

A tentativa do *Outvertising* é válida, mas os interesses por trás das telas são essencialmente capitalistas e precisam ser questionados em sua própria medida. Certamente, ainda há muito a ser discutido e melhorado em relação à representatividade e aos efeitos discursivos que ela gera. No entanto, é importante destacar que a crítica deve se estender a conceitos como *pink money*, *pinkwashing*, assimilação higienizada de pessoas queer e *brandificação* (Mozdzinski, 2019). Fenômenos como esses são fundamentais, pois, como elucida Preciado (2018, p. 47), “o corpo individual funciona como uma extensão das tecnologias globais de comunicação”.

Essas relações e tentativas de diversas áreas teóricas influenciam o questionamento crítico dos binarismos, especialmente no Brasil, cuja herança colonial reflete problemas europeus reescritos com marcadores regionais. É o que Masseno (2023) argumenta:

No que tange aos problemas de gênero e, principalmente, aos da sexualidade no Brasil, a articulação discursiva dos pares binários caiu como um "fino tailleur" para a demarcação dos sexos, identidades de gênero e práticas sexuais, assim como de seus respectivos trânsito e expressividade em nossa esfera social. Portanto, na sociedade brasileira passou a ser presente a marca linguística da barra (/) - sinal gráfico que reforça polaridades e limites no transitar entre um polo e outro. No cerne da militância homossexual, por exemplo, que no Brasil começou a ser delineada nos idos da década de 1960, a demarcação gráfico-discursiva da barra tornou-se presente pelo uso constante do verbo "assumir", que não deixava de ser uma ressonância da ideia do coming out, presente nos movimentos gays e lésbicos norte-americanos. Essa atitude política de enunciação da sexualidade ou, se preferirmos, da "saída do armário" do sujeito homossexual, resultou em maior visibilidade das dicotomias público/ privado, vida familiar/vida secreta, heterossexualidade/homossexualidade. Curiosamente, essa política é paradoxal perante o histórico das práticas sexuais e das manifestações de desejo e gênero na sociedade brasileira, instaurando uma "alfândega crítica" (em que a barra é sinal mister) antes inexistente no território nacional, já que os limites entre homossexualidade e heterossexualidade, por exemplo, e principalmente nas classes populares, eram uma fronteira ambígua e generalizada (Masseno, 2023, p. 75).

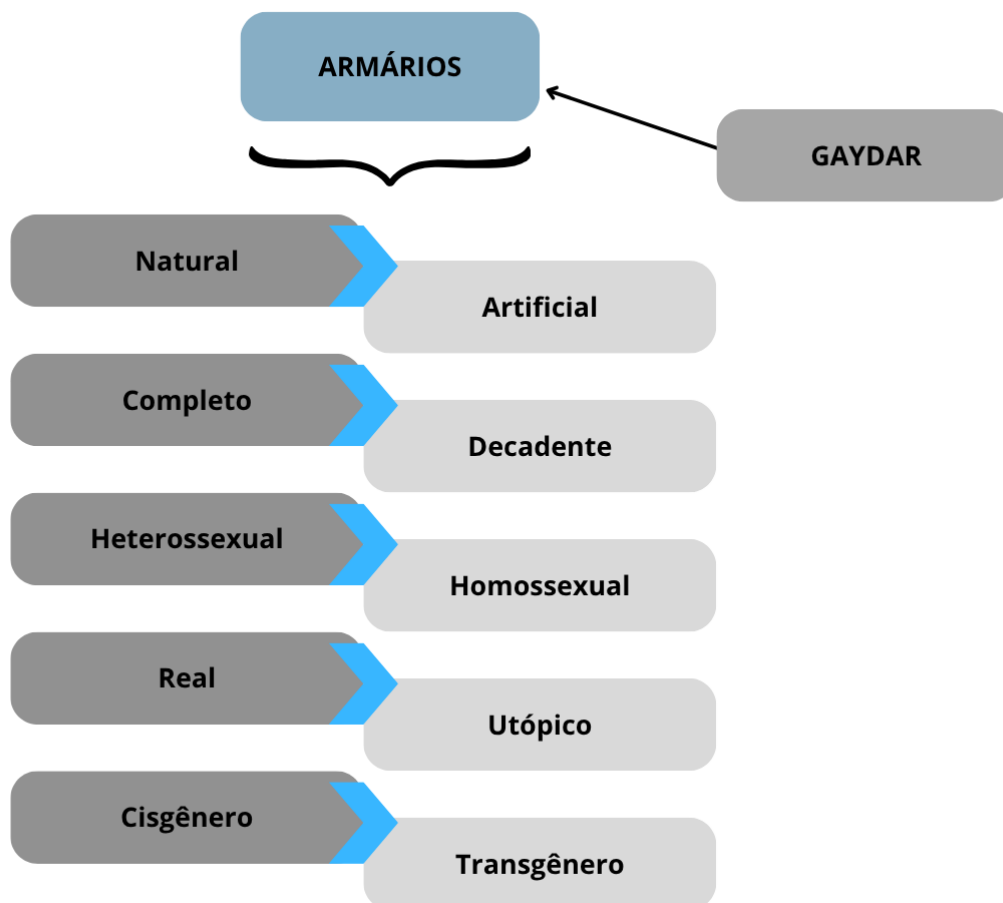
Com esses posicionamentos, o "peso da barra" destaca a dificuldade interna enfrentada por aqueles que lidam com os armários. Embora possam existir experiências mais positivas, a atmosfera social está repleta de exemplos de decadência, fatalismo e violência contra pessoas queer. Assim, inserir-se em um arranjo institucional que compreenda esses aspectos e não os reproduza torna-se uma tarefa complexa.

Na família, na escola, no hospital, na polícia, os binarismos proliferam, representando a ideia de "ser uma coisa" e a impossibilidade de ser outra. Ou ainda, a negação da construção de desejos (ou a ausência deles), com a orientação de práticas sexuais e amorosas limitadas, como a restrição de parceiros e a necessidade de assimilação. Dentro das organizações, além dos tópicos descritos, ainda existe o risco de prejuízos financeiros e morais, e a possibilidade de reprodução de comportamentos igualmente prejudiciais.

Compreender os binarismos, ou o que o cinema e a publicidade representam, ou mesmo o conceito de *gaydar*, pode parecer à primeira vista distante do objeto de estudo aqui apresentado. No entanto, apesar de não estarem diretamente conectados, esses elementos são ferramentas essenciais para a interpretação do fenômeno do armário. Um sistema que exclui certos tipos de pessoas com base na forma como se apresentam precisa de instrumentos, como os dispositivos de sexualidade (armários e *gaydar*), para transmitir uma mensagem clara de aversão e intolerância. Além disso, manipular as noções de naturalidade, completude, realidade, heterossexualidade, cisgeneridade, contrapostas a uma visão única e inferior de artificialidade, decadência, utopia, homossexualidade ou transexualidade, é uma das formas pelas quais o discurso social é transmitido.

A esquematização do funcionamento desses conceitos pode ser visualizada na imagem a seguir:

Figura 1 - Transmissão Social do discurso sobre armários



Fonte: Autoria própria.

Nesta representação, a seta e o colchete simbolizam os discursos, enquanto os sinais de "maior que" indicam a hierarquia entre um conceito e outro. O discurso originado pelo *gaydar* incide sobre o armário, qualquer que seja, oferecendo uma visão do Outro sobre o sujeito. Por sua vez, o armário, interpretado pelo olhar alheio, dá origem a binarismos, ou seja, ideias opostas que estabelecem uma relação de superioridade entre o primeiro e o segundo termo.

Em termos de difusão discursiva, as instituições tradicionais, como a família, a igreja e o casamento, já seriam suficientes, mas a modernização também contribui para um sistema de amarras que criminaliza corpos e demarca uma linha que define os limites para pessoas queer. Seja em relação à vida, segurança, acesso a direitos, práticas sexuais ou corporais, o mais importante é manter um constante lembrete de *que a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco*, e que isso pode acontecer a qualquer momento, de onde menos se espera. Essa é a essência das categorias de pânico e paranoia, que é sobre o que falarei a seguir.

3.3. Pânico e Paranoia

Como foi apresentado, os binarismos funcionam como representações discursivas de duas visões opostas, em uma posição hierárquica, usadas contra a dissidência sexual, que permanece em um limbo social ainda incompreendido. Proponho agora refletirmos sobre os reflexos pessoais e relacionais que os armários ocasionam. Neste contexto, discutirei o binarismo da sentimentalidade e da antissentimentalidade, além de dois conceitos elaborados por Eve Sedgwick, que são fundamentais para compreender os efeitos do controle da sexualidade, conforme discutido na seção anterior: pânico e paranoia.

O conceito de *sentimentalidade* foi amplamente desenvolvido por Eve Sedgwick em suas obras, sendo ela uma das principais criadoras das chamadas *Teorias do Afeto*, especialmente com sua obra seminal *Touching Feeling: Affect, Pedagogy, Performativity* (2003), na qual abordou os afetos e as complexas relações em que esses aparecem, como identidade, literatura e política. As contribuições de Sedgwick se destacam, especialmente, no que diz respeito à materialidade dos afetos e aos efeitos que estes têm sobre a sociedade.

Neste momento, um dos pontos mais importantes nos aportes teóricos de Eve refere-se à manifestação intensa dos afetos na formação das identidades individuais e coletivas, particularmente em relação à sexualidade e às identidades de gênero. Os afetos, portanto, constituem estruturas subversivas e formadoras das subjetividades dos indivíduos, podendo gerar reflexos na política e na conformação das normas do corpo social (Sedgwick, 2003). Para reforçar essa abordagem, trago uma citação de um vídeo em que Judith Butler foi conferencista – apresentado a mim na autobiografia de Galuppo (2019), onde ela(s) afirma(m):

O amor não faz parte de todas as alianças, às vezes estamos aliados àqueles que amamos, às vezes não. Às vezes nos aliamos a fim de estabelecer o direito de amar e de viver livres do mal, para defender e preservar espaços de desejo em ambos os ambientes, público e privado (Butler, 2015a, transcrição).

É importante evidenciar o poder positivo que as manifestações sentimentais possuem, antes de abordar o lado negativo do binômio formado entre sentimental e antissentimental. No estudo de Adriana Galuppo (2019) sobre o direito à cidade de pessoas dissidentes, ela destaca a conexão erótica e política desses sentimentos, que contribuem para a construção de espaços e sujeitos unificados, ainda que não seja pelo amor, mas pela empatia gerada pela necessidade.

É assim que vejo certas frases populares que se referem às expressões de sexualidade e gênero, transmutadas meramente em "amor". Uma rápida pesquisa na internet pode

exemplificar isso, mas um exemplo específico é a hashtag #LoveWins, que, apesar de ser emotiva, produtiva e estratégica, não abrange todos os aspectos do desejo não sentimental a serem discutidos. Tais temáticas são relevantes para a academia, pois representam o poder que os afetos exercem na construção da realidade social. A expressão citada, por exemplo, remete ao amor existente entre pessoas queer, com imagens de casais sáficos e aquileanos rodeados pelas cores do arco-íris, com o objetivo de auxiliar na conquista de direitos políticos e civis para pessoas LGBTQIA+.

No campo da Epistemologia, há diversas menções ao sentimental, inicialmente referindo-se à diferenciação entre as pessoas e ao exercício da sexualidade de cada uma. Ao tratar especificamente da saída do armário, é crucial considerar que, embora a vantagem da revelação de um indivíduo seja limitada, ela pode exercer uma influência coletiva e institucional frente às opressões existentes. Sedgwick (1990) reconhece a desproporcionalidade entre os atos de sair do armário e os efeitos limitados que esses têm, como a simples classificação em determinado espaço, seja "sair do armário político" ou "sair do armário familiar". No entanto, ela enfatiza o poder disruptivo desses atos. Ela afirma que “na apresentação teatral de uma ignorância já institucionalizada não há potencial transformativo a ser procurado” (Sedgwick, 1990, p. 78).

A teórica sublinha que são as possibilidades que definem bem as estruturas de uma epistemologia do armário, pois pensar exaustivamente sobre o que pode acontecer e agir a partir desses pensamentos representa uma força motriz para a mudança social.

O primeiro binarismo em que se estabelece a relação do sentimental é na contraposição com a sinceridade. Mas como ser sincero implica não ser sentimental ou vice-versa? E como isso impacta as relações do armário nas instituições? Nesse contexto, a sinceridade é colocada numa posição de não-sentimentalidade, permitindo observar os limites entre o público e o privado e os efeitos forçosos de tentar encaixar uma dessas instâncias na outra.

Para essa discussão, é útil pensar na sentimentalidade como uma das facetas do sujeito que deve ser deixada de lado para tomar uma decisão difícil, enquanto, ao mesmo tempo, deve ser apresentada sutilmente para evitar uma afirmação exagerada sobre o peso da escolha feita (Sedgwick, 1990). De maneira análoga, podemos pensar na decisão de um policial que precisa lidar com pessoas semelhantes a ele (por exemplo, em termos de sexualidade), diante de um crime, mas que, ao mesmo tempo, deve cumprir funções organizacionais que não prejudiquem sua posição ou o coloquem em um "armário".

Outrossim, o sofrimento que se torna público, a sua própria medida, não é necessariamente fingimento. Há de se reconhecer que pode existir um espaço, talvez até mesmo

físico, em que o indivíduo realmente possa demonstrar seus afetos verdadeiros – talvez um armário, como no sentindo inicial que Bobker (2020) traz nas cortes reais. Ou que Sedgwick (1990, p. 119, tradução livre) posiciona: “(...) não apenas no armário de uma pequena cabine, mas no armário de uma gramática subjuntiva cujo efeito preteritivo é destacar a importância sagrado/tabu do abraço único, investindo-o com a posição ontológica e epistemológica maximamente liminar”.

Nesse sentido, o binômio sinceridade/sentimentalidade se difere da relação sentimentalidade/antissentimentalidade, principalmente pela forma como o termo comum às duas relações é interpretado.

É comum na literatura sobre o tema afirmar que não existe apenas um tipo de sexualidade, e que também não há uma única maneira de lidar com ela, pois ela se manifesta de múltiplas formas em diferentes espaços (Sedgwick, 1990; Foucault, 2005; Lee, 2011; Butler, 2018). A partir do século XVIII, o ambiente familiar foi de grande importância para o "nascimento da sexualidade" e para as quatro grandes estratégias de controle, que são os dispositivos de histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação, e a psiquiatrização do prazer perverso (Foucault, 2005).

Cada um desses dispositivos de poder tem suas próprias formas de agir e controlar, principalmente por meio dos discursos institucionais familiares, médicos, religiosos e jurídicos. O que é relevante aqui é observar o quanto o papel da mulher foi estigmatizado e transformado em alvo do "conhecimento" (Foucault, 2005).

Tanto a histerização quanto a socialização e a psiquiatrização representaram modos de garantir que a socialização dos sujeitos fosse realizada com o objetivo de reprodução, manutenção da família e mitigação da (hiper)sexualidade feminina. Nesse movimento de aprisionamento do sexo e da sexualidade ao quarto matrimonial e às práticas sexuais de penetração vaginal voltadas para a fecundação, as funções da mulher foram definidas como mãe e esposa (Foucault, 2005). Ou seja, ela se tornou a principal garantidora de que o espaço familiar fosse funcional e adequado.

Este “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento de parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens” constitui o que Foucault (2005, p. 99) chama de “dispositivo de aliança”. A tentativa de superação dele veio com o “dispositivo de sexualidade”, discutido anteriormente, mas que, de certa forma, estabelece uma relação binária com o anterior, podendo se distinguir da seguinte maneira:

O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. O dispositivo de aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege; o dispositivo de sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle. Para o primeiro, o que é pertinente é o vínculo entre parceiros com status definido; para o segundo, são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam. Enfim, se o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo de sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal - corpo que produz e consome. Numa palavra, o dispositivo de aliança está ordenado para uma homeostase do corpo social, a qual é sua função manter; daí seu vínculo privilegiado com o direito; daí, também, o fato de o momento decisivo, para ele, ser a "reprodução". O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global (Foucault, 2005, p. 100).

Assim, pode-se compreender, neste momento, a assimilação da sexualidade ao corpo feminino, que, por sua vez, era considerado o condutor da sentimentalidade da esposa amável e da mãe cuidadosa. Na transição do dispositivo de aliança para o de sexualidade, a família se consolidou como um reflexo desse momento, com a capacidade de transportar argumentos discursivos da religião e da lei para o espaço privado (Foucault, 2005).

As teorias feministas do século XIX, especialmente, concentraram esforços em compreender esses papéis atribuídos ao feminino. Dentre os conceitos-chave para este estudo, destaca-se a visualização da sentimentalidade como algo inerente ao feminino. Ou seja, tudo o que é afetuoso remete diretamente às características tradicionalmente associadas à mulher (Sedgwick, 1990).

Foucault (2005) considera que, nessa junção dos dispositivos da aliança e da sexualidade, surgiram vários outros problemas, o que levou à necessidade de especialistas e ao desenvolvimento de instrumentos de controle, de forma semelhante às "tecnologias da carne" no cristianismo clássico. Sedgwick (1990) segue essa lógica relacional religiosa para explicar como se construiu a imagem masculina e feminina a partir das representações cristãs, e como esse fenômeno afeta a interpretação contemporânea da sexualidade.

De acordo com Sedgwick (1990), o feminismo do século XIX criticou firmemente a categoria "sentimental" como uma característica negativa, associada à domesticidade, ao choro, à reprodução, às fragilidades e às preocupações derivadas da histeria, da gravidez e das doenças. A própria desvalorização do sentimentalismo levou a outras compreensões estigmatizadas das mulheres, como a ausência de conexão com o trabalho e a economia, a presença inerente de uma vocação para o cuidado e a predisposição para doenças degradantes.

Uma relação similar pode ser observada em homens afeminados, mulheres masculinizadas, pessoas trans, ou indivíduos (independente da orientação sexual ou identidade de gênero) que subvertem a aparência performativa do gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Quando as feminilidades se apresentam fora do corpo da mulher cisgênero, são consideradas erradas, da mesma forma que as masculinidades fora dos corpos de homens cisgêneros. Embora essas manifestações sejam tratadas de maneira diferente pela abordagem feminista, elas ainda compartilham semelhanças.

Um conceito-chave na teoria do armário, relacionado ao sentimento, é o fenômeno da "autopiedade masculina" (*male self-pity*), que ajuda a compreender a incoerência explícita presente nos sistemas de sexo-gênero. Um dos pontos principais da obra de Sedgwick (1990) está na construção da homossexualidade como relacional à heterossexualidade, como interdependentes uma da outra. Isso pode ser observado nas manifestações dessa autopiedade, que pertencem apenas a homens cisgêneros que não se relacionam sexualmente com outros homens. Esses homens, "abençoados" pelo feminismo, receberam a dádiva da sentimentalidade, e a posição de vítimas sociais do empoderamento feminino – o macho também pode ser piegas.

Obviamente, a manifestação sentimental não é um problema por si só, mas a utilização dessa autopiedade masculina constitui um regime heterossexual com potencial para ser interpretado como um "segredo aberto" (semelhante ao fenômeno das pessoas queer no armário), o que, eventualmente, pode vitimizar outros grupos sociais em detrimento da própria sentimentalidade (Sedgwick, 1990).

A lágrima sagrada do homem heterossexual: licor raro e precioso cujas propriedades, somos levados a crer, só rivalizam com o *lacrimae Christi*, cuja secreção é uma especialidade tão grande do kitsh religioso. Que encanto, comparado a essa crisma do gratuito, pode residir nas lágrimas previsíveis de mulheres, de homens gays, de pessoas com algo para chorar? (Sedgwick, 1990, p. 146, Tradução livre)

Em suma, ‘*choro de viado quem escuta é o Diabo*’ ou ‘*choro de puta, Deus não escuta*’ – frases populares com intuito cômico presentes nas redes sociais que carregam exatamente o conceito trazido por Eve. Até mesmo a presença das figuras de Deus e Diabo nas rimas remetem ao discurso religioso presente na mistura dos dispositivos de aliança e sexualidade trazidos por Foucault (2005). Afinal, quem ouvirá as demandas e sentimentalidades daqueles que só sabem reclamar ou pedir mais direitos? Os mesmos que choram o tempo inteiro?

Esse corpo masculino não é nomeado como o lugar ou topos do sentimentalismo, a forma como o lar, o corpo feminino e o trabalho reprodutivo feminino tinham sido em meados do século XIX. Em vez disso, pode-se dizer que as relações de figuração e

percepção que circulam em torno dela, incluindo o antissentimentalismo, encenam o sentimentalismo como um tropo (Sedgwick, 1990, p. 146, Tradução livre).

A sentimentalidade é desvalorizada pela sua semelhança com o feminino, enquanto a antissentimentalidade é preferível, posto que traz consigo a posição firme de homens, heterossexuais, centrados, e neutros – capazes de desempenhar funções paternas e de proteção. As características necessárias aos bons soldados (Foucault, 2014; Huntington, 2016).

Este movimento de interseção entre afetos, papéis de gênero e os segredos abertos geram um reflexo teorizado por Eve em algumas de suas obras, que são: pânico e paranoia. Categorias importantes na teoria do armário, e que serão utilizadas como classificações teóricas no método de pesquisa apresentado no subtópico 2.2.

Na Inglaterra Renascentista, aconteceram movimentos importantes que possibilitam a observação do policiamento das expressões sexuais. Bray (1982) visualiza a inexistência de uma hostilidade explícita contra a homossexualidade, mas uma reação à ideia de hostilidade. Isso se dava pela criação lenta e sutil de uma subcultura queer, que levou à interpretação de algumas roupas, gestos, linguagem e espaços como repletos de conotações homossexuais.

Existiam espaços em Londres no século XVIII chamados “molly houses”, locais de encontro para grupos de homens com características afeminadas e interesses sexuais entre si (Bateman, 2015). A palavra “molly” referia-se a um tipo de prostituta feminina, e foi posteriormente utilizada para descrever os frequentadores desses lugares. Esses homens não eram necessariamente vistos como apenas homossexuais, mas também incluíam transsexuais e *drag queens*. Norton (2016) argumenta que a evidência desses locais foi uma das formas mais importantes de reconhecimento do ato de se transvestir no passado. Homens tendiam a se vestir para expressar desejo ou identidade, enquanto muitas mulheres se vestiam assim para demandar um tratamento semelhante ao dos homens na sociedade, embora isso não fosse uma regra, mas uma tendência.

Esses locais assemelham-se aos armários arquitetônicos que Bobker (2020) descreve nas cortes europeias, como tavernas ou salas privadas onde aconteciam encontros. Com o tempo, as *molly houses* tornaram-se espaços de vigilância pelos agentes da chamada “Sociedade para Reforma dos Costumes”, que buscava higienizar a cidade de prostitutas, sodomitas e aqueles que desrespeitavam o *Sabbath* – o descanso bíblico do sétimo dia (Bateman, 2015).

Seguiram-se então perseguições, prisões e julgamentos, que culminaram até mesmo com enforcamentos por sodomia (Bateman, 2015; Norton, 2016). Uma curiosidade sobre o período era que os *mollies* se referiam ao ato sexual como “casar”, em ironia à economia sexual da reprodução, destacada por Foucault (1999).

As perseguições legais eram desproporcionais perante a identidade que se fixava ao redor de uma sexualidade diferente. Neste momento, as *molly houses* começam a representar instituições para socialização destas pessoas (Sedgwick, 1985; 1990) e a constituição de uma subcultura identitária (Bray, 1982).

As *molly houses* tinham um caráter "óbvio" e vulnerável, não sendo difíceis de encontrar. O que surpreende é a contradição entre sua proibição e a aparente estimulação que recebiam. Na realidade, os espaços de encontro eram tolerados e constituíam uma esfera tensa, constantemente alerta à violência. O autor sugere que essas casas serviam a um duplo propósito: garantir que a homossexualidade não se espalhasse, mas que continuasse a existir (Bray, 1982).

O "homossexual" que falo neste momento da história ainda era uma categoria pouco elaborada, e interpretada fortemente sob discursos religiosos, médicos e jurídicos, sendo que ele representava a possível diferença entre os comportamentos que eram permitidos entre os homens, e se enquadrava na classificação de "desviante" (Bray, 1982; Sedgwick, 1985).

Como argumenta Sedgwick (1985), os laços formados entre homens (não apenas os de desejo) também refletem nas relações com mulheres e nas formas como esses laços são definidos, controlados e manipulados. Assim, a criação de uma categoria de "homossexual" não significa apenas regular o desejo ou uma minoria de sujeitos, mas também implica na existência de uma certa possibilidade de privilégio sobre outras relações entre homens que não são nomeadas.

Qual nome se dá quando um homem nutre admiração muito grande por outro que não é familiar ou fraterno? E quando há companheiros muito próximos de academia? Ou quando um religioso aconselha outro homem? Estas perguntas não são charadas sem respostas, já que poderíamos responder com admiração, amizade, e respeito, respectivamente. Mas o que quero mostrar é como qualquer uma destas relações não é nominada sob a ótica do desejo, portanto, são privilegiadas sobre aquelas que são.

Em diálogo entre os escritos de Sedgwick (1985) e Bray (1982), pode-se concluir que a interpretação da homofobia como instrumento de regulação comportamental de um grupo desejado para ser oprimido é mais produtiva do que criar uma categoria separada para controlar outros grupos. Em outras palavras, a existência de um regime de violência nominado contra pessoas LGBTQIA+ também serve para controlar indivíduos heterossexuais e cisgêneros. Assim, ninguém se submeterá a uma categoria vulnerável, pois sabe de antemão que a resposta social não será positiva, mesmo que isso custe a própria subjetividade.

Aqui está um exemplo prático: um homem heterossexual, pelo medo de ser interpretado como gay e de passar pelo que sabe que essas pessoas enfrentam, também é controlado pela

ideia de que a homofobia pode atingi-lo. Dessa forma, tanto homens gays quanto bissexuais temem a homofobia, assim como homens heterossexuais. O mesmo raciocínio pode ser aplicado a outros gêneros e identidades.

Com esse medo constante sobre as relações, tem-se a noção de pânico, que se assemelha à de genocídio e de terrorismo (*sic*), à medida em que se apresentam numa relação de mecanismo e resultado, meios para um fim. Estas observações europeias também se adequam à realidade brasileira em muitos aspectos, mas, neste caso específico, Sedgwick (1985, p. 88, Tradução livre) evidencia que o genocídio (como ferramenta intencional) não era uma possibilidade no território sul-americano, tendo em vista que a dificuldade regional se tratava do controle do poderio sobre o trabalho: "(...) só o efeito especificamente desproporcionado do terrorismo, possibilitado pela aleatoriedade da violência, deu a vantagem necessária sem destruir o corpo em que deveria trabalhar."

Não se trata de uma negação à morte em massa de pessoas negras e escravizadas no Brasil-colônia, mas de uma observação dos instrumentos de violência enquanto categorias teóricas. Como a *demanda* estava centrada nos corpos dessas pessoas e no trabalho que deveria ser extraído deles, não era possível destruí-los completamente, mas sim puni-los e aterrorizá-los por outras formas, como o pânico e o terrorismo, com castigos que poderiam ocorrer a qualquer momento, por qualquer motivo – além, é claro, da morte.

É o que constitui a aleatoriedade da violência como um dos pontos explicitados por Sedgwick (1990) como um dos motivadores do pânico masculino como um todo. Não há de se falar apenas em pânico homossexual, pois o medo não era apenas deles/delas, mas de quaisquer pessoas que não performasse masculinidade/feminilidade à medida “correta”, e estes são padrões que perduram (Butler, 2010; Lee, 2011). Desta maneira, a experiências das *molly houses* e das demais perseguições incitavam um medo que perdurava em pessoas de sexualidade dissidente, mas também naqueles que não as possuíam, posto que a violência punitiva poderia acontecer a qualquer momento, e estava sujeita ao olhar do outro. Portanto, a companhia de outros homens, independente de qual fosse a relação entre eles, poderia ser interpretada como sexual e então punida (Sedgwick, 1990).

A aleatoriedade da violência também se manifesta na diferenciação entre as realidades europeia e sul-americana. Na Europa, não era necessária a existência de uma categoria "queer" distinta para exercer poder sobre os corpos, mas sim garantir uma diferença substancial nos laços entre homens. Para manter essa desproporcionalidade, o poder demonstrado deveria ser aleatório e imprevisível, mantendo uma relação com a ideia de "crime", que seria regulada e repudiada pela sociedade (Sedgwick, 1990; 1985). No caso da América do Sul, os linchamentos

de homens negros exemplificam essa lógica, em que cerca de um terço desses homens foram acusados de estupro para legitimar o terror causado aos seus corpos (Sedgwick, 1985).

Com a mobilização do terror e do pânico, os sujeitos cederam à paranoia, acreditando que a qualquer momento poderiam ser acusados de atos desviantes. As categorias de nomeação da sexualidade serviam a esse propósito: alguns indivíduos realmente deviam temer pela própria subjetividade, enquanto os outros deveriam temer ser confundidos com o primeiro grupo e sofrer as consequências disso. É nesse ponto que o *gaydar* pode se tornar extremamente perigoso quando "utilizado" por agentes estatais.

Atualmente, as temáticas de direito à cidade, como em Galuppo (2019) e Faria (2023), que analisam especificamente a cidade de Belo Horizonte – MG, auxiliam na compreensão de como alguns espaços são designados para excluir ou intimidar a presença de pessoas *queer*, como são os casos dos banheiros, dos parques e dos centros comerciais. A violência aleatória que antes poderia ser presenciada nas *molly houses* ou em bares como o Stonewall Inn transmuta-se para estes ambientes nas cidades, mas também para o cotidiano em que um mero cruzar de pernas ou gestos podem representar “alguma coisa”.

Portanto, pânico e paranoia se entrelaçam como ferramentas que não atingem apenas pessoas *queer*, mas a todos. Garante-se um comportamento social hígido e padronizado sob uma lógica simples: ninguém que ser violentado. Assim, tanto no passado quanto no presente:

“(...) fazia sentido que as perseguições nas molly-houses fossem de natureza pogrom¹, que o homem nitidamente homossexual não soubesse se deveria ou não esperar ser objeto de violência legalizada. Mas também era necessária uma estratégia mais sutil e de resposta, complementar a esta, para consolidar o controle sobre os laços de homens que não faziam parte da subcultura nitidamente homossexual. Não só os homens homossexuais devem ser incapazes de determinar se devem ser objeto de violência homofóbica "aleatória", mas nenhum homem deve ser capaz de verificar que não é (que seus vínculos não são) homossexuais. Dessa forma, um esforço relativamente pequeno de compulsão física ou jurídica potencialmente rege grandes alcances de comportamento e filiação” (Sedgwick, 1985, p. 89, Tradução livre).

O que se preserva da experiência europeia no Brasil, por exemplo, é a estrutura residual de um potencial de terror, uma extorsão dos segredos que asseguram a perpetuação da homotransfobia no Ocidente. Isso ocorre porque a masculinidade deve ser constantemente assegurada e legitimada (Sedgwick, 1985), especialmente dentro de espaços onde a distensão

¹ Os “pogroms” eram perseguições violentas com destruição de posses e caráter religioso, comumente em desfavor de judeus. Alan Bray (1982) chama de “pogroms legalizados” quando praticados contra grupos de homens com uma pressuposta identidade homossexual no fim do século XVII, e com a anuência das autoridades.

entre os sujeitos é necessária - como no caso dos militares, que devem se distanciar dos civis (Huntington, 2016).

O chamado "homossexual" é a forma mais privada, psicologizada, em que muitos homens ocidentais do século XX experimentam sua vulnerabilidade à pressão social da chantagem homofóbica; mesmo para eles, no entanto, esse é apenas um caminho de controle, complementar às sanções públicas por meio das instituições descritas por Foucault e outros como definidoras e reguladoras do território amorfo do "sexual" (Sedgwick, 1985, p. 89, Tradução livre).

É interessante pensar em quão tênue a linha entre homosocial e homossexual se torna, especialmente no que concerne às relações de masculinidade entre homens. A comparação que a autora faz é entre os espaços de futebol e academias em que se expressa firmemente uma relação entre homens, mas que não são consideradas passíveis de punição, enquanto casamentos entre pessoas do mesmo sexo ainda são altamente reprováveis, ainda que sejam legais. Trata-se de um outro sistema de duplas amarras, como exemplifica Sedgwick (1985) com as mulheres em casos de estupro: a “sociedade capitalista” pede que elas se vistam de forma atrativa e feminina, mas quando se portam desta maneira e sofrem estupro, são acusadas de serem atrativas demais, ou que “pediram”.

Há de se supor que o pânico teorizado no século XVIII não é o mesmo que se vive no século XXI, principalmente com a evolução de leis e políticas públicas em termos de ‘diversidade e inclusão’. Mas, simultaneamente, é possível perceber igualmente a corda invisível que separa o ‘nosso’ lado, do lado de lá. E, suponho (numa perspectiva heterossexual e cisgênero) que também seja possível perceber esta diferença de lados, posto que há um borrão que opaca o que é homo, hétero, bi, trans, lésbica, pan...

Estas foram observações realizadas na obra “*Between Men*” de Eve, prévia a *Epistemology*, mas que utiliza o mesmo método de crítica literária, porém, observando a relação homosocial e as consequências em mulheres. Com isto, a autora considera que algumas obras clássicas (góticas) perpassam esta temática, em que um ou mais homens são perseguidos por outros, ou se consideram visíveis e vulneráveis à compulsão de outro homem – é a paranoia. Para complementar, em leitura de Freud, Sedgwick (1985, p. 91) pontua que o renomado autor considera que “a paranoia é a psicose que torna gráfico o mecanismo da homofobia”.

Em termos mais voltados para a epistemologia do armário aplicada na criminologia, e sob uma ótica relacionada à masculinidade e seus efeitos na sociedade, Sedgwick (1990, p. 186, Tradução livre) argumenta:

Se relacionamentos compulsórios como amizade masculina, orientação, admiração pela identificação, subordinação burocrática e rivalidade heterossexual envolvem formas de investimento que forçam os homens a entrar nas areias movediças arbitrariamente mapeadas, autocontraditórias e cheias de anátemas da distância média do desejo homosocial masculino, então parece que os homens entram no direito masculino adulto apenas por meio da aceitação da ameaça permanente que o pequeno espaço que eles abriram para si mesmos nisso o terreno pode sempre, com a mesma arbitrariedade e com a mesma justificativa, ser excluído.

O resultado da adesão dos homens a esse duplo vínculo é, primeiro, a manipulabilidade aguda, por meio do medo da própria "homossexualidade", dos homens aculturados; e segundo, um reservatório de potencial para a violência causada pela auto ignorância que esse regime impõe constitutivamente. A ênfase histórica na aplicação de regras homofóbicas nas forças armadas, por exemplo, na Inglaterra e nos Estados Unidos apoia essa análise. Nessas instituições, onde a manipulabilidade dos homens e seu potencial de violência são o mais alto possível, a prescrição do vínculo masculino mais íntimo e a proscrição da (notavelmente cognata) "homossexualidade" são mais fortes do que na sociedade civil - são, de fato, dose absoluta.

O argumento jurídico citado anteriormente, denominado "pânico homossexual", acaba por reduzir o significado dessa categoria. O termo mais adequado para descrevê-lo seria "pânico masculino" (Sedgwick, 1990), ou simplesmente "pânico", pois trata-se de um fenômeno que se ajusta ao gênero e à identidade do sujeito que o manifesta. No entanto, o que é mais relevante neste momento para a compreensão das consequências desses efeitos é a ideia de que "todo mundo está em pânico". A paranoia gerada pelos segredos abertos, ao serem colocados em conjunto nos corpos sociais, diante das evoluções performativas e interpretações precipitadas (como o *gaydar*), abre um potencial para violência que se inscreve nos discursos e nas organizações.

Assim como outras categorias apresentadas, as relações entre sentimentalidade/antissentimentalidade, pânico e paranoia com o crime são estreitas, especialmente no que tange à repressão de delitos. A atividade de segurança pública valoriza o que é considerado masculino e afasta o que é visto como sentimental, o que, em um contexto de sexualidade, pode ser interpretado como fraqueza ou incompetência. Dessa forma, os armários se tornam necessários para autoproteção.

É *natural* que uma pessoa não queira ser compreendida como algo que não é, por diversos motivos. Contudo, a busca constante para não ser compreendido dentro do panorama *queer* faz com que muitas pessoas manifestem um certo nível de paranoia, pelo medo das consequências. O pânico, por sua vez, é mobilizado para gerar esse temor, de modo que todos se sintam reprimidos.

Ao refletir essas categorias dentro da Criminologia *queer*, especialmente nos agentes de repressão ao crime, é possível perceber a influência que esses tópicos derivados dos armários podem exercer na forma como a questão é tratada. Policiais, dentro de suas instituições, podem

tanto replicar a noção de antissentimentalidade quanto sofrer com ela, além de reforçar noções de pânico no corpo social. Isso ocorre porque, ao tratar de uma realidade considerada “correta” e hígida, esta precisa ser constantemente reiterada para garantir que todos tenham ser vitimizados de alguma forma.

Com as categorias mais relevantes da Epistemologia do armário explicadas para este estudo, juntamente com algumas contribuições próprias sobre a realidade criminológica queer contemporânea, passo agora para a próxima seção deste trabalho. De maneira geral, trato da Criminologia *queer* como uma área de estudos incipiente, mas extremamente necessária, considerando a realidade contemporânea e a história do estudo do crime. Destaco aqui o papel do Estado como uma força maior e influente na forma como os delitos são tratados, e adentro no policiamento como um dos grupos importantes de estudo para a vertente *queer* criminológica, apresentando alguns dados e um panorama das influências da união entre a Teoria do Armário e a Criminologia.

4. CRIMINOLOGIA *QUEER*: EFEITOS INTERPESSOAIS DO CONTROLE

4.1. Crime e sexualidade perante o Estado e a necessidade de uma Criminologia *Queer*

O Estado é analisado em diversas disciplinas e de maneiras variadas. No entanto, o termo "Estado" é frequentemente visto como representativo de um agente monolítico, único e responsável por várias ações. Em Ciência Política e Teoria Geral do Estado, por exemplo, é possível perceber que ele constitui a representação governamental dos países. Contudo, o que muitas vezes é ignorado é que, para as engrenagens desse sistema funcionarem, são necessários inúmeros servidores, cada um com uma função específica, que contribuem para o funcionamento do que diz respeito a todos.

As condutas praticadas no interior do corpo social, caracterizadas por comportamentos específicos de sujeitos determinados, são múltiplas e apresentam inúmeras possibilidades de observação, classificação e reflexos. Contudo, aquelas que entram em conflito com a compreensão institucionalizada dos fenômenos recebem significados distintos, seja pela lei, pelos agentes responsáveis pela garantia da ordem social, ou pelos próprios membros da sociedade (Zaffaroni; Pierangeli, 2021).

É importante considerar também que, dentro dessa perspectiva, a caracterização de delitos e crimes é realizada através da legislação e atuação de servidores públicos, algo que Zaffaroni e Pierangeli (2021) chamam de "modo comum institucionalizado". Com essa noção em mente, é possível observar a presença e o papel essencial do Estado na definição de ações e comportamentos como criminosos ou inocentes, além de sua função na proteção e sanção dos sujeitos.

A evolução do papel do Estado no controle das atividades consideradas criminosas perpassou momentos históricos que ajudaram na escolha de instrumentos para mitigar e suprimir comportamentos não condizentes com a ordem imposta pelo poder maior. Além disso, é possível identificar que os danos de maior impacto causados a um número maior de pessoas não vieram de indivíduos considerados "criminosos" (Foucault, 2005; Zaffaroni; Pierangeli, 2021).

A história dos conflitos é diversificada, com soluções e sanções variadas, dependendo da região e das influências culturais. Destaco, nesse contexto, o processo de escolha de pessoas às quais podem ser atribuídos os rótulos de "delinquentes", ou ainda o processo de escolha das condutas que são assim classificadas. Exemplos disso são a homossexualidade (ou, de maneira análoga, a bruxaria), que, embora ainda represente um conflito, passou por uma sofisticação

das punições: de morte e mutilação à discriminação e arbitrariedade policial (Zaffaroni; Pierangeli, 2021).

É nesse ponto que Direito Penal e Criminologia se encontram: embora se diferenciem, ambos se entrelaçam. O Direito Penal observa as condutas comissivas e omissivas previstas em lei, carregadas de tipicidade e outros predicados, enquanto a Criminologia se coloca em desvantagem por ser uma área de estudo que interpreta o crime de maneira altamente diversa, com epistemologias distintas e ramificações fragmentadas e discordantes. Este ponto também explica a variedade ilimitada de pesquisas, fenômenos e interpretações a partir da visão criminológica (Carvalho, 2012; Shecaira, 2020).

A sociologia e a psicologia, por exemplo, se tornaram algumas das principais óticas para observar os fenômenos criminais e seus respectivos agentes, dada a natureza interdisciplinar da Criminologia (Shecaira, 2020). Lyra Filho (1972) reconhece que a quantidade de pioneiros no campo criminológico, alinhados ao naturalismo e ao positivismo, conferia ao estudo uma índole biologista. Com isso, alguns conceitos e inferências possíveis com o movimento dialético dos discursos tornaram-se preocupações menores, pois a visão era polarizada ou unidimensional. Ele cita como expoentes primários o biologismo de Lombroso e o sociologismo de Durkheim.

Essas correntes são mencionadas como grandes influenciadoras no estudo do crime e na constituição dos corpos como adequados ou desviantes (Lyra Filho, 1972; Groombridge, 1999). O biologismo não é exatamente o caminho principal nos estudos criminológicos atualmente, mas ainda podemos perceber seus reflexos, como no exemplo da argumentação sobre a causa da criminalidade em cromossomos anômalos (Lyra Filho, 1972).

Portanto, conceituar Criminologia envolve a presença de muitos agentes, sejam estatais ou intelectuais. De maneira ampla, trata-se de um estudo que visa explicar a infração legal e os desvios, as maneiras (formais e informais) de tratativa da sociedade para com os atos desviantes, e a caracterização e natureza das vítimas e dos autores envolvidos nos fatos (Shecaira, 2020).

Além disso, para garantir a convivência social e interna dos membros de um corpo social, são necessários mecanismos disciplinares que assegurem a efetividade dos objetivos comuns ao grupo. Esse conjunto pode ser denominado controle social, e tende a submeter os sujeitos às normas da comunidade em que estão inseridos, podendo ser: informal, quando se trata de instituições da sociedade civil, como família, escola e trabalho; ou formal, quando se trata das instituições estatais, como Justiça, Polícia, Penitenciárias, entre outros (Shecaira, 2020).

Em suma, a organização da sociedade é o parâmetro central para a definição do que é uma "aberração", sendo que essa conceituação envolve os valores e a estrutura considerados

adequados pelas classes dominantes (Lyra Filho, 1972). Como reflexo, nem todos os ilícitos penais são considerados legítimos pela população (vide a pirataria). Além disso, princípios como o devido processo legal amparam devidamente aqueles que têm condições de utilizá-los em seu benefício, o que distancia ainda mais o que se chama de "acesso à justiça".

O discurso criminológico não se iniciou de forma pacífica, e não alcançou este momento ainda (Zaffaroni, 2021; Lyra Filho, 1972), dada a quantidade de instâncias e conhecimentos que buscam tomá-lo para si. Afinal “ninguém subestimou o poder do discurso criminológico e a luta sempre foi dura, pois é luta pelo poder, fora de brincadeira” (Zaffaroni, 2012, p. 59).

De maneira sucinta, existe uma disputa constante pela hegemonia do discurso (qualquer que seja), mas, neste caso, concentro-me no criminológico. Assim, existem múltiplos discursos que nascem de espaços chamados por Zaffaroni (2012) de “corporações profissionais”, compostas por sujeitos com treinamento específico, uma organização hierárquica determinada e comportamentos voltados para o exercício de poder que atendem aos interesses dos seus membros.

É diante dessas instituições que se observa a contradição dos discursos proferidos. Um médico não interpretará um fenômeno da mesma forma que um filósofo, ou, como exemplificado por Zaffaroni (2012), um criminólogo sábio não explicará um fato criminoso da mesma maneira que um criminólogo ingênuo. Assim, cada corporação profissional possui sua própria dose de discursos, criados para o controle interno de indivíduos e para o poder externo, ambos voltados para a reprodução automática entre os membros sociais.

Trata-se do saber para o poder, que deriva da ideia de que quanto maior o conhecimento sobre a natureza, mais se pode dominá-la, e que originou as práticas de inquisição violenta em casos desviantes ainda na Idade Média. Quem conhece é o inquisidor, que "está sempre em um plano superior ao objeto ou ente interrogado, tem Deus ao seu lado, é um enviado de Deus para saber, é o Senhor que pergunta para poder" (Zaffaroni, 2012, p. 65).

Com essa noção em mente, coloco em perspectiva a interpretação do segredo aberto em uma sociedade heteronormativa, como a Ocidental. O instrumento do *gaydar*, explicado anteriormente como um dispositivo de controle da sexualidade (Neves Júnior, 2022; Foucault, 2005), representa de maneira prática como o conhecimento e a ignorância são apenas lados da mesma moeda.

Conhecimento/ignorância, no formato de binarismo, representa a hierarquia que as relações de saber e não saber estabelecem entre os sujeitos (Sedgwick, 1990). Como já destacado, o conhecimento representa o campo magnético do poder, enquanto a ignorância, manifestada por silenciamento ou opacidade, disputa esse espaço energético de controle social.

Na medida em que a ignorância é a ignorância de um conhecimento - um conhecimento que pode, escusado será dizer, ser visto como verdadeiro ou falso sob algum outro regime de verdade - essas ignorâncias, longe de serem pedaços da escuridão originária, são produzidas e correspondem a saberes particulares e circulam como parte de regimes particulares de verdade (Sedgwick, 1990, p. 8, Tradução livre).

Partindo do primeiro axioma de Sedgwick (1990), de que todas as pessoas são diferentes e da distinção das manifestações sexuais, conforme listado na Introdução deste estudo, pode-se considerar que o autoconhecimento é um privilégio diante da ignorância dos armários. Essa afirmação é feita sob uma lógica que Ross (2005) e Weiner (2021) chamariam de “teorias queer brancas”, por observarem apenas essas experiências, mas acredito que a afirmação contrária a complementa: *a ignorância dos armários também pode ser um privilégio*.

Ambas as ideias podem se tangenciar em um panorama violento de suposições sobre o conhecimento de alguém, relacionadas aos segredos abertos que a pessoa possui, ou ainda, à necessidade reiterada de ocultar uma parte essencial da própria subjetividade (o armário). A sexualidade, sendo o principal aspecto de intimidade, identidade e conhecimento, deixa uma fresta por onde a violência sutil pode entrar. Os efeitos e potenciais institucionais dessa relação pressupõem uma retirada de poder do Outro (Sedgwick, 1990).

Para aqueles que não compreendem o peso do armário, destaco: até mesmo uma pessoa "assumida" queer (lésbica, trans, bi, gay, entre outras) precisa ter conhecimento suficiente sobre si mesma para evitar violações físicas e psicológicas. Ou, ainda, uma pessoa que reconhece sua orientação e identidade como divergente do padrão cisheteronormativo precisa performar uma certa ausência de conhecimento (ignorância) para não ser interpretada de maneira perigosa em um ambiente hostil – como, por exemplo, engrossar ou afinar a voz, controlar gestos para "não desmunhecar", envolver-se com pessoas do mesmo sexo (por mais irônico que seja), entre outras formas de autoconhecimento e manipulação de um segredo.

Além disso, amplo esta noção para as ideias de pessoas intersexuais ou assexuais, que podem ser interpretadas de maneiras que sequer consigam condizer com a forma que se identificam. Ou ainda, algumas pessoas que nunca identificaram o armário da maneira que é colocada aqui, seja pela diferença do trabalho que exercem ou comunidade em que se desenvolveram. Como destacam Ross (2005) e Mary Ross (2021) há experiências negras (e outras) que não se encaixam neste panorama, inclusive algumas que precederam ao movimento de Stonewall.

Assim, as relações do armário funcionam através de discursos e silenciamentos, da mesma forma com que se metamorfoseia a Criminologia, que, nos termos de Zaffaroni (2012,

p. 62): “mais do que avanço, há um acúmulo: nenhum discurso desaparece, e sim eles se repetem e, algumas vezes, acrescenta um novo ou se combinam dois ou mais dos existentes. Parece um bosque cujas árvores são imortais, que se limitam a enredar-se e a mudar de folhagem.”

Mas se há tamanha variedade de sujeitos, experiências, crimes e comportamentos, até que ponto é realmente produtivo ter uma Criminologia que se concentra apenas em pessoas LGBTQIA+? Não seria isso apenas mais uma tendência pós-moderna, como criticado por Elbert (2010), ao se enveredar por um estudo que se orienta pela vontade dos próprios pesquisadores? Ou seria, talvez, uma forma de alcançar privilégios além daqueles já conquistados?

Apresento alguns casos retirados, principalmente, dos estudos de Lee (2011), que realizou uma intensa pesquisa em cinco países para observar como cada um exerce controle sobre a sexualidade em seus territórios. A intenção ao apresentar esses casos é elucidar motivos que muitas vezes se ocultam na trajetória humana e inviabilizam a discussão crítica sobre a necessidade de estudos específicos.

Exemplos de controle da sexualidade pelos Estados podem ser encontrados na história, como no caso da Alemanha nazista. Além do requisito ariano, o sistema sexo-gênero da década de 1930 na Alemanha era tal que o papel da mulher era visto como puramente materno, a fim de salvar o país do declínio, e os homens deveriam servir como juízes, soldados ou políticos. Hitler, por exemplo, discursou em repúdio às relações de mesmo sexo, sob o argumento de que as restrições morais eram necessárias para evitar a degeneração da masculinidade do país (Lee, 2011). Assim, beijos, contatos visuais e sexo anal entre homens foram criminalizados pelo governo alemão.

Exemplo semelhante pode ser observado na Itália sob o governo de Mussolini, com uma diferença principal: a preocupação maior era com a feminilidade em homens do que com a homossexualidade em si, já que homens heterossexuais com tais características também eram vistos como uma ameaça ao orgulho nacional (Lee, 2011).

Além disso, a luta contra a degeneração racial, sexual e moral visava revigorar a masculinidade, com a presença de homens firmes, agressivos e autoritários, enquanto os desvios eram ridicularizados como caricaturas (Lee, 2011; Russo, 1987).

Como já mencionado, a masculinidade é o objetivo para homens dentro da heteronormatividade. O problema se concentra principalmente na afeminização, e um homem submisso é considerado desonroso ou "igual a uma mulher" (Lee, 2011). Isso é discutido por

Sedgwick (1990) ao observar o binômio da sentimentalidade/antissentimentalidade, que será explorado mais a fundo posteriormente.

O colonialismo também interferiu significativamente nas relações sexuais entre sujeitos, especialmente no que diz respeito à classe e à raça. A regulação colonial controlava essas relações devido à assimetria sexual imposta pelos poderes usados para subjugar os outros. Por exemplo, se um homem se casasse com uma escrava, isso sugeria que ambos possuíam papéis e direitos iguais na sociedade, além de subjugar o homem à virtude matrimonial e paterna (caso isso acontecesse) (Lee, 2011). Nesse contexto, o Brasil também se inclui.

Os discursos sobre os direitos de povos nativos e culturalmente diversos são importantes na observação do policiamento da sexualidade, dada a influência que a religião exerce sobre um povo e como isso pode impactar aqueles que se relacionam de maneiras diferentes com o cosmos. Lee (2011) considera que as instituições religiosas e a cultura, principalmente aquelas que exercem posição de superioridade, como o cristianismo, devem ser consideradas como “idiomas”, pois atravessam fronteiras, são usadas de maneira imperceptível, mas com o potencial de dificultar a conversa entre sujeitos.

É importante destacar que a compreensão dos discursos religiosos sob uma ótica política, especialmente no que diz respeito à utilidade dos argumentos e seus impactos sociais, não pode englobar todos os aspectos de uma problemática, muito menos como uma solução única. Portanto, não considero que, teoricamente, seja essencial buscar resoluções finais nesses espaços, mas sim contribuições para a compreensão dos efeitos discursivos que esses discursos têm.

Cardoso Júnior e Couto (2018) ressaltam três principais motivos pelos quais se mantem um segredo sobre a sexualidade, sendo: *o medo da violência moral, a perda de credibilidade e poder no trabalho, e a recomendação de colegas no ambiente de trabalho*. Um dos entrevistados neste estudo evidenciou como o desconforto sentido em relação aos companheiros de serviço, que, com características conservadoras e modo de vida extremamente religioso, supostamente, começaram a boicotar projetos dentro da empresa. Além disso, a coação, o “aconselhamento” e o constrangimento também foram citados.

Lee (2011) reconhece algo semelhante à hipótese de Sedgwick (1990) ao considerar que grande parte do imaginário ocidental vê a homossexualidade como uma fonte de degeneração e imoralidade sexual. Os sintomas dessa degeneração incluem problemas identitários, reconhecimento social, o tratamento de mulheres e o tratamento de sexualidades não-normativas, especialmente de homens. Além disso, religião e urbanização são citadas como

grandes influências na consideração socioespacial de pessoas trans, especialmente devido à suposta obviedade de suas performances.

Sob a ótica da urbanização, Faria (2023) observou algo semelhante na cidade de Belo Horizonte, onde espaços como banheiros, praças e comunidades excluem essas pessoas de maneira categórica e variada. Nesse mesmo sentido, a capital é estudada (em formato de autobiografia) por Galuppo (2019) e como ela pode se constituir numa cidade queer, onde os corpos dissidentes buscam ter direito à cidade e quando são rejeitados por ela.

Para questionar por que os Estados querem policiar a sexualidade dos cidadãos, Lee (2011) aponta vários fatores, mas evidencia que é impossível isolar apenas uma causa. No entanto, existem alguns motivos mais comuns para esses atos, como: problemas com a identidade nacional dos sujeitos, impacto religioso e cultural, reflexos econômicos, entre outros.

Por mais desapontadores que esses exemplos sejam para uma sociedade consciente, eles não representam fenômenos novos, mas apenas releituras constantes de alguns dos mecanismos de defesa da masculinidade. Alguns desses instrumentos são constantemente refeitos, revirados e até criados, como o *gaydar*, que permite que outros interpretem o que quiserem, mecanismos legislativos, cortes de orçamentos, ou coisas do cotidiano.

Recentemente, vi um vídeo em uma rede social em que um rapaz dentro de um carro era atingido repetidamente por bolas de *paintball* por outro rapaz. A legenda explicava o contexto: o primeiro havia dito que o outro era "fofo", e então o segundo sentiu a necessidade de se defender do elogio. Outro vídeo mostrava um homem subindo escadas e se esfregando pelo corrimão, em razão dos degraus estarem pintados com as cores da bandeira LGBT. Esses vídeos podem parecer bobos e engraçados (para algumas pessoas), mas evidenciam a contraposição de identidades e sujeitos na sociedade contemporânea.

Este primeiro caso dos tiros de *paintball* assemelha-se ao que Sedgwick (1990) vislumbra nos próprios sistemas de duplas amarras, o argumento do "*homosexual panic*":

Judicialmente, uma defesa (...) para uma pessoa (tipicamente um homem) acusado de violência contra gays implica que sua responsabilidade pelo crime foi diminuída por uma condição psicológica patológica, talvez provocada por um avanço sexual indesejado do homem que ele então atacou (Sedgwick, 1990, p. 19, tradução livre).

Estes casos evidenciam o estigma de promiscuidade atribuído a pessoas *queer*, e legitima o argumento de que espancar alguém está correto, desde que seja em resposta a um flerte não desejado. Sedgwick (1990) percebe que a aceitação deste fundamento mostra quão odiado este grupo é, e quão difundido é no âmbito público, especialmente em comparação com

a possibilidade de argumentos como *race panic* (pânico racial) ou *gender panic* (pânico de gênero), que não recebem a mesma aceitação.

Assim, o que essas possibilidades de controle da sexualidade evidenciam é a necessidade urgente de identificação e mitigação dessas violências. Ao se discutir a Criminologia queer e sua existência, não faltam argumentos favoráveis ou contrários; contudo, no centro desse debate está o caráter do próprio termo estrangeiro. A crítica a esse termo é realizada na língua inglesa por teóricos como Ball (2014) e no âmbito brasileiro por Berenice Bento (2017) e Martins (2022), que utiliza o termo "transviado" com o mesmo propósito subversivo, ou ainda, a proposta de uma Criminologia travesti, como sugere Serra (2017).

As possibilidades são múltiplas, todas com o objetivo de englobar o máximo possível de aspectos iniciais propostos na construção das teorias que tinham a intenção de adentrar o espaço acadêmico, mas sem simplesmente adotar suas características integralmente (Dwyer; Ball; Crofts, 2016). De forma geral, com as especificidades de cada sistema sexo-gênero, as adequações são necessárias:

Em primeiro lugar, por reconhecer que, mesmo com a visibilidade que os estudos queer vêm ganhando, tal termo permanece muito ligado a setores restritos da academia, não sendo compartilhado por movimentos sociais e por diversos setores da sociedade brasileira, de modo que transviado pode ser mais facilmente comunicável em nossa língua para além de nichos acadêmicos específicos. Em segundo lugar, o emprego de transviado busca resgatar o mínimo de rubor nas faces de quem lê este texto, ao se utilizar de um termo que se aproxima das categorias práticas de insulto no português. No contexto estadunidense, afinal, a apropriação acadêmica do termo queer gerava desconfortos ao se ler em textos acadêmicos um xingamento para bichas e sapatões - efeito não produzido com o emprego desse estrangeirismo em textos acadêmicos em português. Em terceiro lugar, transviado busca manter a ideia antinormativa do queer, que se refere não apenas às sexualidades e gêneros não normativos, mas às práticas e existências construídas como dissidentes, abjetas, transviadas (Martins, 2022, p. 697).

Assim, a Criminologia queer se constrói como uma abordagem teórica e prática que examina a estigmatização, a criminalização e a rejeição de pessoas da comunidade queer, sejam elas vítimas ou praticantes de crimes, tanto pela sociedade quanto pelo sistema legal, ou ainda as experiências de profissionais que trabalham nos próprios sistemas que as subjugam (Buist; Lenning, 2023). Os estudos de crimes envolvendo pessoas LGBTQIA+ resgatam essas pessoas da margem para o centro e analisam os desafios, avanços e opressões que perpassam essas vivências.

Groombridge (1999) acredita que o *queer* deve ser tornado central nos estudos criminológicos para que possa conceder novas perspectivas para o estudo geral, e não apenas como uma subárea, visto que na amplitude da área, apenas jovens ou negros são criminosos –

e, normativamente, tratados como heterossexuais. Martins (2022) diverge desta possibilidade por visualizar os problemas sociológicos e criminológicos que emergem desta união, e considera que na realidade brasileira, *os estudos devem expandir, não se adequar*. É o que acredito.

Apesar da existência de estudos que relacionam o crime com a sexualidade e seus efeitos, ainda persiste uma certa defesa da necessidade de uma Criminologia especificamente queer ou transviada. Isso se dá pelo que foi anteriormente apresentado: há uma contraposição de sujeitos e identidades, como polos contrários e excludentes. Portanto, é essencial apresentar as formas com que os Estados utilizam esse discurso para controlar os sujeitos.

Além disso, considerando que os próprios indivíduos mobilizam discursos e comportamentos que refletem a exclusão promovida histórica e politicamente em suas próprias profissões e relações, é importante que a análise englobe grandes espaços, como o pensamento ocidental sobre sexualidade, mas também espaços menores, como corporações policiais e famílias. Quanto à observação dos discursos dos agentes sobre armários, há um benefício em conhecer as diferentes perspectivas que atravessam o interdiscurso e o intradiscursos nos enunciados. Nesse sentido, estão presentes elementos políticos, militares, históricos, morais e pessoais que devem ser considerados. Para tanto, o próximo tópico aborda os aspectos do policiamento que devem ser observados, como a masculinidade.

4.2. Masculinidade institucionalizada e policiamento

Em uma análise queer das organizações, é necessário compreender as identidades hegemônicas dentro de uma instituição para que seja possível oferecer alternativas que englobem uma maior multiplicidade de sujeitos (Souza; Carrieri, 2010; Souza, 2017). Assim, entendo que, nesse caso, observar os sistemas de policiamento requer mais do que apenas examinar a estrutura hierárquica e o treinamento necessário para ingressar na profissão de segurança pública. O foco, portanto, é analisar os discursos que permeiam a construção dos policiamentos relacionados à sexualidade dos sujeitos, tanto dentro quanto fora das corporações, sendo que alguns desses discursos podem ser representados pela teoria do armário, como o pânico, a paranoia, a antissentimentalidade e o próprio armário.

Contudo, existem características das instituições e da própria militarização que constituem mecanismos essenciais na produção da sexualidade, assim como nos casos das "molly houses", cuja "proibição" influenciava a frequência dos *mollies* (Bateman, 2015), ou no

Oriente Médio, onde a violação dos sujeitos permitiu que os armários fossem instrumentalizados como técnica de autoproteção (Ritchie, 2010). Essa produção não se refere apenas à própria sexualidade dissidente, mas também à estipulação de uma orientação sexual e um gênero superiores a outro, bem como aos sistemas socioeconômicos (Russel, 2020).

As instituições sociais, como foco de observação, são interpretadas de diversas maneiras e constituem um dos motores fundamentais na identificação dos sujeitos em sociedade. Berger e Luckmann (2004) argumentam que o desenvolvimento do homem como ser, e a autocompreensão como parte do ambiente, se dá na interação com ele. Ou seja, a ordem biológica, cultural e ambiental compõe a forma com que um sujeito se identifica.

Na construção social da masculinidade, não é diferente. A formação dos Estados modernos influenciou significativamente a estrutura comportamental dos indivíduos, que deveriam ser masculinos ao extremo para garantir a autonomia e soberania das nações, sendo a principal demonstração dessa masculinidade os exércitos (Oliveira, 2004). Além disso, os agentes da estrutura militar têm seus comportamentos coordenados por um conjunto de regulamentos e costumes que formam a cultura das corporações, enquanto, perante a sociedade, o Estado aprova a utilização dessas habilidades para fins próprios (Huntington, 2016).

A causa mais nobre que poderia ser defendida era a da pátria, representando a devoção, virilidade e coragem de um homem. Com a formação dos soldados (principalmente na Europa), Oliveira (2004) destaca que não havia distinção de classe, de modo que os ideais masculinos de bravura e nacionalismo se expandiam através da instituição militar.

A masculinidade estava diretamente relacionada ao sacrifício, a uma ascese que levava purificação pessoal. A base disso era a conexão, a estreita imbricação entre ela e elevados ideais societários traduzidos como liberdade, soberania, capacidade de resistência, potência, entre tantos outros, todos girando em torno de uma glorificação do *socius* identificado com a pátria, a terra natal, a nação (Oliveira, 2004, p. 31).

O hábito dos discursos de militarização e nacionalismo atrelados à características físicas e psicológicas dos indivíduos criaram um hábito – que, segundo Berger e Luckmann (2004) é constituído através da repetição, da economia de esforço, tornando-se um padrão. Assim, inicia-se o processo de institucionalização: “sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores” (p. 79).

A introjeção desses comportamentos pode ser exemplificada pela ideia de esporte e treinamento físico como legitimadores da masculinidade viril na modernidade. A repetição de atividades que mantinham o corpo atlético e disciplinado, semelhante ao dos guerreiros, disciplinava o corpo e o tornava apto para a sobrevivência (Oliveira, 2004). Este processo de

subjetivação ancorava-se nos indivíduos, que os repetiam cotidianamente, garantindo o controle do corpo e da mente (Foucault, 2014).

As tipificações são compartilhadas entre os sujeitos e estão à disposição do corpo social. Com isso, as instituições também tipificam os membros que as compõem de acordo com as atividades que desempenham (Berger; Luckmann, 2004).

A literatura militar específica, como a de Samuel Huntington (2016), autor renomado nos círculos conservadores, que elaborou uma teoria política sobre a relação entre civis e militares, destaca padrões de profissionalismo e de “mentalidade militar” que distinguem a organização. Nos termos de Berger e Luckmann (2004), esses seriam elementos constituintes dos papéis dos sujeitos durante o processo de socialização secundária.

O oficial atual é marcado pelo profissionalismo, o que o distingue dos guerreiros do passado, visto que ele é considerado parte de um grupo funcional que desempenha papéis específicos em um ambiente determinado, dotados de características especializadas (Huntington, 2016). É nesse caráter profissional que o autor considera estar o “problema” das relações civis e militares contemporâneas.

Esse profissionalismo militar é caracterizado pela especialização, responsabilidade e corporatividade. A especialização refere-se às habilidades que os agentes adquirem para se qualificarem de acordo com os objetivos da instituição. A responsabilidade trata da compreensão de que a recompensa profissional vai além da compensação monetária e se expressa em um compromisso com a sociedade. Por fim, a corporatividade é o vínculo comum de trabalho que cria uma sensação de unidade orgânica e autoconsciência da comunidade, distinguindo-os dos demais (Huntington, 2016).

Por outro lado, a “mentalidade militar” é o termo utilizado por Huntington (2016) para definir um modo específico de pensar dos militares, seja por aspectos individuais ou inerentes à função. Três formas de análise se destacam: “capacidade ou qualidade, seus atributos ou características, e suas atitudes ou substâncias” (p. 81).

A primeira se refere às capacidades e qualidades da mente do militar, que deve ser ofensiva e precipitada, a ponto de definir que a inteligência e a criatividade do profissional são inferiores - especialmente quando comparadas com as de advogados ou políticos. Não há verificação científica que comprove essa suposição que relega à mediocridade toda uma instituição, e essa crítica também é feita por Russel (2020). Um dos argumentos utilizados é o desestímulo da organização à atividade intelectual, algo que pode ser contradito pelos programas de especialização e cursos oferecidos aos agentes.

A proposição de análise dos compostos da mentalidade militar como “atitude, valores, opiniões e visão(...)” (Huntington, 2016, p. 82), por sua vez, subdivide-se na perquirição inicial pelo conteúdo e pela fonte do pensamento. O primeiro assume a descrição da substância do ambiente militar e seus respectivos valores como atitudes e comportamentos gerais, como por exemplo, o autoritarismo – que, ainda que verificado em uma instância não pode ser atribuído a todas. Enquanto o segundo refere-se à fonte dos valores, que “equivale a admitir que toda expressão de atitude e de valor militares vindos de uma fonte militar refletem a mentalidade militar” (Huntington, 2016, p. 83) – sendo este um momento de descontextualização do sujeito.

Para verificar efetivamente essa última afirmação, seria necessário examinar o passado individual de cada agente, pois não se pode afirmar que uma declaração feita por um militar seja reflexo direto do ambiente militar. Da mesma forma, uma declaração metafórica poderia também refletir a criação na infância, condições econômicas, religiosas e políticas (Huntington, 2016).

Outra vertente de análise foca na constituição identitária do militar. Um dado que Huntington (2016) apresenta é a unanimidade entre os pesquisadores quanto à disciplina, lógica e autoritarismo presentes no comportamento militar, em detrimento das habilidades intuitivas e emocionais. No entanto, um problema surge ao realizar tal afirmação: não se pode definir um grupo sem analisar os traços de personalidade específicos de cada indivíduo.

A construção social da realidade não permite a definição de um sujeito sem a devida compreensão do contexto social e político em que se desenvolveu (socialização primária), antes de ingressar em uma profissão e desempenhar um papel pré-determinado (socialização secundária) (Berger; Luckmann, 2004).

Embora não seja considerada uma análise adequada para a relação contemporânea entre civis e militares (Huntington, 2016), essa perspectiva oferece uma ótica altamente frutífera para a análise discursiva da instituição, principalmente no que diz respeito às diversas maneiras de "indução" da mentalidade militar nos indivíduos, ou melhor, à construção da ética profissional militar.

As pessoas que agem igual durante um longo período de tempo tendem a desenvolver hábitos característicos e persistentes de pensamento. A singular relação que elas mantêm com o mundo lhes dá uma peculiar perspectiva dele, levando-as a racionalizar o próprio comportamento e o próprio papel (Huntington, 2016, p. 83).

O que se depreende é que, quanto mais uma profissão se torna definida, com parâmetros e valores bem delineados, uma presença intensa de ação e uma diferenciação das demais atividades humanas, mais se cria uma mentalidade profissional (Huntington, 2016).

Um dos processos de introjeção de uma forma específica de pensar, agir e comportar-se de acordo com a profissão é o que se refere à antissentimentalidade, que representa a assimilação do feminino ao sentimental e à dificuldade de desempenho de funções, o que, por consequência, é transposto para aqueles que manifestam feminilidade. Huntington (2016) destaca que o militar precisa se tornar mais forte para superar as fraquezas que ele percebe nos civis. Assim, são considerados fracos aqueles que se aproximam de práticas tidas como externas à corporação, como, por exemplo, os que se aproximam do doméstico.

Os efeitos históricos e socioculturais perpassam essa mortificação, pois a burocracia diminui a liberdade individual, os valores institucionais tornam-se pessoais e familiares, o tempo e o trabalho assumem um caráter autoritário, e a insegurança física é elevada. Além disso, os efeitos da globalização tornam esse processo implacável, uma vez que a vigilância pode ser exercida de maneira mais ampla, tanto temporal quanto espacialmente (Martins, 2017).

Com isso, não tenho a intenção de constituir o que Eve Sedgwick (1990) chamou de "autopiedade masculina", ao apresentar os aspectos que dificultam a formação de agentes da segurança pública, especialmente se considerarmos o tipo de trabalho que desempenham. É necessária a evidência dessa internalização de valores organizacionais para que se possa compreender como os discursos de uma instituição são ensinados e reproduzidos no corpo social.

Ademais, constituir a identidade do policial militar como um sujeito “preso” entre dois mundos (institucional e familiar) representa uma abordagem essencial na compreensão do outro conflito que se cria entre a identidade do policial *queer* perante à instituição e à sociedade. Martins (2017, p. 62) considera que este embate interno: “(...) pode repercutir diretamente na ação considerada desviante pela realidade institucional, o que projeta significativos efeitos em termos de punição administrativa” - que é, precisamente, o que tenho apresentado ao trazer os armários institucionais.

Cabe destacar que alguns aspectos da construção do policial como um profissional em uma cultura organizacional específica são atravessados pelo discurso neoconservador (Huntington, 2016) e masculinizado (Oliveira, 2004) de proteção do "normal" e repressão do desviante. Além disso, devido à constituição sociocultural e religiosa do Brasil, somada à herança colonial, a visão familiar e social dos sujeitos é construída por esses discursos, sendo destacados por Alves e Rosa (2022) como uma das principais explicações para que policiais

LGBT+ no país tenham uma percepção única de cisgeneridade, heterossexualidade, matrimônio e reprodução como ciclo correto de vida.

Assim, a masculinidade que atravessa as atividades de policiamento foi consolidada por meio de diversos discursos culturais, religiosos, médicos e capitalistas, que promoveram uma economia de afetos públicos, a transposição do cuidado para o âmbito privado e meramente instrumental, e a limitação das subjetividades como manifestação individual (Alves; Rosa, 2022).

Por outro lado, embora os sistemas de policiamento militares não estejam presentes em todo o mundo, onde atuam, representam a principal porta de entrada para o sistema criminal, devido ao alto nível de policiamento e o impacto desproporcional sobre as populações vulnerabilizadas, além do medo (Dwyer; Colvin, 2022; Cardia, 1997). Um dos fatores que influenciam esse modo de trabalho é o sistema masculino, heterossexual e ortodoxo, fortemente valorizado (Dwyer, 2020; Alves; Rosa, 2022).

No Brasil, é interessante pensar no período de Ditadura Militar como um dos armários pelo qual o país inteiro passou – o que amplia a noção metafórica de significação do termo – e, como a militarização teve um papel neste fenômeno histórico. Enquanto a mera apresentação de documentos poderia ser inofensiva, também representava um potencial de dano terrível, posto que não havia critérios definidos pelos policiais para dizer se estavam diante de informação útil, um inimigo ou um cidadão que não oferecia perigo. Além disso, pode-se pensar também no controle dos discursos que poderiam ser proferidos, os simbolismos que eram permitidos performar, e as leituras que se poderiam ter, como presos na ficção distópica “*Fahrenheit 451*” de Ray Bradbury. O resultado era medo, censura e controle (Cardia, 1997).

O medo da polícia no Brasil é interpretado por Cardia (1997) como consequência desse período de total controle militar, mas que, em momentos posteriores, se manteve e se adaptou às novas realidades. As favelas ou comunidades eram ignoradas, inclusive quando se buscava ajuda nas delegacias, o que levou à lógica de que a polícia não protegeria ninguém que estivesse ali. No entanto, nada impedia a polícia de entrar nesses espaços em busca de culpados para quaisquer atos ilícitos. O duplo caráter de não-proteção e culpabilização dos moradores de periferia disseminou uma “sensação de abandono por parte do Estado”, que permitiu atrelá-la à violência policial (Cardia, 1997, p. 251).

Uma das conclusões de Cardia (1977, p. 263) ao tentar compreender o medo da polícia no Brasil é a de que “o medo também está presente na polícia”. A autora destaca os perigos aos quais os policiais são expostos e a rejeição social como as peças construtoras dessa sensação de vulnerabilidade constante. No entanto, outra conclusão se sobressai: “a capacidade de gerar

medo e a arbitrariedade de quem dispõe da força de coerção não só continua a imperar como ganhou terreno e floresceu” (Cardia, 1997, p. 1997).

Diferente da brincadeira, o mundo não está simplesmente dividido entre “polícia e ladrão”, afinal, este seria um binarismo exatamente como os que Eve possuía aversão. Deve-se observar marcadores raciais, regionais, sexuais, econômicos e muitos outros antes de definir os sujeitos como bons ou maus, especialmente dentro das organizações.

Nenhum indivíduo ou grupo, é óbvio, prender-se-á a todos os elementos constitutivos da ética militar, já que não há indivíduo ou grupo que seja sempre motivado por considerações exclusivamente militares. A oficialidade, qualquer que seja, só se prenderá à ética até o ponto em que ela for profissional, isto é, na medida em que seja moldada mais por imperativos funcionais do que por societários (Huntington, 2016, p. 84).

Ademais, pensar na instituição em termos meramente masculinos e heterossexuais exclui uma grande quantidade de sujeitos que a compõem, como mulheres cis, conforme evidenciado por Araújo (2022) e Oliveira (2020), e pessoas trans, conforme observado por Panter (2018), ou ainda, as chamadas *classes perigosas*, destacadas por Alves e Rosa (2022) como aquelas vitimadas pelos movimentos eugenistas brasileiros no século XIX.

Afinal, uma organização é uma estrutura de conflito, um espelho da sociedade, e a constrói por meio de um debate discursivo de poder e saber sobre os sujeitos (Almeida; Souza; Nascimento, 2018; Zaffaroni; Pierangeli, 2021). Como explicam Berger e Luckmann (2004), o homem tem impulsos, mas estes não são suficientemente direcionados para se ordenarem como os de outros seres; tudo que "ele" possui é empregado em atividades que acabam por constituí-lo como ser perante o ambiente.

Policiar não é simplesmente garantir os interesses do Estado e a segurança das pessoas, como considera Huntington (2016), mas se expande além de uma atividade autoritária que funciona apenas com repressão e exclusão. A polícia está intrinsecamente conectada aos modos de produção social, compondo um espaço em que a reprodução de noções de desvio, doença e crime ao *queer* reverbera na comunidade como um todo, operando com um método de proteção e reconhecimento que define quais comportamentos e pessoas são respeitáveis e seguras (Russel, 2020).

O que se apresenta é uma instituição tradicional, de mudança lenta. No entanto, as evidências de alterações legislativas e a influência de estudos acadêmicos e científicos dentro da própria Polícia Militar dão esperança. Trata-se de uma instituição antiga e duradoura, mas passível de adaptação e expansão constantes, que, com a adequação das críticas *queer*, pode

produzir outro tipo de realidade organizacional e social com os discursos que valoriza (Russel, 2020). Enfim, esse dinamismo vigente permite a manutenção do poder, mas atrasa a maturidade institucional, especialmente quando considerada a imagem de medo (Cardia, 1997), masculinidade (Oliveira, 2004) e violência homotransfóbica (Alves; Rosa, 2022) que permeiam a visão social, fundamentada constantemente por manchetes e processos investigativos. Com esse intento, Russel (2020) propõe que as histórias violentas e as identidades hegemônicas das polícias sejam usadas como parâmetros antagonizados e exemplos vergonhosos a serem evitados, não excluídos, mas revisitados sob uma perspectiva institucional mais madura.

4.2.1. Principais evidências da interação entre policiamento e sexualidade

A ideia de crime que apresento neste trabalho não é aquela específica definida no Código Penal Brasileiro, mas uma noção mais ampla, que envolve o desvio e o preconceito. Não tenho acesso a dados científicos ou reflexos da realidade que comprovem, por exemplo, que pessoas bissexuais sejam as maiores praticantes de crimes de sequestro, ou ainda, que mulheres trans sejam as mais afetadas pelas práticas de crimes ambientais.

No entanto, este é um caráter a ser evidenciado sobre a Criminologia. O estudo pode se concentrar em um tipo penal específico, como no caso de Sutherland e seus estudos sobre os crimes de colarinho branco, ou de McDonald (2022) sobre os efeitos da heteronormatividade no estudo dos abusos sexuais em crianças. Mas também pode se debruçar sobre conceitos abstratos, como o próprio conceito de "crime". Mesmo que não seja possível (ou necessário) definir com exatidão quais desvios estamos tratando, é essencial explorar essa perspectiva.

É possível sustentar que a constituição científica da criminologia é homofóbica [...]. Este processo de identificação, rotulação e anulação da identidade, típico do positivismo científico, produz a essencialização das identidades desviantes” (Carvalho, 2012, p. 157).

Nesta afirmação de Carvalho (2012) não se fala apenas das pessoas LGBTQIA+ que são vitimizadas em casos fóbicos, mas também daqueles que carregam estas identidades para dentro das instituições em que se colocam. Como é o caso dos policiais, que se tornaram um dos elementos mais importantes de análise da Criminologia *queer* devido ao papel duplamente contraditório de tratava do crime (Dwyer; Colvin, 2022; Russel, 2020).

As evidências são importantes, especialmente nos âmbitos acadêmicos e policiais para provar um ponto e conceder certeza a própria argumentação. Para tanto, exponho os resultados de algumas das principais pesquisas envolvendo os temas tratados aqui.

Um primeiro dado relevante para essa discussão é o número de suicídios entre policiais militares no Brasil, especificamente em Minas Gerais. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), o estado apresenta o maior número de autoextermínios entre os agentes, empatado com São Paulo, totalizando 16 casos.

A informação sobre suicídios de policiais militares pode parecer à parte nesta discussão, mas esse fenômeno tem uma ligação interessante com a questão dos armários. Em todo o Brasil, foram registrados 98 suicídios entre militares e civis, um número expressivo que se subdivide entre as principais causas laborais que motivam o autoextermínio, sendo elas: “a. o assédio moral; b. a admissão do papel de 'policial herói'; c. o desgaste físico e mental devido ao contato contínuo com situações de perigo; d. a cobrança institucional pelo cumprimento de metas; e. o endividamento; e f. a insegurança jurídica” (FBSP, 2023).

Farei uma análise focada nas duas primeiras causas. O assédio moral é uma queixa multiforme que aflige as organizações contemporâneas, e, na polícia, existem perfis distintos: o da vítima, aquele que é silenciado (presencie ou não o fato), aquele que considera o assédio parte da instituição, e aquele que se manifesta e sofre represálias. O outro fator importante é o papel do “policial-herói”, que deve abdicar de qualquer vulnerabilidade ou emoção para lidar com os problemas que lhe são atribuídos.

Me concentro nestas duas, mas visualizo como elas estão interligadas na própria cultura organizacional dos policiamentos. Todavia, o assédio e o papel do policial-herói reafirmam a violência das mortificações constantemente reiteradas nas corporações, e da antissentimentalidade como um princípio. Um ditado do ambiente policial citado no 17º Anuário da Segurança Pública (FBSP, 2023) é o de que “*Há várias formas de pelar um gato sem ele dar um miado*”.

Outra característica que se relaciona com a problemática das estatísticas LGBTQIA+ é a de que os problemas não são contabilizados, portanto, são considerados inexistentes. Nesse mesmo sentido, as instituições são desresponsabilizadas pelas políticas que adotam para fazer “(...) prevalecer o interesse institucional em detrimento das mínimas condições de saúde física e mental do trabalhador responsável pelo cumprimento das atividades programadas pela instituição” (FBSP, 2023, p. 55). Ademais, o adoecimento que antecede os suicídios é menor contabilizado que as próprias tentativas contra a vida.

Em um estudo sobre as violências sofridas por policiais LGBTQ+ nas corporações, Alves e Rosa (2022), ambos agentes da segurança pública, argumentam que o autorreconhecimento do armário e o enfrentamento dessa categoria em um nível pessoal (atravessado pela cultura da sociedade em que vivem) é um processo doloroso, especialmente no que diz respeito aos policiais que “morrem tentando apagar suas potências naturais e ficam mentalmente adoecidos por acreditarem que estão 'doentes' por serem quem são” (p. 149).

Com dados e manchetes que evidenciam essas violências, surge a questão de por que pessoas queer ainda buscam ingressar em carreiras policiais. As respostas são diversas. De uma perspectiva internacional, Colvin (2012) destaca a multiplicidade de motivos pelos quais gays e lésbicas escolhem essa profissão, com ênfase nas boas oportunidades de carreira e segurança profissional. Outros motivos incluem a necessidade de desempenhar um papel cívico ativo ou tentar trazer maior diversidade para as estações policiais, justificativa geralmente dada por mulheres e pessoas racializadas.

No caso de pessoas trans, Panter (2017) observa que mais indivíduos que estão no armário quanto à identidade de gênero tendem a buscar carreiras policiais devido ao ambiente extremamente masculinizado, como uma forma de evitar a transição de gênero. Além disso, tanto homens quanto mulheres trans (não transicionados) buscam esses espaços profissionais como um refúgio aos conflitos de disforia, sendo que, enquanto homens trans buscam abraçar a masculinidade, as mulheres trans lutam contra a disforia ao tentar prová-la.

A maioria dos entrevistados por Colvin (2012) relatou isolamento social e homofobia nos espaços de trabalho, especialmente quando considerados fatores como raça e gênero. O estudo foi realizado nos EUA e no Reino Unido, e os grupos mais prejudicados são mulheres, negros e latinos. Um comportamento destacado é a conversa homofóbica constante, especialmente quando a orientação sexual (diversa do padrão) não é conhecida, ou se nenhum gay ou lésbica está presente.

Por outro lado, há um escalonamento de discriminação por marcadores quando se trata das mulheres, o que contrapõe parcialmente o que Colvin (2012) apresenta. Neste ponto, dou uma ênfase especial aos estudos de Araújo (2022) e Oliveira (2020), ambos doutores em Desenvolvimento Social, que estudaram relações de gênero nas instituições militares do Norte de Minas. Eles evidenciaram a separação nas corporações entre atividades de natureza masculina e feminina, especialmente nos momentos iniciais da formação e nas tentativas de promoção na carreira.

Ao se observar o que pode ser aprendido com as ideias de masculinidade, homens e crime, Newburn e Stanko (1994) destacam a importância de entender esses termos na

perspectiva institucional. O ponto inicial das considerações feitas por eles é que, embora a maioria dos crimes seja cometida por homens, o comum nas discussões acadêmicas é que o “gênero” se refira apenas às mulheres.

É importante notar que tanto sociólogos quanto criminólogos tendem a atribuir a problemática dos modelos dominantes masculinos como "machismo" e ignoram a expansão das masculinidades (Newburn; Stanko, 1994). O uso do termo "masculinidades" no plural é importante para evitar a reificação de uma masculinidade única e fixa, afastando o essencialismo de considerar apenas o caráter biológico atribuído ao homem. Isso permite pensar no poder e nos processos de identificação e internalização dos valores decorrentes das práticas “masculinizadas”.

Considerando o estudo policial e a introjeção de uma cultura masculinizada, é necessário fazer uma distinção entre as masculinidades hegemônicas e as subordinadas. A primeira se refere ao questionamento de grupos específicos de homens que ocupam posições de poder e privilégio, e como legitimam e perpetuam a dominância que exercem. A segunda se refere àquelas masculinidades desvalorizadas, que permanecem em um estado de submissão perante o primeiro grupo e são deslegitimadas ou oprimidas, como os homens afeminados ou homossexuais, como elucidado por Newburn e Stanko (1994) na releitura de Bob Connel.

Portanto, torna-se indissociável o debate entre crime e masculinidades, especialmente quando se trata do policiamento, cuja cultura também é marcada por este elemento (Colvin, 2012), como limitado e questionado por Huntington (2016, p. 22) “Que espécie de homem é o oficial?” Assim, também deve-se considerar que o sistema policial tem como parâmetro social:

(...) a atenção na "prática": que a masculinidade (e a feminilidade) não é uma essência, mas simplesmente um modo de viver um tipo de relação. Ele fornece uma ferramenta com a qual começar a tarefa de desvendar por que certos meninos/homens se envolvem com um tipo de atividade em vez de outro, e como, se for considerado importante fazê-lo, eles podem ser persuadidos a parar. A tarefa, então, é usar a compreensão em desenvolvimento das identidades masculinas para entender o excesso de envolvimento masculino e o subenvolvimento feminino em atividades criminosas. (...) Nem todos os homens se envolvem em uma sucessão de atividades criminosas, muitos evitam a violência e, no entanto, é claro que na cultura patriarcal ocidental moderna a forma masculina dominante ou hegemônica é agressiva e misógina (Newburn; Stanko, 1994, p. 4, Tradução livre).

Apesar de não ser amplamente difundidos no Brasil, os estudos sobre a interseção entre sexualidade e agentes dos sistemas de processamento criminal são considerados, por Dwyer e Colvin (2022), como o principal foco nas discussões sobre as vidas queer, especialmente no contexto de policiais gays e lésbicas. Os estudos seminais de Leinen (1993) e Burke (1993) reforçam essa afirmação. Como um "avanço" no campo, Panter (2017; 2018) concentrou-se em

estudar policiais transsexuais. Contudo, é importante ressaltar que os estudos específicos sobre pessoas não-binárias, assexuais e intersexuais dentro das corporações policiais são escassos, considerando o número de indivíduos dessas identidades nesses espaços, mas também pela dificuldade que os próprios armários impõem.

Para reforçar este ponto, Panter (2018) destaca ter conseguido entrevistar apenas um oficial intersexual para a obra “*Transgender Cops*”, mas que se declarava como um homem trans.

Nestas pesquisas, um dos principais elementos que se depreende é referente à discriminação reiterada neste âmbito, sendo de comum acordo em toda a literatura sobre o tema (Leinen, 1993; Burke, 1993; Colvin, 2012; Dwyer; Ball; Crofts, 2016; Panter, 2018). Os agentes são, sistêmica e substancialmente violados, seja por colegas, superiores hierárquicos ou parte envolvidas nos processos que são responsáveis (Dwyer; Colvin, 2022). O resultado é, muitas vezes, um condicionamento comportamental específico que contribui negativamente para a tratativa do crime.

Como formas de reprodução desses comportamentos internos na sociedade, conforme argumentado por Russel (2020), Alves e Rosa (2022) e Martins (2017), observa-se a violação das populações LGBTQIA+, com destaque fatal para as violências sofridas por travestis. A literatura sobre o tema frequentemente menciona o abuso policial direcionado a este grupo, com Kulick (1998) destacando as múltiplas torturas ocorridas nos anos 1990, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e Bahia.

A transposição de um problema organizacional para a sociedade faz parte da lógica de análise *queer* destacada neste trabalho (Souza; Carrieri, 2010; Irigaray, 2008), onde a compreensão do modo comum institucionalizado, formado por servidores da Administração Pública, define, por conta própria, os tropos de interpretação de grupos e problemas sociais (Zafaroni; Pierangeli, 2021).

Ainda sob uma perspectiva administrativa, as pesquisas demonstram avanços nesse sentido, como o uso das teorias *queer* para estudar instituições públicas e privadas. Contudo, as experiências de policiais com sexualidade dissidente continuam sendo ignoradas como vítimas de inequidade e exclusão, tanto por colegas de trabalho quanto pelo público com quem lidam (Dwyer; Colvin, 2022). Trata-se, portanto, de um assunto de vital importância para o desenvolvimento social brasileiro, seja pela origem ou pelos reflexos dessa problemática.

5. MIRRORING VIEW: PERCEPÇÕES POLICIAIS DOS ARMÁRIOS

5.1. O espetáculo do armário

Este capítulo trata especificamente das entrevistas realizadas com 10 policiais militares do estado de Minas Gerais, que se dispuseram a participar, respondendo a questões sobre armários, sexualidade e trabalho policial. Os policiais foram indicados uns aos outros por meio de amostragem em bola de neve, com participação voluntária e condicionada ao consentimento de cada um.

Nesta seção, apresento a Análise do Discurso voltada para os elementos que representam aquilo que é visto pelos agentes, seja em caráter de denúncia, corroboração ou simplesmente como fatos relacionados ao trato com o crime em si. Em outras palavras, analiso como os interdiscursos se manifestam em relação àquilo que é identificado por eles.

Reitero que os policiais militares entrevistados não possuem centralidade teórica neste estudo, mas sim metodológica, ou seja, são eles os responsáveis pelos dados que fundamentam a análise. Além disso, destaco a importância da minha posição como pesquisador externo ao meio militar. Essa condição de exterioridade, aliada à minha capacidade analítica, mostrou-se fundamental para a condução do trabalho, o que é ilustrado pela seguinte citação. Ela pertence a um dos agentes, que, embora seja um estudioso, revelou não se sentir à vontade para publicar suas pesquisas, a fim de “não ter dor de cabeça”:

É igual, eu tenho uma pesquisa que eu desenvolvi na minha pós-graduação (...), que basicamente, a temática dela é o seguinte, né? [trecho ocultado para não permitir a identificação]. Eu tenho interesse em publicar, mas eu não vou publicar isso enquanto eu não me aposentar, pra não ter dor de cabeça. Porque a minha pesquisa é muito crítica. Então, assim, é muita coisa que a gente tem vontade. Interessante que eles são defensores da liberdade de expressão, só que a liberdade de expressão, só que agrada o interesse e o discurso deles. Então eu acho que isso faz muita gente ficar reclusa, muita gente ficar fechado, e não se manifestar. É opinião minha. (PM6, 2025).

A análise dos dados, apresentada a seguir, foi organizada de modo a facilitar a compreensão e a evitar a sobreposição de conceitos. Para tanto, os próximos subtópicos foram nomeados de acordo com as categorias teóricas da Epistemologia do Armário. Em alguns casos, categorias distintas foram agrupadas em uma mesma seção, devido à proximidade de seus conteúdos e à semelhança de seus efeitos.

5.1.1. Autorrevelação e autonominação

Um dos principais elementos para pensar nas ideias de saída e permanência de um armário, qualquer que seja, é a habilidade e o poder de nomear e escolher o momento de revelação social de algo que antes poderia ser considerado um segredo. Essas questões envolvem a autorrevelação e a autonominação, onde a preterição gera uma lacuna sobre a sexualidade, que pode ser preenchida por outra pessoa. Esse preenchimento pode gerar efeitos violentos, influenciando significativamente o momento (que pode existir ou não) de revelação.

As dinâmicas de revelar e nomear não envolvem apenas o corpo social, mas também um espaço de segurança e reconhecimento pessoal que, embora dependa de outras pessoas, não necessita necessariamente do conhecimento alheio. Portanto, essas categorias falam sobre o autoconhecimento e a escolha do sujeito de fazer com sua identidade o que lhe apraz, ou seja, envolvem decisões como: assumir-se ou não para si mesmo, para a família ou colegas de trabalho, criar um momento específico para revelar algum aspecto da identidade sexual, tornar algo conhecido da maneira que entender, entre outras.

Assim, ao relacionar o pensamento de autorrevelação e autonominação com o espaço de trabalho, como é o caso da Polícia, e com a relação que há com outras pessoas de sexualidade dissidente, podemos observar efeitos importantes na abordagem do crime. A maneira como o agente é tratado dentro da corporação pode variar de acordo com como ele se relaciona com essas categorias. Além disso, a forma como ele lida e registra um determinado fato pode ser influenciada pela forma como se compreende e se apresenta ao agente no momento do encontro.

No roteiro de entrevistas há algumas perguntas direcionadas a essas categorias, o que não significa dizer que é/foi o único momento em que elas se revelaram. As perguntas eram: “Como você se identifica? Assumir esta identidade foi um processo tranquilo para você? E dentro do seu trabalho, as pessoas sabem sobre sua orientação sexual? Como foi contar para eles? Se não sabem, por quê?”

Todos os entrevistados foram questionados sobre esses momentos, com o intuito de que falassem sobre a relação da sexualidade com a vida pessoal e, posteriormente, com o trabalho. Era uma forma de oferecer à pessoa a possibilidade de se nomear ou se revelar, ou de não fazer nenhuma dessas coisas, de maneira tranquila e sem pressão. Isso já conferia um tom diferente à entrevista e motivava a confiança em mim como entrevistador.

Conforme a Tabela 1, todos os entrevistados se nomearam ou manifestaram o desejo de não se nomear, o que não foi questionado, mas também foi interpretado. Chamo atenção para o fato de que alguns fizeram outras perguntas antes de responder, como se fosse uma tentativa de

ganhar tempo para se tranquilizar e responder, enquanto outros sentiram a necessidade de já falar que eram bem resolvidos com isso, como os seguintes:

Na identificação a respeito de gênero? Seria? (...) Não, tranquilo, eu me identifico como gay mesmo e totalmente resolvido quanto a isso. (PM2, 2025).

Dessa questão sexual, de sexualidade? Gay! Homossexual no caso. (PM6, 2025).

Hoje? Ah, não tenho uma definição definitiva, hoje não tem não. (PM3, 2025).

O uso da palavra “homossexual” para referir a si mesmo também foi observado em alguns casos, em que as palavras “gay” ou “lésbica” tomam, por si só, um caráter negativo de autônomação. Porém, quando é para se referir aos outros, é comum o uso das palavras, como na citação anterior, em que o PM6 se corrigiu imediatamente ao se nominar *gay*. Ou em outros momentos em que faz grandes pausas ou gagueja antes de dizer a palavra:

Quando a pessoa se declara... é... é... Homossexual, é... (PM6, 2025).

Também houve uma manifestação de receio em responder, o que transpareceu a dualidade da vida pessoal e profissional que alguns dos agentes manifestaram em algum momento, além da rigidez do armário dentro da polícia, uma espécie de negação e preterição dentro da interpretação que pode vir do espaço de trabalho:

Dentro da polícia? Quanto na polícia, eu não tenho essa identificação. Lá dentro é o tratamento profissional. Eu não tenho vínculos lá dentro para ter quanto essa questão de identificação lá dentro. (...) Na vida, hoje eu já me relacionei com mulher, já fui casado. Então, eu, hoje... Vou tentar explicar pelo seguinte. Porque hoje eu namoro com homem. Mas se eu não estivesse namorando, digamos que solteiro. Então seria bissexual, tanto mulher quanto homem. Ok? (PM4, 2025).

Essa citação representa um exemplo do que Huntington (2016) chamou de "identidade militar", ou do que Berger e Luckmann (2004) consideraram na relação que a pessoa desenvolve ao entrar em contato com uma ordem cultural e social com determinadas características. Em outras palavras, aquilo que é mediado pela função que desempenha em uma instituição específica da sociedade. Na fala, não há um tom de conflito ou dúvida, apenas um pensamento sedimentado de que existe uma separação quanto à identificação. No entanto, o que se percebe por trás do que é dito é um confronto entre a pessoa policial e a pessoa queer, como se essas identidades não pudessem ou não devessem coexistir. De certa forma, o interdiscurso aqui entrelaça a reprodução de um comportamento institucional (não se nomear/revelar dentro do trabalho) com a própria nomação pessoal em uma vida privada.

Observo que existe uma espécie de dificuldade contemporânea em relação à nomeação e à possibilidade "politicamente correta" de se questionar a identidade sexual de alguém. Nesse ponto, há uma influência significativa no trabalho policial e na interação com pessoas envolvidas em delitos, o que pode ser observado na fala do PM1, que se mostrou, de maneira geral, bastante indignado com as formas de lidar da instituição com pessoas LGBTQIA+. No trecho, há uma manifestação interessante do que chamamos de "sistema de duplas amarras", o qual merece uma análise mais aprofundada:

É que aí você vai chegar pra... Todo B.O. tem que fazer essa pergunta pra pessoa. Ninguém faz essa pergunta. Se eu fizer também o povo vai me zoar, e acho que também acaba sendo um pouco invasivo chegar na pessoa e eu falar assim “Qual o seu gênero, qual a sua orientação sexual?” Agora, se eu notar... que é importante para a pessoa durante a ocorrência, dependendo do tipo de ocorrência, aí eu coloco lá. Quando me entrega uma identidade de um homem, mas na minha frente está uma mulher, não fez a mudança do nome ainda. Aí é lógico, vou chegar e perguntar, qual o nome social pra colocar na ocorrência, para ser tratada assim, né? Mas é uma coisa que, para os militares, isso... Tá com identidade de homem, vai ser tratado de homem.” (PM1, 2024)

Há três pontos a serem discutidos sobre essa citação: o posicionamento, a resposta da corporação e a visão do agente. Primeiramente, há uma compreensão do PM1 de que perguntar sobre a orientação sexual de outro é invasivo; portanto, prefere não praticá-la. No entanto, o ato de perguntar também fará com que ele seja "zoadado" pelos colegas de trabalho, e, nesse caso, para uma pessoa não-assumida, isso carrega uma implicação significativa. Como dito pelo agente, em “se eu notar”, há uma condição para que ele preencha os campos referentes à identidade sexual: ela deve ser notável. Nesse ponto, a condução do processo relacionado ao delito já recebe uma conotação e uma possibilidade de tratamento que envolvem preterição e exclusão.

Essa é outra manifestação da categoria *mirror-violence* (violência refletida), em que o próprio PM1 relata não ser assumido, não poder se associar a outras pessoas *queer* por medo de represálias internas e, ainda assim, ser induzido a colocar outros sujeitos em um armário - todos esses fatos decorrentes da profissão. Para a Criminologia, é importante refletir sobre o poder do olhar e da interpretação de uma única pessoa, que é suficiente para que um delito seja interpretado de forma diferente, ou até para que ocorra revitimização e subnotificação.

Ao observar as condições autoimpostas pelos entrevistados para a autorrevelação e autonominação dentro do espaço de trabalho, percebo que aqueles que não se assumiram "completamente" escolhem pessoas que também identificam como de sexualidade dissidente para confidenciar suas identidades.

Pouquíssimas. Em regra, quem sabe também é de uma orientação diversa da dominante, digamos assim. (PM2, 2025)

Em um outro caso, por exemplo, há uma nova manifestação de um certo *descaso* e afastamento de um dos entrevistados com um outro policial que lhe confidenciou sobre a sexualidade – noto uma manifestação da categoria de *mirror-violence*, especialmente, quando observado o uso da expressão “(...) pra mim? Pouco importa”.

Ou já chegou um colega meu. Ele também é gay, e pegou e falou comigo assim: “você sabe que eu sou gay, né?”. Eu falei assim “oh irmão, independente do que você é gay, deixa de ser gay, fico contente de você ter se aberto comigo, mas pô, pra mim? Pouco importa.” A sexualidade das pessoas interessa só a elas, não interessa a outra pessoa, e eu fico mais preocupado em saber se o meu colega está bem do que saber com quem que ele dorme ou deixou de dormir, entendeu? (PM3, 2025).

É evidente que não se trata de um caso de violência tão grave quanto uma agressão física ou comentários preconceituosos, mas o próprio ato de indiferença de um dos policiais em relação à sexualidade alheia demonstra uma reprodução de comportamentos preconceituosos mascarados por uma ideia de superioridade, como nas frases “a sexualidade das pessoas interessa só a elas” ou “eu fico mais preocupado em saber se o meu colega está bem”.

Assim como destacado pela literatura em Criminologia queer, a questão sobre sexualidade acaba sendo reduzida ao binarismo heterossexual e homossexual, e, por consequência, também as pesquisas sobre esses temas. Ou seja, algumas experiências vividas por aqueles que se identificam além dessas definições permanecem desconhecidas ou apenas parcialmente compreendidas, especialmente devido a terminologias, categorias ou expressões pouco populares ou incomuns. Como destacam Dwyer, Ball e Crofts (2016), isso resulta em marginalização.

De maneira geral, os enunciados dos entrevistados sobre suas próprias identificações sexuais ocorreram de forma tranquila, mas com a presença de elementos discursivos da cultura institucional policial, como uma repressão ou um preconceito em direção a si mesmos. As visões sobre suas próprias identidades eram quase sempre moldadas a partir de uma perspectiva heteronormativa, ainda que fossem dissidentes.

5.1.2. Sistema de duplas amarras

Conforme explicado anteriormente, o sistema de duplas amarras, denominado por Sedgwick como *double binding system* e traduzido livremente por mim desta maneira,

representa os espaços jurídicos e de segurança onde são oferecidos argumentos contraditórios para pessoas *queer*, criando uma situação onde não se vê uma possibilidade ou resolução positiva para o problema em questão. Inicialmente, imaginei que este *fenômeno* seria difícil de identificar e que, quando visível, apareceria apenas em um nível macro, como em casos de grandes tribunais de justiça, como exemplificados anteriormente. Contudo, foi possível inferir, pelas posturas e relatos, que existe um impasse na vivência cotidiana e profissional dos agentes, pois, apesar de compreenderem as identidades que possuem como pessoas *queer*, ainda existem comportamentos, burocracias e relações que impedem o exercício seguro da sexualidade e a execução plena e correta do serviço a ser desempenhado.

Pensar nesse conceito de um sistema inteiro que limita atitudes e comportamentos através de amarras, como armários ou argumentos, pode ser uma tarefa abstrata. No entanto, quando questionados sobre como se sentiam em relação aos crimes envolvendo pessoas LGBTQIA+ e o papel que desempenhavam no registro e tratativa desses casos, algumas falas se destacaram:

“Ah eu me sinto de mão atada, eu quero fazer alguma coisa, mas eu vou falar uma coisa que o cara é superior a mim, aí vai começar a espalhar para a companhia toda. Aí eu tô lascado, aí o povo começa a fazer... Aí vou ser taxado de uma forma pejorativa também...” (PM1, 2024).

“Eu fico... Eu fico entre a cruz e a espada, né? Literalmente entre a cruz e a espada. Então, é complicado eu tentar ajudar de um lado, e é complicado porque se eu ajudar de um lado, o pessoal vai te massacrar do outro. Você fica naquela corda bamba.” (PM3, 2025).

As expressões utilizadas como “mão atada”, “coisa de viado”, “entre a cruz e a espada” e “corda bamba”, são algumas maneiras de se exemplificar amarras, ou seja, a maneira de se portar e de se agir perante uma situação envolvendo uma pessoa de sexualidade ou identidade de gênero diversa. E as respostas em questão foram dadas de forma indignada e até mesmo com certa vergonha, com algumas pausas, e por fim uma justificativa bastante aceitável de que, caso “alguma coisa” seja feita, também sofrerão as consequências na própria vivência.

Com um discurso intelectual e explicativo do que realmente acontece, o PM2 explica como ele enxerga as tratativas envolvendo pessoas LGBT(QIA+), enquanto o PM1 corrobora a diferença existente, e acrescenta ao demonstrar como isso lhe afeta:

“Ah eu penso que existe uma insensibilidade como um todo para essas questões, quando elas são ocorrências onde o policial tem que intervir. Se ele percebe que o público envolvido é uma pessoa que pertença a comunidade LGBT, é... Eu creio, e eu já vi essas situações. É que o caso é tratado como de menor importância. “Ah não,

isso não é nada não. É coisa de viado”. Essa expressão eu já ouvi, inclusive. Então as ocorrências elas acabam ganhando uma conotação de inferioridade ou não tendo toda atenção necessária em razão de quem é o indivíduo envolvido. Se ele for um indivíduo da comunidade assim, com certeza a ocorrência dele tende a ser inferiorizada em relação a outras. Por mais que sejam casos idênticos, mas se a vítima for hétero, talvez a ocorrência tenha uma atenção maior do que quando a vítima ou o envolvido é uma pessoa gay” (PM2, 2025).

É, é diferente. É muito diferente a forma que eles tratam. Já estive em ocorrência, já vi a diferença. Não achei legal. Por isso que eu não gosto de trabalhar na rua. É aí que eu fico, vou ficando agoniado, incomodado. É diferente. (PM1, 2024).

É possível perceber que as pessoas queer envolvidas em um delito provavelmente receberão um tratamento insensível, independentemente da sexualidade do policial. O entrevistado PM2 não destaca esse elemento diretamente, mas expõe como existe uma indiferença em relação a certos casos. Em outras palavras, há uma amarra nesse sistema, pois, mesmo que a pessoa seja vítima em um delito, ela pode ser revitimizada. Além disso, se for praticante do delito, provavelmente não receberá o mesmo tratamento que uma pessoa heterossexual receberia. Isso se alinha aos estudos de Dwyer, Ball e Crofts (2016), que mostram que os agentes envolvidos na repressão também sofrem com esse movimento, pois não são capazes de dissociar completamente sua sexualidade enquanto estão trabalhando.

As amarras, impedimentos e argumentos ambíguos podem ser questionados, assim como o posicionamento da vítima frente a esses elementos. Entretanto, a própria reação é condicionada por questões que envolvem outros tipos de danos e prejuízos. Alguns dos entrevistados tentaram explicar o motivo pelo qual as pessoas vítimas, não apenas de delitos externos ao espaço de trabalho, mas também dentro dele, não se posicionam ou reagem. Um dos relatos foi o seguinte:

Então, eu acho que quem é vítima não faz nada porque ela se sente isolada e com medo de represálias, porque quando você se sente... (...) É trabalhado na mente dessas pessoas que elas são fracas e são minorias, então é por ser fraca e minoria que eles não querem se juntar, então eu imagino que isso acontece nesse sentido também. E por mais que a gente saiba que tem em todo lugar, se sente sozinho. Então, ele não reage. Eu penso isso. Eu acho também que se eu tivesse na situação que eu fosse vítima, eu também acho que não reagiria por isso. Agora, os que praticam, praticam por causa dessa cultura que favorece. Você vê que se você zoar você vai ser mais enaltecido do que você defender. Então, quem zoa, quem brinca, tem mais *emotions* de palminha do que aquele que defende. O que defende, se bobear, também é chamado assim “Ah você também é um viado”, entendeu? E, institucionalmente, os superiores não tomam providências porque se tomar providências vão ficar como ruins. Então existe essa cultura de você tapar os olhos, fingir que não está acontecendo, mas está acontecendo, porque se você tomar providência você vai ficar como ruim. Aqueles que são vítimas não fazem nada porque se sentem fragilizados. (PM6, 2025).

O problema é que pode ter, mas os contratempos, a dor de cabeça que causa, o pós, você deixa, você prefere deixar para lá. (PM3, 2025).

O interdiscurso do PM6 é marcado pelo discurso político e de ativismo social, além de uma intelectualidade que decorre da própria formação. Aqui, ele tece uma crítica ao fato de que "compensa" mais ser uma pessoa que brinca e ofende os demais do que adotar outra posição. Contudo, o que chamo atenção neste trecho é o quanto esse sistema se expande para nichos fora da corporação. Na expressão "tem mais *emotions* de palminha do que aquele que defende", por exemplo, o agente se refere ao espaço das redes sociais, mencionando os *emojis* que funcionam como reações. Em "os superiores não tomam providências porque, se tomarem providências, vão ficar como ruins", o agente descreve situações dentro da própria instituição que ficam sem resolução por medo da imagem pública dos superiores.

O PM3, por sua vez, já fala sobre a “dor de cabeça”, ou seja, o uso de uma metáfora para a dificuldade que teria a pessoa que decidisse se impor contra o que acontece.

O medo e a autoproteção, que foram questionadas nas entrevistas como algumas das possibilidades para não se assumir (tanto para os entrevistados quanto da percepção deles sobre aqueles que conhecem) são justificativas de um armário, mas também representam amarras em que os dois elementos aparecem. Como em:

É por medo, e exatamente para me proteger. Porque é uma coisa que eu não sei... É uma luta que eu queria muito ter, mas eu tenho uma rotina tão... que eu fico assim “ah eu estou tão desgastado, vou deixar quietinho”. (PM1, 2025)

Por isso, há uma estagnação que fica na frente da indignação. Se há medo, não haverá ação; se é para se proteger de algo que pode acontecer (ou não), também não ocorre ação. É nesse ponto que a atitude policial se fecha em relação a certos movimentos que ocorrem na sociedade. Aqui se coloca em voga as questões *queer*, mas serve como argumento, ou pelo menos hipótese, para o que acontece com a população negra, pobre, periférica, feminina, entre outros grupos violentados historicamente. A fala deste entrevistado nesse momento foi dita com pesar e indignação (é o contexto imediato do discurso), mas com uma autojustificação na fala modulada de “ah eu estou tão desgastado, vou deixar quietinho” (que é contexto amplo do discurso).

Por isso, é importante destacar que o PM1 não se assumiu no espaço de trabalho, já foi prejudicado, sofreu ações preconceituosas de seus colegas e testemunhou outras violências sem conseguir se manifestar. O momento em que ele fala ativa a própria memória, fazendo com que o intertexto remeta a outras experiências que ele viveu e que ainda o limitam, até o tempo de produção da fala mencionada. Não se trata de um interdiscurso, pois as violências sofridas e presenciadas são relatadas e rememoradas pelo entrevistado.

Um sistema, em uma de suas definições, é um “conjunto metódico de princípios interdependentes, sobre os quais se estabelece uma doutrina, uma crença ou uma teoria.”, de acordo com o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (SISTEMA, 2025), e a mera apresentação de alguns exemplos pode gerar a ligeira impressão de que podem ser casos isolados, mas conforme a explicação do PM8, há alguns pontos que concedem uma visão melhor sobre como as amarras podem acontecer:

Não existe nenhum tipo de política institucional no sentido de fazer vista grossa para qualquer tipo de discriminação ou de permitir qualquer tipo de coisa. O problema que existe nesse sentido é porque a polícia é dividida entre praças e oficiais e, às vezes, tem um ditado interno, que é “você ganha, mas não leva”. Se houver uma situação, por exemplo, de discriminação, você consegue comprovar de um superior em relação a você. Até que se for entre pares, é apurado, é penalizado e morre ali. Mas se for de um superior discriminando um subalterno, que quando ocorre deve ser o mais comum. O procedimento vai correr, o superior vai ser penalizado, só que aí amanhã você foi mandado para trabalhar 600 km de onde você estava trabalhando. E não é por isso, eles não vão escrever que estão te movimentando porque você abriu o procedimento. Só que existe esse tipo de represália, sabe? Então, acho que até para além de discriminação de qualquer outro tipo de situação, eu vejo os praças muito tolhidos de tomar providência. Até, às vezes, de direitos trabalhistas, que saem de uma esfera, não é nem nada pessoal, é contra a instituição. Eu vejo todo mundo com muito receio de ter que ir trabalhar longe, de ter que ir para uma escala que não quer. Existe muito isso lá. Mas, assim, não vejo nenhum movimento institucional de aceitar qualquer tipo de discriminação, não. Quando vai para o papel, é tomada providência, sim. (PM8, 2025).

O primeiro ponto destacado, de forma bastante veemente, foi que não existem políticas ou regras dentro da Polícia para garantir que as discriminações não fiquem impunes - ou seja, não existe um elemento concreto. Um dos fatores destacados por Orlandi (2016) como condição de produção do discurso é o mecanismo da antecipação. Embora eu tenha observado esse fenômeno em todas as entrevistas, por diversos motivos, destaco aqui a necessidade que o PM8 teve de deixar claro que a discriminação não é uma característica da estrutura da instituição, tanto no início da fala quanto no fim. Contudo, entre esses “*disclaimers*” de que não existe política institucional de “vista-grossa” ou de aceitação da discriminação, há um relato que revela os elementos que compõem o sistema de duplas amarras na Polícia.

Trata-se de uma cultura institucionalizada, que pode ser observada na presença de um ditado considerado interno: “você ganha, mas não leva”. Esse ditado exemplifica o fato de que, independentemente de como a situação se resolva, a vítima será sempre a mais prejudicada. O uso da palavra “amanhã” enfatiza a rapidez com que as represálias retornam para a vida dessas pessoas. A escolha dessa expressão, em vez de termos como “depois de um tempo”, “um mês” ou “uma semana”, é inconsciente, mas dá um contexto mais profundo ao sistema.

Por fim, o que observo nesse mecanismo de antecipação é a defesa de uma instituição e de uma ideologia existente. Embora consigam descrever violências, injustiças e falhas no desempenho da profissão, seja contra si mesmos ou contra outros, há uma reprodução do discurso militar de retidão e disciplina. Isso pode ser visto até na estruturação da resposta: uma camada de defesa superficial, seguida por uma camada de violências detalhadas, com exemplos, justificativas e sentimentos, e, por fim, uma camada de defesa: “Quando vai para o papel, é tomada providência, sim.”

Uma outra citação do mesmo agente com a mesma estrutura é a seguinte:

Eu acho que eu falei um pouco antes também, porque a polícia, ela não passa a mão na cabeça não, ao contrário do que muita gente pensa, se chegar no papel alguma situação dessa, a pessoa vai ser punida e a depender da repercussão vai ser excluída da polícia. Então acho que por esse receio, eles têm muito respeito no contato pessoal com a pessoa. Parecido com o que acontece comigo, que eu falei. Comigo é normal, mas falam de outros. Então, eles falam de mim com outros, é nesse sentido. Com a pessoa, nunca percebi ou ouvi falar de policial ter qualquer comportamento homofóbico. (PM8, 2025).

O mecanismo da antecipação aqui é refletido na forma como o agente escolheu se apresentar a mim e como decidiu representar a Polícia e os colegas. Quando ele afirma com certeza que haverá punição para aquele que discriminou, ou fala sobre o tratamento "normal" que recebe, ou ainda menciona a aceitação de que sua vida seja comentada, mas que não se importa com isso, pois considera “normal” e se conforma, ele tenta transmitir a mesma visão de retidão e justiça. Além disso, ele faz uma menção específica ao “comportamento homofóbico”, mas não aborda a transfobia, que é um elemento presente tanto na literatura quanto em outras entrevistas como uma forma patente de violência nesse espaço.

Em outra vertente, pode-se observar a diferença e a semelhança que o gênero produz nesse sistema, como na fala a seguir. A entrevistada havia sido questionada sobre possíveis situações em que fosse preterida:

Eu sei de coisas assim, eu não consigo te lembrar coisas específicas, porque eu já estou num convívio com pessoas que eu já trabalho há aproximadamente 7 anos ali naquela companhia que eu estou. Então todos me conhecem. Eu já posso ter sofrido, mas de forma velada, sabe? Não acho que eu não tenha sofrido, eu acho que eu posso ter sofrido. Mas na polícia tem muito o preconceito de policiais masculinos quanto as policiais femininas, de não querer trabalhar com policiais femininas no geral. E não quanto à sexualidade. Mas eu acho que eu já devo ter sofrido de pedir para não trabalhar comigo, pela pessoa ter um certo preconceito e tal, mas nunca foi exposto para mim, que eu me recorde também. Mas quanto a ser mulher é várias e várias vezes e tal. E teve militares que acho que por achar que eu sou lésbica e eu tenho a mesma atitude, o mesmo gosto que ele, tem um policial lá que ele não gostava de trabalhar com policiais femininos, mas ele aceitou trabalhar comigo. Você vê que acha que eu sou camarada porque eu sou uma lésbica masculinizada, entendeu? Só que o cara era

tão escroto que ele mijava na roda da viatura comigo lá. Será que ele me achou totalmente masculina? Mas é um cara que não tem, ele não é normal, sabe? Ele é um cara com problema mental, todo mundo sabe disso. Não sei nem como é que um cara é subtenente de polícia, mas é isso que a gente tem: dor em qualquer lugar. (PM7, 2025)

Neste trecho, destaca-se a visão de gênero dentro da Polícia Militar, como evidenciado pela pesquisa de Oliveira (2021) sobre a diferença de gênero na PM de Minas Gerais, o que, por si só, já seria suficiente para perceber o quanto existem amarras relacionadas a esse marcador. No entanto, chamo atenção para a lesbianidade e o tratamento dispensado a ela, em que a PM7 se indigna com o tratamento abusivo que recebe, como no exemplo do colega que urinou na sua presença. O uso do termo “policiais femininos” na flexão masculina também revela o quanto os homens se posicionam como hierarquicamente superiores às mulheres nesses espaços, e como o discurso é repetido da mesma forma. No entanto, ao ser a terceira utilização deste termo nesse trecho, percebo que, quando ela começa a se referir a si mesma como uma “lésbica masculinizada”, o termo muda do feminino para o masculino. Em sequência, a própria agente reconhece sua aceitação no meio masculino e questiona o fato de ser vista como um “camarada” ou a ideia de que ela deve agir como os demais homens da corporação por ser lésbica.

Algo interessante nas falas dela e de outras mulheres entrevistadas é a forma como as histórias são contadas. Nelas, a maioria dos personagens são homens, enquanto as mulheres aparecem apenas superficialmente ou de maneira distante. O sistema de duplas amarras se manifesta aqui na dualidade da aceitação das lésbicas femininas pela assimilação com o masculino e na compreensão (por parte dos homens) de que elas devem agir como eles, integralmente. A aceitação pode ser vista como um benefício na instituição, pois mitiga as discriminações de gênero, mas vem acompanhada do malefício de serem interpretadas como outros homens, vide a exposição do genital. Na realidade, há uma amarra em que a escolha é: ser tratada como um igual ou ser menosprezada – e nenhuma das opções é completamente positiva.

Um exemplo mencionado por um dos entrevistados se aproxima do exemplo dado por Sedgwick (1990) sobre o professor Acanfora, explicado anteriormente. Nesse caso, foi abordada a “extorsão” da sexualidade como uma forma de obter controle ou causar algum dano às pessoas. A questão envolvia um interrogatório sobre qualquer pessoa que os entrevistados talvez conhecessem, não apenas na corporação, mas também no Judiciário ou em outras esferas de poder, para avaliar como essas pessoas lidavam com a sexualidade alheia:

Ah eu sei de uma situação, mas no meio acadêmico, onde um professor ele foi pressionado a abandonar uma disciplina para não ser exposto, e aí era bem desse jeito “Oh Fulano, ou você sai da disciplina?...” Que, em regra, seria o mesmo que sair do curso porque ele era professor do mestrado “...Ou então eu vou te expor para a reitoria?” (PM2, 2025)

Essa é uma representação de um dos elementos danosos associados a um segredo aberto dentro de um sistema que não compreende e busca prejudicar aquilo que não é necessariamente dito. Como já mencionado anteriormente, os armários estão presentes nas vidas de todas as pessoas, mas na vida das pessoas queer há um potencial danoso e extorsivo que as aprisiona em decisões que não deveriam ter que ser feitas, como a escolha entre sair do armário e manter o emprego. Embora esse exemplo seja externo à Polícia, ele ilustra como as extorsões acontecem e como se cria uma teia de decisões impossíveis para aqueles que preferem não se assumir.

Que fique claro: este não é um incentivo para que as pessoas se assumam em qualquer identidade por acreditarem que isso as livrará das extorsões ou danos. Pelo contrário, não há qualquer garantia de que uma pessoa assumida estará livre desse sistema. Como demonstrado pelas falas dos entrevistados, isso se confirma: pessoas queer, mesmo estando no armário, continuam sujeitas às violências que o olhar do outro pode causar, especialmente quando alinhado a outros pensamentos preconceituosos, como a ideia de que a sexualidade e identidade de gênero diversa são inerentes à delinquência.

Portanto, há um sistema de duplas amarras vigente nesse espaço, que observa o gênero, a sexualidade e a posição hierárquica como formas de prevalência no ambiente militar. Dessa maneira, é possível notar o quão complicado se torna buscar uma solução para determinado problema, uma vez que ao adentrar na instituição, o indivíduo é submisso a um conjunto de padrões, comportamentos e imposições que garantem que não haja denúncias, e que, caso ocorram, se tornem irrelevantes diante da verdadeira punição, que virá rapidamente.

Destaco que, embora os exemplos dessa categoria estejam concentrados neste tópico, há outros casos em que é possível identificar os mesmos pontos apresentados aqui, mas que foram categorizados de outras maneiras de forma concomitante. É importante ressaltar esse ponto tanto metodologicamente quanto teoricamente, pois existe uma relação estreita com outras questões, como a disciplina violenta e exemplar, ou mesmo a dinâmica do armário e das relações que se estabelecem dentro dele.

Em termos de Criminologia, um sistema que se estrutura dessa forma em um espaço institucional cuja função é auxiliar na repressão de delitos e prover segurança à sociedade, e que é movimentado de maneira imperceptível (pelo menos de forma consciente), acaba por produzir e reproduzir preconceitos, dificuldades burocráticas e comportamentos que tornam a

relação interna problemática e a transpõem para a sociedade. Exemplos disso incluem registros incompletos ou incorretos, ou a recusa de auxílio em determinadas ocorrências criminais.

Não. Eu percebo que muda muita gente, sobretudo o curso, por causa desse viés repressor que eu falei. Muita gente sai de lá meio que querendo reproduzir aquilo com outras pessoas no trabalho. Mas eu fazia um trabalho mental para me abster disso, entender que aquilo era uma política de curso e tudo, que não devia ditar como eu me relaciono com a pessoa que está recebendo o trabalho na rua. (PM8, 2025).

Como exemplo dessa reprodução, destaco a fala do PM8 sobre o curso de formação e os comportamentos que mudaram após sua conclusão. O "aquilo" mencionado refere-se às situações degradantes e psicologicamente difíceis enfrentadas durante o treinamento e na entrada inicial na corporação. Além disso, o uso do termo "política de curso e tudo" sugere que é comum, quase institucionalizado, o comportamento negativo com que os agentes devem se relacionar com os civis. Isso contrasta com o que foi dito anteriormente pelo PM8 sobre a inexistência de políticas institucionais para ignorar o que acontece e carece de atenção.

Portanto, há certos âmbitos que dificultam a vida interna dos policiais *queer*, independentemente do gênero, e que os ensinam a agir, reagir e reproduzir os mesmos comportamentos que os aprisionam. É evidente que não podemos falar de uma política institucional explícita para a discriminação, como se houvesse algum documento da corporação ordenando que se discriminasse, mas é possível falar em uma cultura institucional discriminatória. As violências acontecem e são assimiladas em silêncio; caso sejam manifestadas, novas violências ocorrerão. Caso sejam assimiladas e reproduzidas, outras violências também ocorrerão, agora com o público da rua. Estamos, portanto, diante de um sistema cíclico e violento de amarras que se perpetuam.

5.1.3. Antissentimentalidade/Sentimentalidade

Sentimentalidade e antissentimentalidade se apresentam como opostos, um binarismo no qual a ausência de expressão emocional é supervalorizada em relação à sua presença. Isso ocorre devido à assimilação da demonstração sentimental ao feminino e ao doméstico, atribuindo um papel de gênero específico às emoções e comportamentos das pessoas, que está diretamente relacionado ao seu órgão genital e à interpretação social associada a ele.

A Polícia Militar, conforme demonstrado por autores como Huntington (2016), Araújo (2022) e Oliveira (2020), apresenta uma cultura sexista que diminui, menospreza e dificulta a presença de mulheres nas corporações e em posições de comando. Esse fenômeno influenciou

significativamente o ingresso de policiais femininas e a manutenção de uma presença saudável dentro da instituição ao longo dos anos. Embora tenha ocorrido uma mudança, ela não foi suficiente para erradicar assédios e tratamentos desiguais.

Apesar do nome, estas categorias não referem apenas a uma questão sentimental, mas ao que isso influi na diferença de tratamento e discurso em relação à presença de pessoas que não performam o que é esperado e imposto a eles, por exemplo, mulheres que não são afeminadas e homens que não são masculinos ao extremo. Também é um momento de observação de um armário *de vidro*, que é transparente e nem sempre permite que os sujeitos escondam aspectos de sua personalidade – o que pode sequer estar relacionada com uma sexualidade dissidente.

Para investigar esses tópicos, as perguntas feitas abordaram a manifestação de sentimentos negativos e positivos dentro das corporações, como era a aceitação pelos colegas e como esses sentimentos se manifestavam. No entanto, como em outros casos, esses tópicos apareceram em outros enunciados.

A posição dos agentes militares gays, lésbicas e bissexuais, como nesta pesquisa, é delicada e envolve uma (im)possibilidade de autorrevelação e autonominação. Afinal, o olhar do outro também é capaz de interpretar, o que remete ao que já discuti anteriormente sobre o dispositivo de sexualidade comumente conhecido como *gaydar* (Neves Júnior, 2022). O impacto disso dentro e fora das corporações é extremamente importante nesta análise, especialmente considerando o contexto em que os enunciados são produzidos.

Bom, o pessoal me fala muito que, às vezes, é difícil identificar que eu sou. Mas pelo padrão da polícia lá, eu já acabo me destacando muito nesse mundo, porque eu não escondo muito sentimento, não. Vem as meninas que trabalham lá, as policiais femininas, eu sou muito carinhoso com elas e tal. De parar para conversar, sabe? Às vezes dar bom dia, de estar rindo, e lá eles já são mais sérios, né? Então, eles falam que eu sou muito bonzinho. Aí pra eles já é motivo. Entendeu? (...) É, você ser bonzinho é você ser homossexual. (PM1, 2024).

Aqui a posição enunciativa do PM1 é bastante passiva em relação a outros momentos no discurso, e há uma demarcação entre o “eu” que enuncia e o “eles” que são os demais policiais heterossexuais da corporação. Além desses, outra presença nesse enunciado são os das policiais femininas, que, pelo que se pode observar, a mera relação cordial e carinhosa pode indicar “algo”. Por esse sujeito não ser assumido, o local de onde se fala é marcado por um nível de paranoia (outra categoria) e o próprio pânico, porém, nesse caso, não se trata de um pânico masculino de se juntar com outros homens e ser lido como homo/bissexual, mas o receio de se associar às mulheres da corporação e ser visto desta maneira. O enunciado ainda traz o

elemento “padrão da polícia” e a fala de que a demonstração de sentimentos foge dele, afinal esse padrão não cabe ser homossexual e/ou “bonzinho”, como dito pelo agente.

Outros entrevistados inicialmente negaram ter sofrido discriminação por suas expressões quando questionados pela primeira vez, tentando criar uma imagem de um espaço tranquilo e seguro. No entanto, em momentos subsequentes, acabaram revelando situações de discriminação ou admitindo que haviam sido marginalizados por seu modo de agir ou por algum outro aspecto de suas personalidades. No caso do PM5, seu enunciado se entrelaça com o de uma colega, criando uma visão conjunta sobre o tema:

Cara, na minha época que eu sofri de discriminação, eu não sei se notavam porque só eu percebia. Lógico. Mas é tipo assim, eu nunca fui de me expressar tanto sobre isso. Além de uma vez na psicóloga só que eu conversava sobre isso. Mas eu não expunha essas coisas. Pra ninguém da tropa. Então eu não sei como é que é o posicionamento dele sobre isso. (PM5, 2025)

Assumido que eu convivo mesmo, diariamente que eu já trabalhei, é só o PM5 mesmo. Eu sei que o PM5, antes dele assumir, ele sofreu bastante preconceito, acho, pelo que as pessoas falam, até mesmo ele, sofreu alguns preconceitos. Claro que o PM5 é um ser humano extremamente imponente, com voz, é um cara grande e tal. Alguns comentários, com ele distante, com ele não estando no ambiente, acontecem. As brincadeiras idiotas, entendeu? Mas assim, diretamente com ele eu não sinto que tenha mais. Mas outros militares, por exemplo, não que eles sejam assumidos, ou que eu saiba que eles assumiram por alguém, mas que tenham trejeitos, por exemplo, um homem com trejeitos afeminados, ou com algumas coisas assim que para eles é um gay, eu vejo que eles criam uma certa implicância mesmo, sabe? Comigo eu não sinto o preconceito. Porque a mulher, o que eu percebo, ela sempre é colocada muito em uma ideia sexual e tal. Então os caras sempre fazem brincadeiras comigo e falam brincadeiras sobre outras mulheres, essas coisas. Mas eu não absorvo. (PM7, 2025)

Nesses casos, as perguntas abordaram a percepção de outras pessoas sobre discriminação e sobre colegas que se assumiram e sofreram as consequências disso. É evidente que há uma relação discursiva entre as duas falas, mas também existem diferenças importantes, principalmente no que diz respeito à autopercepção de si. O PM5 reproduz em seu enunciado uma subjetividade profundamente influenciada pela corporação e pelo pensamento militar, destacando uma antissentimentalidade evidenciada pelo desligamento em relação aos demais e pela ausência de expressão emocional, exceto com a profissional psicóloga. Ele sequer sabe como os outros se posicionam em relação à sexualidade, mesmo estando ele próprio sujeito a discriminações.

Por outro lado, a PM7 nos concede uma visão sobre o próprio PM5 como uma das pessoas que se assumiu no espaço de trabalho e se prejudicou por isso, e destaca o colega como “um ser humano extremamente imponente, com voz, é um cara grande e tal”. Essa descrição dá contexto ao fato de que, ainda que não haja expressão de sentimentos e emoções, um corpo

masculino marcado pela voz grossa, tamanho e imponência, e uma adequação à cultura militar, o PM5 também foi violentado no espaço de trabalho.

Em outro momento, a PM7 fala sobre outros agentes, descrevendo-os como “homens com trejeitos afeminados ou com algumas coisas assim” e menciona que esses indivíduos também enfrentam “implicância” - um eufemismo utilizado para descrever os atos discriminatórios. Ao comparar essas duas situações, percebe-se que as noções de sentimentalidade e antissentimentalidade são apresentadas como amarras impostas, que operam de acordo com a conformidade ao “padrão da polícia”. Nesse sentido, tanto ter trejeitos quanto não tê-los gera o mesmo tipo de reação discriminatória.

Temos uns colegas igualzinho, eu conheço eles, não é amigo meu, como que eu posso falar? A forma mais solta dele se deslocar, vamos colocar assim... De ele andar, gera piadinha, as pessoas fazem piadinha, entendeu? O cara que é mais extrovertido e gesticula mais para poder falar, e por incrível pareça, e no caso assim, ele nem gay é, só para você ter uma ideia, que eu saiba, né? Mas só que ele é muito extrovertido, comunica muito, ele balança, gesticula muito, o pessoal faz piadinha. (PM6, 2025)

Nesse trecho pode-se observar até mesmo o tom dificultoso de se falar de outra pessoa com trejeitos afeminados: muitas pausas, muitos questionamentos (“como que eu posso falar” “entendeu?” “né?”). Há um distanciamento da pessoa de que se fala, como se o entrevistado fosse meramente um policial e se dissociasse de sua sexualidade para falar sobre esse indivíduo citado – o que evidencia um interdiscurso com o que a própria instituição diz. Mas nesse caso, também estão presentes os trejeitos e a violência.

A observação por um viés de gênero também concede uma visão particular sobre a situação. Pela visão militar e a consideração da mulher como sentimental e doméstica, era de se esperar que uma policial feminina *deveria* relatar discriminações nesse sentido, mas não é o caso. A PM7 descreve brincadeiras com ela própria e com outras mulheres, destacando a idealização sexual da vivência lésbica pelo olhar masculino, mas afirma não sentir o preconceito. E sobre esse ponto há outras relações discursivas que podem ser observadas.

Ah demais. Os “cara” colocam como “essa daí!”, vibra, né? “Essa daí trabalha bem, não é frouxa igual as outras mulheres que são, às vezes, um pouco mais delicadas”. Porque vê como uma mulher bruta. Tem o estereótipo de mulher bruta e então é elas que eles gostam, da mulher que vibra, que gostam para ir pra rua, que gosta de bater e não sei que mais... (PM1, 2024)

A visão do PM1, como policial gay, sobre as mulheres “brutas” revela que ele percebe um certo benefício e uma aceitação mais favorável em comparação aos homens afeminados ou

que se expressam de forma mais sentimental, como ele próprio. O uso do pronome “eles” aqui se refere aos policiais heterossexuais, que parecem se contrapor aos demais, constituindo um dos principais personagens nas falas de todos os enunciadoreis analisados. Esse “eles” representa o que a Polícia Militar valoriza, e o que foge dessa norma é visto como o oposto.

Nessa fala é possível ver indícios de que existe uma diferença de tratamento entre homens *queer* e mulheres *queer*. E aqui é possível confiar no enunciadoreis, especialmente por já ter descrito sua boa relação com as mulheres na corporação, portanto apenas apresenta seu ponto de vista. Quanto a este elemento, a visão de uma das policiais femininas, a PM7, traz uma posição de enunciação interessante a ser observada:

Não, só as perguntas idiotas de sempre. Em algum momento, eu percebo que a pessoa está sendo pejorativa - e isso aconteceu, acho que, desde que eu estou lá, no máximo com duas pessoas. Uma, em especial, eu lembro bem, porque achei muito desnecessário. Mas é porque ele também não é uma pessoa normal (...).

E não foi nada muito grave o que ele falou, também. Ele só ficava me perguntando... E depois começou a fazer umas coisas muito idiotas - uma, em especial, que eu não vou nem falar, porque acho muito, muito pesada. Mas não tem a ver com a minha sexualidade. Ele ficava tentando, às vezes, me fazer sair com uma amiga dele, uma mulher casada! Tipo assim... dá pra ver como é estranho. O pessoal também enfrenta umas mulheres... pelo amor de Deus! E eles são assim.

Cara, eu sou super fresca, eu tenho o meu valor, eu não mexo com mulher assim. E aí o cara vem com essas ideias ridículas pra cima de mim... E teve um momento em que eu vi que ele foi meio pejorativo: “Quando é que você vai deixar seu bigode crescer?”. Só que o jeito que ele falou, eu já percebi. Eu vi que foi assim: cara, você quis perguntar, você viu que eu sou aberta pra responder - e muitas poderiam, eu não sei, ter um bloqueio, alguma coisa pra não permitir esse acesso.

Porque, cara, se for pra informar e a pessoa ter uma desconstrução com o que eu for falar, eu não vou me importar de conversar. Eu dei essa liberdade pro cara vir - e ele começou com umas perguntinhas pejorativas. Então, eu já comecei a ser uma pessoa que corta.

Mas, assim, eu acho - foi o que você falou antes - que muito do que a pessoa vivencia por ser gay, e de como ela é tratada, depende muito de como ela também faz as coisas serem expostas pros outros, ou até mesmo não expostas. É o jeito como ela lida com as coisas.

Porque eu já tive militares que vieram até mim - mais de um - e falaram: “É muito bom conversar com você. Eu tinha um certo problema com isso”. Assim, convivendo comigo, eles aprenderam muita coisa. Teve gente que assumiu que tinha preconceito, que se o filho fosse, teria problema... Mas depois passou a falar abertamente que não conhecia, que não tinha essa abertura, e que, me conhecendo, vendo como eu sou e tal - porque eu sou uma pessoa muito reservada pra algumas coisas (eu falo pra uma lata, mas sou reservada) - percebeu que não era bem assim.

Eu não sou do oba-oba. Eu sempre fui muito reservada com tudo na minha vida (...). Então, nunca fui muito dessa coisa da loucura, da promiscuidade e tal. Sempre fui muito reservada - até quando eu ficava somente com homens, eu nunca fui de outra forma.

Então, eu vejo muita gente observando como eu lido com isso - e até mesmo conhecendo os meus pais, que alguns já conheceram - e vendo que eu tenho apoio familiar por completo. Eles veem que... “Cara, eu não ia imaginar que o gay era essa vida e tal”. Mas não é.

“Estava vendo uma menina aqui que é super tranquila, que mostra ser sensata, ter honestidade e tudo.” Então, já teve gente que veio até mim agradecer o tempo vivido comigo - pra poder ver o gay, sabe? (PM7, 2025)

A própria articulação do enunciado faz um movimento de exposição e ocultação, de maneira que a vulnerabilidade sentimental é colocada como menor em comparação com uma antissentimentalidade racional, que não é impensada, mas estratégica. Ou seja, as duas categorias coexistem entre si, e esse local complexo é onde a agente está inserida.

Há o relato de experiências de violência simbólica, como em “quando é que você vai deixar seu bigode crescer?” e situações que a PM7 prefere não apresentar, além de perguntas invasivas que são permeadas por afetos negativos. Entretanto, essa negatividade é mitigada com o uso de um eufemismo como “não foi nada muito grave o que ele falou também, ele só ficava me perguntando”. O ato de não enunciar, de preterir as ações acontecidas ou apenas de reconhecê-las como “muito pesado”, representa um silenciamento auto infligido que indica uma sensação de proteção perante pessoas, relações e ambientes hostis. Outro indicativo quanto a essa antissentimentalidade manifestada em uma estratégia de convivência está na repetição do “eu sou reservada” de maneiras parafrásticas.

Um movimento de desconstrução do aspecto sentimental presente na PM7 pode ser observado na sua posição pedagógica de responder perguntas, ainda que irracionais ou pejorativas. De certa maneira, é o aproveitamento de uma oportunidade que é agressiva e discriminatória para se desligar e ensinar, “ser for pra informar... eu não vou ligar de conversar”. Porém, simultaneamente, essa posição tem um teor performativo de normatividade, o que é descrito pela fala. Trechos em que há citação de sensatez, honestidade e apoio familiar parecem buscar a construção de uma imagem do “normal” e “controlado”, e se opõe diretamente aos estereótipos de promiscuidade, loucura e desvio associados à sexualidade dissidente, como em “não sou do oba-oba”. Pode-se interpretar esse movimento como uma reação antissentimental à performance do desejo e uma reprodução interdiscursiva da hegemonia assimilacionista de que pessoas *queer* devem se comportar e almejar vivências semelhantes às de pessoas heterossexuais e cisgênero.

A própria repetição do “sou reservada” representa um armário discursivo, uma ferramenta que protege e controla a exposição da sexualidade para mitigar riscos prejudiciais. De certa forma, funciona como uma gestão da visibilidade, especialmente considerando que esta PM se apresenta com o cabelo curto e com uma comunicação mais associada ao meio masculino.

Além disso, existe a menção d'O gay, como se se referisse a uma entidade existente e não compreendida, com a presença do artigo “o” que passa a impressão esquisita de se tratar de algo muito específico e separado de um todo. Em trechos como “eu não ia imaginar que o gay

era essa vida” ou na reprodução pela PM7 “Então já teve gente que veio em mim agradecer o tempo vivido comigo pra poder ver o gay, sabe?” há a revelação de existe uma tolerância ao *gay*, mas de maneira condicionada. A sexualidade diversa é aceita, mas desde que esta seja assimilada com valores hegemônicos de família, introspecção, e adaptação à heteronormatividade. São ideias que permeavam a mente daqueles legisladores de algumas décadas atrás que assimilavam o “oba-oba” com um crime moral, que prejudicava a imagem do país – como na Ditadura brasileira e seus atos institucionais para preservar a idoneidade estatal (Quinalha, 2021).

Os elementos hiperbólicos de ser “super fresca” ou “dessa coisa da loucura” concede um exagero a performance normativa pretendida, enquanto o paradoxo de “eu sou uma pessoa muito reservada pra algumas coisas” e “eu falo para uma lata, mas eu sou reservada” concede o tom de conflito e tensão da visibilidade e da autoproteção, característica dos armários sociais. Como reforço ao que foi dito, ainda existem outras manifestações de violências e da manifesta indiferença antissentimental que desenvolveu a PM7:

Bom, eu tenho sempre aquelas brincadeiras pejorativas. Eu não sei por que o homem tem que ter sempre brincadeiras estúpidas, ainda voltadas para a quinta série, que são aquelas falas “Ah, me dá uma chance, eu vou fazer você voltar a configuração de fábrica, ah, você nunca experimentou o homem, ah, que isso, que aquilo”. Então assim, eu tenho essas situações lá, mas não ligo para nada disso, sério mesmo. Mas eu não percebo um tratamento diferente, não. Eu sei que tem um receio por parte deles, acredito eu, e eles, pelo menos comigo e com alguma outra mulher, eles possam ter um receio, porque a represália disso cai numa mídia, de um preconceito hoje é muito grande. Graças a Deus. Então, de tratamento, assim... Não, não percebo, não. Eu tenho situações que outras pessoas acharam que poderia ser preconceito, mas eu mesmo, no que eu já sei do que é viver o preconceito, eu não achava que era. (PM7, 2025)

No seu intradiscursos estão presentes: exemplificações de violências simbólicas, assédios, antissentimentalidade estratégica de um armário, e uma tentativa de preterir os atos discriminatórios como se não existissem. Além disso, o enunciado aqui passa uma ideia de segurança e de proteção concedido pela mesma expansão descrita anteriormente do sistema de duplas amarras: a mídia. Portanto, existe uma certa sensação de invulnerabilidade e de um pensamento de possibilidade de resolução (caso ela identifique um preconceito) na fala da PM7, mas ao mesmo tempo, ela relata de um lugar pessoal que sabe o que viver situação de preconceitos, e as compara com o que acontece dentro da corporação, e não as vê como tal.

Sob um tom comparativo da visibilidade das policiais, a PM9 é uma mulher lésbica afeminada que se apresenta com um cabelo longo, continência e uma *passabilidade* como heterossexual, como detalha:

Eu não mudei nenhum físico meu, nenhuma coisa assim igual você disse. Tem algumas pessoas, algumas mulheres que talvez são um pouco mais masculinas, se vestem de forma mais... Ou talvez tem algum jeito. Tanto que é como eu disse, acaba que a maioria das vezes que eu falo com as pessoas “eu sou lésbica, eu namoro uma mulher e tal”. As pessoas não acreditam, porque não enxergam aquilo. Mas é como eu disse, eu sempre deixo claro. Então acho que a forma mais clara mesmo de que as pessoas identificam é a minha fala quando eu falo que eu sou, porque eu nunca escondo. Mas acho que uma característica de físico ou jeito, não sei, eu conseguiria identificar.

Nesse momento da entrevista foi questionado se havia alguma característica ou traço de personalidade que permitisse outras pessoas identificarem-na como lésbica. O relato de que as pessoas não acreditam na sua identificação como lésbica não é dita em tom pesaroso de negação social, mas como uma certa habilidade, um benefício. Por outro lado, há uma posição firme e hiperbólica de “eu sempre deixo claro” e “eu nunca escondo”, associado com uma rejeição dos estereótipos em que enuncia um certo deslocamento da discussão sobre corpo para o próprio discurso “a forma mais clara é a minha fala”. De certa maneira, há um privilégio ao que se diz acima do que é esperado socialmente.

A fala e a linguagem da PM9 tem uma importância maior na sua própria vivência, o que me leva a crer que sua palavra é creditada pelos colegas ou que ela a use como uma forma de se manter fora do armário e garantir respeito – há uma repetição “é como eu disse”. Cabe salientar que aqui se trata de uma pessoa com traços físicos socialmente lidos como femininos, portanto a posição enunciativa vem de um lugar expositivo, mas seguro, já que não necessariamente desafia as categorias binárias do masculino/feminino ou heterossexual/homossexual. A mobilização da fala como uma estratégia auxilia na desestabilização do pensamento de que ela se adere a uma lógica heteronormativa, e transforma o armário em uma ferramenta maleável, ainda que em um espaço de reprodução ideológica militar, sendo que, inclusive, refere-se as minhas falas como um ponto de segurança “assim igual você disse”.

Ainda quanto a visibilidade policial feminina das lésbicas, a PM10 respondeu sobre a diferença na relação dos colegas heterossexuais com ela:

Noto. Mas é uma diferença positiva. Porque... Eu noto, mas é uma diferença positiva, porque eles conversam comigo como conversam com os colegas deles, normais. Eu vejo que quando tem outras *fems* perto, as *fems* hétero... Eles não conversam os mesmos assuntos. Então eles me tratam de igual para igual. Então, nesse sentido, eles não têm melindro para falar qualquer coisa perto de mim, eu chego e eles não param de falar. Se chegam outras mulheres, eles imediatamente mudam de assunto. Quando

elas pegam assim sem perceber, eles ficam desconcertados. Então, nesse ponto de vista, acho muito positivo para mim. (PM10, 2025).

A PM10 se apresenta como uma mulher lésbica e se autodescreve como masculina, o que concede uma perspectiva diferente da PM9 e mais aproximada da PM7. Ela relata a igualdade no tratamento dos colegas (que é a diferença positiva em relação às outras policiais femininas heterossexuais), o que se assemelha à experiência da PM7 de ser vista como um dos “parceiros” homens, e corrobora o PM1 no que concerne a forma com que policiais lésbicas são vistas.

Algo que a PM10 expressa é um senso de vitória em relação ao respeito conquistado, ao tratamento igual, pelo que relata em outros momentos experiências de enfrentamento com outros agentes masculinos. Em trechos como “eles não tem melindro pra falar qualquer coisa perto de mim” e “eles me tratam de igual para igual” refletem essa sensação, além de que não se trata de uma crítica ao sistema ou às experiências de outras policiais lésbicas, mas apenas um triunfo pessoal. É algo que também surgiu no discurso do PM5 quanto a sua bissexualidade.

A forma com que a PM10 enuncia sua aceitação entre os colegas masculinos diz respeito a sua posição de não ameaça a heteronormatividade, posto que sua lesbianidade não é colocada em posição sexualizada devido aos traços comumente associados ao masculino que ela possui. É funcional, já que acessa ambientes que não acessados por mulheres heterossexuais. Funciona como a categoria de *mirror-violence*, uma violência que acontece em desfavor de alguém a quem se assemelha, posto que não desafia a dinâmica de silenciamento das conversas. Algo que demonstra também quem tem o controle sobre os discursos que circulam nesses espaços, e quem pode ter acesso a eles.

A aceitação e cumplicidade em relação aos discursos de assimilação demonstram que no ambiente policial há uma diferença quanto ao rompimento com normas de gênero. Como é o caso de que mulheres afeminadas sejam tratadas de maneira inferior àquelas que são masculinizadas, uma lógica que inverte o tratamento que normalmente ocorre na sociedade. De certa forma, as PMs femininas lésbicas se tornam *tokens*² para a demonstração de um discurso de aceitação e tratamento igualitário para mulheres em geral, e uma busca pela negação da misoginia e machismo que se envolve no espaço das corporações.

Não se trata de uma crítica à posição dessas policiais, visto que há uma dupla negociação na situação de equilibrar a vontade de pertencer com a reprodução de opressões. Assim, a

² Um *token* representa a tentativa de inclusão que é mínima ou superficial, de forma que grupos minorizados sejam vistos apenas por alguns dos seus indivíduos. Nesse caso, uma agente lésbica é utilizada como um símbolo de que existe inclusão de toda a comunidade LGBTQIA+ e de mulheres com igualdade.

sentimentalidade e a antissentimentalidade também aparecem como uma necessidade de validação e uma sensação de vitória pela igualdade ilusória, respectivamente. É um exemplo de como as figuras de armários e performances podem ser símbolos da resistência e da assimilação, visto que podem ser opressivos, mas também podem ser instrumentalizados estrategicamente para proteção e benefícios.

Por outro lado, retomo como a feminilidade nos homens, que desafia uma norma de gênero, é visto de maneira diferente das mulheres:

Esse caso de se assumir e se prejudicar... Conheço duas pessoas que aconteceu aquilo que eu disse anteriormente, no sentido de que eles foram muito prejudicados na carreira, não foram promovidos, um até aposentou e não conseguiu atingir uma outra promoção funcional, em razão de ter se assumido gay. Eu nem sei se foi uma questão de se assumir, mas porque ele era mais afeminado e isso transparecia. E com certeza isso impactou no fato dele não ser promovido. Conheço outro que esse sim se assumiu de fato, falou para os colegas de trabalho da seção que era gay e tudo, que ia casar com outro rapaz e tal. Esse arcou com questões muito amargas durante a sua carreira até hoje; inclusive, teve que pedir afastamento do local de trabalho, onde ele se assumiu, porque a situação ficou insustentável e, em regra, foi insustentável por uma pessoa especificamente, que era muito conservadora e por causa de chacotas e piadinhas que dois evangélicos faziam contra ele. (PM2, 2025)

Aqui o PM2 traz narrativas de sofrimento ao descrever caso de pessoas que tiveram problemas com a exposição de uma sentimentalidade. O discurso é pontual, com a apresentação dos fatos, poucas opiniões, e sem dramatização das situações, o que o coloca numa posição externa, como um outro analista. Sua própria intelectualidade permite que ele teça considerações sobre a pesquisa, em que destaca a feminilidade como possível causa da exclusão, mas também traz a visibilidade do “se assumir” como outra possibilidade.

Nesse ponto, a visibilidade no *coming out* ou no casamento, ou a não conformidade de gênero fazem com que ensejem punições pela instituição militar. Há um dispositivo de poder que pune esses elementos com a não concessão de promoção, aposentadoria compulsória, e prejuízos na carreira, de maneira geral.

O elemento religioso deve ser destacado aqui, posto que o PM2 sentiu a necessidade de utilizar a palavra “evangélicos” quando poderia apenas ter se referido a “religiosos” ou algo nesse sentido. Isto evidencia como valores religiosos se entrelaçam na cultura institucional, o que auxilia na manutenção de uma moralidade conservadora dominante. Ou seja, os discursos mobilizados na instituição militar fazem parte de uma rede interdiscursiva que envolve moralidade, religião, sexismo, família, e outros elementos.

A antítese levantada entre o “assumir” de um “afeminado que transparecia” retoma a possibilidade de autorrevelação e autonomação, mas ao mesmo tempo traz o olhar alheio que incide sobre o *queer* sem autoafirmação. Há uma denúncia sendo feita no enunciado, apesar de uma neutralidade na fala. Por isso, a posição discursiva de um policial gay e intelectual faz com que esse indivíduo se posicione em mais um marcador complexo, em que conhece o panorama discriminatório do lugar em que está, consegue pensá-los criticamente, mas evita o confronto direto.

Há indícios de uma motivação ou tendência a posições de antissentimentalidade e reprodução de padrões anteriores na polícia quando observamos o treinamento dado aos agentes:

Olha, no início você fica uma pessoa muito fechada. Eles falam que a gente fica até muito sem sentimentos, na verdade. Muitas vezes você parece uma pessoa sem sentimentos. No início você mexe com tantas situações, tantos fatos da vida dos outros, que você se torna uma pessoa dura, como se fosse um homem de gelo, que eles falam. Porque você chega, um exemplo, você chega a ter uma mãe chorando pela morte de um filho. Naquele momento, quem está ali é o profissional. Então você tem que ver aquela situação, você tem que passar informações para a pessoa, sem o quê? Sem se envolver no fato. Então, às vezes, é esse sentimento, você passa a não ter sentimentos, digamos assim. Não sei se você consegue entender. (PM4, 2025).

Ah durante o processo de treinamento, eu percebi que eu fiquei mais agressivo, de certa forma, durante um bom tempo. (...). Então eu acho que eu precisei passar por um momento de muita privação de convivência com o ideário que eu sequer tinha compreensão para voltar a ser quem era, e hoje tentar fazer diferença mostrando, por meio da minha convivência, das minhas aulas, que é possível ser diferente dentro da instituição, que não quer enxergar o diferente. (PM2, 2025)

Eu acho que... Eu acho que... Eu acho que não chega a ser paranoia, porque paranoia é uma coisa, uma doença, na verdade. E desconfiança sim, porque é como eu digo, acaba que a gente se torna um pouco insensível, mas porque senão a gente não trabalha, porque se a gente for tipo assim, a gente fala “levar pro coração”. Se a gente for levar tudo pro coração, que a gente vê, que a gente tá ali conversando, a gente não trabalha, a gente não fala do nosso serviço. Então realmente se torna um pouco mais, eu não sei se é insensível a palavra, sabe, porque eu particularmente eu sinto, eu sinto a dor de uma mãe que vê o filho sendo preso por tráfico, ou eu vejo a dor, sabe, eu já vi, uma filha que a mãe suicidou, então eu sinto tudo isso, mas acaba que a gente tem que se manter forte, a gente tem que se esforçar, na verdade, para se manter forte, para conseguir trabalhar, mas eu não acho, e desconfiança sim um pouco, porque no meio nosso eu falo que a gente conhece muita gente ruim, a gente conhece muita gente ruim (...) (PM9, 2025).

Questionados sobre as mudanças que perceberam em si após o treinamento, a fim de que se pudesse compreender se a antissentimentalidade e as visões ideológicas militares iniciavam nesse momento, a maioria das respostas partia da mesma posição de dificuldade e

sofrimento, mas com um resultado positivo no final. Destaco as menções a privação de sono, rotinas extensas de estudo e treinamento físico, pressão psicológica, e menções a violências simbólicas.

O uso das metáforas de “homem de gelo” e “pessoa dura” demonstram o impacto nas subjetividades dos indivíduos durante e após o treinamento, em que a antissentimentalidade começa a se apresentar. E ainda há a menção de que “eles falam”, o que mostra uma reprodução de uma expressão que já é utilizada comumente para descrever esse momento em que o sujeito fica “sem sentimentos”.

O exemplo de sofrimento da dor de uma mãe foi mencionado algumas vezes, especialmente como uma contraposição à ideia de que os agentes são totalmente insensíveis e agressivos. Além disso, é possível notar que é necessário um esforço por partes dos agentes para que não se mantenham como estavam assim que iniciam suas funções, algo que vem com o tempo – alguns descreveram anos, com acompanhamento psicológico e reavaliação pessoal. O PM2, por exemplo, detalha um esforço em tentar mostrar “que é possível ser diferente dentro da instituição, que não quer enxergar o diferente”, o que indica o quanto a questão de manifestação sentimental está ligada com a expressão de sexualidade e do gênero nesses espaços.

É claro que em um treinamento para uma profissão que lida com segurança e crime deve se atualizar assim como os delitos se atualizam; há a necessidade de firmeza no ensino para que seja efetivo. Entretanto, compreender que a partir desse momento os sujeitos já começam a entender o funcionamento da instituição (perante sexualidades dissidentes, que é o foco) é importante para encontrar um ponto inicial para uma possível modificação de práticas discriminatórias e reprodução de comportamentos.

Há um impacto evidente nas vidas e nas formas com que essas pessoas passam a viver após o treinamento e o ingresso na Polícia, o que não é sempre relatado como algo negativo. Mas no que concerne esse momento importantíssimo na introjeção de discursos e ideologias da instituição nesses sujeitos, trago uma fala do PM4 sobre como esses efeitos se dão na sociedade:

Não, isso aí, acho que é o que eu gosto de falar, porque quando a gente começa uma profissão, você vai muito se espelhando nos outros, né? Digo assim, ah, como que é? Porque você não conhece, é tudo novo, né? Então, o que é novo para você, você... “Não, isso é desse jeito, não, tem que tratar”. Mas com o tempo, você vai percebendo que cada situação... Situação... Cada fato é um fato, que é diferente de você estar pegando um bandido que acabou, digamos, de esfaquear uma pessoa e de você estar atendendo uma coisa que a mãe está ali vendo o corpo do filho dele, dela. Então, tem que ter discernimento, acho, de saber distinguir essas diferenças. Claro que você não vai se envolver, mas também você não vai deixar de dar uma palavra para aquela mãe

que está ali naquele momento. Então, você passa a ter essas diferenciações com o tempo. (PM4, 2025)

Não há uma ligação direta e óbvia com o tema dessa pesquisa nesse enunciado, mas o que busco demonstrar com essa formação discursiva é que as instituições têm poder sobre os sujeitos, inclusive para moldá-los e ensiná-los a agir de determinada maneira, ainda que seja fora do horário de serviço. Há uma manifestação bastante positiva e equilibrada do PM4 no reconhecimento de que requer discernimento para lidar com as diferenças nos crimes, porém a estruturação anterior do enunciado traz o espelhamento de ações como um pontapé inicial para a execução da função, ou seja, por mimetismo os agentes se levam. A reflexão nesse ponto está no questionamento de: *como funciona o espelhamento das práticas de uma instituição machista e homotransfóbica no tratamento do crime na sociedade?*

Por fim, uma visão diferente sobre a posição de mulheres lésbicas na instituição é trazida pelo PM2, com uma observação valiosa sobre o quanto as regras e argumentos mudam constantemente a fim de selecionar quem tem acesso aos espaços discursivos significativos:

Toda vez que a pessoa é um pouco mais afeminada, ela sofre mais. É, eu já percebi isso com muita veemência. E no caso das mulheres lésbicas, isso é muito pior porque em tese, né, não há aquela presença do afeminado na mulher, né? Pelo contrário, a gente vê um comportamento um pouco mais masculino em algumas delas. Quando esse comportamento masculino sobressai na mulher que é lésbica, aí ela sofre preconceito, é alvo de chacota, piadinha, é deixado em segundo plano quando tem algum benefício que ela poderia ser indicada, mas ela é preterida em razão de ser lésbica. Com a mulher acontece muito mais, inclusive, do que com o cara afeminado. O cara afeminado, se ele for um cara, como se diz, que se destaca no serviço, ainda que seja gay, às vezes ele consegue obter esses benefícios. Às vezes, nem sempre, mas a mulher, ela quase sempre ela é excluída, ela não tem esse acesso. A mulher sofre mais quando ela notoriamente se identifica, sai do armário ou deixa transparecer que ela é lésbica. (PM2, 2025)

Apesar da diferença em comparação com o que fora relatado por outros agentes, não significa que esta citação invalide as anteriores, mas apenas fornece uma outra visão sobre algo que também acontece. Destaco que os policiais são de corporações diferentes, com algumas exceções, o que traz uma maior variedade de experiências.

Nessa citação do PM2, noto algo bastante particular no intradiscurso, mas que em um contexto de comparativo com os demais entrevistados se apresenta também. Aqui o sentimentalismo e o antissentimentalismo se manifestam como categorias teóricas que se divergem pelo gênero daquele que o manifesta. De início, notava-se que os policiais afeminados ou tendentes ao sentimental eram mais prejudicados, enquanto a identidade feminina que se

apresentasse com um certo antissentimentalismo ou "comportamento masculino" era mais aceita dentre os pares. Porém, aqui, tanto o sentimental quanto o antissentimental se apresentam como negativos, o que enseja na presença da categoria de sistema de duplas amarras. Não há que se dizer da existência de um padrão ideal além daquele normativo de gênero, portanto há casos de mulheres afeminadas e masculinizadas que recebem tratamento diferente, independente da sexualidade.

Entretanto, há menções de policiais femininas que indicam um ato contrário, em que são beneficiadas por agirem de forma mais próxima ao que os homens da corporação esperam, ou seja, maior masculinidade, vide PM7 e PM10.

O sistema de duplas amarras entre policiais homens e mulheres com sexualidades dissidentes e performances que desafiam normas de gênero dentro da polícia pode ser resumido com um resultado de malefício constante, independente da combinação que possa ser feita. É uma hipótese que requer estudos mais aprofundados, preferencialmente com uma perspectiva empírica. Segue uma esquematização simples para direcionar e exemplificar esse questionamento:

- homem gay/bi + afeminado + policial = malefício
- homem gay/bi + masculinizado + policial = malefício
- homem hétero ou sem identificação de sexualidade + afeminado + policial = malefício
- mulher lésbica/bi + masculinizada + policial = malefício
- mulher lésbica/bi + afeminada + policial = malefício
- mulher hétero ou sem identificação de sexualidade + masculinizada + policial = malefício

Trata-se de uma modulação binária de gênero devido as identificações dos entrevistados (o que adiciona sobre a necessidade maiores perquirições) porém há relatos de pessoas trans na Polícia que também sofreram problemas semelhantes – infelizmente não puderam ser entrevistadas por fugirem ao recorte, visto que precisaram abandonar seus cargos devido ao sofrimento com a identidade de gênero, de acordo com os enunciados. Mas a representação serve como ponto de partida para se pensar na hipótese de que em uma nova esquematização envolvendo pessoas transexuais e não-binárias, o resultado também seria de malefícios.

De outra forma, pessoas *queer* têm o “padrão” de respeito ou de tratamento alterado quando se trata delas. Esse problema não afeta apenas essas pessoas, mas se expande ao ponto de atingir, inclusive, pessoas heterossexuais e cisgênero que possam, simplesmente, não reproduzir os papéis de gênero esperados social e institucionalmente deles. Com isso, pode-se

notar que, pensar em uma Criminologia *queer* ou em Teorias *Queer*, de um modo geral, não apenas beneficia a comunidade LGBTQIA+, mas também outros sujeitos que são atravessados por elementos não-convencionais em relação à própria identidade sexual. E, considerando gênero como uma construção social, ninguém está ileso.

5.1.4. Disciplina violenta e exemplar e *Mirror-violence*

Em continuidade ao que foi discutido sobre treinamento e o que uma posição de antissentimentalidade pode representar na instituição policial, e por consequência, na tratativa do crime, trato sobre a disciplina como uma das formas subvertidas para o controle da sexualidade dos agentes e da sociedade. Na mesma toada, apresento as análises sobre a categoria de *mirror-violence*, uma violência espelhada, que pode acontecer com a utilização do segredo aberto visto no outro como uma maneira de controle ou a devolução do próprio indivíduo de uma violência sofrida para aqueles em que enxerga seu próprio reflexo.

Uma disciplina violenta e exemplar representa as múltiplas formas violentas com que se pode determinar que uma pessoa ou um grupo se comporte de determinada maneira, de forma que os demais que vejam ou convivam também entendam e reproduzam o mesmo comportamento. O motivo para mimetizar o outro disciplinado está na observação da violência com uma sensação de medo e autopreservação, em que se busca evitar o dano que primariamente atingiu aquele outro disciplinado.

No caso desta categoria, pode-se falar em castigos, humilhações, tratamentos degradantes, piadas, perguntas, burocracias, assédios, armários, discursos, entre outras possibilidades. Todos esses exemplos devem ser interpretados aqui dentro de um contexto de aversão à orientação sexual ou identidade de gênero diversa, apesar de que os entrevistados relataram experiências de violências diferentes como contra o gênero, à estatura, à formação familiar, à intelectualidade, entre outros.

Por outro lado, a *mirror-violence* pode ser visualizada como uma consequência de um ambiente permeado por uma disciplina que busca trazer o exemplo do que é permitido ou não através de situações e comportamentos puníveis. De outra forma, poderia ser representado por um agente no armário ou não que se visse refletido quanto a sua própria sexualidade em um autor de um crime e mudasse o seu comportamento por causa disso, ou um agente que não vê todos os aspectos de sua expressão sexual em outra pessoa *queer* e se torna insensível ou *violento* em decorrência disso. Nos enunciados analisados as manifestações violentas eram

simbólicas ou inconscientes, de maneira que aqueles policiais que se portam de maneira mais reservada enxergam a sexualidade vivida de maneira diferente como errada ou prejudicial.

O PM1, em específico, teve seu discurso atravessado várias vezes pela categoria “disciplina violenta e exemplar”. De início já destaco a preocupação e angústia do agente em se atrasar 5 minutos ao me encontrar para a entrevista, algo que depois relatou ter aprendido na Polícia Militar, não se atrasar. Retomo uma citação dele em que fala sobre não se engajar em *lutas* contra o preconceito dentro da corporação. É a seguinte:

É por medo, e exatamente para me proteger. Porque é uma coisa que eu não sei... É uma luta que eu queria muito ter, mas eu tenho uma rotina tão... que eu fico assim “ah eu estou tão desgastado, vou deixar quietinho”. (PM1, 2024)

Os pontos anteriormente discutidos de medo e autoproteção em relação ao armário servem como ponto de partida para que possamos tratar sobre os efeitos que um regime de trabalho altamente disciplinado pode ter nas pessoas. É evidente que aqui estamos tratando de uma profissão de alto risco envolvida com um tipo de vivência também de alto risco, como pontua a própria Criminologia (Siegel, 2011), o que requer que exista um treinamento efetivo que auxilie na proteção dos próprios agentes e da sociedade, ao que podemos observar pelas formas com que os próprios crimes se reinventam em todos os âmbitos possíveis a fim de evitar qualquer identificação. Existe uma dificuldade relatada pelos entrevistados quanto ao treinamento em geral, com exceção de uma entrevistada (PM10), mas não me concentro nos aspectos gerais, apenas naqueles que concernem à problemática desse estudo: os armários.

Retornemos brevemente ao treinamento, que é o momento em que a disciplina se inicia. Aqui o agente havia sido questionado sobre o que havia percebido de mudança em si após e durante o treinamento para ingresso na Polícia:

Vixe, muita coisa. Muita coisa mesmo. Porque é um treinamento muito, muito difícil, porque eles te moldam muito. É para você entrar no militarismo, para você se adaptar ao militarismo. Pra você se adaptar, não! Pra forçar você a se adaptar ao militarismo. Então tem muita pressão deles de questão de horário, rotina, de você acordar cedo, você não conseguir descansar ou o estresse o tempo todo de eles ficarem exigindo “Faz isso, faz aquilo”, e é tudo muito rápido, imediato. E tudo tem que ser muito bem-feito. Então esse treinamento em si é muito complicado. Tanto a parte física quanto psicológica, e dos estudos também. E depois que acaba o treinamento, eu vi que eu nunca mais dormi da mesma forma. Meu sono não é a mesma coisa. Eu sair para um bar, eu não consigo sentar de costas para rua, por exemplo. Fico agoniado porque eles colocam tanto trem na sua cabeça e realmente acaba sendo perigoso. As coisas que eu vivia tranquilamente, que nunca reparava, nunca notava... Não consegui mais ser dessa forma, entendeu? De sono, de paz, de tudo. Já tive depressão, já tive... tenho ansiedade, passei por muito B.O. dentro da instituição. Então, é uma coisa muito complicada, nunca mais, nunca mais fui o mesmo. E eu acho que se eu sair... Quando eu sair, se Deus quiser, vai me ajudar. Quando eu sair, eu também acho que eu não

vou continuar sendo o mesmo que eu era antes. Mas tem muita coisa boa também. Eu era muito tímido, hoje eu consigo falar naturalmente em público, dou palestras para muitas pessoas, dou aula no PROERD para bastante aluno. Me ajudou financeiramente, estabilidade, plano de saúde, né? Que eu já precisei muito. Mas demorei muito para ver que aquilo ali não é o único caminho, né? (PM1, 2024).

Tiveram dois colegas de sala, e a gente aprendeu [inaudível]. Falou: “A polícia não admite duas coisas: ladrão e viado”. Desse jeito. Então essa frase... [pausa] Isso foi em 2002. Ladrão e viado... Aí todo mundo ficou em silêncio, ninguém falou nada sala. E aí agiu naturalmente, porque era normal, era natural o cara... Ele foi treinado daquele jeito. Aí no meio do curso veio Direitos humanos, palestra e tal. Aí nunca mais. (...) Nossa. Eu tava entrando, era meu sonho entrar. Entendeu? (PM10, 2025).

A descrição do PM1 é de um treinamento voltado para a moldagem dos hábitos anteriores, como os tópicos citados de sono, vigilância e atenção – habilidades necessárias para uma agente da Segurança Pública. Mas além disso há técnicas de docilização dos corpos, com uma exigência exacerbada de perfeição, estresse na rotina e uma anulação das individualidades – algo que me interessa.

Como outro lado dessa situação, a PM10, que foi a única dos entrevistados a relatar ter gostado do treinamento e após criticar como eles ocorriam atualmente, relatou uma das frases mais dolorosas que eu ouvi durante o processo de pesquisa: “A polícia não admite duas coisas: ladrão e viado”. Uma frase que foi ouvida por ela enquanto praticava para entrar na Polícia Militar, com a qual sonhava. Este momento sintetiza algo de bastante valioso nessa pesquisa que é a equiparação da (homo)ssexualidade à criminalidade, e nesse tópico em específico, o limite que foi imposto já nos primeiros momentos sobre o que era tolerado dentro das corporações. Não é uma regra escrita, sequer uma lei, mas funciona como tal, e se naturaliza como uma máxima a ser seguida, posto que a PM10 já tem 23 anos de experiência na instituição.

Algo que vários entrevistados mencionaram foi quanto ao curso de Direitos Humanos que é ministrado durante o treinamento. Quando questionados sobre um tipo de treinamento específico sobre sexualidade, mencionaram esse curso, alguns com um discurso defensor da Polícia de que existe sim treinamento específico, enquanto outros com um discurso reconhecendo que é insuficiente. Notei que o curso de Direitos Humanos, por si só, funciona como uma prática de armário sobre o tema, já que unifica várias pautas em uma só e não tratam sobre as particularidades de cada uma. Como exemplo:

Também, tem muito treinamento. Tanto LGBT, quanto idoso, quanto mulher. Um grupo mais vulnerável. (PM5, 2025).

O PM5 fala sobre *muitos* treinamentos, e ainda cita uma palestra recente com uma *drag queen* na corporação – o que noto como um avanço. Mas não é o caso dos demais entrevistados. Nesse ponto identifico como sendo um problema institucional geral, e não apenas relacionado à sexualidade e gênero, sendo que há a inclusão de outras pautas como idosos, pessoas com deficiência, negros, trabalhadores do sexo, entre outros. Porém, os demais discordam.

Ainda sobre um questionamento do curso de formação, um dos entrevistados respondeu dando destaque para questão da sexualidade, ainda que não fosse questionado exatamente sobre isso:

Lá eu não me lembro de tocar nesse assunto com ninguém em nenhum momento, porque o curso de formação tem uma política muito de penalização das coisas lá dentro. Se você atrasa, você é penalizado, qualquer situação você é penalizado. E quando eu entrei eu tinha esse viés externo da polícia de que, “ah não, é um ambiente homofóbico, não sei o que”, eu falei, é, eu vou ficar quietinho aqui para não ter problema. No curso de fato eu não tocava nesse assunto. Mas é tanta demanda, é tanta coisa que a gente faz que você meio que não tem tempo para falar muito de vida pessoal mesmo não. (PM8, 2025).

O enunciado é marcado pelo armário, ainda que o PM8 se declare como assumido perante a corporação no momento, em que a posição de fala tem um silenciamento preventivo, em que, por um mecanismo de antecipação ao tempo do curso, preferiu a preterição frente a uma possível hostilidade. É um local de vulnerabilidade, o que observo principalmente no enfoque do silenciamento sobre a sexualidade, ainda que questionado apenas sobre o treinamento de forma geral. Há uma repetição anafórica do termo “penalizado”, o que intensifica a noção de uma vigilância constante e controle sobre como as pessoas devem agir.

O eufemismo em “quietinho” – visto em outros momentos, como na fala do PM1 – é uma maneira de reduzir ou ao menos tentar apresentar a situação de sua renúncia para sobrevivência institucional como suave e menos grave. Além disso, a paráfrase e a preterição, como categorias da Epistemologia do armário e da AD, mostram outro esvaziamento do que poderia ser dito em “não sei o que”, que, apesar de ser uma repetição da fala de outra pessoa, ainda aparenta esconder algum tipo de episódio preconceituoso que poderia levar a fala por outro caminho. Ou ainda na atribuição à alta demanda pela ausência de manifestação da vida pessoal.

Em sequência: o ingresso na Polícia Militar. Aparentemente, o primeiro momento de entrada dos indivíduos no espaço institucional faz com que se deparem imediatamente com outra mentalidade e vivência, e por conseguinte, sigam o padrão comportamental disposto.

Infelizmente, dentro do ambiente militar existe machismo, um patriarcado muito forte, um conservadorismo muito arraigado que dificultaria e dificulta para quem se assume. Toda a questão profissional, desde o próprio exercer do trabalho, porque pode acontecer de ter pessoas que surgem... “Ah, eu não vou trabalhar com fulano não, porque ele é gay”, “não vou trabalhar com fulano não porque ela é sapatão”, coisa do tipo, acontece, acontece. E não é pouco frequente, pelo contrário. E pode ocorrer outras questões, ainda que veladas, né? Porque enquanto instituição, nunca isso vai ser assumido no sentido de prejudicar a promoção na carreira ou o reconhecimento profissional, uma concessão de uma recompensa e coisas do tipo. Isso acontece e também não é pouco (PM2, 2025).

Na realidade foi muito tranquilo, pra mim... é igual a minha transição, foi muito tranquila. Eu sofri muito bullying na corporação dos policiais quando eu não era assumido. Depois que eu me assumi, foi assim, sou gay e pronto, acabou. Não sofri mais bullying, hoje em dia é super tranquilo, a pessoa me respeita. (...) Bilhetinhos que eles viam, pichavam no meu armário, “eu sei que você é gay”, colocavam revista de travesti no meu armário, essas coisas. (...) Não, pra mim não faz diferença. Isso foi antes de me assumir. Hoje em dia, o pessoal fala que eu sou viado mesmo. Não tem problema. (PM5, 2025)

O PM2, como dito em outro momento, também é um acadêmico e demonstra um conhecimento estrutural da instituição, com um distanciamento do espaço na fala para apontar as práticas de machismo, patriarcado, conservadorismo. O discurso é de um observador participante, assim como o do PM6, que também está envolvido na Academia. Uma importante observação quanto à disciplina violenta e exemplar é trazida na fala com os casos de negativas em trabalhar com colegas devido à sexualidade, que, mesmo não sendo um ato oficial, funciona informalmente como uma punição e exclusão dentro da corporação.

A preterição nesse caso fica por conta da própria instituição, que se silencia perante práticas discriminatórias, não as “assume”, e formaliza o que outrora era cotidiano. A repetição do “acontece, acontece” e o “não é pouco” é enfática na demonstração do nível de ocorrências e da normalização, além que o PM2 enumera os tipos de represálias que acontecem.

Pela fala do entrevistado PM5, por outro lado, dá para se notar uma narrativa de mitigação da violência, porém com uma transição do sofrimento para a aceitação. Nesse enunciado, a *mirror-violence* é forte nos atos estratégicos dos colegas em fazer com que o agente se veja refletido nos escritos em seu armário e nas revistas com travestis. É um espelho extorsivo, em que os colegas “contam um segredo” para o indivíduo que sequer manifestou sobre. É um reconhecimento duplo, que identifica, mas também subjuga.

É possível perceber que a violência ainda existe, mas que ele não dá atenção. Uma manifestação clara de antissentimentalidade está na minimização dos impactos do bullying, como em “não faz diferença”, “não tem problema” e “tranquilo”. Inclusive, a repetição da tranquilidade na transição e no ambiente atual soam como uma forma de convencimento mútuo,

a mim como entrevistador e ao próprio sujeito. Além disso, a menção específica das violências finalizada com “essas coisas” são uma preterição intencional para não mencionar outros tipos de atos.

Estes casos demonstram atitudes cotidianas e expressões discriminatórias que acontecem pela própria convivência entre os policiais. Uma manifestação de um interdiscurso homotransfóbico comum na estrutura da instituição, ainda que não formalizado. Outra vertente da disciplina acontece quando os próprios superiores e/ou profissionais encarregados praticam:

Já foi me questionado sobre isso. Principalmente um psicólogo da unidade. Então, eu estava passando por um certo problema e tudo. Ele perguntou “você é casado?” “não” “tem filho” “não”. “Ah, isso não é normal.” Esse negócio me perturbou durante um bom tempo (...) (PM3, 2025).

Nota-se aqui que o comentário de “isso não é normal” foi tecido pelo psicólogo da unidade, o que contribui para uma disciplina violenta e exemplar em que um profissional focado no psicológico e na saúde mental dos agentes induz a esse tipo de pensamento. Ademais, a preterição em não se assumir e/ou não ter uma família tradicional constituída, ou a mera presença de filhos, deixa uma lacuna para esse tipo de interpretação. É claro que não deve ser feito nenhum julgamento de valor sobre a escolha de formação familiar do agente, afinal é uma forma totalmente válida de se viver, no entanto, há uma presença de duplas amarras na situação enunciada, em que buscar ajuda psicológica é maléfica e ficar sem a ajuda também o é. Ele continua:

É, principalmente por conta disso. Porque o psicólogo ele é um profissional de... que você faz de confiança, né? E na instituição, a gente não confia no psicólogo da instituição, entendeu? Porque ele é o famoso leva e traz, e eu não estou ali vendo ele como uma pessoa para poder me ajudar, então ele... tudo o que eu vou falar ele vai levar para o comando. Uma situação que eu tô descontente e tudo, em vez de ele pegar, me auxiliar a melhorar, ele vai pegar e vai levar... Vai tentar me p... Eu vejo assim como um fator prejudicial. (PM3, 2025).

Com esta segunda fala, um novo personagem no espaço institucional surge como parte importante no disciplinamento dos sujeitos, posto que a instância de ajuda e conforto não oferece nenhuma dessas possibilidades. Algo que chama atenção para os dados alarmantes quanto à saúde mental de policiais. Um outro exemplo da atuação de um psicólogo institucional militar é dado pelo PM5, o que demonstra que não é uma tendência geral dessa área na instituição (ao menos, não nesta amostragem):

Então na época que eu fui procurar o psicólogo, ela fez relatórios. Mas não tem providência sobre isso, não. A não ser que se você queira ter uma providência. Na

época eu não quis ter uma providência. Eu só queria desabafar com ela, conversar... Ela achou absurdo. Queria pensar que ia pôr no papel, fazer relatório. Pera aí. Fazer relatório. Só que eu não quis ir pra frente. Só isso. Então, se você quiser, tem providência, as pessoas tomam. Eu não quis, na época. (PM5, 2025)

A escolha do PM5 de não tomar providências é determinante para o caso, visto que havia uma influência da profissional para tal. Alguns detalhes importantes a serem observados aqui são o silenciamento preventivo, escolhido pelo agente, e a necessidade que sentiu de desabafar e conversar com alguém, ou melhor, com um profissional especializado. Ademais, ele deixa evidente que existem providências que podem ser tomadas, mas que simplesmente preferiu por não as seguir, entretanto, a fala também age como um convencimento duplo, posto que, pelos demais casos e pela própria atitude do PM5, as denúncias quanto as discriminações não são levadas para frente.

Um outro problema surge quando as ofensas e discriminações vêm diretamente de pessoas em cargos hierárquicos superiores, algo bastante respeitado no âmbito militar:

Sobre mim, especificamente, não. Mas, eu suspeito de uma pessoa especificamente, que foi minha chefe, durante um tempo, que as piadas que ela fazia em torno da comunidade LGBT eram uma forma de tentar me atingir, mas ela não tinha coragem suficiente para falar diretamente pra mim. Então, a certeza, era uma pessoa que as falas tinham muito conservadorismo, de uma mulher machista, que eu acho que isso torna muito pior dentro do contexto que a gente vive, uma mulher machista. Se não quer ser feminista, mas que não seja machista. E criava essas situações para tentar me atingir por uma suspeição que ela tinha de que eu poderia ser Gay ou não. Como eu te disse, ela não era minha amiga, então para ela, não me assumi em momento algum, não achei necessário e eu não me sentia confortável também. (PM2, 2025).

O PM2 destacou ser uma pessoa que denuncia e busca providências, porém nesse caso em específico pode-se notar que ele não buscou outras medidas. Parte por não serem piadas feitas diretamente a ele, mas parte pela possibilidade do que isso resultaria. O armário “colocado” pelo entrevistado demonstra um autossilenciamento efetivo e motivado pela superior hierárquica, de maneira que a sexualidade não se tornou exposta na relação entre eles, algo que pode ser interpretado de maneira positiva para como os armários podem ser benéficos, mas também negativa pela necessidade que existiu na situação para que isto acontecesse.

Quanto às represálias, estas se apresentaram nos discursos como formações extremamente naturalizadas e comuns no cotidiano das corporações, e não somente relacionada a fatos envolvendo sexualidade, mas também em relação a qualquer movimento que seja contrário aos posicionamentos ideológicos da instituição. Este é mais um dos casos em que há

diversas falas dos entrevistados que poderiam ser citadas sobre o tema, mas as seguintes são bons exemplos a serem analisados no *corpus*:

E eles falaram que não, que pelo jeito eu queria sair da polícia e que não era para fazer faculdade, pra mandar pra outra cidade mais longe. Aí eles foram e me mandaram para outra cidade mais longe. E era certo que eu ia. Foi tanto que todo mundo assustou, né. Falaram: “uai, PM1, era pra você vir pra cá”. Então, aí mandou pra outra cidade, aí que eu fiz mesmo. Viajava 3 horas de lá pra cá, só pra vim, pra estudar e depois 3 horas para voltar. Mas foi uma coisa que eu fiz por fazer... Aí teve uma vez que eu queria abandonar o PROERD, que eles estavam me pressionando para fazer trabalhos além do que eu tinha capacidade. Aí eu fui e falei que não ia mexer mais com PROERD e eles começaram a me ameaçar e tudo. Aí, quando aparecia mais que o comandante, já achava ruim, mudava minha escala, caçar folga, trabalhar em evento da cidade, então era meio complicado isso (PM1, 2024).

Perseguição. A famosa perseguição. Tem a perseguição velada, né? (...) Eu coloco você de várias vezes em serviço... Situações em... De operações que colocam. Então é essa perseguição velada, é tudo, tudo é você. Você começa a ver você ficou sobrecarregado e você vê que não é por conta do serviço, entendeu? (PM3, 2025)

A primeira citação é uma demonstração das tentativas incessantes de disciplinar e exemplificar arbitrariamente o comportamento e as escolhas de vida do PM1. A mudança de cidade, o exagero na quantidade de funções e responsabilidade, e a escala como uma ferramenta punitiva constituem a disciplina violenta, que é física e psicológica. A subjetividade do sujeito é atingida na estrutura policial, que distribui o trabalho visando a coerção e também ameaça.

Há uma manifestação antissentimental da instituição destacada nas falas, visto que existe uma negação da própria Polícia em aceitar que o agente estude ou siga outras tarefas que não aquelas internas. A interdiscursividade é marcada pela ideologia militar de que os soldados devem apenas cumprir ordens, sem questionamentos ou busca por alteração de rotinas.

Em complemento, os enunciados do PM3 trazem a perseguição com uma repetição enfática e um aumento no tom de voz para destacar que “tudo é você”, além de reconhecer o caráter velado que podem tomar. A fala marcada pelas alterações vocais e a pausa para autocorreção simbolizam dois momentos no discurso em que a mensagem deve ser transmitida com toda veemência, mas com as palavras certas. Ao fim, a pergunta confirmativa “entendeu?” após enunciar que a perseguição não se devia ao serviço, cria um momento de ligação comigo para que eu afirme ter compreendido que a motivação se tratava de uma questão subjetiva.

A violência reflexa nessa situação coloca o sujeito sob um holofote em que ele é destacado na corporação e punido, assim todos podem se ver nele, e ao mesmo tempo, ele pode cogitar sobre o motivo não-nomeado da causa da punição.

Além das punições por perseguições e outras represálias, as piadas e respostas ríspidas permeadas por humor também são ferramentas de discriminação e estratégias de defesa

mobilizadas pelos agentes. Nesse momento, trato apenas da primeira vertente, em que as brincadeiras, ironias, piadas e *zoações* são manifestações do preconceito dos agentes heterossexuais e constituem uma reprodução ideológica dos pensamentos moralistas, conservadores, religiosos, sexistas e homotransfóbicos pelos policiais.

Com mulher, não. Engraçado, é com homens. Todas as vezes... Todas as piadas têm a ver... Sempre fazendo referência ao gênero masculino. A gente, assim, para mulher, eu acho que eles aceitam melhor. A ideia que eu tenho é essa, que as mulheres são mais aceitas, porque os homens realmente são mais pisoteados nessa situação. (PM10, 2025).

Sim, sim. Porque a gente, eu e esse outro colega, a gente aplicava PROERD na zona rural de [cidade ocultada para dificultar identificação]. Aí eles ficavam falando que a gente ia ficar... “Cuidado com ele, que ele vai ficar te assediando até lá, na estrada”. Eram umas coisas bem desagradáveis. (PM1, 2025)

Olha, é uma situação militar. É toda uma regra. Eu acho que pra mim, pra não gerar tanto transtorno e aquele trem... Hoje em dia, tá tão tranquilo... Hoje em dia essas questões de... Sabe? De você se assumir. A pessoa que não se assume e é zoada, ela não vai querer trazer mais holofote pra ela mesmo. Não vai querer provar isso tudo. Então, acho que por isso que cada um fica na sua. Porque a pessoa não é assumida. Então, ela não vai querer trazer mais isso em voga. Deixar mais latente essa pesquisa, esse trem todo. (PM5, 2025)

Eu já vi eles brincando, só que sempre sobre outra pessoa, sobre mim não, tipo assim, meu batalhão tem muitos homossexuais, deve ter uns seis lá. Até antes, por exemplo, de saberem de mim, já aconteceu de eu trabalhar com uma pessoa pela primeira vez, passar um desses outros, e passar e: “fulano é viado”. Mas sobre a minha especificamente não, sobre a de outros já. (PM8, 2025).

Estes enunciados, cada um a sua própria medida, apresentam piadas como armas de controle, e de maneira conjunta, apresentam um padrão discursivo institucionalizado de normalização das piadas sexuais depreciativas como instrumentos de disciplina e exclusão simbólicas dos agentes.

Na fala da PM10, a posição de aceitação que ela possui entre os policiais heterossexuais lhe concede uma visão de como as piadas funcionam, pelo que relata ser sempre em referência ao masculino, e que as mulheres são mais aceitas. Interpreto que aqui ela se referia apenas à questão da sexualidade pelo trecho “nessa situação”, ou ao menos pela perspectiva da entrevistada. A descrição é da presença de um pânico masculino entre os agentes heterossexuais, que devem reproduzir comportamentos de exposição simbólica dos outros com o “pisoteamento” – algo mais forte do que apenas brincadeiras. Também é uma visão clara do espetáculo do armário.

Para o PM1, não assumido no espaço de trabalho, a forma encontrada para deixá-lo nessa posição foi a de discipliná-lo pelo humor, pois, enquanto zombam do outro colega

assumido, há um tom de acusação e “preocupação” de que ele seja como o parceiro. Além disso, a figura do policial gay ou bissexual (não há especificação) é posta como a de um predador sexual, uma ameaça aquele que não se apresenta dessa maneira. O efeito disso é uma antecipação do que o outro pensa, uma violência espelhada, de que se o outro passa por isso também é certo de que passará por essa estigmatização caso se assuma.

E é exatamente sobre esse autossilenciamento e paralisia causadas pelas piadas que o PM5 relata. Há uma hostilidade impedindo a existência de um espaço seguro para o *coming out*, ou para a mera convivência. No início da fala há uma expressão de conformidade, de que “é uma situação militar. É toda uma regra”, que indica a posição assumida por esse agente após contar sobre sua bissexualidade e passar por um período de violências e discriminações (vide situação com o armário e as revistas). No fim, ele menciona esta pesquisa como sendo uma forma de deixar “latente” o tema (creio que a intenção fosse de referir a “patente”, como algo visível), como se fosse alguma espécie de incômodo para aqueles que não querem chamar atenção para si – o que reconheço.

O espetáculo do armário na fala do PM8 está no comentário indireto, que é intencionado, e que desloca o foco de si para o outro. O PM8 não é o alvo direto do comentário, mas é sobre ele que incide a informação sobre a sexualidade alheia, e cabe a ele decidir o que aquilo significa. Poderia se pensar que fosse uma insinuação sexual ou um aviso sobre a “ameaça”, mas considerado o espaço da corporação em que, apesar de haver vários homossexuais assumidos, ainda há piadas e comentários, ou seja, a reação natural será a de manter um armário estratégico sobre si.

Revela-se nos enunciados uma homofobia, que é reproduzida e produzida cotidianamente de maneira *normal*. São como atos de performance que garantem uma interpretação sobre a posição de quem as faz (de que não é igual à vítima da piada) e ridicularizam, silenciam e disciplinam os colegas sobre a posição que eles ocupam.

Pode-se nomear esta prática como parte das tecnologias do armário, pelo poder de dispositivo de sexualidade que possuem ao contribuir com a cisheteronormatividade e sua manutenção.

O conceito de disciplina violenta e exemplar vem dos estudos de Foucault (2014), e remete ao que foi demonstrado aqui neste tópico, um castigo público utilizado como uma forma de demonstrar quem detém poder e dissuadir os crimes que foram praticados. Há dois paralelos a serem tecidos com esse conceito: o primeiro, com o “espetáculo do armário” de Sedgwick (1990), em que, ainda que você não tenha revelado explicitamente sua própria sexualidade, a suspeita e o pressentimento de outras pessoas fazem com que haja um nível de exibicionismo

quanto à própria sexualidade. Isto somado ao caráter punitivo, gera exemplos como os do PM5 e do PM1. Outro paralelo está na própria associação da sexualidade dissidente com a criminalidade, afinal não seria necessário punir e exemplificar um ato que fosse considerado correto.

A instituição militar opera sobre os sujeitos como uma máquina de docilização dos corpos e de criação de soldados ideais, como teorizado por Foucault. A sexualidade diferente da heterossexual é interpretada e condicionada à visão de desvio, um delito passível de correção através da exemplificação. Um efeito disso está na manifestação da *mirror-violence*, que não somente atinge interna como externamente os policiais *queer* e à instituição. Dessa maneira, estes policiais são forçados, e com o tempo, se forçam a mitigar esta parte de si ou até mesmo dissociá-la de outras vivências para que não se enxerguem no reflexo do “criminoso”, do desviante.

Com isso, ajustar-se a um modelo que é facilmente digerido ou se preservar dos olhares alheios parece uma estratégia útil, mas que, independentemente de consciência sobre o ato ou não, auxilia na perpetuação de um ciclo que opressão simbólica e violenta. Não há elementos que indiquem violências físicas como agressões, mas pode-se notar uma ideologia simbólica e silenciosa, em que se diz sem necessariamente dizer, como acontece com a naturalização de uma cisheteronormatividade como caminho correto, hígido e moral.

O discurso que promove essa normalidade está na sociedade, mas adquire contornos bem definidos dentro da instituição militar, posto que já existem um conjunto de regras, papéis e cadeias hierárquicas que auxiliam no disfarce do que é feito. Desse modo, uma represália para um agente que denunciou uma discriminação pode simplesmente ser mobilizada publicamente como uma punição por uma conduta incorreta. Entretanto, *quem sabe, sabe* qual foi o real motivo, e se adequa àquilo ou também estará passível de punição.

5.1.5. Pânico masculino/Paranoia

O pânico masculino e a paranoia são categorias que se refletem entre si, com uma relação simbiótica de causalidade que justifica a sua união para explicação das análises realizadas. Quanto a primeira categoria, atribuída ao masculino e assemelhada ao terror como uma condição que incita o medo pela possibilidade de ser tratado ou interpretado de forma negativa, ou diferente do que se é, existe um medo de se reunir com outros homens ou estar na companhia ou interagir e gerar violência. Isto gera a paranoia, não de maneira patológica, mas

como uma perspectiva em que ser assumido ou não ser, ser *queer* ou não ser podem ter o mesmo peso e poder de dano.

Um homem hétero que, por pânico, não deseja ser interpretado com *gay*, passa a enxergar situações de maneira paranoica, resultando em comportamentos e atitudes performáticas da própria heterossexualidade (pelo menos o que compreende nesse sentido), portanto a relação com outros homens será marcada por um distanciamento, piadas que transportam a possibilidade da dissidência para outro e não para si, ou um companheirismo cúmplice para tirar a dúvida de si. Outra possibilidade: um homem gay que, dentro do espaço de trabalho, sabe que será prejudicado caso se assuma, performa o mesmo comportamento anterior ou se autossilencia e evade de situações para tirar a dúvida de si.

A explanação de Sedgwick (1990) sobre esses temas estão concentrados no nível do masculino, e de fato, quando observado o âmbito feminino não há muitas ocorrências nesse exato sentido. Porém, a discursividade das PMs mulheres entrevistadas ainda demonstram um certo caráter de distanciamento das demais policiais femininas, algo que noto na ausência de mulheres nas suas falas, e quando aparecem, são como exemplos superficiais de alguma situação.

Então... Então, eu cheguei na companhia ali, eu tive a facilidade de brincar com todos, de aproximar de todos. Alguns ficaram sem graça comigo inicialmente, mas viram que eu sou uma pessoa que não me importa com algumas coisas. Igual chegar um... Teve um (dia) que eu estava arrumando, ele não sabia que era uma mulher, cabelo curto e de costas, e chegou o cara, aí eu só olhei assim pra ele, ele ficou todo sem graça, aí eu depois voltei, e ficou me olhando todo sem graça. Eu não pedi desculpa, mas ficou muito desconcertado. Depois de certo tempo eu peguei e zoei ele, porque eu comecei a pegar na intimidade com alguns trabalhos. E falei com ele, eu disse, nossa, o quê? Muito sem graça, eu falei, eu percebi, mas eu não me importo, eu sei que confunde. Mulheres entram no banheiro feminino também, quando não de cara comigo na entrada, elas se assustam. Então, aí eu pego e viro e falo “não, moça, eu sou mulher também, calma”. Mas eu tive uma facilidade de ser um pouco mais extrovertida, de brincar com todo mundo, de ter contato com todo mundo. Então, eu não tive problema. Então, quando eu entrei na polícia, eu cheguei na minha companhia, eu tinha um tenente que estava para poder reformar, que ele gostou muito de mim. Achou que era um menino diferente. Porque não tem uma lésbica com cabelo curto, eu sei que na polícia agora deve ter uma ou outra, eu já vi, mas são poucas. E ele gostou de mim, ele ficava me... Brincando comigo, eu brincava com ele, e ele me manteve nesse grupo, nesse veículo que fazia aglomerado. E aí eu lembro que eu não era empenhada em vários serviços, que vários outros amigos meus que eram héteros, né, na polícia, iam. Então, assim, eu sinto que eu fui privilegiada, porque tive um bom convívio com todo mundo, e entrei direto nessa viatura, e depois fui ficando em algumas e outras, mas eles nunca foram de me ficar enfiando em empenhos estranhos. E eu não acho que eu era gay também, entendeu? Era mais porque eu era mais conversada, mais extrovertida, eu brincava com todo mundo, tive uma boa relação com todo mundo no início. É mais isso mesmo. (PM7, 2025).

A categoria de pânico masculino decorre da categoria outrora chamada de pânico homossexual, mas por motivos de não se referir apenas aos homens gays e bi, mas até mesmo pessoas heterossexuais, teve seu nome alterado. Portanto se refere as relações que ocorrem entre homens, mas estendo a ideia dessa homosocialidade aqui para pensar na diferença de gênero, que, como criticado anteriormente, mulheres acabaram sendo pouco analisadas nesses contextos por Sedgwick. Nesse trecho é possível notar que há um certo "medo" de outras policiais femininas quanto àquela que é lésbica e de aparência "menos afeminizada", como descreve.

Outro ponto que carece de observação é o de que nas entrevistas femininas, os personagens são em maioria homens e as próprias entrevistadas - o que serve como crítica ao quantitativo de mulheres na polícia, mas também ao modo com que elas vivenciam esses espaços. Alguns questionamentos podem ser levantados como: não há interação entre policiais *fems* heterossexuais/afeminadas com policiais *fems* lésbicas ou bissexuais/masculinizadas?

Ao analisar os trechos de entrevista, há indicativos de que existe uma distância entre esses grupos de policiais, que, apesar de passarem por violências semelhantes quanto ao que se refere ao gênero em comum, diferem-se quando se observa a orientação sexual e a manifestação dessa identidade sexual de maneira dissidente. O fato de ter cabelo longo, por exemplo, concede a PM9, tranquilidade e uma experiência de forma geral bastante positiva, em comparação com as demais, que possuíam cabelos curtos e comunicação mais aproximada com o que se espera de homens em um regime cisheteronormativo.

O banheiro, como um espaço de discussão e até mesmo como um armário na interpretação de Galuppo (2019), mostrou-se como um campo significativo no discurso da PM7, em que há descrição de algumas situações envolvendo esse espaço que justificam um distanciamento de outras *fems*, e representam como a paranoia e o pânico podem se manifestar entre mulheres lésbicas e bissexuais nesses espaços.

Eu depois de muito tempo, quando eu estava aqui na minha companhia, teve uns comentários infelizes de, acho que foi de uma menina falando que... Eu acho que estava brincando, mas eu não gostei, porque eu sou muito sistemática. Falando que outras meninas falavam que eu entrava no banheiro para ficar vendo. Porque eu ficava trocando os banheiros, porque na verdade meu banheiro ele era muito longe do que eu tinha armário. E do lado da minha sala tinha um banheiro, que era um vestiário. Então eu ia no meu vestiário lá embaixo, porque eu não precisava usar o meu armário, mas quando eu precisava usar somente o vaso sanitário, eu ia no banheiro do lado, que era só virar uma porta, era a primeira porta do lado da minha. Eu ia no banheiro mais perto, eu tinha 20 minutos para comer e mijar, e eu ia ficar andando, tipo assim, quase um quilômetro para poder ir no banheiro? Não, eu ia. E eu não ia no banheiro que tinha ao lado do meu vestiário, por exemplo. Eu ia nesse, porque eram os dois que usavam. Então passavam todas as meninas. E eu sempre fui muito sistemática. Exatamente por eu saber que era um ambiente militar, de chegar conversa no comando

falando que tinha uma militar que estava encarando as meninas, sabe? Eu nunca precisei disso. Eu tenho amigas que brincavam comigo, que me zoam até hoje, que assim, eu estava no ambiente com elas e eu virava de costas. Eu estava no ambiente uma vez com uma amiga minha e a irmã dela. Ela sabendo já que eu sou lésbica, a irmã dela começou a se despir, eu virei de costas, olhei para a parede. Porque eu não gosto de levantar uma ideia de que eu estou olhando. Então quando me falou isso, eu falei que você está doida. Eu vinha para a minha sala pedir para eu tirar foto, eu cortava todos, eu falava que nunca que eu ia fazer uma coisa dessas. Eu não tenho porque olhar o corpo feminino, sendo que eu também tenho corpo feminino, gente. Beleza, existe o desejo. Sou lésbica, gosto do corpo feminino. Sim. Mas eu não sou doente ao ponto de ficar encarando uma menina se trocando num vestiário. Então as meninas do nada, sô... Até houve vezes que eu não tive como não ver, porque eu estava conversando com a menina, a menina simplesmente virava de costas para mim, e abaixava a calça, ficava com a bunda virada para mim. Só que imediatamente eu já virava para não ter conversa fiada. Mas esse foi um comentário, mas isso foi feito muito tempo depois de já formada na polícia. (PM7, 2025).

Em paralelo com o enunciado anterior, este já apresenta uma formação mais direta e descritiva de um fato acontecido (uma contradição da própria entrevistada que anteriormente havia relatado a inexistência de qualquer situação desse tipo). Enquanto em um primeiro momento pode-se notar uma aceitação suave e tranquila da PM7, que questiona se é devido ao seu comportamento social ou expressão sexual, há uma paranoia marcada nas atitudes de vigilância que tem sobre si mesma, principalmente em relação a outras mulheres.

Em outros momentos há descrição de brincadeiras entre as *fems* com a PM7, o que demonstra que há um certo conforto entre as mulheres, mas devido a situações como a narrada, há de se denotar que a ideologia militar também afeta as mulheres, de maneira que o gênero não se torna o marcador mais importante na relação, mas a orientação sexual e a performance desta. No caso da entrevistada, há um conforto entre os policiais masculinos e as femininas, mas um comportamento mais disciplinado e vigilante de si mesma, como “eu sou muito sistemática” (dito repetidamente no decorrer da entrevista, como em uma demonstração para mim de que ela era correta).

Outro destaque importante é a visão da agente como se tivesse praticado um delito de cunho sexual ou algo imoral, como no caso dos banheiros ou nas piadas citadas anteriormente, induzindo-a a se relacionar com uma mulher casada.

O armário simbólico no caso da PM7 é manifestado através da *mirror-violence*. Apesar de ser assumida e se considerar *visivelmente lésbica*, a própria presença da agente é interpretada pela paranoia alheia (das outras policiais), e não pela forma como se comporta (respeito de virar as costas, por exemplo). Com isso, por mais que se autonomeie e auto revele, a sua sexualidade não pode e não deve ser visível aos demais sem que seja criminalizada.

E nesse momento quando trato de sexualidade, não digo apenas sobre o desejo em si pelo sexo oposto ou semelhante, mas também sobre a tranquilidade e segurança de poder se

expressar em um ambiente que deveria prover segurança à todos. O resultado é que o discurso da criminalização da sexualidade e identidades de gêneros dissidentes é internalizado pela agente, ainda que busque resistir às estigmatizações da lesbianidade. Ela sente que precisa se defender do discurso criminal e patologizante da sua própria homossexualidade, e que é reproduzido discursivamente pela réplica (tanto para mim quanto para si própria) de que não “tem porque olhar o corpo feminino” e de que não é “doente”.

Em outro ponto de observação, mas mais alinhado com as noções d’A epistemologia do armário, o pânico estritamente masculino e a paranoia fazem parte da maioria das entrevistas, mesmo que de forma menor ou menos incidente em algumas, e, quando não são dos próprios entrevistados fazem parte dos discursos dos demais agentes – indicativo de como o espaço institucional se constitui perante a interação entre os gêneros.

Estas ferramentas do armário são em sua essência internalizadas e reproduzidas de diversas maneiras, e nesse enunciado há um exemplo de como elas se reproduzem como uma das formas de *mirror-violence*, em reflexo:

Demais, demais. De comentários e falar assim, às vezes entrar na brincadeira deles para poder... Isso era mais no início né? Pra poder me enturmar mais, né? Por medo deles descobrirem. É isso, são coisas que eu reparo, eu que... Eu fiz muito por medo mesmo.

(...)

Mas tem outras coisas que os meus amigos reparam e me falaram zuando, tipo assim, quando estou com eles assim, mais à vontade, né? Na mesa de bar, mais livre. Aí vai a toca o telefone por conta do serviço, e até minha voz muda, eles falam que minha voz muda, a forma de atender e conversar. Isso. Não sei. Né? (PM1, 2025).

Além da reflexão em reproduzir o mesmo comportamento discriminatório por medo, há uma incidência quanto as posições de autorrevelação e comportamento social fora da instituição, como a descrição de mudança de voz, forma de atender e conversar com alguém que seja do serviço.

Como descrito anteriormente na categorização da paranoia, ela pode ser vista como um oposto direto do conhecimento. Mas isto não significa dizer ignorância por si só, mas a constante dúvida, a possibilidade, o devir que pode ser esperado ou não. Portanto, para aqueles que estão “de fora” pode ser difícil ou questionável saber sobre a sexualidade alheia, de maneira que esta informação se torna necessária para pautar se a convivência será amigável ou disciplinar.

Sim, já, brincadeira nesse sentido já fizeram também. Só que nesse caso que eu falei de alguém estar passando e outro falar, eu acho que é muito curioso. Hetero tem muita curiosidade sobre isso, quer falar que o outro é, quer saber quem é, rola muito deles

chegarem em mim e falarem assim “Fulano, você acha que ele não curte também?” Não” Até heteros casados e tal, perguntando de outro “porque ele faz isso, ele faz aquilo, ele fala tal coisa, o que você acha?” Ficam me usando como sensor de saber se o outro é ou não. Eu acho que hetero tem muita curiosidade sobre isso no outro, eu queria entender o porquê. (PM8, 2025).

Ah, tá. Ele chama Fulano, né? Aí todo mundo pergunta pra mim se “Ah Fulano é veado, né?” Como se eu fosse o aval, como se eu conseguisse... Aquela ideia de boi preto conhece boi preto. Gente, hoje em dia não tem como saber mais não! Não é tão simples, não. Hoje em dia tem mulher aí que é super afeminada, que não é mais aquela ideia que eles têm antigamente da sapatão caminhoneira ou do viado afeminado, o que vai ser característico, não. A gente tem juiz que é gay, a gente tinha um governador que era gay. A gente tem gente em todos os lugares, hoje em dia não é tão fácil você saber se a pessoa é ou não. Entendeu? Então assim, aí as pessoas me perguntavam. Eu falava assim, gente, eu vou ser bem sério com vocês. “Eu acho sim...”, porque eu sou rasgada pra falar, “Eu acho sim que ele tem alguns trejeitos mais afeminados”. O que é normal, sim, como tem outras militares aqui que têm um trajeto mais masculino, mas é trejeito. Eu não posso virar pra você e falar que é, porque até então ele nunca me falou. E mesmo se tivesse falado, e se fosse no segredo, eu não lhe contaria. Aí ele veio me perguntando uma vez se alguém já tinha falado alguma coisa, perguntar alguma coisa. Eu peguei e falei pra ele “Ó, o seguinte, já vieram me perguntar e eu falei que eu não tinha como afirmar, mas que eu achava você com trejeitos femininos, sim”. Não tem jeito, sabe? Do gay mais afeminado que a gente conhece, mas o jeito de lidar e de falar e de fazer as coisas. Aí ele ficou tipo “Porra, você me fode, assim”. Eu falei “Não, ele me perguntou e eu fui sincera, mas eu não afirmei que era. Eu só falei que pra mim tinha uns trejeitos só. Eu não falei que era, eu não tenho direito de falar”. Aí ele “Não, mas é porque o pessoal fica nessa, mas é porque ninguém entende que eu sou um cara que eu fui criado somente por mulher”. Acho que ele não teve pai, que me explicou na época, tem muitos anos nisso. “Eu não tive pai, eu fui criado pela minha mãe, pelas minhas tias e pelas minhas primas, então era um convívio somente de mulheres. Eu não tive presença de homem”. Então foi um pouco o que ele me explicou, por ser mais assim, sabe? Mas a exclusão você acaba notando. Tem as brincadeiras piadas sobre ele, mas eu acho que ele é chato. Ele é um cara chato. (PM7, 2025)

Em ambos os casos os agentes foram utilizados pelo seu *gaydar*, pelo seu próprio conhecimento sobre suas sexualidades, de maneira que foram instrumentalizados pelos demais para dizer sobre o outro. “Como se eu fosse o aval, como se eu conseguisse” demonstra uma maturidade em compreender que não é possível fazer uma afirmação nesse nível, mas aqueles considerados “aceitos” pelo ambiente da corporação acabam sendo *tokens* de sexualidade, uma forma de marcar aqueles que podem ou não ser, ou de outra maneira, aqueles que *precisam* de um holofote preconceituoso para se libertarem do armário.

O PM8 questiona a curiosidade heterossexual em querer saber sobre a sexualidade alheia, e pela análise discursiva sobre os temas do pânico e paranoia, a aparência demonstrada é de que esta chamada “curiosidade” se trata de um mecanismo para identificar uma composição institucional, e por conseguinte, controlá-la. Quando proferiu o enunciado, o PM8 também se questionou sobre esse ponto, mas levantando a possibilidade de que havia uma intenção sexual por detrás destes questionamentos – uma visão universalizante de que todos podem ser

secretamente *queers*, que não é comprovada e alimenta uma perspectiva paranoica do próprio enunciadador.

Dentre os enunciados marcados pelas categorias em voga, o discurso do PM6 foi o que mais se destacou. A formação discursiva envolvia um cunho político forte, uma intelectualidade acadêmica, uma crítica ao discurso militar e uma introjeção do armário que lhe fazia ser bastante explicativo e detalhista quanto aos pontos que abordava, ou as situações que experienciou dentro e fora da corporação, sempre com um criticismo próprio de sua formação.

Nos enunciados do PM6 há sempre uma tentativa de escolha de palavras consciente e temas a serem tratados. As críticas ao discurso político de direita, o religioso e o ideológico militar eram veementes, principalmente no que relacionava à sua profissão, ainda que quando se tratasse de questões políticas ele se podasse para não exagerar em pontos que não eram relevantes – mas sempre os tangenciava. Os elementos discursivos que expressam a paranoia e o pânico são do entrevistado, mas também são relatados de maneira semiconsciente sobre os colegas.

Olha, é, se fosse em outro momento, se não tivesse perto de me aposentar, e eu não soubesse do seu compromisso com a sua pesquisa igualzinho o PM 2 me falou, dos termos de responsabilidade, eu ficaria muito preocupado em responder essa questão, entendeu? Porque seria muita hipocrisia minha falar que eu vivo... primeiro que a sociedade é muito preconceituosa então a gente tem que tomar muito cuidado, onde falar e com quem falar, né? Então, imagina numa sociedade que é preconceituosa dentro de uma instituição que é militar, entendeu? E vou te falar coisa que eu acho interessante para caramba. Tem muita gente, tem muito homossexual lá dentro, não tem explicação, só que é, são pessoas que não se aceitam ou, é, o que eu brinco, falando aqui, é o homofóbico, né? A pessoa que deseja aquilo, não tem coragem de assumir e então a repulsa. No meu trabalho eu nunca fui... Eu conheço pessoas que são abertas, que casaram... Eu casei e não publiquei no boletim o meu casamento, então o MARIDO que é casado comigo não tem os benefícios do meu plano de saúde porque eu estou esperando me aposentar para fazer isso. Por quê? Por causa de piadinha, zoação, entendeu? Isso acontece demais. Eu sei que falam ao meu respeito. Primeiro assim, eu trabalho num serviço que não é muito bem-visto, eu mexo com processo administrativo, ninguém nunca me viu com mulher, isso é fato, entendeu? Então aí já surge aquela suspeita, eles falam assim né “passou dos 40 e não está casado, não tem mulher, tem coisa errada”, eles falam assim mesmo e eu sei que tem muita piadinha, zoação. No ambiente que eu trabalho hoje, ele é muito extrovertido e está sendo um dos melhores que eu já trabalhei, graças a Deus. (PM6, 2025).

O enunciado já se inicia explicando os motivos pelos quais ele aceitou falar comigo sobre o tema da pesquisa, portanto ele me reconhece como seu interlocutor e ao mesmo tempo se certifica de que eu entenda a sensibilidade do que ele trata. A própria hesitação com a pesquisa demonstra o receio com a exposição e a possibilidade das sanções, as quais ele teme e prefere evitar mantendo uma posição resguardada. A espera pela aposentadoria para publicação de pesquisas (como em citação anterior) ou para publicação do casamento no

boletim são uma manifestação do mecanismo de antecipação em direção à estrutura da instituição.

A suspeita dos colegas sobre a sexualidade, a presença de “piadinhas”, a relação que colocam entre a idade e o casamento evidenciam como existe uma vigilância constante sobre a vida pessoal, e a incidência de um discurso moral na instituição. Ademais, como não há uma performance de heterossexualidade a interpretação feita pelos demais é de desvio.

Os elementos de pânico trazidos pelo PM6 em seu enunciado são: os colegas homofóbicos que sentem um desejo homossexual e se repreendem por isso, e projetam a violência nos demais como uma forma de manter a norma rígida; a necessidade de uma performance heteronormativa para não causar problemas para si própria; e o efeito da disciplina violenta e exemplar, que causa um pânico coletivo, em que a suspeita sobre o segredo aberto controla comportamentos.

O criticismo do PM6 se destaca com uma ironia e até mesmo um uso de coloquialidade na fala, vide “coisa interessante para caramba” e “homofóbico que deseja aquilo”, e se posiciona em direção oposta à seriedade e rigor do discurso militar institucional.

E, em 2017, esse rapaz, quando ficou sabendo que eu ia dar aula pra eles, ele foi e jogou no grupo, porque o Entrevistado 4 me falou ne, que ele tá no grupo, “ih quem vai dar aula pra gente é aquele veado”, colocou desse jeito. Fiquei sabendo disso, mas isso não me afeta, entendeu? Na hora você passa com um pouquinho, você tem um pouquinho de sangue nos olhos, vamos colocar assim, de raiva. Só que eu aprendi a me abster dessas coisas. Eu procuro sempre procurar aquilo que é o positivo para deixar negativo passar, porque se a gente focar no negativo, a pessoa entra em depressão e faz besteira. (PM6, 2025).

Outro momento sobre pânico no discurso do PM6 ocorreu na sua experiência como professor nos cursos de formação. Os alunos se irritaram/debocharam/assustaram com o fato de que o professor fosse *gay*. Uma atitude que demonstra o medo de se associar à sexualidade dissidente para não fugir à norma. Ademais, outro elemento importante vem ao final do enunciado com uma menção sobre depressão e fazer besteira, que interpreto como suicídio – uma formação recorrente nos enunciados desse *corpus*: a saúde mental dos agentes policiais (*queers* ou não).

A vigilância constante quanto aos demais colegas é observada até mesmo em olhares e na presença do agente no mesmo ambiente, onde se manifestam piadas e comentários indiretos. O resultado é um isolamento e um auto silenciamento, frutos da disciplina que não precisa ser formalizada para ter efeito, como pode-se notar no enunciado:

Assim, mesmo não sabendo oficialmente, por que da minha boca ninguém sabe mesmo, mas com certeza sabe através de terceiros ou comentários. Eu sempre percebo, assim, que quando eu chego no ambiente, não é uma vez ou outra, mas com frequência, ou tem comentários indiretos ou piadinhas, ou quando você chega assim... Sabe quando você chega e você percebe que as pessoas te olham de forma diferente ou incomodadas com você, ou você percebe assim, é? Estão querendo falar mal de mim, mas não podem falar agora por que eu estou aqui, uma coisa assim, entendeu? Isso eu percebo com muita frequência. Tanto é que, sempre que tem algum evento ou alguma coisa, eu sempre fico na minha, não enturmo, eu acho que isso incomoda demais também. (PM6, 2025).

Diante das apresentações das situações discursivas dos agentes, acredito que uma melhor opção seria nomear o pânico masculino apenas como pânico, ou pelo menos, referenciá-lo sem excluir as experiências femininas, que, apesar da influência de gênero também são significativamente afetadas pelas expressões de orientação sexual. De uma maneira geral, não é possível falar sobre o pânico sem envolvê-los com os resultados comportamentais de paranoia, portanto, entrelaçá-los como categorias de análise e observá-los pela Análise do discurso parece ser o caminho mais viável para conseguir extrair o conteúdo subjetivo e, que por vezes, passa despercebido nas vivências cotidianas dos policiais.

Como espaço acadêmico, é sabido e considerado correto (em alguns campos), que existe um sistema cisheteronormativo que é o dominante padrão do corpo social, mas os motivos para isso são diversos e explicados por vários autores. Com o crime e o tratamento dele, esse sistema não se evade em afetar indivíduos e fenômenos sociais, direcionando a maneira com que o gênero e a orientação sexual influenciam na relação entre sujeitos e com as maneiras que reproduzem e produzem discursos preconceituosos quanto à diferença, e que, por conseguinte, desemboca em discriminação, exclusão social e policiamento (externo e interno) de comportamentos considerados desviantes por essa formação ideológica.

5.1.6. Armário e Relações do armário

A categoria principal deste trabalho “armário” se manifestou de diversas maneiras, tanto nas vidas pessoais quanto no espaço institucional, e auxiliaram na tentativa de responder o problema de pesquisa, qual seja: *De que maneira, segundo a percepção de policiais de sexualidade dissidente, os armários presentes na Polícia Militar podem influenciar na tratativa do crime?*

As relações do armário, tratadas como parte de uma categoria individual, são aquelas que decorrem das posições em que os sujeitos estão ao não assumir algum aspecto de suas orientações sexuais e identidades de gênero. Esses posicionamentos moldam a forma como as

relações estabelecidas serão pautadas, seja em trabalho, família, amizade e outras. Considerando que o armário faz parte da vida de todas as pessoas, ainda que por um aspecto diferente do sexual, as relações que deles decorrem, por sua vez, também estão presentes.

É importante evidenciar que todas as categorias e elementos analisados nos tópicos anteriores representam ferramentas do armário, mecanismos que são utilizados (conscientemente ou não) para manter ou tirar pessoas desse espaço-situação.

A versão mais comum do armário está na metáfora popular de que alguém saiu ou está no armário, uma referência à sexualidade e ao segredo aberto interpretado pelos outros. Inclusive, esta foi a melhor forma de iniciar o diálogo com os entrevistados para explicá-los sobre o que se tratava a pesquisa, o que foi compreendido por facilidade por alguns e por outros necessitou de uma explanação mais elaborada. A identificação de um armário sobre sexualidade, de acordo com o jargão, é simples, entretanto, buscar entender as diferentes versões que ele pode tomar pode ser uma tarefa mais complicada.

Nesse sentido e contexto institucional, não há de se falar em apenas um armário, mas em armários. Posto que ao interagir com cada colega, vítima, criminoso, ou outras pessoas envolvidas no crime como um todo surge um novo tipo de armário, assim como em qualquer encontro. Dessa maneira, um dos primeiros pontos que quero destacar sobre essa categoria em específico é a multiplicidades desses dispositivos.

Tem. A gente é... Há muitas coisas que a gente é obrigado a ocultar. Muitas, muitas, muitas, muitas. Principalmente, rede social. Rede social, então, é quanto menos você se expor... Eu falo mesmo com o pessoal, o quanto menos você se expor que é polícia “ah que eu sou gay, que eu sou lésbica, o que for, melhor”, entendeu? A gente tem um certo controle ainda das nossas redes sociais. “Mas a rede social é minha” “Ah, mas você não consegue desvincular o seu lado profissional do seu lado pessoal” Eu falei “Como assim?”. Eu como profissional sou desse jeito. Ali eu estou vendendo minha hora de trabalho, no meu momento de lazer, eu sou esse cara, num momento de lazer. “Ah mas tem que desvincular”. Não *pode* desvincular, entendeu? Tem um certo controle. (PM3, 2025).

Olha, medo, eu conheço muitos. Muita gente que está em aplicativo e quando você fica sabendo que é, a pessoa ela fica desesperada. Quando eu estava na minha vida de solteiro, vou colocar assim, que aí você estava no aplicativo, aí você conversava, tinha o contato com a pessoa e quando você ia pro Whatsapp ou cria intimidade e você via aquela pessoa que era policial e ela te reconhecia, ela te bloqueava e parava de conversar com você, entendeu? Com medo. Já aconteceu de passar perto da pessoa e ela virar a cara para você, sem graça. Ou assim, eu penso duas coisas, ou ela é muito reprimida, o que eu não recrimino, porque é uma forma de proteção, no caso né. Ou o que eu percebo também muito no meu trabalho é, ia tentar não falar disso, acaba que falo. Tem muito... Como que eu posso falar, gente? É a hipocrisia, é o seguinte, eu conheço alguns que são bolsonaristas ferrenhos, defensores dos valores, da família, aquela coisa toda, entendeu? (PM6, 2025).

Eu lembro que todas as etapas presenciais, elas se findaram e aí que eu cortei o cabelo, porque eu estava querendo cortar, mas minha mãe falava, não corta, com medo eu

sofria preconceito por estereótipo mais masculino de uma mulher lésbica. Então eu esperei todas as etapas presenciais, elas acabaram e aí eu cortei o cabelo. Ficou só as etapas de avaliação de exames médicos, mas é que eu não precisava aparecer. Eu já entrei no curso com o cabelo curto. (PM7, 2025).

Os três enunciados se referem a algum tipo de situação ou espaço em que vivem/interagem como um armário de suas próprias sexualidades. Algo que já foi mencionado anteriormente, a expansão do controle disciplinar pelo discurso militar é ampla e atinge até mesmo a vida externa dos sujeitos, como com as redes sociais mencionadas pelos PMs 3 e 6.

A repetição do “muitas” pelo PM3 indica a existência de um número alto de elementos que são obrigado a esconder, pelo que o próprio agente internaliza essa necessidade e a reproduz com outros agentes que ainda não se familiarizaram com essa regra subliminar. O PM6, por sua vez, já exemplifica o enunciado anterior falando sobre agentes que vê em aplicativos de relacionamento e que, ao descobrirem estar conversando com outro policial, se desesperam ou simplesmente se fecham e não interagem mais. São manifestações dos sistemas de duplas amarras, que se expande para limitar a vida de pessoas *queer* no que concerne à segurança e liberdade, e da paranoia e pânico, em que é preferível tomar uma atitude negativa para evitar a exposição ou reafirmar práticas heteronormativa para não sofrer com a repressão.

É semelhante com a PM7 quando retrata sobre sua situação durante o período de ingresso. Há uma presença de um armário no ato de escolher um momento estratégico para cortar o cabelo, sendo o escolhido o que ela não precisaria mais ser vista para entrar na Polícia. É evidenciado que havia medo por parte da mãe, mas que também houve um ato de autorpreservação para evitar que houvesse qualquer tipo de represália, antes mesmo de iniciar o serviço.

A ideologia moral conservadora, a binariedade de gênero, e a da heteronormatividade institucional são as mais evidentes nos trechos, e nos discursos como um todo. O PM6 ainda tenta não mencionar questões políticas, mas já tece uma associação entre os ideais do ex-presidente do Brasil com a repressão sexual que atinge a polícia e criminaliza o *queer*. Essa vinculação é forte e rememora os ditos de ameaça à ordem nacional que circulavam no Brasil durante a Ditadura Militar (Quinalha, 2021) – um discurso que é retomado pelo político e amplia aqueles já existentes na instituição em voga.

De maneira mais específica dentro da Polícia Militar, foram observados os tipos de armários mais ligados à atuação dos agentes e que podem ser relevantes na tratativa do crime. A análise foi pela existência de múltiplos tipos, mas que quase nunca são identificados pelos próprios agentes, exceto quando percebem que são vítimas de alguma represália institucional.

A gente fica meio... sem espaço, entendeu? Literalmente sem espaço. Na época eu estava no alto comando, tinha situações que a gente tinha que pegar e voltar alguns passos para trás, porque o pessoal te olha de uma certa forma, mas hoje, quando você trabalha com público, eu acho para mim é mais fácil. (PM3, 2025).

Sim, que para eles PROERD é tipo um serviço... É desperdício, entendeu? Então, você mexe com PROERD, é tipo... É nada. (...) Aí, por ser um programa que não dá uma resposta assim imediata, pra ter resultados só futuros, né? Então, não é visto com bons olhos, apesar de ter investimento muito grande do estado no PROERD. Mas dentro da própria instituição, eles não... Não é visto com bons olhos. Além disso, é muito pouca coisa que a gente recebe. (...) É. É muxiba, eles chamam de muxiba. Corpo mole. “Ah o muxiba lá, vai trabalhar no PROERD. Pra eles, eu só vou lá visitar a escola, ficar brincando com as crianças. Mas tem um planejamento de aula, tem um cronograma que a gente tem que seguir certinho. (PM1, 2024).

Eu sempre gosto de trabalhar num ambiente... Talvez pode ser por uma... É, pode ser indiretamente, porque isso que você falou... Que, no seguinte sentido, na administração a gente lida com menos pessoas, o ciclo pra você lidar com as pessoas é menor. Então pode ser até ... pode ser até veladamente isso, eu nunca pensei. Mas se for, pensa eu, ó... Eu não gostava muito de lidar na atividade operacional, porque, primeiro, que tem muita exposição da rua, é fato. Eu nunca tive essa desenvoltura, eu nunca me vi com essa desenvoltura. Mas eu acho que na administração realmente gera essa questão de preservar. Você tem mais intimidade por tá com um número reduzido de contatos. Pode ser isso também. Eu nunca tinha pensado até você falar, vou ser sincero. (PM6, 2025).

São três enunciados em que percebi a presença de armários institucionais em formas diversas e com efeitos em amplos aspectos. O PM3 era superior hierárquico e teve problemas em que teve que “voltar alguns passos para trás” para evitar problemas com o público; já o PM1 fala sobre o programa PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, que não é bem visto pelos demais; e o PM6, após afirmar ostensivamente seu sonho de entrar na polícia desde jovem, ao ser questionado sobre suas funções administrativas, reflete e assume a possibilidade de estar nesse espaço devido à própria orientação.

Me chama atenção o caso do PM1 com o PROERD, e a sua caracterização como um armário. Nesse momento, questionei sobre o perfil dos agentes que trabalhavam nesse programa e sobre a expressão de sentimentos:

Apesar de muitas vezes fazer trabalhos sociais, mas quem faz mais esse espaço assim bem é quem está no preventivo, igual PROERD, patrulha escolar, violência doméstica. Então sempre tá a frente desses eventos de palestras, desse eventos sociais, e geralmente é sempre o pessoal que está no preventivo, que tem esse perfil mais quebrado, né? E não engessado igual aos outros. (...) É. Quebrado no bom sentido... Mais solto. (PM1, 2025).

A menção do perfil “quebrado” para os trabalhos sociais é uma metáfora e, simultaneamente, uma preterição (em seu sentido na epistemologia do armário)o: uma tentativa de não se nomear algo como *queer*. Ao explicar que não se trata de uma pessoa *engessada* como

as outras e de que eram agentes com mais expressão sentimental, há uma indicação de que as pessoas nesses projetos são escolhidas pela suas sensibilidades, além da expressão “mais solto”, dita em um tom diferente do restante da fala, com um significado extra além do literal. Ademais, como já relatara anteriormente, devido as suas funções nesse espaço, ele sofreu com represálias e ameaças, já que estava mais suscetível ao público.

A reflexão do PM6 já concede uma visão contrária sobre o contato com o público, mas um perfil que apareceu algumas vezes durante as entrevistas: policiais *queer* que não trabalham nas ruas. Se por um lado, colocar agentes “mais soltos” e “sensíveis” nos programas sociais da instituição é um benefício positivo (para a Polícia), colocá-los nas ruas para lidar com mais pessoas parece uma visão negativa da corporação. É uma manifestação da ideologia moralista e antissentimental da instituição, com papéis bem definidos e uma intencionalidade quanto à publicidade das corporações, vide redes sociais dos policiais, manifestações públicas, entre outros.

Em decorrência da existência de algum armário sobrevêm as relações dos armários. E aqui estão representadas algumas das formas com que as relações se constituem em sua maioria, marcadas principalmente por uma dualidade subjetiva dos agentes, uma profissional e uma pessoal, violências simbólicas, ou aceitação condicional:

Na verdade, te falei, eu também nunca tive abertura para conversar sobre minha vida pessoal com ninguém. Eu acho que o serviço, eu tô lá para trabalhar, não é para fazer amigos. E se aparecerem amigos, são bem-vindos, mas a ideia não é essa. (...) Porque acho que eles convivem, mesmo que indiretamente. [inaudível] Então eles já convivem, eles não vem “ah porque é sapatão, que vai entrar no banheiro feminino, e vai pegar todas as mulheres do mundo”. Porque eles acham isso, porque gosta de mulher é porque gosta de todas. [inaudível] (PM10, 2025)

É como eu disse, eu tenho amigos, dentro da polícia que são gays, mas eles não se assumem dentro da instituição, então eu já vi essas questões, eles se limitarem ali, se limitarem mesmo, igual você falou, evitar alguma fala ou evitar alguma atitude que poderia identificar eles ou identificar a sexualidade deles, mas eu mesmo não, como eu disse, eu sempre me senti muito confortável em relação à minha sexualidade dentro da polícia. (PM9, 2025).

Então, igual eu te falei... as pessoas quando se deparam com a polícia militar ela é muito machista, né? Talvez o medo da pessoa seja esse, né? De deixar de ser ela por causa dos outros, né? Então, acho que o maior problema de quem vive nessa situação, né, os poucos... eu tenho conhecidos meus que: “Ah não, lá na corporação...”. Um amigo meu hoje ele assumiu o namoro e tal. Ele é sargento hoje. Mas até pouco tempo ele não levava o namorado onde tinha gente de serviço. É, mas porquê? A preocupação dele era os outros, como que as pessoas iriam ver.... então, acho que tudo envolve isso, é a questão de hierarquia, é questão de disciplina, né? Então, são coisas que ainda, as pessoas às vezes têm na cabeça e deixam de ser elas em questão do serviço, não sabendo distinguir o pessoal do profissional. (PM4, 2025).

Sim, sim. Já perguntaram. Inclusive para esse que eu conheço, que ele sabe de mim, mas perguntaram para esse que eu conheço se eu era homossexual também. Aí já... o

peçoal fala, “ah, você não está ficando com ninguém aqui na cidade?” Por que para eles o peçoal tem que ficar pegando todo mundo na cidade, né? Aí, querendo ou não, tem muita mulher que acaba dando em cima, ne. Porque é farda, não tem jeito. Aí eu sempre escapava, ficava ne... Aí eles ficavam “Uai, por quê? Você ta querendo ficar igual o outro policial lá? É isso? Você é do time deles?” (PM1, 2024)

Os enunciados partem de locais diferentes para formar um discurso bastante parecido no que concerne às formas com que interagem com outros colegas nas corporações. A PM10 reflete um silenciamento forçado de não se expor com os demais para evitar riscos em sua carreira, enquanto a PM9 já relata sobre seus amigos policiais gays não assumidos que limitam suas próprias autonomias com restrição de gestos e comportamentos para não serem vítimas de uma exposição forçada do armário. Reitero a experiência aparentemente positiva de mulheres lésbicas, mas que também é atravessada por silenciamentos (PM10) ou alterações visuais (PM7) como pontos de tensão nas relações que possuem.

A divisão do público e do privado, que também direciona as relações do armário, mostra como alguns agentes se dividem para ser uma pessoa no serviço e outra fora dele. O PM4 critica aqueles que não sabem fazer essa dissociação, apesar de ser assumido, enquanto se contrapõe à visão do PM1, por exemplo, que se sente pressionado a performar uma heterossexualidade, como “pegar todo mundo na cidade” – algo que ele relata como sendo praticamente inerente à farda. De certa maneira, seria como se esses agentes homens gays desperdiçassem uma oportunidade que é concedida pelo uso do uniforme.

O *coming-out*, a saída do armário, também é um ponto de tensão para as relações, posto que, conforme já estabelecido antes na categoria de sistema de duplas amarras, sempre haverá um ponto de prejuízo independente da performance, estereótipo, gênero ou companheirismo. Inclusive quando não há um momento de *coming out* – caso da PM7, em que todos sabem que ela é lésbica mas sem que tivesse um a hora para contar, ou o PM6, que simplesmente nunca contou, mas todos o tratam como se soubessem.

Já vi, isso acontece muito quando se assume publicamente, que eu não sei nem se é se assumir, mas é talvez, esse fato que você diz mesmo de sair do armário. Porque, eu costumo dizer pros meus amigos, sejam eles gays ou não, que aí eu não vejo necessidade de um gay ter que se assumir, porque ninguém chega na mesa de jantar um dia e fala assim “Família, eu tenho uma coisa para dizer, eu sou hetero”. Então por que é obrigação do contrário? Então eu não acho que precise, mas assim, aqueles que publicamente e gostam de falar ou se veem na necessidade de falar para os seus entes familiares, é, local de trabalho, a sociedade como um todo, a sua orientação, eu penso que gera mais problemas e entraves nesse sentido. E, se for no meio do serviço de segurança, eu falo segurança porque isso também se aplica na polícia civil, e bombeiro, aí talvez o preço seja um pouco alto. (PM2, 2025).

Sim, sim, tem. Tem um que é assumido lá onde eu trabalho atualmente, ele é tratado de forma diferente. Comigo, até que não. Mas eu já fui tratado de forma diferente por

outros motivos. Meu tamanho, que passei muito novo, então, pela minha estatura e por ser muito franzino, eles não queriam trabalhar comigo na rua e só me deixava no quartel, sozinho lá e eles iam patrulhar. (...) Ah comigo não muda tanto por que eles não sabem abertamente de mim, né? Mas com colegas é muito diferente. Eles tentam ser... “ah eu te aceito, Você é legal”, mas por trás eu vejo que é bem diferente. (PM1, 2025).

É, nem sempre é... Mais para zoar... Como se diz? Para zuar e tudo. Mas ainda a gente tem um certo preconceito da turma, não é? Tem um certo... que a visão de mundo, visão de vida de cada um é muito... Como é que é? É muito individual. Então tem ainda uns pontos do pessoal que fica com essas brincadeiras, que incomoda de vez em quando, depende do seu emocional no dia. Mas em geral, está bem... hoje em dia, para mim, está bem tranquilo. (PM3, 2025)

Mesmo não sabendo oficialmente, por que da minha boca ninguém sabe mesmo, mas com certeza sabe através de terceiros ou comentários. (PM6, 2025).

Os enunciados acima apresentam como o armário não é meramente um espaço individual de ocultamento, mas um campo discursivo, que também é relacional, coletivo e institucionalizado, ainda que não requeira ser assim em todas as possibilidades. O funcionamento desse instrumento é através das ferramentas já citadas, mas além disso, requer uma assimetria quanto as experiências de sexualidade, como o PM2 destaca sobre a suposição de que uma saída do armário seja necessária – e usa um recurso de comparação com a heterossexualidade que, discursiva e didaticamente, é bastante útil. O PM1 e o PM6 revelam como o silêncio nas relações também não é uma garantia de proteção, então o cotidiano é permeado pela paranoia e um risco calculado do nível de exposição.

Assim como destacado anteriormente, as piadas são dispositivos constantes nas interações entre pessoas *queer* e não-*queers*, pois a chacota e a zombaria fazem com que a violência física sequer seja necessária, pois há uma garantia de que haverá disciplina e exemplo.

Em todos os enunciados, o mecanismo de antecipação (quanto a mim como interlocutor) e quanto aos personagens de seus próprios enunciados vigora, afinal, não deixa de ser relação do armário pois nossas conversas estão pautadas sobre esse tema. Os entrevistados falam de suas experiências sabendo que elas receberão um destaque nessa pesquisa, mas por saber disso, também se seguram e resguardam pelo receio em relação aos efeitos concretos que poderá desencadear. Portanto, os tópicos sobre armário e relações têm um toque de vergonha e libertação, ainda que possam ser ocultados como autoproteção.

Como conclusão, destaco alguns dos enunciados que foram proferidos em tom de lamento ou desabafo sobre como a situação afeta os próprios agentes, e por consequência, o trabalho que é desempenhado:

Ah, com certeza. E foi o que eu falei, tranquilo, tranquilo no sentido de eu fiz isso a vida inteira, como eu falei. Mas eu não acho bom, não. Como eu falei, desde pequeno, a gente sempre se tolindo, tipo assim, dá a sensação de que eu só posso ser eu num ambiente fechado. Hoje, a dúvida, já quando eu saio com meus amigos, já é tranquilo, mas no trabalho ainda sopesando o que vale mais a pena, eu ser autêntico aqui ou eu ir embora no meu horário, não tem problema. Eu penso que esse jeito deu. (PM8, 2025).

É um relato de uma vida inteira, com uma cronologia que parte da infância para demonstrar o quanto o armário faz parte do cotidiano e o quanto isso é forte. A repetição do “tranquilo” se contrapõe com a justificativa apresentada como estratégia. A vergonha que, as vezes, acompanha essa experiência é justificada aqui com uma questão direta e fácil de visualização “o que vale mais a pena, eu ser autêntico aqui ou eu ir embora no meu horário”. O PM8 é assumido no espaço de trabalho, mas ainda tem esse tipo de questão como não-solucionada, portanto, resolve a complexidade do armário em sua própria vida em uma simples questão de múltipla escolha.

As relações do armário, portanto, se referem as interações e estruturações de poder complexas que nascem do contato entre o que está oculto e o que é conhecido, aquele que se assumiu e aquele que não se assumiu, uma tensão que rodeia as vivências não-hegemônicas de sexualidade e identidade de gênero. Por isso, além de envolver as dinâmicas de negociação do armário, o segredo aberto, a espetacularização, a discriminação e/ou o apoio, também fala sobre as estratégias necessárias para lidar com o *ethos* em que estão inseridos. Assim, o próximo tópico trata sobre esses benefícios adquiridos com o tempo ou experiência, ou ainda pela necessidade de se interagir com outros sujeitos tendo a sexualidade como aspecto relevante.

5.2. Tangências: linhas de ação e de fuga

Como destacado por esta pesquisa, os armários se manifestam, em alguns casos, como uma necessidade dos indivíduos de ocultar partes de si mesmos para evitar confrontos ou prejuízos. Isso foi observado com os agentes policiais e nas próprias interações deles com alguns civis atendidos. A figura do armário como “benéfico” pode ser difícil de ser construída devido ao seu potencial danoso como segredo aberto. Contudo, algumas estratégias são criadas e desenvolvidas por aqueles que têm essa realidade como parte de suas vidas.

Nas falas dos entrevistados, há momentos sutis que revelam a dualidade de enfrentar o problema e ao mesmo tempo fugir dele, ou em outros casos, apenas uma dessas abordagens. É notório que as condições de produção do discurso policial incorporam elementos de masculinidade, hierarquia e conservadorismo, independentemente do gênero de quem profere

a fala, evidenciando um controle e uma formação discursiva pautados pela estrutura institucional.

Um dos principais pontos identificados, e no qual percebo a presença de duplas amarras, é a utilização do humor como uma forma de ação, fuga e violação. Desde um primeiro momento na leitura da obra de Sedgwick, foi possível notar uma dimensão da espetacularização com caráter humorístico, que chega até o nível do absurdo, como seria o caso de pessoas gays sendo homofóbicas ou pessoas negras sendo racistas. À primeira vista, isso parece sem sentido, mas, num nível discursivo, manifesta uma intenção clara.

O absurdo visto nessas situações representa uma ferramenta midiática e chamativa, que desvia o foco do problema real para outra coisa. O problema principal não é simplesmente uma pessoa gay manifestar homofobia, mas o que a está levando a fazer isso. Percebo isso nos discursos como uma das táticas de ataque e defesa dos policiais. Dessa forma, os entrevistados relatam ser vitimizados pelo humor, mas também se defendem por meio dele.

Como mencionado anteriormente, as piadas e brincadeiras foram recorrentes nas entrevistas, algumas como uma estratégia furtiva, outras como uma tentativa constante de intimidação e de exercício de uma disciplina violenta e exemplar.

Primeiramente, destaco o bom humor das policiais femininas durante as conversas comigo, o que percebi como ausente na maioria das conversas com policiais masculinos. O tom dessas entrevistas era, em sua maioria, sério, com muita atenção aos detalhes das falas, e nervosismo em alguns pontos. Como pesquisador, já esperava ver o mecanismo de antecipação do discurso devido ao teor da pesquisa e aos demais elementos envolvidos, por isso minha abordagem era leve, questionadora, mas evitando intromissões desnecessárias.

Em comparação de gênero, afirmar que as mulheres eram bem-humoradas não é apenas um elogio, mas percebo que a tranquilidade feminina provinha de uma superação das violações que sofreram em outros momentos. Isso é evidente nas falas dessas entrevistadas, que não apresentaram grandes manifestações de categorias como “pânico” e “paranoia”, comuns no meio masculino. Nessas situações, o bom humor parecia ser uma maneira de exemplificar como as policiais femininas conseguiam superar essas manifestações e estabelecer uma parceria e companheirismo bem-humorados entre os agentes. Como é o caso da entrevistada 11, que diz:

Aí dali pra frente ninguém nunca mais me encheu o saco por causa de coisa assim. E eu dei a resposta, então assim, eles não gostam de [inaudível]. Eu não deixo. Eu já corto o mal pela raiz. Quando começa esses comentários assim, vira outro comentário ali, e no fim vira outro comentário. E se você corta um, já corta rapidinho. Rapidinho. (...) Tem esse menino que eu te falei, que é assumido, que ele também faz isso. Mas ele faz na brincadeira. Ele brinca com todo mundo, zoa com todo mundo. Aí as vezes

o povo perde a graça e acaba a brincadeira também [inaudível]. É uma estratégia. (PM10, 2025).

Ela relatou uma situação em que precisou ser mais direta com um colega, e que isso auxiliou na resolução do problema de caráter misógino e homofóbico, depois falou de um outro colega que também tem o mesmo posicionamento frente às piadas. Brinca de volta, “o povo perde a graça e acaba a brincadeira”. O reconhecimento da PM10 como uma estratégia demonstra que ela tem noção de que as brincadeiras representam uma violência, e que, caso não sejam cortados pela raiz (finalizados logo quando começam), elas perdurarão.

Pois é, relação a mim eu nunca tive. Eu tive um... Não! Mentira! Eu tive uma situação só, mas não foi... Como é que eu falo assim? Uma destrativa. Foi uma... Aquelas piadinhas machistas, tipo, o cara... Me chamando para ficar com a mulher dele, alguma coisa assim. Aí eu respondi mais que a altura e coloquei no lugarzinho dele, e nunca mais. E eu era subordinada na época. Aí ele me falou, aí me fez essa proposta e eu falei assim “eu tenho 10 amigos também, você quer que eu te apresento?”. Aí ele pegou e viu que o buraco era mais embaixo, pegou e parou por aí. Agora... Eu não precisei muito diante problema. Acho que até fiquei falada lá na fala do público.

(...)

Ai ontem mesmo, um colega foi fazer um comentário desses... Falei assim: “Engraçado, eu não sei porque que na mesa de hétero, vocês tem mania de apresentar pessoa por ela ser gay e ser gente boa, eu vou começar chegar numas mesas de gay e falar ‘ah esse aqui é hétero, mas ele é muito gente boa, viu gente?’” Aí eles ficaram mais “sem gracinha” e pararam por ali também. (PM10, 2025).

Estas situações relatadas pela PM10 são apresentadas com um tom de orgulho e de bom humor principalmente por ser uma pessoa resolutiva. São exemplos do que Gedro (2006) também chama de “*double bind*” (diferente do conceito de Sedgwick), em que há uma dupla carga de trabalho para policiais LGBTQIA+, especialmente lésbicas, de ter que se defender, mas ao mesmo tempo lecionar os colegas para que a situação não se repita. Geralmente, a duplicidade envolve essa carga didática em direção a combinação de ao menos dois fatores, contra: homofobia, misoginia, preconceito contra policiais, ou especificamente contra policiais *queer*.

Com certeza deve falar. Eu acho que eles têm medo de mim, eles acham que eu sou doida. (...) Ah, eles acham que eu sou a especialista dos armários. Da pra montar a lista “tá no armário, foi tirado do armário”. (risadas). Se não for assim não [inaudível]. Ai falou “E aí, Entrevistada 11, o que você acha dele?”. Ai eu “Não vou! Não vou dar opinião. Vai lá e pergunta.” Ai ele vai e não fala mais nada. Ele que tá querendo saber. Pra mim, para que que eu quero saber? [risadas] (PM10, 2025).

“Eles acham que eu sou doida” é uma menção discursiva que não deve ser lida de forma literal, como patologia, mas como uma pessoa sem medo de falar o que pensa, ou de viver a

sexualidade maneira mais livre dentro da corporação. Importante evidenciar que é um certo privilégio pela sua aceitação no meio masculino, mas a própria atitude de não abrir margem para outros comentários sobre si e sobre colegas. Ela brinca sobre ser buscada como “especialista dos armários”, destacando a instrumentalização de sua posição como benefício para aqueles movidos pelo pânico e paranoia.

Ah não, as piadas eu já estou acostumada, tem vários, superiores, até oficiais, superiores subtenentes fazem essas piadas comigo. Eu pego e resolvo de volta. É porque eu sou uma pessoa que eu não ligo para o que me dizem, eu não absorvo o que me dizem nesse sentido. E assim, eu sempre falei, eu vi muitas amigas, até ex-namorados, falando “Ah, você tem muita paciência, a pessoa te faz uma pergunta e você responde, manda a pessoa pesquisar no Google, ela já tá no século tal, fica te perguntando essas coisas, isso é ridículo, isso é um tom pejorativo, é um tom de insulto...”, e para mim eu não ligo. É igual àquela perguntinha “Ah, por que vocês gostam de brinquedos, de pintos de borracha?” Só que eu sempre fico muito... Falo assim, eu me identifico como uma lésbica, mas eu não tenho problema sexual com homem. (PM7, 2025).

A PM7 também tem um posicionamento semelhante, apesar de se conformar com algumas piadas e relatar costume. Em seguida a esse enunciado ela descreveu a explicação completa que dá para a pergunta feita, extensiva e completa, o que demonstra a paciência e a posição didática que precisa assumir. É uma estratégia de recuperar a voz em um espaço que tenta silenciá-la.

Outros artifícios desenvolvidos pelos policiais para modificar ou conduzir melhor as relações do armário em que estão inseridos podem ser vistos nos enunciados a seguir:

Sim, mas eu trabalho essa perspectiva dentro do conteúdo de direitos humanos, questões de gênero e racismo. São essas 3 pautas aí que eu mais trabalho para tentar desmistificar alguns tabus, alguns preconceitos. Coisa que ainda vai demandar muito tempo, mas tem que ter alguém para começar.

(...)

Eu já recorri isso, mas eu sou o cara que busca fazer valer meu direito e eu diria que de um em cem que faz isso, de um em cem. E olhe lá, por causa da retaliação, do medo ou até mesmo “ah, será que se eu tomar providência, de fato, as pessoas vão começar a achar que eu sou gay?” Pode acontecer. Então eu acho que muitos casos as pessoas preferem deixar para lá do que se expor ou do que se ver em uma situação onde elas vão ser perseguidas, ainda que veladamente. (PM2, 2025).

Não, no meu dia a dia, eu falo... As pessoas até brincam comigo e falam assim, não sei como você consegue isso. Eu, lá dentro do meu serviço, sou profissional. “PM4. Trabalho. PM4, trabalhando.” Eu saí do meu serviço, eu desligo. Inclusive, quando eu saio do meu serviço, eu já viro e falo assim, olha, gente, eu estou indo para a academia. A partir de agora, não me ligue, não me assombre. Porque a academia é meu momento de relaxar, de colocar minha mente no lugar. Eu não vou atender telefonia. Eles já sabem. Quando eles me ligam, eu não atendo, é porque é meu momento. Então, eu consigo fazer essa transição. É claro que isso é com o tempo, né? Como eu falei, eu vou fazer 26 anos de trabalho. Então, isso não é do dia para a noite. Mas hoje, estou tranquilo, meu dia a dia, quem está ali no grupo de amigos são os meus amigos, é o

PM4, não é o profissional, não é o militar. Então, com isso aí, é tranquilo demais. Com meus filhos e tal, eu sou mais palhaço que meus filhos, às vezes, você tem ideia? (PM4, 2025)

Tem, tem. Tem. Em geral, quem faz parte da comunidade, ela sofre mais, sofre mais. Eu noto isso. E eu comento muito com o pessoal “Gente, faz acompanhamento psicológico”. A gente paga por isso. E é todo mês é pago, não é um gasto de dinheiro e sim um investimento. Saúde mental hoje é investimento, tanto pra gay, lésbicas e afins, em geral, da comunidade em geral, não é? Mas a gente, em geral, a turminha sofre um bocado. (PM3, 2025).

É perceptível o alinhamento do PM2 com a intelectualidade e com o discurso dos direitos humanos e da diversidade como um todo, se opondo à formação discursiva dominante na instituição. Existe uma tensão entre essa posição de resistência e o espaço em que está inserido, como ele destaca “tem que ter alguém para começar”, em que há um posicionamento político e subversivo, também através da didática. O reconhecimento da dificuldade nesse tipo de militância vem pela hipérbole de que “ainda vai demandar muito tempo”.

Em outro momento, o PM2 enuncia ser uma pessoa que “busca fazer valer” o direito, e evidencia que outras pessoas não o fazem por medo. Esta situação indica que existe uma associação identitária à reivindicação de direitos, como se tomar providências frente a um preconceito levasse à interpretação ou à prova de uma sexualidade dissidente. A estatística (informal) mencionada de que “um em cem” tomam atitudes semelhantes lhe colocam em uma posição discursiva de coragem e de certa maneira, solidão (tanto pela posição de lecionar quanto de reivindicar). Esta mesma formação discursiva atravessa as falas do PM6, que também se alinha à intelectualidade e militância, mas que se diferencia por não se assumir no espaço de trabalho.

O PM4, por sua vez, se inscreve em uma fronteira. Ele se divide em profissional e pessoa, o que evidencia a separação que ele sentiu ser necessário entre público e privado. O reconhecimento do tempo como aspecto relevante para que conseguisse agir desta maneira indica que não agiu desta maneira desde o início do trabalho, e de que não é algo que todos conseguem fazer “do dia para a noite”. O pedido de “não me assombre” direcionado à corporação para que não lhe incomodem provoca uma formação imaginária da instituição como algo assustador, da qual ele quer paz enquanto estiver fora do serviço.

O discurso da saúde mental como uma forma de resistência também se posiciona contrário ao discurso hegemônico da instituição. A menção de que é um conselho que dá aos demais demonstra o conhecimento adquirido pela experiência e o cuidado com a “turminha”, que, carinhosamente intitula a comunidade LGBTQIA+ que conhece no trabalho. Há um efeito discursivo de suavização e companheirismo frente a um problema sério no ambiente policial

como um todo. O “investimento” feito na saúde mental é defendido com veemência, como força política e de resistência.

São formações discursivas diferentes, com manifestações estratégicas diferentes. A PM7, PM10 se posicionam como professoras, mas também como defensoras rápidas pelo uso da própria fala, uma reutilização dos discursos humorísticos de ataque como defesa. Os PM2 e PM6 se aproximam destas como professores dentro da instituição, e agentes de transformação pela militância e conscientização. O PM4 usa como estratégia a dissociação identitária como proteção. E o PM3 recorre a terapia e cuidado psicológico, bem como conscientiza aqueles que tem contato.

Um pensamento resolutivo simples que pode surgir a cabeça de quem ler essas experiências é o questionamento de: *por que eles/elas simplesmente não saem da Polícia?* De fato, a presença da sexualidade desses agentes no espaço institucional militar parece incomodar, mas a saída deles desses ambientes funcionaria apenas de maneira paliativa, posto que não seria de fato resolutiva do problema institucional que existe. Destaco alguns enunciados proferidos que indicam uma motivação para permanência e ingresso – apesar de que não há justificativas necessárias além das vontades dos sujeitos.

Porque com a faixa salarial que tem, é o concurso menos difícil hoje, eu vejo. Então, foi essa ideia de trampolim mesmo. Eu venho de uma realidade muito difícil. Eu falei, eu preciso de uma estabilidade, até para ter paz para estudar. Você estudar com cabeça, preocupado com conta, com o mínimo. Então, quando eu entrei, foi nesse sentido. Eu tava acabando de me formar na faculdade e advoguei um ano e pouquinho, o retorno não tava sendo tão positivo. Aí eu falei, vou fazer esse concurso aqui, porque lá dentro eu vou estudar outro. A ideia foi essa mesmo, nunca foi sonho ou vocação. (PM8, 2025).

E eu sempre quis ser militar também por causa da pompa, da farda, e por causa de uma coisa. Eu lembrei aqui agora também. Eu sempre imaginei também que estar fardado e sendo militar, isso me protegeria. Como se fosse uma armadura da questão da minha sexualidade. Eu já fiz umas reflexões sobre isso. Eu sempre quis, eu sempre pensei assim que, eu estando como militar fardado eu vou ser menos criticado, ou vou ter menos... Eu vou ter menos pessoas apontando o dedo pra mim falando assim: “aquele cara ali? É gay.” Aí eu imaginava que, estando fardado, as pessoas não falariam isso. Segundo, assim, é claro que além da questão familiar que eu sempre quis mesmo, eu sempre imaginei que isso também poderia funcionar como uma proteção. (PM6, 2025).

Aqui é possível observar que a própria farda é um armário, porém um que concede proteção e superioridade sobre muitas pessoas: os civis. Apesar de não ser uma percepção geral, ter o uniforme auxilia na participação dos ciclos econômicos com bons benefícios financeiros e de respeito, além do reconhecimento social que a profissão traz. Afinal, uma profissão que

tem por função principal auxiliar na segurança e proteção das pessoas deve ser respeitada e valorizada.

Então, tem gente que pode não gostar que eu seja gay, mas eu sou sargento, e ele é soldado ou cabo, então vai ter que ficar na dele, não pode fazer nada quanto a isso. Então acaba que é... (...) Sim. É aquela armadura que eu te falei lá atrás que o militarismo talvez... que eu queria que me proporcionasse, e me proporciona um pouco, entendeu? Ele pode até falar mal, mas se eu der uma ordem pra ele, ou falar pra ele fazer uma coisa e ele não pode deixar de fazer, porque se ele deixar de fazer, eu posso prendê-lo, então acaba que ele é obrigado a aceitar isso. (...) Sim, sim. Assim não, não pela hierarquia. Aí no caso eles não conhecem a hierarquia, porque o cidadão civil, se ele chegar perto do soldado ou chegar perto do coronel, vai chamar todo mundo de polícia. Então ele não conhece a hierarquia. Acho que é mais farda, a imponência da farda. A grande maioria das pessoas.... Eu não defendo... Eu sou sempre da ideia de que a grande maioria das pessoas são boas pessoas e são ordeiras. Eu não sou igual esses malucos que acham que todo mundo é ruim, então muitas das pessoas ainda gostam da imponência da farda ou do... Não por causa do militarismo, mas por causa da segurança. Quando uma pessoa está no shopping, ela acha que tá sendo perseguida, ela vai procurar quem? Vai procurar o vigilante, porque ele tá uniformizado, porque ele é quem representa a segurança, entendeu? Então eu acho que essas pessoas, quando veem a farda, pode ser da polícia militar ou do bombeiro ou das forças armadas, elas se sentem protegidas. Eu acho que essa proteção faz ela esquecer por um instante a repulsa dela de se aquela pessoa é gay ou não, pela necessidade de autoproteção, então pode ser isso. Mas eu nunca, eu... Eu percebo que protege também nesse sentido. (PM6, 2025).

Na primeira parte da resposta, o agente falava sobre o benefício de proteção e respeito que a farda lhe concede, além da posição de hierarquia que existe dentro do militarismo – algo que é muito forte na instituição. Portanto, a própria função hierárquica que o agente desempenhar pode representar a diferença entre ser respeitado ou não. Enquanto a segunda parte da resposta, o PM6 fala sobre ter a mesma reverência dos civis, mas por um motivo diferente.

Nesse trecho é possível reconhecer um pouco mais das motivações para que pessoas *queer* se sintam atraídas por estas posições, e a instrumentalização da hierarquia militar como uma proteção contra a homofobia, tanto dentro quanto fora da instituição. Apesar da resistência frente a essa ideologia, há uma estratégia que mobiliza a autoridade da função em prol do reconhecimento social seguro.

A formação discursiva é mista, com o discurso militar e o discurso de minoria sexual coexistindo a favor de si próprio. A imagem transmitida na metáfora da “farda como armadura” reforça a força da segurança pública e dos simbolismos que possui para o público civil. A suspensão temporária da “repulsa” frente a necessidade de proteção evidencia algo oculto na fala: o tratamento positivo de um policial *queer* depende de condições e funções exercidas, mas não da identidade de maneira integral.

Nesse ponto, a homo/bifobia parece ser domesticada por alguns dos enunciadores, que, apesar de reproduzirem discursos da ideologia militar, mobilizam-no a seu próprio favor para aceitação e desempenho do trabalho de maneira efetiva.

Destarte, noto as dificuldades e violências, mas percebo, ao mesmo tempo, a constante evolução de práticas dos agentes para que consigam viver melhor e desempenhar suas funções. São estratégias de ação e de fuga, porque nem sempre a mesma abordagem será a melhor para uma pessoa *queer*, que entende que qualquer atitude, comportamento ou aparência pode ser interpretado como passível de correção.

Por fim, parto agora para identificar efeitos na criminologia e elaborar algumas contribuições específicas sobre o que pode ser tomado como caminho de estudo ou de implementação política para melhoria da tratativa do crime.

5.3. Efeitos na Criminologia

A Criminologia, como campo de estudo, se dedica a compreender os aspectos do crime, com uma abordagem crítica que questiona os elementos estruturais que perpetuam as desigualdades no sistema de justiça. Dentro dessa perspectiva, a linha queer transviada amplia esse olhar, focando nas experiências de réus, vítimas, agentes de repressão e outras partes envolvidas, especificamente no contexto das pessoas LGBTQIA+. A literatura *queer* dentro da Criminologia busca evidenciar como a identidade sexual e de gênero influencia diretamente nesse fenômeno, principalmente em uma sociedade que marginaliza as identidades dissidentes.

Com os principais discursos que atravessam as falas dos policiais entrevistados, foi possível identificar a presença de armários significativos para a vivência dentro das corporações, bem como na relação que se estabelece com a própria sexualidade e com o mundo exterior. No que concerne a incidência dos armários (de maneira ampla) nas atividades desempenhadas na tratativa do crime, os registros e as abordagens de pessoas *queer* pela polícia se destacam como questões relevantes a serem observadas.

Os registros de ocorrências são situações diretas em que podem ser visualizadas os impactos de se saber ou não da sexualidade/identidade de gênero de alguém envolvido em um crime. A maioria dos enunciados é formado em defesa da instituição, de que há uma preocupação para o preenchimento correto dos boletins e dos campos parametrizados, entretanto, os discursos em torno desse tópico parecem se remeter apenas a casos gerais em que não haja envolvimento de pessoas *queer*. Além disso, é perceptível que existe uma preocupação

dos agentes em não aparentar que estão desenvolvendo mal o trabalho que desempenham. Mas, ainda assim, é possível fazer inferências sobre os enunciados selecionados.

E que aí você vai chegar pra... Todo B.O. tem que fazer essa pergunta pra pessoa. Ninguém faz essa pergunta. Se eu fizer também o povo vai me zoar, e acho que também acaba sendo um pouco invasivo chegar na pessoa e eu falar assim “Qual o seu gênero, qual a sua orientação sexual?” Agora, se eu notar... que é importante para a pessoa durante a ocorrência, dependendo do tipo de ocorrência, aí eu coloco lá. Quando me entrega uma identidade de um homem, mas na minha frente está uma mulher, não fez a mudança do nome ainda. Aí é lógico, vou chegar e perguntar. Aí é lógico, vou chegar e perguntar qual o nome social pra colocar na ocorrência, para ser tratada assim, né? Mas é uma coisa que, para os militares, isso... Tá com identidade de homem, vai ser tratado de homem.

(...)

Oh! Já! Ontem mesmo no pedágio. Trabalha uma trans lá, uma mulher trans e eles tratam... No caso, eles falando que era um homem, colocando o nome de batismo dela. Tratando como homem. E eu falando “Gente?”. Completamente mulher, mas eles sempre falando de forma pejorativa. E falando “ah, vou te apresentar...”, Entendeu? É bem paia. Então, tem essa diferença na forma de tratar nas ocorrências, é, às vezes no rádio eu já ouvi falar que era briga de casal na casa. Aí depois eu ouvi falar “Ah não gente, mas é casal de homossexuais”. Eu não entendi esse tom de voz dele não, né? Porque de CIDADE MINEIRA vai para a região próxima aqui toda. Aí falou assim: “Oh gente, toma cuidado, né, com questão de HIV e tal”. Aaaah (tom de voz elevado), como assim? Ainda associa, por exemplo, HIV com os homossexuais! Sendo que já saiu pesquisa já, que tem mais heterossexuais infectados do que homossexuais, inclusive. Mas é uma coisa que tá enraizado, então é difícil de mudar. (PM1, 2024)

Nesse momento, há uma retomada no tema sobre pessoas trans e o uso de nome social pelos policiais. O PM1 já havia citado anteriormente que esse fato acontecia, citou um exemplo do dia anterior, inclusive, e voltou a falar sobre o tema, mesmo quando não indagado diretamente sobre isso. O tom é de indignação quanto ao erro intencional de outros agentes.

O enunciado evidencia marcas de resistência discursiva, com exemplos de formações discursivas hegemônicas cisheteronormativas e binárias e a formação discursiva do PM1 que é reflexiva e crítica. A valorização dos documentos legais de maneira ontológica em oposição ao nível social da situação representam a ideologia dominante militar, bem como o discurso patologizante evidenciado na associação do HIV com pessoas homossexuais.

Nesse momento, há uma retomada no tema sobre pessoas trans e o uso de nome social pelos policiais. O PM1 já havia citado anteriormente que esse fato acontecia, citou um exemplo do dia anterior, e voltou a falar sobre o tema, mesmo quando não indagado diretamente sobre isso. O tom é de indignação quanto ao erro intencional de outros agentes, com uma exclamação enfática da sua crítica. Isto evidencia o problema existente com a tratativa e registros de delitos envolvendo pessoas trans e casais homoafetivos, como exemplificado.

O enunciador, apesar de não assumido e de já ter relatado não se envolver nessas questões para se resguardar, discordou dos colegas. Vejo que foi uma situação insustentável, de

maneira que não conseguiu se manter calado, e logo na sequência, os humores discriminatórios se apresentaram.

Alguns efeitos principais no estudo do crime a serem observados aqui são: a criminalização e a patologização de relações homoafetivas, e a deslegitimação da identidade de gênero (tanto na abordagem das ruas quanto dentro da corporação no momento do registro). Além desses, destaco como um dos mais importantes e pertinentes à Criminologia *queer*, que é a produção de sujeitos desviantes por meio de uma reprodução de um discurso jurídico-policial. Ou seja, a partir desse contato entre polícia e sexualidade/identidade de gênero, cria-se e reforça-se a forma de apagar, prejudicar e excluir identidades.

Sim. O que acontece é... O que eu já vivenciei é no sentido de pessoas que se declararam... É, como é que fala? Se identificam como pessoas de orientação diversa da hétero. E aí eu falo assim, pelas mais diversas possíveis. Que eu já vivenciei, elas tendem a se identificar, justamente para não serem violadas de alguma forma, ou para demonstrar que elas merecem um respeito diferente, ou ainda no sentido de que, quer se identificar para que a ocorrência seja registrada exatamente como aquilo que aconteceu, e não suavizada ou tratada com menor importância. Eu posso dizer o seguinte, que às vezes, o preconceito ou a falácia de que existe um preconceito do policial para com a pessoa gay é tão arraigado que a pessoa já chega com a resistência na ocorrência, partindo do pressuposto que ela não vai ser bem atendida por ser gay. Porque o policial, em tese, é preconceituoso. Aí tem uma generalização que acaba prejudicando o atendimento da ocorrência, porque isso também tem mudado. É lógico, não é a totalidade. Vai demorar para ter uma coisa mais humanizada, nesse sentido isonômico. Mas tem melhorado, no sentido de que até mesmo héteros têm sido mais abertos a atender ocorrências com populações de LGBT de forma mais humanizada, de forma igualitária, como qualquer outra pessoa. Mas isso se deve, principalmente a mentalidade dessas pessoas, elas já entram entendendo que o ser gay não faz ninguém diferente. (PM2, 2025).

Aqui há uma representação de que o ato de se assumir no momento de feitura de um boletim de ocorrência ou a participação em um delito em que há um reconhecimento da sexualidade diversa também é interpretado de maneira a amarrar pessoas *queer*. Em que, caso a pessoa se assuma com o intuito de ter um registro efetivo ela pode ser ridicularizada ou convencida de que ocorreu algo diferente de um crime de ódio, ou caso a pessoa não se assuma, há um vácuo (preterição) que é preenchido pelo responsável pela lida com o delito. No próprio discurso do PM2, há um conflito entre o tom denunciativo do que acontece com pessoas *queer* e uma posição alinhada ao militarismo de que se enxergar como uma vítima da generalização, algo notado em falas de outros entrevistados.

Entretanto, é importante destacar a relação de desconfiança existente entre esses dois grupos – algo observado na teoria e que motivou a escolha de policiais especificamente *queers* como centralidade metodológica desse estudo. A visão que os agentes têm, de maneira geral, é de que existe preconceito dentro e fora da instituição e de que isso influencia a forma com que

trabalham e lidam com crime, mas também consideração que o tratamento de pessoas LGBTQIA+ em direção aos militares também dificulta a realização de uma abordagem respeitosa. Isso também pode ser visualizado no discurso de outros enunciadores:

Inicialmente, foi bem... Traumático. Porque a turma foi um pessoal mais antigo, eles são meio... um certo truculento. E eu sou um cara, como te disse, eu sou um cara mais aberto. Eu gosto de bater papo, conversar, ver vários pontos de vistas. E na polícia, não. “Eu mandei pega e faz”, mas fazer porque, entendeu? Ainda a gente tem um certo receio de fazer ocorrência pro pessoal, pro público... Pro público trans, os homossexuais, as lésbicas, né, porque? É complicado. Ali eu me insiro nesse mundo, você vê que determinadas comunidades, elas não aceitam um modo de abordagem aí causa muito estresse. Então hoje eu vejo de uma forma um pouco mais branda, mas ainda tem muito problema. (...) Depende muito de quem for atender. E o modo do qual a pessoa chega na polícia, se ela chegar ríspida ela vai ter um tratamento ríspido. Se ela chega com mais calma e tudo mais, a gente geralmente vai atender de uma forma mais branda. Tudo vai depender da forma que você é tratado, né? Não somente a comunidade, como qualquer outra pessoa, eu noto em geral isso. Mas em geral, à comunidade, a gente tem uma certa dificuldade de atendimento de ocorrência. Ainda há um certo preconceito do atendimento, entendeu? (PM3, 2025). (PM3, 2025).

É como eu disse, a instituição tem uma orientação positiva, que eu acho útil. Mas não tem jeito, vai depender muito da personalidade do policial que vai atender a situação. Mas eu também nunca estive presente e nem fiquei sabendo de algum que tratou de uma forma negativa, pejorativa... Algum envolvido ali que seja LGBTQIA+. (PM9, 2025).

A pergunta aqui era sobre como foi o treinamento para a entrada na polícia e o entrevistado mudou o assunto em sua resposta para demonstrar uma certa indignação com os registros com públicos trans, homossexuais e lésbicas, nomeadamente.

O entrevistado assume uma posição de grupo ao utilizar "a gente" como a forma de se referir ao tratamento de pessoas *queer*, demonstrando uma acepção maior à identificação policial quando confrontado com esse dilema. Digo "dilema" por notar na fala "ali eu me insiro nesse mundo" que há uma tentativa de se incluir como parte, mas logo após distancia-se para criticar "determinadas comunidades" e o ato de não aceitarem certos tipos de abordagem. Podemos identificar como *mirror-violence*, que é o reconhecimento da sexualidade dissidente no outro, assim como a própria, mas a opção de devolver uma violência.

As diferentes formações discursivas se marcam em “eu sou”/“mas eles são” ou em “eu me insiro”/ “a gente geralmente vai atender”, em que de um lado há a autoridade e do outro o sujeito aberto. As hesitações e autocorreções do PM3 demonstram a dificuldade e o desconforto discursivo para falar sobre a população LGBTQIA+ em um contexto mais direto com o crime, além de relatar medo, que não é dito, e pode ser de errar no registro, sofrer represálias ou ser exposto pelo contato com o diferente. Com isso, tem-se que o corpo que é disruptivo dificulta o atendimento padrão.

A lógica de reciprocidade de tratamento com pessoas *queer* demonstra um outro lado de um sistema de duplas amarras, com uma estrutura de responsabilização da vítima. É evidente que pode acontecer, mas é um argumento que serve para justificar o preconceito institucional ou o distanciamento dos agentes com as ideias de que essa comunidade não é respeitosa, ou que a rispidez ou agressividades dessas pessoas seja insubordinação.

A negação do PM9, por sua vez, de não ter visto ou ficado sabendo sobre situações discriminatórias em registros o coloca em uma posição neutra, assim como a instituição deseja se apresentar, mas apenas reforça a invisibilidade da violência simbólica e toma o seu não-conhecimento como inexistência, ao invés de não ocorrência. É uma influência criminológica *queer*, de que há um apagamento institucional de violências “menores” e sem registros formais, mas com efeitos subjetivos, como a própria desconfiança da polícia.

Por outro lado, vislumbro o que eles descrevem como uma dificuldade de abordagem, especialmente ao observar as falas bastante longas de outros entrevistados sobre a cobrança para preenchimento correto dos campos parametrizados pelos superiores. Nesse sentido, a própria burocracia influencia nas ocorrências, mas não o suficiente para justificar tratamentos discriminatórios.

De um modo geral, o tratamento até dessa parte do curso que eu te falei influencia muito na insensibilidade com que muitas vezes se lida com as pessoas, de um modo geral. E a comunidade, as minorias, não está alheia a isso, não. Só que, por outro lado, essa mesma questão que eu vejo comigo, deles se podarem em certas coisas, eu vejo em muitas ocorrências também. E, quando eles percebem que são conhecidos envolvendo minorias, seja ou de trans ou só de gay, eles mudam um pouco o tratamento, dão uma desacelerada. Acho que até para evitar qualquer questão. (...) E quando eu percebo que existe qualquer tipo de minoria, eu percebo o pessoal respeitando mais ainda. (PM8, 2025).

O enunciado do PM8 transmite uma visão bastante positiva do tratamento e da lida com as pessoas, destacando uma “desacelerada” dos policiais para casos envolvendo pessoas LGBTQIA+, porém é importante demonstrar que o espaço em que esse entrevistado está inserido tem outros policiais homossexuais, inclusive anteriores a ele, e que “tranquilizam” o espaço e os comportamentos. Portanto, a posição discursiva tomada nesse momento é privilegiada e não pode ser tomada como uma visão geral, mas serve como ponto de observação da influência de maiores quantitativos de policiais de sexualidades diversas dentro das corporações.

Um outro enunciado que evidencia um outro armário na abordagem direta dos civis foi proferido pelo próprio PM8:

Então, eu acredito que sim, sobretudo assim, quando a gente está com amigos da gente, a gente pode dar pinta. Na rua eu evito, até para evitar a percepção de alguém, algum cidadão com quem eu esteja lidando, e ele se perceber que eu tenho que fazer isso e se utilizar disso e ele se perceber isso e se utilizar disso para falar alguma coisa, e o que eu tinha falado, da ocorrência escalar. Se um cidadão, no meio da ocorrência, me chama de viado, eu vou ter que tomar uma providência. Para evitar isso, no intuito de que a ocorrência acabe logo, resolve o problema da ocorrência, não crie outros. Eu, trabalhando, eu tento falar mais grosso, eu tento evitar trejeitos, de fato. Mas não por medo do ambiente ou de um colega, medo justamente de criar um problema de ocorrência que poderia ser evitado. (PM8, 2025)

O binarismo público/privado é evidenciado com clareza pela autocensura na performatividade durante as ocorrências, em que se evita “dar pinta” como expressão de trejeitos associados a estereótipos gays ou afeminados. É uma tática de sobrevivência e melhoria do serviço ofertado, mas que não deveria ser necessária, mas mostra que a invisibilidade desse aspecto em si e a performance da masculinidade são elementos associados ao profissional policial e induz respeito. Butler nomeia esse comportamento como masculinidade compulsória, especialmente visualizando a tentativa de preservação da cena do crime.

O mecanismo de antecipação da AD é utilizado pelo PM8 para se prevenir de uma situação vexatória durante uma ocorrência, além disso, evitar uma transição de posição: da autoridade para o vulnerável. O que, pela visão discursiva militar seria como assemelhá-lo aos envolvidos na ocorrência. Assim, o *queer* policial tenta não sofrer discriminação ou injúrias para que sua autoridade como profissional não seja mitigada.

Esse exemplo mostra o quanto é importante para a instituição manter uma visão única e específica sobre a figura do policial, posto que o medo real é de que a hierarquia de comando de uma ocorrência e de uma corporação seja destruída. A figura de uma lésbica, um gay ou uma trans portando o mesmo tipo de poder desestabiliza a estrutura pré-existente e historicamente construída. A dissidência sexual e de gênero ameaçam a cultura e a ideologia desse ambiente, por isso é possível compreender (mas não aceitar) as dificuldades que surgem no cotidiano de policiais *queer* em posições de autoridade.

Considerando todo o exposto nesta pesquisa, especialmente a partir da Epistemologia do Armário, dos estudos existentes em Criminologia *Queer* e dos discursos dos policiais entrevistados, elaboro algumas considerações de forma sintetizada, pois acredito que elas possam gerar discussões relevantes para os estudos sobre o crime e, conseqüentemente, sobre as instituições policiais.

A presença de policiais com sexualidades dissidentes deve ser incentivada dentro das instituições militares. Foi relatado que as corporações com maior presença de policiais que se identificam dessa maneira tendem a ter experiências menos opressivas em relação aos próprios "armários", e isso não afeta negativamente o momento de preenchimento de registros de ocorrências nem o tratamento de outras pessoas *queer*.

A subnotificação de casos envolvendo pessoas LGBTQIA+ está relacionada ao tratamento que esses indivíduos recebem dentro das corporações. Nesse caso, não se trata apenas de vítimas ou autores dos crimes, mas também dos agentes responsáveis pelas abordagens. Isso ocorre porque as ferramentas do "armário", como o uso do humor para disciplinar, além do pânico e da paranoia em se associar a outras pessoas *queer*, impactam fortemente os que registram essas ocorrências.

O posicionamento dos policiais *queer* como elementos centrais nesta pesquisa representa uma estratégia epistêmica que visa incluir corpos dissidentes, como os próprios analistas do sistema penal e dos elementos do crime. Por isso, identifico e sugiro que os policiais LGBTQIA+ não sejam vistos apenas como objetos da repressão, mas também como indivíduos protagonistas nela, com estratégias e performances que desafiam a norma, à medida que podem ou conseguem. Enxergar as experiências a partir do outro lado da farda pode representar uma contribuição significativa para a Criminologia como um todo, pois quebra o padrão cisheteronormativo que é, atualmente, a visão predominante no imaginário social sobre o policial.

A ideia de que existe uma dupla identidade que é “forçada” aos policiais LGBTQIA+ na relação de identidade sexual e identidade policial como mutualmente excludentes também pode auxiliar em estudos. Como o resultado dessa situação é silêncio, performance ou armário, a dupla identidade compulsória pode marcar uma conceituação de que pessoas *queer* nesses espaços precisam ser “mais policiais” do que os colegas, com reprodução de comportamentos e discursos “maiores e melhores” da cisheteronormatividade.

Uma surpresa na análise, mas uma consideração importante é quanto ao papel do humor como uma estratégia institucional, tanto de ataque quanto de defesa. A resistência na ironia e nas surpresas discursivas (como a saída enunciada da posição de vítimas) colocam o humor como uma categoria de análise criminológica *queer* importante, pois se constitui com um caráter capaz de desvelar os sentidos em tensões e embates entre colegas, normas e padrões institucionais.

A dimensão ética da reprodução da violência normativa por pessoas *queer* em instituições policiais é complexa e carece de maior atenção. Afinal, a cultura de silêncio e discriminação também é internalizada e, simultaneamente, reproduzida em relação a outros

dissidentes. O lugar do sujeito LGBTQIA+ na repressão não pode ser reduzido a uma posição fixa, visto que eles não são apenas vítimas, mas também agentes na produção de discursos violentos no corpo social. Portanto, uma observação ética desse fenômeno seria bem-vinda na Criminologia Queer, especialmente no contexto brasileiro, onde pouco se pensa nos policiais como parte do crime como fato social. Para isso, pensar na "violência refletida" (mirror-violence) como um poder que age pela internalização e disciplina pode fornecer uma ferramenta útil para analisar esse fenômeno.

Considero minha tentativa de observar as "dívidas e heranças" em Sedgwick como bem-sucedida, especialmente ao perceber que a coleta de dados empíricos locais, aliada a uma análise pautada nas categorias da Epistemologia do Armário e em delineamentos característicos da ideologia e cultura institucional militar, evidencia a diversidade do "armário". Os contornos singulares desse dispositivo de sexualidade surgem a partir do cenário em que os sujeitos estão inscritos. Dessa forma, o armário deixa de ser lido apenas como um fenômeno pessoal ou um problema individual, sendo interpretado como uma tecnologia de controle coletivo e institucional.

Além disso, a observação dos efeitos dos "armários" nas vivências femininas também auxilia na releitura e interpretação da obra de Sedgwick, mas, principalmente, nas literaturas queer sobre o crime. Afinal, a interseção de marcadores traz uma diferença que resulta na produção de novas formas de preconceito.

Por fim, o processo metodológico me levou a valorizar a escuta, o desabafo e o não-julgamento como boas táticas de pesquisa. Embora essas não sejam práticas inéditas no espaço acadêmico, no âmbito criminológico é pertinente romper com estruturas frias ao conduzir pesquisas com sujeitos marginalizados. A Análise do Discurso, por exemplo, foi crucial para identificar afetos, vulnerabilidades e detalhes que, de outra forma, poderiam passar despercebidos sob a objetividade e neutralidade exigidas por outros métodos. Assim, aponto para uma ética queer em pesquisa criminológica, ou uma identificação queer, pois percebo que a compreensão da literatura e a posição do interlocutor como queer e distante do espaço observado foram fundamentais para a construção de confiança em um tema e vivência que são sensíveis e altamente subjetivos.

Quanto as categorias teóricas e os achados empíricos, destaco alguns pontos. A *autorrevelação e a autonominação* demonstram como o armário pode funcionar como um mecanismo de defesa e como uma ferramenta de opressão e autocensura. Disciplina a identidade dos sujeitos, de forma que há um atravessamento de relações de poder e risco institucional que traz consequências negativas. A união com a Criminologia aqui faz com que

se possa notar que existe uma produção discursiva sobre o crime e a sexualidade, que não concentra apenas em delitos sexuais, mas em identidades não normativas que são reprimidas pela estrutura punitiva.

Com a tomada de possibilidade de nomeação e revelação dos sujeitos, o dizer perde a chance de ser dito, isto é uma manifestação do silenciamento e da invisibilidade. Ou em termos foucaultianos, mutismo e interdição. Assim se constitui um *sistema de duplas amarras*, em que a visibilidade é punida, mas o oposto também. Há uma falsa neutralidade no profissionalismo policial, que se manifesta pelo controle disciplinar dentro e fora da instituição e no reforço ao padrão heterocisnormativo. Alguns casos das amarras estão na necessidade do silêncio como autopreservação, ou no ciclo opressivo de denúncias-represálias-disciplina.

Nesse sentido, a oposição de *antissentimentalidade/sentimentalidade* se expressam, com uma hierarquia binária em que a afetividade é reprimida em prol de uma masculinidade viril. Esse binarismo remete a forma com o feminino é visto dentro da polícia, e se insere na dificuldade de aceitação das performances diversas de gênero, como em homens afeminados, mulheres masculinizadas ou pessoas transexuais. De certa forma, não é suficiente que a lei seja seguida, mas deve ser atuada de acordo com a norma social de gênero. Assim, o sistema penal regula afetos e expressões sexuais, com efeitos negativos na interpretação dos sujeitos (envolvidos em delitos) e na repressão psicológica indivíduos.

O objetivo aparente é o de se assemelhar ao padrão de policial homem viril heterossexual casado, e à medida que se foge desse referencial surgem dificuldades. A busca por esse modelo é realizada por intermédio de uma *disciplina violenta e exemplar*, ou seja, um controle simbólico, físico e subjetivo da maneira com que as pessoas se portam. É repressivo e didático, pois o exemplo serve como parâmetro de previsão do resultado da ação. Nessa toada, a violência espelhada (*mirror violence*) demonstra um duplo poder da disciplinação, posto que não apenas inflige os agentes, mas faz com que eles reproduzam a repressão e controle entre si, na sociedade e nos envolvidos em delitos. Os principais prejudicados são aqueles que não se assemelham ao padrão outrora descrito.

O espelhamento também serve como uma forma de preservação dentro do ambiente hostil que se constitui, assim, há a manutenção de uma distância entre outros colegas LGBTQIA+ e sujeitos envolvidos em delitos. De certa maneira, perdura a ideia de neutralidade que os discursos relatam existir. E assim, a violência se torna parte de um sistema cíclico de produção de subjetividades.

Entre a disciplina e a violência está o *pânico e a paranoia*, mecanismo de aproximar a tentativa de controle com o resultado na repressão. Representam a ansiedade institucional, o

medo e a necessidade de autoproteção frente ao rompimento do padrão hegemônico de sexualidade e gênero. Cria-se um espaço em que a virilidade dos agentes é constantemente testada, e um autopolicimento exagerado quanto as falas, comportamentos e relações. A nomeação do pânico como masculino evidencia o impacto maior nos homens, o que, por sua vez, ressalta a valorização da masculinidade nesses espaços – algo que também atinge as mulheres.

Movidos por sentimentos de medo, vergonha e antecipação do castigo, o *armário* surge como um dispositivo institucional de modulação das *relações*. Não se trata apenas de um segredo que é oculto, mas sim sobre a existência de um regime de controle. A criminologia *queer* se dissocia da visão de que se assumir será a salvação para os problemas, em especial aqueles envolvendo a lei. Como exemplo, os agentes entrevistados assumidos também relatam situações semelhantes àqueles que não são.

O armário é relacional e coletivo, pois afeta todos os que vivem sob a norma. Por intermédio de aparatos como disciplina, pânico e paranoia, a heterossexualidade também é performática. Além disso, nesse contexto os armários são instrumentos de reprodução de uma ordem penal, que define o tipo de suspeito e de vítima, e quem pode exercer autoridade nas situações de delito – vide policiais gay que engrossam a voz para não serem desrespeitados em campo.

Uma conclusão principal de efeito criminológico está no reconhecimento do armário como uma estrutura de repressão que é tanto simbólica quanto material, que regula corpos dissidentes e determina papéis pré-definidos nas práticas de policiamento e tratamento de crimes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou responder à questão principal “*De que maneira, segundo a percepção de policiais de sexualidade dissidente, os armários presentes na Polícia Militar podem influenciar na tratativa do crime?*”, e, simultaneamente elaborar contribuições para a Criminologia *queer* sob a perspectiva dos entrevistados. Com os procedimentos metodológicos empreendidos algumas considerações podem ser tecidas.

De acordo com os enunciados analisados, os "armários" existentes na Polícia Militar influenciam significativamente a forma como os agentes se relacionam e desempenham suas funções, tanto dentro quanto fora das corporações. É importante destacar que os policiais entrevistados são pessoas que se identificam com sexualidades dissidentes, e, portanto, o impacto que sofrem deve ser considerado como uma forma de influência na tratativa do crime. Exemplos disso incluem abordagens preconceituosas, lacunas nos registros de ocorrências, piadas discriminatórias e as relações com agentes heterossexuais dentro do espaço de trabalho, os quais são reflexos dos impactos sociais que o armário exerce.

As narrativas de agentes assumidos e não-assumidos foram extremamente valiosas para comparação, especialmente ao observar as semelhanças e diferenças nas formas de reprodução discursiva de elementos políticos, religiosos, militares, morais e de gênero. Como consequência, permanece a cultura institucional de preconceito contra pessoas *queer* e mulheres, com um destaque especial para as pessoas trans e travestis, mesmo quando estas não estão envolvidas em delitos.

No entanto, acredito que a principal maneira pela qual os armários influenciam a tratativa do crime seja no silenciamento dos agentes, que, ao vivenciarem um sistema de duplas amarras com manifestações disciplinares simbolicamente violentas e exemplares, optam por não se envolver corretamente em situações em que outras pessoas LGBTQIA+ estejam presentes. A incompletude nos boletins de ocorrência, as práticas de convencimento para descaracterizar um delito como homotransfóbico ou discriminatório, e até piadas ou a possibilidade de represálias, são efeitos causados pela percepção de segredos abertos.

Destaco a originalidade ao tentar discutir a Criminologia *Queer* sob a ótica da Epistemologia do Armário. No campo que se abriu com essa interseção, considero que houve um avanço

teórico. No entanto, surgiram algumas limitações de pesquisa, como a pequena quantidade de revisionistas dos trabalhos de Sedgwick, especialmente em português, e a escassez de produções específicas sobre o campo criminológico transviado. De maneira similar, é difícil encontrar trabalhos que incluam a perspectiva de policiais queer sobre esses temas. Ressalto também a dificuldade em encontrar agentes dispostos a participar, e entre os que participaram, o medo de expressar suas experiências. Um exemplo disso é o número reduzido de entrevistados em relação ao número de pessoas indicadas, e a retirada de consentimento de um dos agentes após a entrevista.

A compreensão do conceito de armário, em apresentações, discussões e trabalhos, também dificultou a total compreensão do tema pelos pares e pelos próprios entrevistados. Portanto, a utilização de exemplos, gírias ou esquemas torna-se uma ferramenta útil para expandir a discussão.

Evidencio algumas das principais contribuições para o estudo da Criminologia Queer que pude inferir, como: o impacto dos armários institucionais no silenciamento dos agentes e o consequente registro e abordagem preconceituosos de pessoas LGBTQIA+; o posicionamento do policial queer como sujeito central na observação da repressão, tanto como produtor quanto como reprodutor de violências; e a motivação para a presença de dissidentes nas corporações, como um incentivo para mitigar experiências extorsivas dos armários e melhorar os atendimentos. Além desses pontos, e mais especificamente no campo teórico, destaco: a análise do humor como ferramenta estratégica do armário, tanto de ataque quanto de defesa; os estudos sobre duplas identidades compulsórias, em que ser policial e ser queer parecem se excluir, o que incide em uma performance exagerada de gênero; a ética na observação da violência refletida, nas internalizações e reproduções das disciplinas. Por fim, destaco uma metodologia de pesquisa queer que seja atenta e estratégica para obter e analisar dados sensíveis e subjetivos.

Esses pontos de contribuição também apontam possíveis desdobramentos para futuras pesquisas, das quais destaco: a constituição de um sistema de duplas amarras e os resultados negativos e ambíguos para pessoas queer em contato com a justiça e a segurança pública; a dualidade da identidade de agentes policiais; e a presença de armários em outras profissões, como assistentes sociais e professores. Para a criminologia queer, seria útil compreender a percepção das vítimas e dos praticantes de delitos quanto à tratativa e abordagem policial, ou ainda a visão de pessoas trans e negras.

Através das observações, é possível inferir que os agentes desenvolvem estratégias de fuga e proteção além do próprio armário, como a manifestação por meio da fala, a performatividade calculada e distanciada da submissão, a ambiguidade identitária no

comportamento público e privado, a mobilização do humor e o auxílio a outros agentes em situações semelhantes (ainda que fora da visão da corporação).

O que Orlandi traz sobre a Análise do Discurso, especificamente sobre as relações entre o mesmo e o diferente que são ditos, é que existe uma distinção entre produtividade e criatividade. Criar seria o dizer novo, algo que vai contra o que já foi dito anteriormente, é inédito e rompe com o processo de construção da linguagem existente, enquanto produzir seria a utilização da paráfrase para retornar a espaços de produção já existentes. Trago essa distinção para ressaltar que os discursos dos entrevistados apenas produziram e reproduziram outros discursos anteriores, seja o proferido pela Polícia ou pelo Militarismo como instituição, ou os discursos queer sobre como gays, lésbicas, bissexuais, trans e outros devem ser e como devem se portar.

Compreender esses discursos desta maneira não é exclusivamente dizer que são errados, mas dizer que são formas de manifestação de um interdiscurso que é marcado significativamente pelo conflito entre identidades que se distanciam – mas que poderiam e deveriam se aproximar.

Essa aproximação é algo que foi observada aqui e que, de início, também foi defendida, especialmente se considerada a interação histórica que existe entre crime e sexualidade. Entretanto, como contributo criminológico cabe a análise aprofundada acompanhada da crítica de que se deve existir uma aproximação entre a identidade profissional de um agente que lida com o crime e a identidade pessoal sexual desse mesmo indivíduo, deve haver maneiras de mitigar os efeitos dessa situação. Ou de outra maneira, defender um afastamento dessas identidades é defender um armário que não faz nada além de prejudicar – o que concordo.

Didaticamente, a resposta à questão “devem existir policiais LGBTQIA+?” é sim, afinal, a existência dessas pessoas não deve estar em questão. Mas eles devem ser assumidos dentro da polícia? Caso desejem se assumir, sim. Caso contrário, não. O fato de existirem armários dentro da polícia impacta a tratativa do crime? Sim, pois a simples presença da sexualidade, em um contexto histórico, cultural e social de preconceito e repressão, como no caso da criminalização, influencia, mas a sensação de obrigação de ocultar um aspecto pessoal - tanto do agente quanto de qualquer outra pessoa envolvida na ocorrência, seja por medo, autoproteção ou a busca por garantir justiça - faz com que as situações prejudiciais se agravem.

Discursivamente, a própria compreensão de uma formação discursiva como heterogênea, e que se mobiliza a partir de um embate ideológico, me auxiliou na percepção geral de como os agentes enunciativos nesse *corpus* localizam seus discursos. É possível identificar de maneira ampla que todos os entrevistados se inscrevem, discursiva e socialmente, em um espaço de embate. Alguns lidam melhor, outros são lidados. As disputas ideológicas

que os atravessam são ferrenhas e lhes afetam em um nível profundo, ao ponto que envolvem uma liberdade quanto à subjetividade sexual de cada um, mas, simultaneamente, envolve a sobrevivência econômica e reconhecida em uma sociedade capitalista.

O embate que constitui as formações discursivas dos policiais militares entrevistados, tanto homens quanto mulheres, se reproduz entre a posição militar e o discurso que ela carrega, *versus* a formação imaginária e ideológica do que significa ser uma pessoa LGBTQIA+ atualmente. Essa disputa discursiva se inscreve nos corpos, nos comportamentos e nas relações desses sujeitos, de forma que eles são levados a sacrificar total ou parcialmente elementos de suas vivências em sexualidade e identidade de gênero, a fim de obter uma experiência de “bem viver” que também os contemple, mas sem se inscrever nos mesmos marcadores.

Isso por si só já constitui uma dimensão problemática de discussão (a maneira autoritária e danosa com que os armários atuam), porém, seus efeitos se imbricam na sociedade e, por sua vez, se inscrevem em outros corpos através da ação institucional desses primeiros sujeitos.

Como anteriormente destacado pelos estudos de Dwyer, Ball e Crofts na criminologia *queer*, policiais também devem ser compreendidos como produtores da realidade social, e não apenas como reprodutores de padrões antigos. É evidente que, ao tratar dos discursos e de sua análise, também trago à tona a construção ideológica, institucional, cultural e psicológica desses discursos. No entanto, ao localizar os agentes de repressão do crime no próprio crime (como fato social), é importante destacá-los como influenciadores primários do que se compreende como crime, quem o pratica, quem é punido, como, onde, qual a prevenção, como o registro ocorre, entre outras questões.

Nesse ponto, as ocorrências de violências contra policiais *queer* de ordem discriminatória afetam significativamente a forma como crimes envolvendo pessoas *queer* são compreendidos e tratados no corpo social. E isso não significa que a solução seria simplesmente remover esses agentes de suas posições, como se isso resolvesse o problema. Pelo contrário, a presença desses sujeitos é indispensável para a construção de uma perspectiva mais ampla e inclusiva do que se entende por delito, delinquente e vítima.

O contexto de produção dos enunciados analisados nesta pesquisa é marcado pela constante expansão da Polícia Militar e pelo dispositivo regulador da sexualidade, o “armário”, tanto de maneira positiva quanto negativa. O que quero destacar com essa comparação é que ambos os elementos estão profundamente entrelaçados nas vidas desses sujeitos, tornando-se praticamente indissociáveis enquanto formam um único “corpo”. Isso não significa que esses agentes devam buscar outras profissões ou suprimir ainda mais suas orientações sexuais ou

performances de gênero. Significa, sim, que é necessário estudar, elaborar e colaborar com alternativas para que a coexistência seja saudável e, claro, produtiva.

Pêcheux chamaria este fenômeno de “contradição ideológica internalizada”, que seria exatamente a noção de que a ideologia não é somente externa e opressiva, mas também é incorporada e internalizada pelos sujeitos por intermédio do discurso, e como resultado, contradição internas e subjetivas que podem refletir nas suas relações e comportamentos. Como se tem que a ideologia não é apenas um conjunto fixo de crenças e defesa de ideias anteriores aos sujeitos, pode-se vislumbrar nos embates individuais e dilemas expressados nos enunciados o verdadeiro sentido que possui esse conceito, qual seja, o de múltiplas práticas discursivas que influenciam na perspectiva que se tem do mundo, do cotidiano e dos sujeitos, ontologicamente.

A força dos armários como práticas discursivas, nas “mãos” de uma instituição que rejeita pessoas de sexualidades e identidades de gênero dissidentes, é impressionante, pois a história, as regras formais e informais e a cultura da Polícia Militar continuam a alimentar atos discriminatórios dentro e fora das corporações.

Com o fim desta pesquisa, surgem diversas ideias sobre o que esses achados podem se tornar. Porém, tomo uma das falas das entrevistadas como crítica e motivador de que essa pesquisa pode não representar nada sem um impacto político. Dessa maneira, vejo que compreender armários ainda é uma tarefa incipiente, bem como é relacioná-los com crimes ou ouvir pessoas marginalizadas em posições conflituosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G. T.; SOUZA, R. S.; NASCIMENTO, D. V. C. O discurso das organizações saiu do armário?! Uma reflexão a partir do filme “O Closet”. **Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 12, abr. 2018.

ALVES, Rafael Delfino Rodrigues; ROSA, Fabricio Silva. Práticas LGBTfóbicas e a saúde mental do (da) policial LGBTQ+ no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, v. 13, n. 7, p. 141-180, jan./abr. 2022,

ANZALDÚA, G.. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciencia. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 704–719, set. 2005.

ARAÚJO, W. F. de. **Divisão Sexual do Trabalho no Corpo de Bombeiros (2002-2006)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, p. 117. 2011.

ARAÚJO, W. F. de. **A presença feminina em postos de comando na Polícia Militar de Minas Gerais sob a perspectiva das relações sociais de gênero**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, p. 239. 2022.

BALL, Matthew. What’s queer about queer criminology?. In: PANFIL, V.; PETERSON, D. (eds.). **Handbook of LGBT communities, crime, and justice**. New York, NY: Springer, 2014.

BATEMAN, Geoffrey. W. **Molly houses**. 2015. Disponível em: http://www.glbqtarchive.com/ssh/molly_houses_S.pdf

BATINGA, G. L.; SARAIVA, L. A. S. Discursos e Organizações: O que, como e porquê. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva; BATINGA, Georgiana Luna (Orgs.). **Discursos e Organizações**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: Edufba, 2017.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**: Tratado de Sociologia do Conhecimento; tradução de Floriano de Souza Fernandes. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOBKER, D. **The Closet**: The Eighteen-Century Architecture of Intimacy. Princeton: Princeton University Press, 2022.

BORGHI, A. T. A Análise de Discurso como Instrumento da Criminologia Crítica. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, 2021.

BRASIL, L. L. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. In: **Linguagem: Estudos e Pesquisas**,

Goiânia, v. 15, n. 1, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufcat.edu.br/lep/article/view/32465>

BRITO, Luana Camargo. **Educação médica no armário: vivência e formação de estudantes LGBTQIA+**. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. p. 49. 2021.

BRAY, Alan. **Homosexuality in Renaissance England**. London: Gay Men's Press, 1982.

BUIST, C. L.; LENNING, E. **Queer Criminology**. New York: Routledge, 2023.

BURKE, M. E. **Coming Out of the Blue: British Police Officers Talk about their lives in "The Job" as lesbians, gays and bisexuals**. Reino Unido: Cassell, 1993.

BUTLER, Judith. Imitation and Gender Insubordination. In: ABELOVE, H.; BARALE, M. A.; HALPERIN, D. M. **The Lesbian and Gay Studies Reader**. New York/London: Routledge, 1991. p. 307-320.

BUTLER, Judith. Capacity. In: BARBER, S. M.; CLARK, D. L (eds.). **Regarding Sedgwick: Essays on Queer Culture and Critical Theory**. Nova York: Routledge, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. **Conferência Magna com Judith Butler**. I Seminário Queer. 2015a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TNXxRsOVjSY>.

CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos. **Tempo Social**, v. 9, n. 1, p. 249–265, 1997.

CARDOSO JÚNIOR, Carlos Sérgio Rodrigues; COUTO, Felipe Fróes. Coming Out e suas implicações no trabalho: Relatos de Trabalhadores de Montes Claros – MG. In: **XXI SEMEAD: Seminário em Administração**. 2018, Anais de evento.

CARDOSO JÚNIOR, C. S. R.; DELGADO, J. H. M.; COUTO, F. F.; CARRIERI, A. P. Coming out e homofobia no Trabalho: Experiências em Montes Claros – MG. In: **Revista Psicologia: Organizações & Trabalho**, v. 22, n. 1, p. 1920-1928, 2022.

CARRIERI, A. P.; LEITE-DA-SILVA, A. R.; SOUZA, M. M. P; PIMENTEL, T. D. Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. **E & G Economia e Gestão**, v. 6, n. 12, p. 39-63. jun. 2006

CARVALHO, Salo de. Sobre as possibilidades de uma criminologia queer. In: **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito**, 2012, Porto Alegre (RS). Sistema Penal & Violência. Porto Alegre (RS): PUCRS.

CIDH. Corte Interamericana de Derechos Humanos: Caso Azul Rojas Marín y otra vs. Perú, 2020.

COLVIN, Roddrick A. **Gay and Lesbian Cops: diversity and effective policing**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2012.

COSTA, Moisés Oliveira. A utilização de armários como ferramenta de controle de pessoas queer por agentes da lei. In: **Encontro das Ciências Sociais no Norte de Minas, VI.**, 2023, Montes Claros-MG. Anais. Montes Claros: *anais online*. Disponível em: <https://encontrocsunimontes.wixsite.com/encontro/c%C3%B3pia-edi%C3%A7%C3%A3o-atual>

COUTO, Felipe Fróes; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A abordagem sociocognitiva: Da teoria à prática. In: SARAIVA, Luiz Alex Silva; BATINGA, Georgiana Luna (Orgs.). **Discursos e Organizações**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

DA SILVA, A. J. Socialização e violência policial militar. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 5, n. 2, 2007. DOI: 10.5216/sec.v5i2.575. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/575>.

DWYER. A.; BALL, M.; CROFTS. T. Queering Criminologies. In: DWYER. A. BALL, M. CROFTS. T. **Queering Criminology**. Australia: Palgrave Macmillan, 2016. p. 1-14.

DWYER, A. COLVIN, R.A. Queer(y)ing the Experiences of LGBTQ Workers in Criminal Processing Systems. In: BUIST. C. L.; SEMPREVIVO. L. K. (org.) **Queering Criminology in Theory and Praxis: Reimagining Justice in the Criminal Legal System and Beyond**. Bristol: Bristol University Press, 2022.

EDWARDS, J. **Eve Kosofsky Sedgwick**. London: Routledge, 2009.

ELBERT, Carlos Alberto. A Criminologia na Pós-modernidade. **Direito e Democracia**, v. 11, n. 2, p. 312-327, dez. 2010.

FARIA, Daniela de Oliveira. **Cidade-Armário, Banheiros, Cozinhas: Histórias sobre brechas e gênero**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 147. 2023.

FAWAZ, R. “An Open Mesh of Possibilities”: The Necessity of Eve Sedgwick in Dark Times. In: BERLANT, Laura. **Reading Sedgwick**. Durham: Duke University Press, 2019. p. 6-33.

FONTES, Eduardo; HOFFMANN, Henrique. **Carreiras policiais: criminologia**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo, Edições Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2014.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NAME, Leo. Epistemologia da laje. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 153–172, jan. 2019.

GALUPPO, Adriana. **Cidade queer: uma autobiografia plural**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 147. 2019.

GARCIA, Christien. *An Analysis of Eve Kosofsky Sedgwick's Epistemology of the Closet*. Reino Unido: Macat Library, 2018.

GARCIA, D. Teoria queer e ordem jurídica: reflexões acerca de uma teoria queer do direito. **Revista Periódicus**, v. 3, n. 16, p. 43–62, 2021. DOI: 10.9771/peri.v3i16.37391.

GOLDBERG, J. After Eve Kosofsky Sedgwick. In: GOLDBERG, Jonathan. *Come As You Are, After Eve Kosofsky Sedgwick*. Califórnia: Punctum Books, 2021. p. 19-83.

GOMES FILHO, A. S.; SANTOS, C. E.; SILVA, L.M.. Sexo, Gênero, Sexualidade: Via(da)gens em Conceitos. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 10, n. 33, jan. 2017.

GROOMBRIDGE, Nic. Perverse Criminologies: The Closet of Doctor Lombroso. **Social & Legal Studies**, v. 4, n. 8, pp. 531-548, 1999.

HENRY, S.; BRYAN, A.; NEARY, A.. ‘Laughing ourselves out of the closet’: comedy as a queer pedagogical form. **Ethics and Education**, 18(1), pp. 151–166. 2023. <https://doi.org/10.1080/17449642.2023.2188744>

HERBERT, Thomas. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso: Michel Pêcheux; textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

HUNTINGTON, S. P. **O Soldado e o Estado: Teoria e política das relações entre civis e militares**. 2. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEx – Biblioteca do Exército, 2016.

IRIGARAY, H. A. Discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho: uma questão social? Uma análise sob a ótica da pós-modernidade crítica e da *Queer Theory*. In: **Encontro Nacional de Administração Pública e Governança**, 2008, Salvador, Anais... Salvador: ENAPG, 2008.

KULICK, Don. **Travesti: Sex, Gender and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes**. Chicago & London: University of Chicago Press, 1998.

LEAP, William L. Queer Linguistics as Critical Discourse Analysis. In: TANNEN, D.; HAMILTON, H. E.; SCHIFFRIN, D (eds.). **The Handbook of Discourse Analysis**. West Sussex: John Wiley & Sons, 2015.

LEINEN, S. H. **Gay Cops**. Michigan: Rutgers University Press, 1993.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso: Michel Pêcheux; textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LUCKMANN, Felipe; NARDI, Henrique Caetano. Um corpo (des)governado: hierarquias de gênero, governamentalidade e biopolítica. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1239-1255, set./dez. 2017,

LYRA FILHO, Roberto. **Criminologia Dialética**. Brasília: Editor Borsoi, 1972.

MACHADO, Ida Lúcia. Comentários sobre uma metodologia vulnerável: A Análise do Discurso. In: SARAIVA, L. A. S.; PESSOA, S. C.; MANTOVANI, C. M. C. A (orgs.). **Metodologias Vulneráveis**. Cachoeirinha: Fi, 2023. p. 278-303.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**; tradução de Freda Indursky; revisão da tradução Solange Maria Ledda Gallo, Maria da Glória de Deus Vieira de Moraes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinal, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do discurso**; tradução de Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Alexandre Nogueira; A criminologia ‘queer’ e o abolicionismo penal transviado. In: **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, v. 15, n. 12, p. 693-714, 2022.

MARTINS, Daniel Arruda. **Os paradoxos da experiência do armário entre jovens gays e lésbicas**: um estudo psicossocial. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. p. 123. 2010.

MARTINS, Eliezer Pereira. **A hipercodificação e a mortificação do “eu”, a docilização dos corpos e o panoptismo na deontologia e no ordenamento disciplinar militar do Estado de São Paulo**: um exame sociofilosófico do militarismo policial. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. p. 164. 2017.

MCDONALD, Dave. Queer Criminology and the Destabilization of Child Sexual Abuse. In: BUIST, C. L.; SEMPREVIVO, L. K. (org.) **Queering Criminology in Theory and Praxis**: Reimagining Justice in the Criminal Legal System and Beyond. Bristol: Bristol University Press, 2022.

MEDEIROS, B. N.; CASTRO, G. H. C. DE .; SIQUEIRA, M. V. S.. Ativismo trans e reconhecimento: por uma “transcis-rexistência” na política brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, p. e246289, 2022.

MELO, Márcio Helder. “Trans-gredindo” barreiras: Identidade Trans e sua inserção na Segurança Pública e Forças Armadas. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba. p. 163. 2022.

MIELI, Mario. **Por um Comunismo Transexual**: elementos de crítica homossexual. São Paulo: Boitempo, 2023.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica de normalização. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, 2009.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas Morais**: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOZDZENSKI, Leonardo Pinheiro. **Outvertising – A Publicidade fora do armário**: Retóricas do consumo LGBT e Retóricas da publicidade lacração na contemporaneidade. 2019. 311 f. Tese (Doutorado em Comunicação) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

NANDA, Serena. **Gender Diversity**: Crosscultural Variations. Illinois: Waveland Press, 2000.

NASCIMENTO, Abdias Nascimento. **O quilombismo**. São Paulo: Perspectiva S/A, 2020.

NASCIMENTO, Rafael Baioni. Notas sobre a controvérsia em torno da identidade a partir de Foucault e Adorno. In: MEIRELLES, Ildenilson; FONSECA, Angela Couto Machado (orgs.). **Michel Foucault**: (Des)conexões com a história e as ciências psi. Minas Gerais: Paco Editorial, 2019.

NASCIMENTO, Tatiana. **da palavra queerlombo ao cuierlombo da palavra**. 2018. Disponível em <<https://palavrapreta.wordpress.com/2018/03/12/cuierlombismo/>>

NEVES JÚNIOR, Mário Martins. Indexicalidade, poder e metapragmáticas da viadagem: dispositivo gaydar. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 22, n. 4, 2022. p. 1036-1070.

NEWBURN, Tim; STANKO, Elizabeth A. Introduction: men, masculinities and crime. In: NEWBURN, Tim; STANKO, Elizabeth A. **Just boys doing business?** Men, Masculinities and Crime. London & New York: Routledge, 1994.

NORTON, Rictor. **Myth of the Modern Homosexual**: Queer History and the Search for Cultural Unity. London & Washington: Cassell, 2016.

OLIVEIRA, F. M. de. **“Mulheres de guerra e de paz”**: A constituição subjetiva das mulheres policiais do Estado de Minas Gerais através da análise de seus discursos à luz de teorias de poder e gênero. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, p. 216. 2020.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.

PANTER, H. Pre-operative transgender motivations for entering policing occupations. **International Journal of Transgenderism**, p. 1-13, 2017.

PANTER, H. **Transgender Cops: The Intersection of Gender and Sexuality Expectations in Police Cultures**. Nova York: Routledge, 2018.

PARKER, C.; SCOTT, S.; GEDDES, A. Snowball Sampling. In: **SAGE Research Methods Foundations**. Gloucestershire, UK: University of Gloucestershire, 2019.

PAVINATTO. **Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana fora do armário**. São Paulo: Edições 70, 2022.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**; tradução de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**; tradução de Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual**; tradução de Maria Paula Gurgel Rodrigues. São Paulo: Zahar, 2022.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidades LGBT**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

RAMOS, M. M. Teorias Feministas e Teorias Queer do Direito: gênero e sexualidade como categorias úteis para a crítica jurídica. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 3, p. 1679–1710, jul. 2021.

RIBEIRO, Elisa Antonia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. In: **Revista Evidência**. Araxá, n. 4, p. 129-148, 2008.

RITCHIE, J. How Do You Say “Come Out of the Closet” in Arabic? Queer Activism and the Politics of Visibility in Israel-Palestine. **GLQ, A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 16, n. 4, p. 557-575, out. 2010.

ROSS, Marlon. In: JOHNSON, E. P.; HENDERSON, M. G. **Black Queer Studies: A Critical Anthology**. Londres: Duke University Press, 2005.

ROSS, Mary. “Have you come out?”: Refutation of Segdwick’s Theorization of the Closet in Another Country and Lot: Stories. 2021.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: Notes on the "political economy" of sex. In: REITER, R. R. **Toward an Anthropology of Women**. New York and London: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

RUSSELL, E. K.. **Queer Histories and the politics of policing**. Londres e Nova York: Routledge, 2020.

RUSSO, Vito. **The Celluloid Closet: Homosexuality in the Movies**. New York: Harper & Row Publishers, 1987.

SARAIVA, L. A. S. Sobre metodologias vulneráveis. In: SARAIVA, L. A. S.; PESSOA, S. C.; MANTOVANI, C. M. C. A (orgs.). *Metodologias Vulneráveis*. Cachoeirinha: Fi, 2023. p. 19-45.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire**. New York: Columbia University Press, 1985.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Touching Feeling: Affect, Pedagogy, Performativity**. Duke: Duke University Press, 2003.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19–54, jan. 2007.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **The Weather in Proust**. Durham & London: Duke University Press, 2011.

SEDGWICK, E. K.; BARBER, S. M.; CLARK, D. L. This Piercing Bouquer: An Interview with Eve Kosofsky Sedgwick. In: BARBER, S. M.; CLARK, D. L. (orgs.) **Regarding Sedgwick: essays on queer culture and critical theory**. New York: Routledge, 2002.

SELLBERG, Karin. Queer Patience: Sedgwick's Identity Narratives. In: BERLANT, Lauren (ed.). **Reading Sedgwick**. Durham: Duke University Press, 2019. p. 189-202.

SERRA, Victor Siqueira. **Por uma criminologia travesti: (des)construções de gênero no discurso judicial criminal paulista**. In: XI Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2017, Florianópolis (SC). *Transformações, Conexões, Deslocamentos*. Florianópolis (SC): UFSC, 2017. v. 1. p. 1-12.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 8.ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

SIEGEL, Larry J., **Criminology: The Core**. 4. ed. Wadsworth: Cengage Learning, 2011.

SILVA, Ruan Nunes. Desafios da Teoria Queer: Ideologia e Ignorância nos Axiomas de Eve Sedgwick. **Revista TEL, Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 10, n. 2, p. 25-44, jul./dez. 2019.

SILVA, Agnaldo José da. Socialização e violência política militar. In: **Sociedade e Cultura**, v. 5, n. 2, jul./dez. 2002, p. 183-191.

SISTEMA. In: *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis*. São Paulo: Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sistema/>.

SOUZA, E. M. de; CARRIERI, A. de P.. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Rev. Adm. Mackenzie**, v. 11, n. 3, p. 46-70, mai./jun. 2010.

SOUZA, E. M. de. A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 21, n. 3, p. 308–326, maio 2017.

VAN PELT, Eder. **Encruzilhadas queer no direito**. Salvador, BA: Devires, 2022.

WEIMER, R. DE A.. Alguém falou em teoria quare? Pensando raça e sexualidade a partir da crítica de intelectuais LGBTQIA + negres norte-americanes à teoria queer. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 205–228, set. 2021.

WILLIAMS, J. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flávio. **A palavra dos mortos**: Conferências de Criminologia Cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZAFFARONI, E. R.; PIERANGELI, J. H. **Manual de direito penal brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

ANEXOS

ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

- 1 - Você tem quanto tempo de serviço na Polícia?
- 2 - Como você se identifica? Assumir esta identidade foi um processo tranquilo para você? E dentro do seu trabalho, as pessoas sabem sobre sua orientação sexual? Como foi contar para eles? Se não sabem, por quê?
- 3 - Em relação aos seus colegas de profissão, você nota algum tratamento diferente? Você conhece algum colega de profissão que tenha medo de se assumir no espaço de trabalho? Ou que já se assumiu e se prejudicou por isso?
- 4 - Dentro do trabalho, você já ouviu algum comentário sobre a sua sexualidade? Ou alguma pessoa já deixou de falar/fazer algo com você por causa da sua sexualidade?
- 5 - Você já notou algum tipo de exclusão entre os policiais relacionados à forma com que se expressam ou se relacionam?
- 6 - Você sempre desempenhou a função que realiza hoje? Se não, a mudança de função teve algum motivo relacionado a sua sexualidade?
- 7 - Alguém fala com você ou com os outros sobre sua sexualidade? Como falam?
- 8 - Você já presenciou ou já ficou sabendo de piadas sobre sua orientação sexual?
- 9 - Como foi o seu treinamento para entrar na Polícia? Quais foram as principais mudanças que você percebeu em si durante e depois do treinamento?
- 10 - Você já se pegou mudando ou disfarçando algum traço de personalidade ou um jeito seu para evitar ser interpretado como (...)? Caso sim, foi por medo ou autoproteção?
- 11 - Você gosta do retorno que recebe com seu serviço?
- 12 - Você nota alguma diferença na relação entre outros agentes heterossexuais, e na relação com você? Tanto os homens quanto as mulheres.
- 13 - Nos casos de discriminação, as outras pessoas notam? Alguém toma alguma providência? Como funciona dentro da Polícia? Se não, por que não tomam providências?
- 14 - Você já teve ou conhece alguém que passou por alguma experiência de "extorsão" referente a própria sexualidade? Pode ser outro colega de profissão, pessoas no Judiciário ou até mesmo pessoas envolvidas em algum caso.
- 15 - Você já teve alguma experiência no seu espaço de trabalho em que tentaram de prejudicar de alguma forma? Você sentiu ou percebeu que era por causa da sua orientação sexual?

16 - Você percebeu alguma mudança em relação à sua forma de lidar e expressar sentimentos depois de entrar na Polícia?

17 – Quais características você sente que permitem outra pessoa identificar que você é (...)? Você expressa seus sentimentos (sejam eles felizes ou negativos) no espaço de trabalho ou com colegas?

18 - O tratamento dentro da corporação influencia de alguma maneira na forma com que vocês registram crimes de pessoas LGBTQIA+?

19 - O tratamento dentro da corporação influencia de alguma maneira na forma com que vocês tratam as pessoas LGBTQIA+ envolvidas em crimes?

20 - Vocês recebem algum treinamento para tratar com crimes envolvendo pessoas LGBTQIA+? E como vocês assimilam esse treinamento?

21 – Existe algum tipo de preocupação dentro da corporação para alterar a forma de tratamento e registro?

22 - Na sua percepção, de forma geral, como é o tratamento de crimes envolvendo pessoas LGBTQIA+ dentro da corporação?

22 - Com o conceito de armário institucional que eu já te expliquei, você consegue identificar algum na sua área de trabalho?

ANEXO II – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MONTES CLAROS -
UNIMONTES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "TIRANDO A CRIMINOLOGIA DO ARMÁRIO": CONTRIBUIÇÕES DE EVE K. SEDGWICK PARA O ESTUDO DO CRIME

Pesquisador: MOISES OLIVEIRA COSTA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 84779624.1.0000.5146

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.321.419

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos deste parecer "Apresentação do projeto", "Objetivos da pesquisa" e "Avaliação de riscos e benefícios" foram retiradas de dados e documentos inseridos pelos pesquisadores na Plataforma Brasil.

"Trata-se de um trabalho de dissertação de mestrado, cuja temática envolve sexualidade, os estudos da Criminologia e da Teoria do armário, bem como Instituições militares. A pesquisa será realizada no Norte de Minas Gerais, com análise qualitativa de dados por intermédio de análise do discurso e fundamentação nos estudos de Eve K. Sedgwick. Com isto, espera-se obter contribuições para o estudo do crime no que concerne pessoas LGBTQIA+. A coleta de dados se dará por intermédio de entrevistas semiestruturadas com policiais de sexualidade dissidente do Norte de Minas Gerais. Com o devido consentimento dos participantes, pretende-se gravar as falas com a utilização de um gravador ou aparelho telefônico, a fim de evitar falha de memória e distorção de fatos em caso de anotação posterior. Após organização dos dados com o software Atlas TI.8, será realizada uma análise hermenêutica do discurso para desvelar o sentido oculto nas falas dos participantes. A vertente da Análise do Discurso a ser utilizada será a de origem francesa. Com a leitura e interpretação da obra "Epistemologia do armário", serão extraídas categorias teóricas com a observação de conceitos importantes para a autora e outros que o pesquisador considerar úteis para o estudo. Estes serão utilizados na

Endereço: Av. Dr. Rui Braga s/n- Prédio 05, 2º andar, sala 205 - Campus Univers Prof Darcy Ribeiro
Bairro: Vila Mauricéia CEP: 38.401-089
UF: MG Município: MONTES CLAROS
Telefone: (38)3229-8182 Fax: (38)3229-8103 E-mail: comite.etica@unimontes.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MONTES CLAROS -
UNIMONTES**



Continuação do Parecer: 7.321.419

Interpretação dos dados coletados, em que serão classificados para fins de análise. A seleção dos entrevistados será por amostragem por bola de neve. O número de entrevistados variará de acordo com critérios de acessibilidade e disponibilidade, podendo variar do número informado. Especialmente, quanto a realidade externa de comparação."

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Elaborar contribuições à Criminologia quer por intermédio da Teoria do armário de Eve Sedgwick e da Análise do Discurso de policiais militares de sexualidade dissidente.

Objetivos Secundários:

Identificar as categorias teóricas presentes na obra Epistemologia do armário que se adequem ao contexto de tratativa do crime;

Analisar a estrutura organizacional da Segurança Pública e da Polícia Militar concernentes as relações do armário;

Analisar o discurso de agentes da segurança pública quanto ao controle exercido pelos armários.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme os pesquisadores, o projeto envolve os seguintes riscos e benefícios:

Riscos: "Pode-se apontar como possíveis riscos decorrentes desta pesquisa, a interferência na rotina dos participantes, bem como a realização das entrevistas que podem, em algum momento, talvez constrangê-los e/ou causar cansaço. No intuito de evitar ou minimizar os possíveis riscos, serão fornecidas informações claras sobre a liberdade dos participantes para participarem, continuarem ou não na pesquisa. As questões serão elaboradas da forma objetiva, com a possibilidade de desvio do roteiro em surgimento de necessidade acadêmica, momento em que o participante poderá optar por não responder e se ater ao roteiro. Por se tratar de um assunto sensível e que expõe a vulnerabilidade do sujeito perante outra pessoa, há o risco de que o participante se sinta constrangido ou demonstre pouca colaboração nas entrevistas, ou ainda que sinta medo de exposição diante da hierarquia da instituição que faça parte. Estes riscos e desconfortos derivam da natureza da pesquisa, por tratar de aspectos íntimos da personalidade, vivência e desenvolvimento sexual, e atuação profissional, o que pode ser compreendido como ofensa e prejudicar a colaboração do participante. Ademais, quaisquer informações que possam ser identificáveis ou rastreáveis, serão omitidas. E os pesquisadores se responsabilizarão por qualquer identificação que possa sobrevir."

Endereço: Av. Dr. Rui Braga s/n- Prédio 05, 2º andar, sala 205 - Campus Univers. Prof. Darcy Ribeiro
Bairro: Vila Mauricéia CEP: 38.401-000
UF: MG Município: MONTES CLAROS
Telefone: (38)3229-8182 Fax: (38)3229-8103 E-mail: comite.etica@unimontes.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES



Continuação do Parecer: 7.321.419

Benefícios: "A pesquisa tem o potencial de produção científica para auxiliar no desenvolvimento social, com fomento à discussão crítica sobre organizações, sexualidades e violência. Ademais, considerando a vasta produção estrangeira sobre policiais gays, lésbicas e transexuais, a presente pesquisa pode beneficiar os estudos concentrados no Sul Global, mais especificamente o Brasil e o Norte de Minas Gerais, com a perspectiva desta região sobre um fenômeno que é observado por certo período em outros locais. A utilização da teoria de Eve Sedgwick também traz originalidade para esta temática, pelo que envolve conceitos seminais sobre armários, sexualidade, e construção do pensamento ocidental. Além do espaço acadêmico, as próprias instituições de segurança pública poderão ser beneficiadas com a possível identificação de aspectos que carecem de melhoria visando a Inclusão."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta relevância científica e social, com metodologia capaz de responder os objetivos propostos. O objetivo é elaborar contribuições para o estudo do crime (Criminologia) após observação da realidade de agentes que lidam pessoalmente com suas próprias sexualidades e são confrontados com pessoas queer no cotidiano da profissão. Busca-se resposta à problemática de quais os efeitos dos armários institucionais presentes na Polícia Militar na tratativa de crimes envolvendo pessoas LGBTQIA+. O intento é que o estudo se tome uma somatória ao movimento de Criminologia queer ou Criminologia transviada, como tem se chamado no Brasil (Serra, 2017), que visibiliza as diferenças no tratamento do crime quando pessoas queer estão envolvidas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos de caráter obrigatório foram apresentados e estão adequados.

Recomendações:

- 1 - Apresentar relatório final da pesquisa, até 30 dias após o término da mesma, por meio da Plataforma Brasil, em "enviar notificação".
- 2 - Informar ao CEP da Unimontes de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes.
- 3 - Comunicar o CEP da Unimontes caso a pesquisa seja suspensa ou encerrada antes do previsto, estando os motivos expressos no relatório final a ser apresentado.
- 4 - Providenciar o TCLE em duas vias: uma ficará com o pesquisador e a outra com o participante da pesquisa.

Endereço: Av. Dr. Rui Braga s/n- Prédio 05, 2º andar, sala 205 - Campus Univers Prof Darcy Ribeiro			
Bairro: Vila Mauricéia		CEP: 38.401-089	
UF: MG	Município: MONTES CLAROS		
Telefone: (38)3229-8182	Fax: (38)3229-8103	E-mail: comite.etica@unimontes.br	

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MONTES CLAROS -
UNIMONTES**



Continuação do Parecer: 7.321.419

5 - Atentar que, em conformidade com a Carta Circular nº. 003/2011/CONEP/CNS e Resolução 466/12, faz-se obrigatória a rubrica em todas as páginas do TCLE pelo participante de pesquisa ou responsável legal e pelo pesquisador.

6 - Inserir o endereço do CEP no TCLE:

Pró-Reitoria de Pesquisa - Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos - CEP/Unimontes, Av. Dr. Rui Braga, s/n - Prédio 05 - 2º andar. Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro. Vila Mauricéia, Montes Claros - MG - Brasil. CEP: 39401-089.

7 - Arquivar o TCLE assinado pelo participante da pesquisa por cinco anos, conforme orientação da CONEP na Resolução 466/12: "manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações no projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto respeita os preceitos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, sendo assim somos favoráveis à aprovação do mesmo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE INFORMACOES BASICAS DO PROJETO 2389880.pdf	07/11/2024 21:18:12		Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto tirando criminologia.pdf	07/11/2024 21:16:05	MOISES OLIVEIRA COSTA	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	11/08/2024 16:14:17	MOISES OLIVEIRA COSTA	Acelto
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	29/07/2024 14:50:10	MOISES OLIVEIRA COSTA	Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av. Dr. Rui Braga s/n- Prédio 05, 2º andar, sala 205 . Campus Univers Prof Darcy Ribeiro
Bairro: Vila Mauricéia CEP: 39.401-089
UF: MG Município: MONTES CLAROS
Telefone: (38)3229-8182 Fax: (38)3229-8103 E-mail: comite.etica@unimontes.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MONTES CLAROS -
UNIMONTES



Continuação do Parecer: 7.321.419

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MONTES CLAROS, 30 de Dezembro de 2024

Assinado por:
Carlos Alberto Quintão Rodrigues
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dr. Rui Braga s/n- Prédio 05, 2º andar, sala 205 - Campus Univers Prof Darcy Ribeiro
Bairro: Vila Mauricéia CEP: 38.401-089
UF: MG Município: MONTES CLAROS
Telefone: (38)3229-8182 Fax: (38)3229-8103 E-mail: comite.etica@unimontes.br